

Josane Moreira de Oliveira
Jacyra Andrade Mota
Regiane Coelho Pereira Reis
■ ORGANIZADORAS

CONTRIBUIÇÕES PARA A LINGUÍSTICA BRASILEIRA

– uma homenagem a Dinah Callou

Dinah foi uma das primeiras pesquisadoras que tive o prazer de conhecer quando comecei a trabalhar na Faculdade de Letras da UFRJ nos anos 70 no antigo 'prédio' da Avenida Chile. Ela sempre se interessou pela análise da língua em uso, principalmente através do estudo do *corpus* da língua culta. Usando a metodologia laboviana, junto com a geografia linguística e outras abordagens, nas suas pesquisas, a Dinah conquistou o título de doutora e com o tempo se tornou titular. Colega da UFRJ e amiga, orgulho-me de ter participado da sua trajetória acadêmica. Minha saudação pela justa homenagem que ora se faz!

Anthony Julius Naro

**CONTRIBUIÇÕES PARA A
LINGUÍSTICA BRASILEIRA**
– uma homenagem a
Dinah Callou



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO DO SUL**

Reitor

Marcelo Augusto Santos Turine

Vice-Reitora

Camila Celeste Brandão Ferreira Ítavo

Obra aprovada pelo

CONSELHO EDITORIAL DA UFMS

Resolução nº151-COED/AGECOM/UFMS, de 24 de outubro de 2022.

CONSELHO EDITORIAL

Rose Mara Pinheiro (presidente)

Adriane Angélica Farias Santos Lopes de Queiroz

Andrés Batista Cheung

Alessandra Regina Borgo

Delasnieve Miranda Daspet de Souza

Elizabete Aparecida Marques

Maria Lígia Rodrigues Macedo

William Teixeira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Coordenadoria de Bibliotecas – UFMS, Campo Grande, MS, Brasil)

Contribuições para a linguística brasileira [recurso eletrônico] : uma homenagem a
Dinah Callou / organizadoras, Josane Moreira de Oliveira, Jacyra Andrade Mota,
Regiane Coelho Pereira Reis. -- Campo Grande, MS : Ed. UFMS, 2022.
296 p. : il.

Dados de acesso: <https://repositorio.ufms.br>
Textos em português e inglês.
ISBN 978-65-89995-05-0

1. Linguística. 2. Diatologia. 3. Sociolinguística. 4. Fonologia. I. Oliveira, Josane
Moreira de. II. Mota, Jacyra Andrade. III. Reis, Regiane Coelho Pereira. IV. Callou,
Dinah Maria Isensee.

CDD (23) 410.7

Bibliotecária responsável: Tânia Regina de Brito – CRB 1/2.395

ORGANIZADORAS

Josane Moreira de Oliveira

Jacyra Andrade Mota

Regiane Coelho Pereira Reis

CONTRIBUIÇÕES PARA A LINGUÍSTICA BRASILEIRA

– uma homenagem a Dinah Callou

Campo Grande
2022



Projeto Gráfico, Editoração Eletrônica
Secretaria da Editora UFMS

A revisão linguística e ortográfica
é de responsabilidade dos autores e das organizadoras.

As informações contidas nos textos deste livro são de responsabilidade dos respectivos autores e não expressam a opinião das organizadoras.

CONTRIBUIÇÕES PARA A LINGUÍSTICA BRASILEIRA – UMA HOMENAGEM A DINAH CALLOU

Organizadoras

Josane Moreira de Oliveira; Jacyra Andrade Mota & Regiane Coelho Pereira Reis

Autores

Albert Olivier Blaise Rilliard ▪ Anna Beatriz Cavalcante de Melo da Cruz ▪ Anna Lyssa do Nascimento Donato Machado ▪ Anthony Julius Naro ▪ Ataliba Teixeira de Castilho ▪ Carlos Alberto Faraco ▪ Carlota da Silveira Ferreira ▪ Carolina Ribeiro Serra ▪ Célia Regina dos Santos Lopes ▪ Cláudia de Souza Cunha ▪ Clézio Roberto Gonçalves ▪ Cristian Quintanilha Ferreira ▪ Dante Lucchesi ▪ Dermeval da Hora Oliveira ▪ Heloísa Maria Moreira Lima de Almeida Salles ▪ Jacyra Andrade Mota ▪ João Antônio de Moraes ▪ Josane Moreira de Oliveira ▪ Juanito Ornelas de Avelar ▪ Leda Bisol ▪ Manuella Carnaval ▪ Márcia Cristina de Brito Rumeu ▪ Maria da Conceição de Paiva ▪ Maria Eugênia Lammoglia Duarte ▪ Maria Marta Pereira Scherre ▪ Mary Aizawa Kato ▪ Regiane Coelho Pereira Reis ▪ Rômulo Tiago da Silva ▪ Sandra Maria Oliveira Marques ▪ Sarah Bastos Motta ▪ Silvia Figueiredo Brandão ▪ Silvia Regina de Oliveira Cavalcante ▪ Silvia Rodrigues Vieira ▪ Valéria Neto de Oliveira Monaretto

Direitos exclusivos
para esta edição



Secretaria da Editora UFMS
Av. Costa e Silva, s/nº | Bairro Universitário
Campo Grande - MS, 79070-900
Fone: (67) 3345-7203
e-mail: sedit.agecom@ufms.br

Editora associada à



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

ISBN: 978-65-89995-05-0

Versão digital: novembro de 2022.



Este livro está sob a licença Creative Commons, que segue o princípio do acesso público à informação. O livro pode ser compartilhado desde que atribuídos os devidos créditos de autoria. Não é permitida nenhuma forma de alteração ou a sua utilização para fins comerciais. br.creativecommons.org

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	9
<i>Josane Moreira de Oliveira; Jacyra Andrade Mota & Regiane Coelho Pereira Reis</i>	
UMA SAUDAÇÃO À DINAH	13
<i>Ataliba Teixeira de Castilho</i>	
DINAH CALLOU:	
A DIALETÓLOGA E A SOCIOLINGUISTA.....	15
<i>Jacyra Andrade Mota & Carlota da Silveira Ferreira</i>	
DA DIALETOLOGIA À SOCIOLINGÜÍSTICA:	
NOTAS SOBRE A TRAJETÓRIA ACADÊMICA DE DINAH CALLOU.....	25
<i>Regiane Coelho Pereira Reis</i>	
DINAH CALLOU NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA:	
A MONOGRAFIA <i>O FALAR DE MATO GROSSO (BAHIA)</i> – FONÊMICA.	
ASPECTOS DA MORFOSSINTAXE E DO LÉXICO	35
<i>Heloísa Maria Moreira Lima de Almeida Salles</i>	
DINAH CALLOU, A DIALETOLOGIA E A SOCIOLINGÜÍSTICA NO BRASIL.....	47
<i>Cláudia de Souza Cunha & Carolina Ribeiro Serra</i>	
REVISITANDO UMA PROPOSTA DE ANÁLISE DA VIBRANTE	
PARA O PORTUGUÊS BRASILEIRO.....	59
<i>Valéria Neto de Oliveira Monaretto & Leda Bisol</i>	

A MÍTICA CAPITAL DO “LEITE QUENTE”: UM BREVE ESTUDO DE HISTÓRIA SOCIAL E LINGUÍSTICA EM HOMENAGEM A DINAH CALLOU	75
<i>Carlos Alberto Faraco</i>	

ACOMODAÇÃO ENTRE FALARES DO PORTUGUÊS BRASILEIRO: O PAPEL DAS VARIÁVEIS SOCIAIS	91
<i>Dermeval da Hora Oliveira & Sandra Maria Oliveira Marques</i>	

ESTRUTURA PROSÓDICA E FOCALIZAÇÃO: DADOS DO PORTUGUÊS DO BRASIL	109
<i>Manuella Carnaval; João Antônio de Moraes & Albert Olivier Blaise Rilliard</i>	

TER E HAVER NA NORMA CULTA ESCRITA E A QUESTÃO DA NORMA PADRÃO NO BRASIL	125
<i>Dante Lucchesi</i>	

A INFLUÊNCIA DAS REDES SOCIAIS NA PRODUÇÃO ESCRITA DE BRASILEIROS CULTOS: REFLEXÕES ACERCA DA HISTÓRIA DO VOCÊ.....	145
<i>Márcia Cristina de Brito Rumeu & Célia Regina dos Santos Lopes</i>	

CHANGES OR FOSSILS IN THE PRONOMINAL SYSTEM IN BRAZILIAN PORTUGUESE: THE CASE OF THE THIRD PERSON.....	163
<i>Maria Eugênia Lammoglia Duarte & Mary Aizawa Kato</i>	

ORDEM VS RESTRITA E SUJEITO NULO PARCIAL ESTARIAM RELACIONADOS? EVIDÊNCIAS EM CARTAS PESSOAIS BRASILEIRAS DOS SÉCULOS XIX E XX	181
<i>Silvia Regina de Oliveira Cavalcante; Anna Beatriz Cavalcante de Melo da Cruz; Anna Lyssa do Nascimento Donato Machado; Crístian Quintanilha Ferreira & Sarah Bastos Motta</i>	

GRAMÁTICA E PRODUÇÃO DE TEXTO NO ENSINO BÁSICO: ESTRATÉGIAS DE SUBORDINAÇÃO ORACIONAL EM PRÁTICAS DE ESCRITA.....	207
<i>Juanito Ornelas de Avelar & Rômulo Tiago da Silva</i>	
DO RURAL AO URBANO: AS DIFERENTES FACES DO PORTUGUÊS DO BRASIL	237
<i>Silvia Figueiredo Brandão & Silvia Rodrigues Vieira</i>	
REVISITANDO O EFEITO DA REPETIÇÃO NA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA.....	257
<i>Maria da Conceição de Paiva & Maria Marta Pereira Scherre</i>	
PERCURSOS DIALETOLÓGICOS E SOCIOLINGUÍSTICOS DA PROFESSORA E PESQUISADORA DINAH CALLOU.....	277
<i>Josane Moreira de Oliveira & Clézio Roberto Gonçalves</i>	
SOBRE AS ORGANIZADORAS.....	287
SOBRE OS DEMAIS AUTORES	289

APRESENTAÇÃO

Josane Moreira de Oliveira (UEFS/UFBA)

Jacyra Andrade Mota (UFBA/CNPq)

Regiane Coelho Pereira Reis (UFMS)

Este livro é dedicado a Dinah Maria Isensee Callou, professora aposentada da Universidade Federal do Rio de Janeiro e pesquisadora 1A do CNPq, por ocasião de sua homenagem pelo VI Congresso Internacional de Dialectologia e Sociolinguística, realizado de 7 a 10 de novembro de 2022 na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. A homenageada atuou e continua atuando na pesquisa e na formação de centenas de estudantes de graduação (aí incluída a Iniciação Científica) e de pós-graduação (como professora e orientadora) e tem vasta produção científica, como atesta o seu currículo Lattes, com inúmeros trabalhos, sobretudo no âmbito da Fonética/Fonologia e da Morfossintaxe.

Entregamos ao público uma coletânea de textos selecionados produzidos por ex-orientandos e/ou colegas de Dinah Callou em sua homenagem. O livro está assim organizado: duas saudações – uma de Anthony Julius Naro (na orelha) e uma de Ataliba Teixeira de Castilho (após esta Apresentação) –, 15 capítulos (quatro evidenciando a história da homenageada e 11 abordando temas caros a ela) e uma Entrevista com Dinah Callou.

No primeiro capítulo, “Dinah Callou: a dialetóloga e a sociolinguista”, Jacyra Andrade Mota e Carlota da Silveira Ferreira mostram o percurso da homenageada em três universidades, atuando nas áreas da Dialectologia e da Sociolinguística. No segundo capítulo, “Da Dialectologia à Sociolinguística: notas sobre a trajetória acadêmica de Dinah Callou”, Regiane Coelho Pereira Reis traz notas sobre profícua contribuição científica e humanística doada por Dinah Callou, por longos anos, ao universo acadêmico das Letras, transitando há mais de seis décadas entre a Dialectologia/Geolinguística, a Sociolinguística Variacionista e a História da Língua. No terceiro capítulo, “Dinah Callou na Universidade de Brasília: a monografia *O falar de Mato Grosso (Bahia) – Fonêmica. Aspectos da morfosintaxe e do léxico*”, Heloísa Maria Moreira Lima de Almeida Salles resgata a passagem de Dinah Callou pela Universidade de Brasília e comenta a sua dissertação de Mestrado, defendida nessa Instituição. No quarto capítulo, “Dinah Callou, a dialectologia e a sociolinguística no Brasil”, Cláudia de Souza Cunha e Carolina Ribeiro Serra apresentam

as três abordagens presentes na trajetória acadêmica da Professora – a Dialetologia, a Sociolinguística e a História (social) da Língua – evidenciando sua contribuição junto a grandes projetos: o Atlas Prévio dos Falares Baianos, o Projeto da Norma Urbana Culta, o Projeto Gramática do Português Falado e o Projeto Para a História do Português Brasileiro.

O quinto capítulo, “Revisitando uma proposta de análise da vibrante para o português brasileiro”, de Valéria Neto de Oliveira Monaretto e Leda Bisol, retoma o tema da tese de Doutorado de Dinah Callou, a vibrante, a partir de alguns dados a respeito da história de sons de *r* nas línguas e de suas variantes no português brasileiro.

No sexto capítulo, “A mítica capital do ‘leite quente’: um breve estudo de história social e linguística em homenagem a Dinah Callou”, Carlos Alberto Faraco, com foco dirigido para a fala de Curitiba, assume o desafio da homenagem sobre investigar aspectos da constituição do português sob um olhar sócio-histórico.

No sétimo capítulo, “Acomodação entre falares do português brasileiro: o papel das variáveis sociais”, Dermeval da Hora Oliveira e Sandra Maria Oliveira Marques analisam o processo de acomodação que envolve falantes paraibanos que se deslocaram para viver no Rio de Janeiro a partir da realização das vogais médias pretônica, tendo em vista que, costumeiramente, na Paraíba, há uma predominância das vogais médias abertas, tanto recuadas como não recuadas, em detrimento das médias fechadas, características da fala carioca.

No oitavo capítulo, “Estrutura prosódica e focalização: dados do português do Brasil”, Manuella Carnaval, João Antônio de Moraes e Albert Olivier Blaise Rilliard, considerando que a homenagem, ao lado de sua produção abordando aspectos fonético-fonológicos de natureza segmental do português do Brasil, interessou-se também pela descrição de seus aspectos prosódicos bem como pela relação entre fenômenos segmentais e suprasegmentais, tecem algumas considerações acerca do domínio da entoação no português brasileiro, utilizando o fenômeno da focalização como objeto de estudo.

Passando ao nível da morfossintaxe, Dante Lucchesi traz no nono capítulo, intitulado “*Ter e haver* na norma culta escrita e a questão da norma padrão no Brasil”, a análise da variação entre os verbos existenciais *ter* e *haver*, já estudados também pela homenagem, em uma amostra da norma escrita culta, considerando as linguagens acadêmica e jornalística e discutindo as implicações dos achados dessa análise para a fixação de uma norma padrão mais atualizada.

No décimo capítulo, “A influência das redes sociais na produção escrita de brasileiros cultos: reflexões acerca da história do *você*”, Márcia Cristina de Brito Rumeu e Célia Regina dos Santos Lopes revisitam a história do pronome *você* com o objetivo de observar se a mobilidade espacial das figuras femininas ampliou o seu contato com redes

sociais mais abertas, propiciando a mudança de comportamento ao longo de suas vidas, considerando como hipótese que a distinção entre o ritmo da inserção do *você* acionada por tais redatoras pode estar fortemente motivado por suas redes sociais.

O décimo primeiro capítulo intitula-se “Changes or fossils in the pronominal system in Brazilian Portuguese: the case of the third person”. Nesse texto, Maria Eugênia Lammoglia Duarte e Mary Aizawa Kato estudam as mudanças que afetaram os pronomes referenciais de terceira pessoa no português brasileiro, considerando a configuração do parâmetro do sujeito nulo e do sistema clítico. Para tanto, analisam quatro possibilidades: a) diminuição substancial de sujeitos nulos referenciais; b) perda de clítico acusativo de terceira pessoa e a consequente introdução de formas supletivas não clíticas; c) perda do clítico dativo de terceira pessoa e sua substituição por formas supletivas não clíticas; e d) substituição do possessivo pré-nominal fraco pelas formas pós-nominais quando o possuidor é a terceira pessoa referencial.

No décimo segundo capítulo, “*Ordem VS restrita e sujeito nulo parcial estariam relacionados? Evidências em cartas pessoais brasileiras dos séculos XIX e XX*”, Silvia Regina de Oliveira Cavalcante, Anna Beatriz Cavalcante de Melo da Cruz, Anna Lyssa do Nascimento Donato Machado, Crístian Quintanilha Ferreira e Sarah Bastos Motta, aliando os pressupostos da Teoria Gerativa de Aquisição e Mudança Linguística com a metodologia de análise da Teoria da Variação e Mudança, verificam se a mudança na posição do sujeito (em direção a VS restrita a construções inacusativas) pode ser derivada da mudança no sujeito nulo com base em um *corpus* diacrônico, buscando saber se ao longo do tempo é possível captar duas mudanças relacionadas a uma única mudança paramétrica.

Passando à temática do ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa, Juanito Ornelas de Avelar e Rômulo Tiago da Silva, no décimo terceiro capítulo, intitulado “Gramática e produção de texto no ensino básico: estratégias de subordinação oracional em práticas de escrita”, retomando texto da homenageada sobre o assunto, discutem a articulação entre o trabalho com o texto e as práticas de análise linguística e apresentam os resultados de um estudo desenvolvido a partir de materiais produzidos por estudantes do nono ano do ensino básico em práticas de escrita destinadas à produção de textos representativos de gêneros da esfera jornalística, com o objetivo de observar as estratégias de subordinação oracional de que os estudantes se valem na produção dos seus textos.

No décimo quarto capítulo, “Do rural ao urbano: as diferentes faces do português do Brasil”, Silvia Figueiredo Brandão e Silvia Rodrigues Vieira, transitando pelas áreas dialetológica e sociolinguística, abordam questões relacionadas ao *continuum* rural-urbano que vão ao encontro das contribuições da homenageada. Buscam caracterizar a dicotomia rural *versus* urbano em termos tradicionais, considerando a noção de rurbanidade, tendo em vista o movimento de migração para os centros urbanos que se observa no Brasil a partir da década de 1970 e apresentam resultados de estudos linguísticos,

sobretudo no âmbito da concordância, que evidenciam a complexidade sociolinguístico-cultural que caracteriza o português brasileiro.

No décimo quinto e último capítulo, “Revisitando o efeito da repetição na variação linguística”, Maria da Conceição Paiva e Maria Marta Pereira Scherre retomam algumas questões envolvidas no processo de repetição de variantes linguísticas. São discutidas mais particularmente a extensão e independência do seu efeito na produção e a forma como sua inclusão no estudo da variação linguística contribui para uma compreensão mais acurada dos usos linguísticos dos falantes e da organização dos padrões sociolinguísticos, focalizando alguns aspectos centrais envolvidos no processo de repetição, em especial a sua interação com diferentes variáveis linguísticas e sociais, com ênfase nos mecanismos cognitivos subjacentes a esse processo.

Finalmente, para fechar esta obra, transcreve-se uma Entrevista realizada por Josane Moreira de Oliveira e Clézio Roberto Gonçalves com a homenageada cujo título é “Percurso dialetológicos e sociolinguísticos da professora e pesquisadora Dinah Callou”. O convite feito à professora e pesquisadora para dividir suas experiências e seus ensinamentos na área de Dialetologia e Sociolinguística se deve, primeiramente, à relevante contribuição na formação de inúmeros professores e pesquisadores no decorrer de seus anos nas salas de aula e nos laboratórios de pesquisa. Além de ser uma proposta de registro da memória dos caminhos trilhados pela professora e pesquisadora, é também uma homenagem e um reconhecimento de todo esse caminho percorrido. E a seguir vêm as notas sobre os autores que compuseram este mimo para Dinah e para todos os leitores.

Esperamos que a leitura deste livro seja prazerosa e que suscite, além de reflexões e diálogos frutíferos, o interesse pelo estudo e pela pesquisa da diversidade linguística brasileira. Que continuemos a aprender com Dinah Callou e que continuemos a trilhar muitos dos caminhos por ela traçados e iniciados!

Muito obrigada, Dinah! Receba esta nossa homenagem em nome de toda a comunidade acadêmica, aqui apenas representada!

UMA SAUDAÇÃO À DINAH

Ataliba Teixeira de Castilho (USP/UNICAMP)

Por volta de 1969, eu e minha esposa, Célia Maria Moraes de Castilho, percorremos os centros de produção de boletins de cordel, localizados no Nordeste brasileiro.

Estávamos participando de um projeto de pesquisa concebido por Sol Biderman e sua esposa, Maria Tereza Camargo Biderman, professores como eu da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, posteriormente integrada na Universidade Estadual Paulista, UNESP.

O objetivo do projeto era desenvolver um estudo linguístico e literário sobre a literatura de cordel. Para isso, precisaríamos organizar um *corpus* de análise, constante de folhetos e da gravação de entrevistas com seus autores.

Quando estávamos em Salvador (BA), pedi uma entrevista com o Prof. Nelson Rossi, que nos recebeu na Faculdade de Letras, instalada então na Avenida Joana Angélica.

Estávamos curiosos a respeito de como produzir coletivamente conhecimento científico. Ora, após estágios em Coimbra, no Laboratório de Fonética Experimental de sua universidade, e de volta à Bahia, Rossi tinha organizado um grupo de pesquisadores, que à altura já tinha publicado o *Atlas prévio dos falares baianos*, a que se seguiria o *Atlas lingüístico de Sergipe*. Pesquisas linguísticas em grupo eram uma novidade nessa época, dominada pelo trabalho individual. Daí nossa curiosidade.

Rossi e sua equipe, como se sabe, fizeram que a Dialetologia brasileira deixasse seu longo período de *wishfull thinking*, passando para a realidade dos inquéritos linguísticos e da publicação de atlas linguísticos. Que eu saiba, eles foram os primeiros linguistas brasileiros a trabalhar em grupo.

Na Faculdade de Letras, Rossi e seus colaboradores nos receberam numa sala ampla, em que todos os colegas tomaram assento a uma mesa. Entre eles, Dinah Callou. Numa cabeceira, o Rossi. Na outra, Célia e eu, cheios de curiosidade.

Feita a pergunta que nos levava até ali, Rossi explicou como os temas e seus tópicos eram escolhidos, os participantes eram convidados, realizando-se as análises em conjunto. Depois, seguia-se sua apresentação sistemática em seminários internos, para

um debate rigoroso. Essa forma de debate interno permitia um rigor difícil de alcançar em grandes congressos, dadas as preocupações de “preservação da face”. No grupo da Bahia, os debates preservavam a ciência. Foi nesse clima científico que a Dinah e seus colegas, foram preparados.

Passada essa (longa) fase, os trabalhos estavam prontos para publicação.

Sáímos dali admirados com tudo o que tínhamos visto. Tinha ficado evidente para nós que o trabalho coletivo permitia a organização de trabalhos mais amplos, mais ambiciosos. Estavam nascendo, assim, as ideias de que surgiriam o Projeto de Gramática do Português Falado e o Projeto para a História do Português Brasileiro, que eu viria a coordenar.

Mas voltemos à Dinah. Ela integrara os grupos acima e, quando se deslocou para a Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1966, pôs em prática sua experiência como colaboradora de Nelson Rossi.

Primeiramente, auxiliou o Prof. Celso Cunha na coordenação do grupo local do Projeto NURC – que tinha sido trazido ao Brasil por Nelson Rossi. De 1987 em diante, ela assumiu a coordenação desse grupo, dada a aposentadoria de Celso Cunha.

Ela introduziu nos trabalhos da equipe do Rio de Janeiro a teoria da variação linguística laboviana, de que surgiram excelentes resultados.

Como disse Cláudia de Souza Cunha, em sua saudação à Dinah, por ocasião da concessão do título de Professora Emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro, *durante os anos seguintes, destacam-se a sua atuação nos cursos de graduação e pós-graduação, a participação em projetos de pesquisa, como o Projeto da Gramática do Português Falado, seus estudos voltados Para a História do Português Brasileiro, a publicação de obras de referência – Iniciação à fonética e fonologia e Como falam os brasileiros (ambos escritos em parceria com a Professora Yonne Leite) e, sobretudo, sua disposição para formar novos profissionais dentro da área, orientando, ininterruptamente, pesquisas de Iniciação Científica, Mestrado e Doutorado. Para que se tenha ideia desses frutos, basta olhar entre nós. O Setor de Língua Portuguesa conta hoje com sete professores que estiveram sob sua orientação: Cláudia Cunha, Luiz Palladino, Célia Lopes, Afranio Barbosa, Violeta Rodrigues, Mônica Orsini e Eliete Batista.*

Para o Projeto de Gramática do Português Brasileiro Falado, Dinah escreveu diversos ensaios. Já no Projeto para a História do Português Brasileiro, além de contribuições individuais, coordenou – juntamente com Tânia Lobo – o volume *História social do português brasileiro: da história social à história linguística*, São Paulo, Contexto/UFRJ/UEFS, 445 páginas, para o qual escreveu em coautoria três capítulos.

Dinah Callou é, sem dúvida, uma das mais produtivas linguistas do país, sempre voltada para os nossos grandes temas.

DINAH CALLOU: A DIALETÓLOGA E A SOCIOLINGUISTA

Jacyra Andrade Mota (UFBA/CNPq)

Carlota da Silveira Ferreira (UFBA)

*Eu te gosto, você me gosta
desde tempos imemoriais.*

*Eu era grego, você troiana,
troiana mas não Helena.*

*Saí do cavalo de pau
para matar seu irmão.*

Matei, brigamos, morremos.

(Carlos Drummond de Andrade, *Balada do amor através das idades*)¹

A epígrafe pinçada do poema de Drummond, somente Dinah Maria a compreenderá inteiramente. Leva-a a um começo dos muitos começos por ela vividos nas três universidades brasileiras onde trabalhou como docente e pesquisadora².

1 O INÍCIO NA DIALETOLOGIA

Falar sobre Dialetoлогия com Dinah, junto aos seus colegas e companheiros de universidade, é reviver episódios, é contar histórias, é falar de descobertas, é chegar à Bahia, onde tudo começou. A Dialetoлогия é uma ciência complexa. Tem o seu método especial. Chega próximo ao outro e daí extrai sabedoria e distribui o que aprendeu, por isso é humana e social; interessa conhecer o passado, o presente a que levará o futuro; por

¹ In: ANDRADE, Carlos Drummond de. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Companhia Aguilar, 1964. p. 72.

² Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade de Brasília (UnB) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

tudo se interessa, mas também desconfia; traça metas, nunca fim. Quer ser dialetólogo? Arregace as mangas e vá. Não perca tempo.

Sessenta anos já são passados. Na década de 1950, sem pensar em regras, longe de preceitos e preconceitos, desenvolveu-se entre os filólogos brasileiros o desejo de conhecer a realidade do português falado no Brasil.

O método da Geografia Linguística, que recolhe, apresenta e analisa dados a partir do registro direto obtido através da fala de informantes diversos, ganhou justo prestígio pela sua eficácia após a publicação de atlas linguísticos europeus, que mostravam, através de um levantamento espacialmente extenso, o *que se falava e onde se falava*, destacando-se o campo do léxico e o da fonética. Era, portanto, o método da Geografia Linguística ou Geolinguística o ideal para o conhecimento da realidade linguística brasileira.

No Brasil, três nomes e três datas apontam o interesse para que se venha a aplicar esse método:

1. 1952, o Centro de Pesquisa da Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro, determina, através de decreto, “como de finalidade principal, a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil”;
2. 1957, no III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, em Lisboa, os filólogos Serafim da Silva Neto e Celso Cunha concluem pela impraticabilidade de um atlas nacional, devido à amplitude territorial do país, e defendem a elaboração de atlas regionais;
3. 1958, outro filólogo, Antenor Nascentes, então membro da Comissão de Filologia do Centro de Pesquisa da Casa de Rui Barbosa, publica as *Bases para a elaboração do atlas linguístico do Brasil* (Rio de Janeiro/MEC, Casa de Rui Barbosa, 1958, v.1) e adota também o princípio de que sejam elaborados atlas regionais e não o nacional, pela dificuldade de executá-lo. Estava lançado o desafio e houve quem o aceitasse.

Naquela época de projetos e expectativas para o estudo do português falado, aconteceu “a coisa certa na hora certa”.

Nelson Rossi foi convidado para assumir os cursos de Língua e Filologia Portuguesa nas quatro séries da graduação do Curso de Letras na Faculdade de Filosofia, depois Instituto de Letras, da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Chegou do Rio de Janeiro em 1955, jovem carioca, desconhecido pelos baianos, mas ciente da sua responsabilidade e dos seus objetivos. Pela sua competência e dedicação à atividade universitária, impressionou os seus alunos, tornando-os seus aliados. Não demorou a fazer-se respeitar pelos demais. Os estudantes que ingressaram no ano de 1956 foram seus alunos durante os quatro anos da graduação (1956-1959).

Toda a programação do ano de 1959 foi concentrada na Dialetologia e no método da Geografia Linguística – informes de obras escritas sobre o português em diferentes estados brasileiros; análise do português falado em uma localidade do interior da Bahia³, que resultou na comunicação Aspectos do Léxico Regional da Bahia, apresentada ao IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros⁴; estudo de um questionário linguístico de mais de 3.000 perguntas e aplicação em três localidades do interior da Bahia⁵.

No final do ano letivo de 1959, já se configurava o maior desejo de todos: trabalhar para a elaboração do Atlas Linguístico da Bahia, que Nelson Rossi preferiu denominar de *Atlas prévio dos falares baianos* (APFB), como observa no volume de Introdução (ROSSI, 1965, p. 50).

Queremos ser os primeiros a proclamar a relatividade da documentação contida nas cartas e a recomendar todas as precauções no seu aproveitamento. Mas lembramos que não nos propusemos realizar o Atlas da Bahia e sim um Atlas, a que lealmente denominamos prévio [...].

Para isso se comprometeram oito ex-alunas recém-formadas. Foi mais um tempo de árduo trabalho quando não havia fim de semana nem feriado. Foram escolhidas as localidades a serem inquiridas, a organização final do questionário, o treinamento da transcrição fonética, a distribuição do trabalho...

2 A DIALETÓLOGA

Dinah Maria participou de todas as atividades preparatórias do APFB até a sua publicação, que aconteceu em 1963, integrando o grupo de inquiridoras, juntamente com Carlota Ferreira, Ana Maria Garcia, Cyva Leite, Edelweiss Nunes, Josefina Barletta, Judith Freitas e Tânia Pedrosa.

Todas as viagens para a aplicação dos questionários nas localidades foram documentadas em relatórios minuciosos, visando a uma posterior publicação. Por motivos distintos, isso não aconteceu. Apenas um relatório foi publicado, coincidentemente o de inquéritos realizados por Dinah Isensee e Carlota Ferreira (ISENSEE; FERREIRA, 1960-1961), em três localidades do Estado da Bahia.

Alguns trechos aqui transcritos mostram as flores e espinhos de uma grande empreitada, que foi a ida a quatro localidades⁶ para realização de inquéritos.

³ Bom Despacho, em 1995.

⁴ Realizado em Salvador, em agosto de 1959.

⁵ Essas localidades foram: São Vicente (um povoado), São José das Itapororocas e Tanquinho (municípios próximos a Feira de Santana).

⁶ Todos os topônimos, nesses relatórios, são fictícios. Dos antropônimos, coloca-se apenas a inicial.

Saída para a 1ª localidade:

Pela primeira vez um par de inquiridores dava-se ao luxo de sair de Salvador com um transporte próprio: um jipe emprestado por um amigo. Isso nos roubava uma preocupação a que tanto estávamos acostumadas, isto é, arranjar condução para ir de uma a outra das localidades. [...]

Deixamos Salvador; às 7h30min. de uma quinta-feira, dia 8 de dezembro de 1960. Ao fim de duas horas de asfalto, viciadas àquela tranquilidade, nem de longe suportávamos o desconforto das estradas futuras. Às 9h30min, chegamos a Santarém e, a essa altura, o Sr. M., nosso chofer, nos disse ser necessário mudar o platinado do jipe e outras peças mais⁷.

Como afirmou ser rápido o serviço, sentamo-nos na calçada de uma rua qualquer. Mas o rápido durou duas horas. [...]

Às 18 horas, chegamos a Terra Nova. Oito horas e meia de viagem e duas de estacionamento nos separavam de Salvador. [...]

Não havendo vaga – felizmente – nas duas pensões indicadas, fomos pedir socorro ao Senhor Prefeito, que, cordialmente, nos hospedou.

À noite, exaustas, fomos convidadas para visitar uma exposição de trabalhos manuais. [...] Passamos mais de uma hora a ver bordados, bonequinhas etc. [...]. Sujeitamo-nos, ainda, a passear pela pracinha, ponto de reunião de toda cidade do interior.

Finalmente, duas camas, com colchões de mola, numa noite muito bem dormida, nos esperavam. [...]

Não foi fácil arranjar informante. Tipos adequados existiam vários, mas todos se recusavam [...].

Afinal encontramos uma senhora analfabeta, casada, só tendo viajado por lugares vizinhos.

Ida à 2ª localidade:

Saímos da cidade às 11h30min, a refeição foi feita, como na véspera, ao balanço do “restaurante Willys”. Depois de duas horas e meia de viagem, chegamos a Eucaliptos. O hotel em que nos hospedamos ficava num recanto muito agradável [...].

Éramos possuidoras de uma carta de recomendação para uma família da cidade. Fomos procurá-la e dela recebemos grande apoio. As filhas do casal, simpaticíssimas. [...]

A informante de Dinah Maria era uma senhora muito disposta e engraçada. Respondia tudo muito bem, com bastante rapidez. Após receber a gratificação, ficou felicíssima. Agradeceu e disse que podíamos chamá-la quando necessário para responder o que quiséssemos.

⁷ Tratava-se de um jipe Willys, que imaginávamos estar em condições de realizar o nosso transporte.

[...] A essa altura éramos possuidoras de um bom humor, quase que exagerado e contagiante. Isso sempre aconteceu, ao fim de um trabalho satisfatório. [...]

Voltamos ao hotel. O jantar, não nos apetecia saboreá-lo. Era qualquer coisa semelhante a sola de sapato ensopada... O banheiro, se assim podemos apelidá-lo, não nos convidava a um banho. Nosso maior tormento era sempre nesse setor.

Saída para Cascalho, nossa 3ª localidade:

Dormimos cedo. [...] Muitas horas de viagem nos separavam da 3ª etapa. O frio era enorme. Por escassez de adjetivação diremos apenas que a viagem foi horrorosa. Foram seis horas na “batedeira Willys”. Os caminhos por onde passamos eram abertos nas serras e parecia inacreditável que um jipe pudesse subir e descer tanto degrau de pedra pontiaguda. A região era quase toda assim. [...] Às 11h30min do dia 10, sábado, e, para nosso assombro, ainda inteiras, chegamos a Cascalho, onde deveríamos inquirir. Era uma vila pequeniníssima. [...] Resolvemos iniciar o trabalho sem o café da manhã e sem almoço. Uma pequena multidão começava a nos acompanhar. [...] O primeiro informante a ser encontrado trabalhou com Carlota. Era um senhor paciente e tinha bom gênio. [...] Dinah Maria conseguiu uma anciã de 80 anos. [...]

Após Cascalho, deveríamos ir a Lagoa Dourada, próximo ponto de inquérito. Mas sucessivos episódios nos impediram de fazê-lo: os dois pneus do jipe detonaram e o tanque de gasolina entupiu, por ter sido cheio da gasolina encontrada em um “fundo de barril, em uma casa da estrada”. Não havia posto de gasolina! E o nosso motorista era bastante inexperiente!

Aconselhados por um senhor que viajava também em um jipe, conseguimos alcançar uma dormida e, no dia seguinte, retornamos a Salvador.

E foi nesse vai e vem de sucessos e problemas que o grupo de oito jovens recém-licenciadas, liderado por Nelson Rossi, percorreu as 50 localidades do Estado da Bahia selecionadas para a pesquisa, realizando, em geral, dois inquéritos em cada uma delas, com um homem e uma mulher, analfabetos ou pouco alfabetizados, de acordo com os parâmetros da Geolingüística, na década de 1960.

Ao encerrar, a passos largos, o caminho que foi traçado até chegar à publicação do APFB, seria injusto não haver referência a certo fato histórico, com direito a prólogo, ação e epílogo.

Numa brusca guinada retroativa, chegar-se-á a 28 de novembro de 1960, quando foram realizados os primeiros inquéritos definitivos cujos resultados seriam (e foram) cartografados.

Iniciando aquele domingo distante, uma Kombi transporta oito jovens aprendizes de Dialetoлогия e o seu professor, saindo da cidade de Salvador com destino à vila de Abrantes. Na vila aconteceria o tão almejado trabalho, primeira experiência a ser vivida depois do árduo trabalho preparatório, marco de um novo momento importante para o estudo do português falado no Brasil. Esse era o clima e muitas as emoções. Todos sentiam-se protagonistas.

O acesso à vila de Abrantes era exclusivamente feito através de uma grande ponte sobre o rio Joanes, que abastecia a capital e várias localidades do estado. Chegando todos próximo ao rio, constatou-se que a ponte havia sido destruída pelas grandes chuvas, ventos e força das águas. Sem a ponte não se chegaria a Abrantes. Decepção e angústia multiplicadas por nove. Voltar? Muitas confabulações. Consultados os moradores locais, chegou-se à conclusão de que a única possibilidade seria todos irem de carro de boi. Decidido que sim. Difícil foi o acesso para subir no carro com os bois irrequietos com aquela “carga” tão barulhenta e inusitada. Finalmente todos subiram. Eram nove pessoas, em pé, equilibrando-se umas nas outras, com o mesmo espírito de minimizar as dificuldades. Abençoada carruagem! Nela voltamos após o trabalho cumprido e com sucesso. Despedimo-nos do carreiro e dos bois. Voltamos a Salvador na mesma Kombi que deixou a todos nas suas casas, cansados e felizes. Preparados também quanto ao futuro que nos aguardava. Isso aconteceu no primeiro ponto do trabalho. Faltavam quarenta e nove...

Mais uma reflexão: Para o Atlas Lingüístico da França, de Jules Gilliéron, publicado entre 1901 e 1910, houve apenas um inquiridor, Edmond Edmont, que fez as entrevistas em toda a França, de bicicleta. Nunca se comentou que houvesse ciclovias cobrindo o país. Certamente que não. Na Bahia, tinha que ser diferente: carro de boi, jipe, caminhão, trem, barco, canoa, avião, a pé, 60 anos atrás. Não esquecer!

3 A EXPERIÊNCIA NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Em 1963, Dinah Isensee deslocou-se para Brasília, integrando o corpo de docentes que contribuiria para a constituição da nova universidade (UnB) e com o projeto de, sob a orientação de Nelson Rossi, participar também do Projeto de elaboração de um atlas lingüístico de Goiás, que tinha o objetivo de pesquisar outra área do “falar baiano”, na divisão dialetal proposta por Antenor Nascentes (1953). Infelizmente, o projeto foi abortado pela destruição da UnB pelas forças de repressão.

Durante os anos em que permaneceu em Brasília, nossa dialetóloga dedicou também grande parte da sua atividade à realização de inquéritos, com o objetivo de colher dados para a elaboração de sua Dissertação de Mestrado.

A localidade escolhida foi Mato Grosso, no município de Rio de Contas, Bahia, ponto nº 33 do APFB, sobre a qual explica Isensee (1964, p. I):

O interesse especial pelo povoado resultava de um confronto com as outras dezessete localidades do Estado da Bahia que nos coube inquirir. Desde o primeiro contacto chamaram-nos a atenção alguns traços da língua portuguesa falada em Portugal que pareciam muito vivos ainda.

A pesquisadora permaneceu 10 dias na localidade “vivendo, comendo e ocasionalmente – quando as circunstâncias assim o exigiam – trabalhando na debulha do milho, fazendo farinha, como qualquer um dos membros da comunidade” (ISENSEE, 1964, p. I), tal como relata em sua dissertação. Contou com a companhia da colega e amiga Júlia Conceição Fonseca Santos, “responsável pela execução das fotografias que ilustram o trabalho e pela notação musical” (ISENSEE, 1964, p. I).

Na dissertação, intitulada *O falar de Mato Grosso (Bahia). Fonêmica. Aspectos da morfossintaxe e do léxico*, realizada sob a orientação de Nelson Rossi “nos moldes da dialectologia tradicional dos anos 60” (ISENSEE, 1998, p. 257), apresenta uma descrição pormenorizada da área, exemplificando, assim, a importância da metodologia da Geografia Linguística, tanto do ponto de vista do questionário previamente organizado, quanto da habilidade do pesquisador no diálogo com o informante capaz de apreender, com fidelidade, as características do falar local. Essa pesquisa atesta ainda a inter-relação entre as pesquisas dialetológicas e sociolinguísticas, que têm sido destacadas por vários pesquisadores, inclusive pela nossa homenageada, em cuja vida acadêmica se encontram as duas vertentes.

Os dados da dissertação *O falar de Mato Grosso (Bahia). Fonêmica. Aspectos da morfossintaxe e do léxico* possibilitaram também confronto com uma pesquisa posteriormente realizada (já na década de 1990), sob outra perspectiva, por Alan Baxter, referida no artigo “Um estudo em tempo real em dialeto rural brasileiro: questões morfossintáticas” (CALLOU, 1998, p. 254-272).

Sobre essa análise observa Callou (1998, p. 264):

Ressalte-se que se trata de uma análise embrionária, de natureza observacional e descritiva – sem entrar em considerações teóricas – que permitirá estabelecer hipóteses a serem testadas na análise quantitativa, com controle sistemático de variáveis estruturais e sociais.

A partir dos dados linguísticos documentados nas duas décadas – dois homens e duas mulheres por ela entrevistados na década de 60 e dois homens e duas mulheres do *corpus* constituído por Alan Baxter, na década de 90 –, a autora comenta questões morfossintáticas como: (a) a flutuação quanto ao gênero dos substantivos, em ocorrências como *o bronquite, o lebre, o cascavel, o cabeceiro*, e em casos de alternância, como *navio / navia, cavaquinho / cavaquinho*; (b) a variação na concordância nominal e verbal,

como se observa em outras áreas, como em *os dente, as cara, todas duas é verônica, como é que vocês passou o rio?*; (c) as formas de tratamento como *sá dona, sá gente*, ao lado de *a senhora, o senhor*; (d) o uso duplicado de partículas negativas, na mesma frase, como em *ninguém não sabe, aquilo não deixa de não fazer; porque eu nunca gostei nenhuma*.

Quanto aos dados de 1990, destaca:

[...] o percentual de flutuação [quanto ao gênero dos nomes] é baixo, embora ainda ocorram alternâncias – envolvendo algumas vezes a concordância” – do tipo: *um coisa / uma coisa*; [...]; *as coisa muito barato; esse daqui é a mulher dele*.

As expressões *a senhora, o senhor, dona, sá dona, sá gente* [...], ao que parece, se encontram em desuso hoje. (CALLOU, 1968, p. 267)

E comenta, na conclusão:

Sobre as questões arroladas, podemos, por enquanto, apenas afirmar que a variação na concordância e a dupla negação continuam atuantes no dialeto, como, em geral, no português brasileiro – não padrão e padrão.

A flutuação de gênero, que normalmente se dá em casos de transmissão irregular, parece estar desaparecendo, assim como a duplicação de formas pronominais. Mas outros casos continuam atuantes e poderão fornecer subsídios para a discussão sobre a questão da eventual origem crioula do português brasileiro. (CALLOU, 1968, p. 270)

4 A ATIVIDADE ACADÊMICA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Na UFRJ desde 1966, Dinah Isensee Callou aposentou-se em 2008, continuando a atuar no Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas. Como pesquisadora, voltou-se, nessa terceira fase de atividade acadêmica, principalmente às áreas da Sociolinguística e da Linguística Histórica no Brasil.

Na área da Sociolinguística, admite-se que a sua participação no Projeto de Estudo da Norma Urbana Culta (Projeto NURC), desde a sua introdução no Brasil, em 1970⁸, foi importante em sua formação sociolinguística, na medida em que apontou outras variáveis a pesquisar, como o sexo e a faixa etária do informante, além da diatopia.

⁸ O Projeto NURC, introduzido no Brasil por Nelson Rossi, vem sendo reconhecido como o 1º projeto de pesquisa sociolinguística no Brasil, tendo levado ao surgimento de muitos outros semelhantes (como o CENSO, o VALPB, o VARSUL, o PORCUFORT, o NORPOFOR etc.), implementado a pesquisa de variáveis sociais, ao lado da diatópica, e fornecido dados para as análises variacionistas quantitativas. Destacam-se, também, no Projeto NURC: (a) a extensão das amostras (que deveria corresponder a um sétimo da população urbana na época), fornecendo um número significativo de dados linguísticos, o que tem permitido análises sob diferentes perspectivas, inclusive as da Sociolinguística quantitativa laboviana; (b) a seleção de localidades baseada em critérios geográficos e sociodemográficos.

Com os dados dos falantes de escolaridade universitária, documentados pelo Projeto NURC nas cinco capitais participantes (Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre), Dinah realizou vários estudos, frequentemente com os colegas João Moraes e Yonne Leite, contribuindo para um maior conhecimento do português do Brasil, especialmente na área fonético-fonológica.

Destaca-se a tese intitulada *Variação e distribuição da vibrante na fala urbana culta do Rio de Janeiro*, realizada sob a orientação de Celso Cunha, um dos Coordenadores do Projeto. Nessa tese, considera em sua análise, além das variáveis faixa etária e sexo, de acordo com os parâmetros do Projeto NURC, a diferenciação geográfica de bairros do Rio de Janeiro.

Também com a utilização de dados do Projeto NURC, em confronto com dados de textos escritos, Dinah elaborou sua Tese para Titular *A variação no português do Brasil: o uso do artigo definido diante de antropônimos*. Rio de Janeiro: Serviço de Publicações Faculdade de Letras/UFRJ, 2000, v. 1, 28p.

Desde 2013, Dinah Callou vem participando, juntamente com outros pesquisadores, do Projeto “Para a História do Português Brasileiro: da história social à história linguística”, coordenado por Afrânio Barbosa e, a partir de 2018, coordena o projeto “Para uma Sócio-História do Português Brasileiro”. Organizou, com Tânia Lobo, o volume IX da *História social do português brasileiro*, em 2020, obra em que se incluem capítulos de sua autoria.

5 PRESENÇA NO PROJETO ATLAS LINGUÍSTICO DO BRASIL

A experiência da sociolinguista-dialetóloga, duas áreas abarcadas pelo Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB), dirigido ao conhecimento da língua portuguesa no Brasil, foi importante também para o desenvolvimento desse Projeto, iniciado em 1996, na UFBA, no Seminário Caminho e Perspectivas para a Geolinguística no Brasil, por iniciativa de Suzana Alice Cardoso. Dinah Callou, como outros colegas da UFRJ, estudiosos da área fonético-fonológica do português do Brasil, integraram o Comitê Assessor dessa área, contribuindo para a apreensão e a análise dos dados do Projeto. Esses pesquisadores continuam a participar, atendendo, quando chamados, às solicitações do Projeto.

Ao finalizar, lembramos que, em seu percurso acadêmico, Dinah Isensee Callou tem demonstrado que, seja qual for a teoria e o interesse imediato da análise, haverá sempre muito o que estudar, aprender e transmitir, ações que ela tem sabido desenvolver muito bem, fazendo jus à posição de Pesquisadora I do CNPq e de Professora Emérita da UFRJ.

REFERÊNCIAS

- CALLOU, D. M. I. *Variação e distribuição da vibrante na fala urbana culta do Rio de Janeiro*. 1980. 248f. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1980.
- CALLOU, D. M. I. *Variação e distribuição da vibrante na fala culta do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ/PROED, 1987.
- CALLOU, D. M. I. Um estudo em tempo real em dialeto rural brasileiro: questões morfossintáticas. In: GROSZE, S.; ZIMMERMANN, K. (ed.). “Substandard” e mudança no português do Brasil. Frankfurt am Main: TFM, 1998. p. 255-272.
- CALLOU, D. M. I. *A variação no português do Brasil: o uso do artigo definido diante de antropônimos*. Rio de Janeiro: Serviço de Publicações Faculdade de Letras/UFRJ, 2000.
- CALLOU, D. M. I.; LOBO, T. C. F. (org.). *História social do português brasileiro*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2020.
- DRUMMOND, C. de A. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Companhia Aguilar, 1964.
- ISENSEE, D. M. FERREIRA, C. S.; Três inquéritos para o APFB. *Arquivos da Universidade da Bahia*. Faculdade de Filosofia. v. 7, n.1, p. 140-155, 1961-1963.
- ISENSEE, D. M. *O falar de Mato Grosso (Bahia)*. Fonêmica. Aspectos da morfo-sintaxe e do léxico. 1964. 143f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 1964.
- NASCENTES, A. *O linguajar carioca*. Rio de Janeiro: Simões, 1953.
- ROSSI, N. *Atlas prévio dos falares baianos*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1963.
- ROSSI, N. *Atlas prévio dos falares baianos*. Introdução. Questionário comentado. Elenco das respostas transcritas. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1965.

DA DIALETOLOGIA À SOCIOLINGUÍSTICA: NOTAS SOBRE A TRAJETÓRIA ACADÊMICA DE DINAH CALLOU

Regiane Coelho Pereira Reis (UFMS)

1 INTRODUÇÃO

Em se tratando do percurso histórico que solidificou a pesquisa linguística no Brasil, estamos rodeados de singulares ícones da academia, não apenas em referência aos fundadores e integrantes das primeiras turmas de graduação e/ou pós-graduação das universidades brasileiras na área de Letras mas também, sobretudo, no que diz respeito ao desenvolvimento científico que extrapola o conhecimento produzido e difundido nessa área. Isso porque suas influências alcançaram não só o espaço de investigação em Língua Portuguesa e Linguística, na perspectiva do ensino e da pesquisa, mas também colaboraram com a difusão e a criação de correntes teóricas que consolidaram a formação de incontáveis pesquisadores nas terras de Antenor Nascentes, Amadeu Amaral e Nelson Rossi. Dentre esses ícones, encontra-se a ilustre professora e pesquisadora Dinah Maria Montenegro Isensee Callou – a Dinah Callou, como é popularmente conhecida no meio acadêmico.

O trabalho constante e incansável de Dinah Callou vai muito além do que se encontra registrado em seu currículo Lattes na plataforma do CNPq, estende-se para a profícua contribuição científica e humanística doada, por longos anos, ao universo acadêmico das Letras. Essa justa homenagem à pesquisadora enquadra-se nos entremeios das áreas com as quais colabora há mais de seis décadas. Em consonância com as palavras proferidas pela própria homenageada, “transita entre a Dialetoлогия/Geolinguística, a Sociolinguística Variacionista e a História da língua”, salientando que as considera como contínuos da mesma área científica (HORA; CALLOU, 2020).

No tocante ao caminhar de uma existência inteira dedicada à ciência linguística, descreveremos, a partir de agora, o percurso histórico da trajetória acadêmica de Dinah Callou e as suas principais contribuições teóricas às áreas que estuda. Para tanto, selecionamos aspectos que se sobressaem, dentre tantos os que caracterizam sua produção científica. Na sequência, apresentamos as considerações finais destas notas e, em seguida, as referências bibliográficas citadas e/ou consultadas.

2 PERCURSO HISTÓRICO DA TRAJETÓRIA ACADÊMICA DE DINAH CALLOU

A trajetória acadêmica de Dinah Callou¹ apresenta, oficialmente, como ponto de partida, sua entrada na Graduação em Letras Anglo-Germânicas da Universidade Federal da Bahia em 1956. A pesquisadora, em termos de vida acadêmica, afirma enfaticamente: “a Bahia me deu régua e compasso²”. É importante lembrar que seu ingresso, no campo da ciência linguística se deu, primeiramente, no contato com o universo das pesquisas *in loco*, área da Dialetoлогия/Geolinguística, por intermédio do professor e pesquisador Nelson Rossi, o pioneiro em execução de atlas linguístico no Brasil. Integrou, nesse período, a equipe do renomado dialetólogo e somente depois de os trabalhos realizados em prol da elaboração do *Atlas prévio dos falares baianos* (APFB) se encontrarem encerrados é que deixou Salvador e se mudou para Brasília.

A história de Dinah Callou se funde com a do Brasil em contextos particulares, pois, em pleno período pós-golpe militar, em 1964, inicia seu Mestrado em Língua Portuguesa pela Universidade de Brasília (UnB), onde também leciona, ingressa de uma das primeiras turmas de pós-graduação em Letras, sob orientação de Nelson Rossi³. Nessa instituição de ensino, imersa num período conturbado da história nacional, defende, em 1965, a dissertação de mestrado intitulada *O falar de Mato Grosso (Bahia). Fonêmica. Aspectos da morfo-sintaxe e do léxico*. Segundo a autora, o trabalho foi realizado como “monografia dialetal de um dos pontos do *Atlas prévio dos falares baianos*, povoado no Rio de Contas, situado na encosta da Chapada Diamantina” (HORA; CALLOU, 2020).

Já o Doutorado foi cursado em Letras Vernáculas, área de Língua Portuguesa, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), de 1972 a 1980⁴, finalizado com a defesa da tese intitulada *Variação e distribuição da vibrante na fala urbana culta no Rio de Janeiro*. Nesse período, começou a desenvolver estudos sobre os róticos, sob orientação de Celso Ferreira da Cunha e coorientação de Anthony Julius Naro, ambos ligados à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

¹ Dados extraídos do currículo Lattes da homenageada.

² No trecho citado, Callou parafraseia um trecho da canção de Gilberto Gil intitulada “Aquele abraço”.

³ Acerca disso, conferir também a perspectiva histórica delineada por Ribeiro, Costa e Cardoso, 2009, p. 9-16.

⁴ Segundo a autora, não havia a configuração de prazos para a conclusão do Doutorado como existem atualmente, haja vista as modalidades de pós-graduação terem assimilado padrões e normas diferentes dos propostos para a época (HORA; CALLOU, 2020).

No tocante ao Pós-Doutorado, o realizou na área de Linguística, na Universidade da Califórnia/Santa Bárbara, nos Estados Unidos, de 1994 a 1995. Atualmente, está entre os pesquisadores classificados como 1A do CNPq, com bolsa de produtividade, enquadrando-se como professora titular (1992) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde atua desde 1966. Todavia o início de sua docência no ensino superior data de atividades anteriores, exercidas na Universidade Federal da Bahia (UFBA) entre 1960-1962 e também na Universidade de Brasília (UnB) entre 1963 e 1965. Atuou ainda na graduação em Letras do Colégio Pedro II (CPIL), em 1970. Além da já citada experiência docente, exerceu alguns cargos administrativos como chefe de departamento e coordenadora de cursos de graduação e de pós-graduação, dentre outros.

Acrescentando-se ao exposto, a docente e pesquisadora Dinah Callou, somada à já delineada experiência em Dialetoлогия, atua na área de Fonética/Fonologia e Sintaxe, com ênfase em Sociolinguística e Linguística Histórica, com produção em temas ligados à variação e mudança linguísticas. Desenvolve ainda estudos ligados ao português falado no Brasil, à fala culta carioca e à sócio-história da língua portuguesa. Apesar de encontrar-se aposentada da graduação desde o ano de 2008, continua atuante no Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da UFRJ.

Em sua bagagem científica, carrega diversos títulos e homenagens, entre os quais se destacam: o Prêmio Dinah Callou, do GT de Sociolinguística (2019); um número especial da revista *Diadorim* publicado em sua homenagem pela UFRJ (2018); o título de Professor Emérito da UFRJ (2010); e, em dois momentos distintos, os títulos de cientista do Estado pela FAPERJ (2003; 1999); além de obter o Grant do CNPq (2003) e *O voto de luvor* pela Faculdade de Letras da UFRJ (1991).

Na próxima seção expõem-se as principais contribuições teóricas de Callou à pesquisa linguística no Brasil.

3 AS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS À DIALETOLOGIA/GEOLINGUÍSTICA, SOCIO-LINGUÍSTICA E HISTÓRIA SOCIAL DA LÍNGUA

Dinah Callou colaborou de diversas formas com a história e o desenvolvimento da pesquisa linguística no Brasil, integrando projetos que se destacaram nas áreas de Dialetoлогия/Geolinguística, Sociolinguística e História Social da Língua. Entre esses destaques de sua carreira acadêmica e profissional, encontram-se, na extensa caminhada, sua atuação inicial em estudos de Dialetoлогия e Geolinguística. Conforme mencionado anteriormente, integrou a primeira equipe brasileira de Dialetoлогия de que se tem notícia, a de colaboradoras de Nelson Rossi, ao lado de Carlota Ferreira, Josefina Barletta, Judith Freitas, Ana Maria Garcia, Cyva Leite, Edelweiss Nunes e Tânia Pedrosa. Em síntese,

essa participação marcou o pioneirismo na elaboração de atlas linguísticos brasileiros publicados no Brasil, resultando no já citado APFB (1963).

Em uma mesma relação, mas levando em consideração, sobretudo, os aspectos específicos de sua produção acadêmica em Linguística, no Doutorado, por influência e intermédio de Anthony Naro, acabou caminhando pela Sociolinguística, na área computacional, trabalhando com dados estatísticos a partir da década de 1970 (HORA; CALLOU, 2020). De fato, parece consenso entre estudiosos da área que uma das principais contribuições teóricas de Dinah Callou para os estudos linguísticos brasileiros foi a de propor e discutir a intersecção entre Dialetologia e Sociolinguística. Ao abordar a questão, acabou por influenciar o posicionamento teórico de outros pesquisadores acerca dessa inegável intersecção, fato que promoveu vários estudos ligados à temática. Nos estudos linguísticos atuais, por exemplo, discutem-se, enquanto pressupostos teóricos que surgiram a partir desse encontro das disciplinas citadas, conceitos como os de Socioleto e de Geossociolinguística⁵, resultantes dessa proposta, somando-se às publicações que relacionam as duas vertentes como os exemplos da *Web Revista Sociodialeto* (SILVA FILHO et al., 2021) e do livro *Estudos geossociolinguísticos* (LIMA; RAZKY; OLIVEIRA, 2021).

Dentre as obras de sua autoria que divulgam a vertente voltada para o contínuo entre as duas linhas teóricas, situam-se os textos: *Quando a Dialetologia e a Sociolinguística se encontram* (2010) e *Caminhos e perspectivas da Dialetologia e da Sociolinguística: variação e ensino*, este último em coautoria com Cardoso (1996). Como a própria investigadora afirma, “São, assim, Dialetologia e Sociolinguística duas perspectivas de observação e análise da língua que não se opõem, mas sim se encontram e se complementam” (CALLOU, 2010, p. 35).

Conforme o trecho citado, Callou aponta para essa intersecção, argumentando que as duas disciplinas, Dialetologia e Sociolinguística, configuram-se como as “duas faces da mesma moeda”, pois, segundo ela, quem primeiro chamou a atenção para o aspecto social da língua foi a Dialetologia/Geolinguística. Nesse contexto, o papel principal da Sociolinguística foi o de promover o surgimento das teorias da variação e mudança linguísticas, associadas à implementação e ao desenvolvimento metodológico de programas computacionais voltados à aplicação dessas teorias.

Dinah Callou (2010, p. 33-34), ao tratar do assunto, explica:

Não se pode negar que o conhecimento sobre a realidade linguística brasileira teve início no âmbito da Dialetologia e atingiu o ápice com a Sociolinguística, mais especificamente, com a sociolinguística variacionista laboviana e os sofisticados métodos de análise estatística, um modelo de análise seguida em centenas de estudos na área. O livro clássico de Labov sobre a linguagem de Nova York (1966), um ano após a publicação de *Aspects* de Chomsky (1965),

⁵ Sobre os conceitos citados, conferir Mateus et al. (2003) e Sanches e Razky (2021).

veio a constituir um marco no campo de estudo da variação linguística e da aproximação entre as duas disciplinas. O autor, representante máximo da sociolinguística variacionista atual, era visto, àquela época, como dialetólogo, tendo recebido críticas por parte de formalistas que faziam restrição ao uso de dados não-intuitivos em qualquer análise linguística.

Para a autora, a própria história dessas disciplinas se funde, haja vista que o maior nome da Sociolinguística atual, William Labov, foi, primeiramente, um dialetólogo.

Outra perspectiva teórica em que muito colaborou centra-se nos estudos desenvolvidos sobre a sócio-história da língua portuguesa falada no Brasil. Diversos textos foram publicados, divulgando também essa linha de estudos, como os enumerados a seguir: 1. *O impacto linguístico da chegada da família real no Brasil* (2009); 2. *Sobre a história do e no português do Brasil: levantando questões* (2015); 3. *Issues on the history of Portuguese in end of Brazil* (2018); 4. *História social do português brasileiro* (CALLOU; LOBO, 2020); e 5. *Para uma sócio-história da língua portuguesa no Rio de Janeiro: demografia, escolarização e construção da norma...* (CALLOU et al., 2020); somente para citar alguns, dentre tantos outros.

Dinah Callou assinala ainda que “Dialetoлогия/Geolinguística, Sociolinguística Variacionista e História Social da língua são três maneiras de observar o mesmo fenômeno: a relação entre língua e sociedade” (HORA; CALLOU, 2020).

3.1 Produção científica: parceria e generosidade

Outro aspecto sobremodo relevante da produção de Dinah Callou, em termos de participação em estudos voltados para a língua e suas relações socioculturais, está na capacidade que possui em desenvolver trabalhos em conjunto com diversos estudiosos: desde os vinculados às áreas nas quais se tornou especialista, como também com aqueles que integram outras linhas de pesquisa paralelas às suas. Esse é um traço sobremodo característico da sua jornada profissional e suas diversas publicações depõem a favor dessa afirmativa.

Conforme explicita sua extensa produção acadêmica, desenvolveu trabalhos e parcerias com pesquisadores como Nelson Rossi, Fernando Tarallo, Jacyra Mota, Vera Rollemberg, Celso Cunha e Carolina Serra ligados às suas áreas de atuação, além das estabelecidas com outros estudiosos em linhas de pesquisa diferentes da sua, como afirma ela, “com trabalhos perfeitos de complementação” (HORA; CALLOU, 2020). A título de exemplificação, mencionam-se os trabalhos desenvolvidos com os pesquisadores Yonne de Freitas Leite, uma fonóloga, e João Antônio de Moraes, um foneticista, num fecundo trabalho em equipe na UFRJ. Esse apreço pelo trabalho conjunto e a generosidade em

contribuir com outros pesquisadores resultam em mais de 40 parcerias na realização de estudos e de publicações.

Nesse particular, é imperativo registrar um recorte de dados retirados do currículo Lattes da homenageada, que apresenta a seguinte configuração: i) dos 66 artigos completos publicados, e/ou em vias de publicação, 43 deles foram escritos em coautoria com outros pesquisadores; ii) dos 16 livros publicados/organizados e/ou reeditados, 10 foram elaborados em coautoria; iii) dos 73 capítulos de livros publicados, 53 foram redigidos em coautoria; iv) os três textos publicados em jornais de notícias/revistas também foram escritos em coautoria; v) dos 72 trabalhos completos publicados em anais de congressos, oito foram elaborados em parceria com outros autores; vi) das 17 apresentações de trabalho registradas no Lattes, apenas quatro foram de modo individual; vii) uma tradução de artigo realizada em coautoria; viii) 22 resumos publicados em anais de congressos; e ix) publicou ainda dois artigos necrológicos acerca de suas companheiras de jornada acadêmica, Suzana Alice Marcelino Cardoso e Rosa Virgínia Mattos e Silva.

A Tabela 1, a seguir, apresenta dados relativos à parte da produção bibliográfica de Dinah Callou datada de 1963 a 2022.

Tabela 1: Produção bibliográfica

Descrição	Em coautoria	Individual	Total
Artigos completos publicados/em via de publicação em periódicos	43	23	66
Livros publicados/organizados e/ou reeditados	10	06	16
Capítulos de livros publicados	53	20	73
Textos publicados em jornais de notícias/revistas	03	-	03
Trabalhos completos publicados em anais de congressos	08	64	72
Resumos publicados em anais de congressos	01	21	22
Apresentações de Trabalho	13	04	17
Tradução de artigo	01	-	01
Artigos necrológicos	-	02	02
Total			272

Fonte: Elaboração própria, com dados retirados do currículo Lattes (CNPq).

Quanto à Tabela 2, esta expõe parte dos dados relativos às orientações, concluídas e/ou em andamento, de Iniciação Científica, de Mestrado, de Doutorado e de Pós-Doutorado realizadas por Dinah Callou, de 2001 a 2021.

Tabela 2: Orientações e supervisões acadêmicas em andamento e/ou concluídas

Supervisão de pós-doutorado	03
Doutorado	26
Mestrado	28
Iniciação Científica	03
Total	60

Fonte: Elaboração própria, com dados retirados do currículo Lattes (CNPq).

Já a Tabela 3 elenca dados relativos às participações em bancas de trabalhos de conclusão de Mestrado e Doutorado e qualificações de Doutorado realizadas pela pesquisadora, de 2001 a 2014.

Tabela 3: Participações em bancas

Trabalhos de conclusão/Doutorado	07
Trabalhos de conclusão/Mestrado	05
Qualificações de doutorado	02
Participação em bancas de comissões julgadoras	14
Total	28

Fonte: Elaboração própria, com dados retirados do currículo Lattes (CNPq).

Dentre suas principais obras, destacam-se os livros: *Como falam os brasileiros* (CALLOU; LEITE, 2002), *Iniciação à fonética e à fonologia* (CALLOU; LEITE, 2000), *A variação no português do Brasil: o uso do artigo definido diante de antropônimos* (CALLOU, 2000), *A linguagem falada culta na cidade do Rio de Janeiro* (CALLOU, 1991), *Variação e distribuição da vibrante na fala culta do Rio de Janeiro* (CALLOU, 1987), *O falar de Mato Grosso (Bahia). Fonêmica. Aspectos da morfo-sintaxe e do léxico* (CALLOU, 1965) e o *Atlas prévio dos falares baianos* (ROSSI; CALLOU; FERREIRA, 1963).

Dinah Callou é também coautora dos livros *Mapeamento sociolinguístico do português brasileiro*, *Gramática do português culto falado no Brasil* (v. VII) e *História do português brasileiro* (v. III), além de coordenadora do livro *História do português brasileiro* (v. IX)⁶.

Somando-se à produção científica descrita anteriormente, integrou/integra diversos projetos de pesquisa, entre os quais se sobressaem: 1. Para uma sócio-história do português brasileiro; 2. Fraseamento prosódico, variação e a interface prosódia-sintaxe no português do Brasil; 3. Para a história do português brasileiro: da história social à história linguística; 4. Gramática do Português Falado; 5. Projeto de um atlas linguístico

⁶ Conferir obras referenciadas no site da Editora Contexto.

de Goiás; 6. Para a história do português brasileiro (PHPB); 7. Padrão urbano oral culto da língua portuguesa (Projeto NURC); e 8. Atlas prévio dos falares baianos (APFB).

Acrescendo-se às referências expostas, a homenageada participou ativamente de outros tipos de produções como consultoria à equipe do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB), elaboração/autoria em páginas de projetos na rede mundial de computadores, produção técnica, parecerista *ad hoc*, participação em entrevistas, ministração de minicursos, mesas-redondas, conferências, arquivos sonoros e *lives* em canais multimiáticos, apenas para descrever algumas, dentre tantas outras atividades nas quais esteve/está envolvida.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusão, de modo particular, a autora deste texto também foi influenciada pela professora Dinah Callou – influência sentida, sobretudo, durante parte de sua formação como pesquisadora nos eventos realizados para o treinamento da equipe do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB). Por ocasião dos *workshops*⁷ e/ou de outras atividades realizadas pelo Projeto ALiB, houve a participação em sessões práticas, minicursos e debates sob influência de pesquisadores da área, dentre os quais esteve presente Dinah Callou, contribuindo com a disseminação de conhecimentos vinculados às áreas de Dialetoлогия/Geolinguística e Sociolinguística, além do envolvimento ativo nos debates norteadores acerca das decisões que garantiriam os próximos passos a serem dados pela equipe alibiana. Como ela mesma costuma descrever, sua “fala imperativa”, reservada aos que nascem em sua terra natal, ecoa pelo túnel do tempo nas memórias de seus aprendizes.

A baiana de nascimento, e carioca de coração, sempre se destacou por seu sólido posicionamento teórico, ao caminhar tranquilamente por entre a Dialetoлогия e a Sociolinguística, nas elocuições precisas reveladas nos minicursos ministrados e nos debates protagonizados. De outro lado, as conversas informais também davam mostras da sua face mais humana e o encontro casual dentro das vans que trafegavam do hotel à UFBA, ou vice-versa, denotavam seu lado mais baiano ao falar da culinária local, ou ainda ao discorrer sobre seu próprio falar, com as marcas dialetais de sua origem amenizadas pela assimilação inevitável do falar carioca, esta última decorrente do contato linguístico desencadeado por mais de cinquenta anos de residência no estado do Rio de Janeiro.

É indiscutível o valor do conhecimento acadêmico ofertado, de forma diversificada e relevante, ao universo dos estudos linguísticos. As grandes influências intelectuais recebidas ao longo de sua caminhada ainda se mantêm vivas nos ensinamentos que transmite. No tocante ao desenvolvimento do pesquisador, aponta aspectos fundamentais

⁷ De 2004 a 2021, a maior parte deles foi realizada na Universidade Federal da Bahia, UFBA, sede do Projeto ALiB. Conferir o *site* do projeto viabilizado na rede mundial de computadores em <https://alib.ufba.br/>.

para sua formação, com destaque para a importância do trabalho realizado em equipe, com respeito às diferenças, pois, para ela, vários pensadores unidos geram melhores reflexões do que um intelectual solitário. Assinala ainda que o investigador necessita ser provido de bom senso e um dos fatores que contribui para que isso seja efetivado “é o profundo respeito que se deve ter ao trabalho desenvolvido por aqueles estudiosos que nos antecederam” (HORA; CALLOU, 2020).

Ao abordar essas questões, defende ainda que o docente não deve ser um mero transmissor de saberes, ele também precisa se estabelecer como “criador de saberes”. E, voltando-se para o estudante, argumenta que cabe a ele a busca incessante pelo conhecimento do que já existe na área em que deseja se especializar (HORA; CALLOU, 2020).

Diante do exposto até aqui, encerram-se estas notas com a consciência de que muito mais poderia ter sido escrito sobre a trajetória acadêmica da admirável linguista Dinah Callou. Não obstante a concisa explanação, almeja-se que estas breves notas cumpram a dupla função de homenagear e, ao mesmo tempo, deixar um registro do percurso acadêmico trilhado por uma das primeiras “bandeirantes⁸” da Dialetolegia brasileira.

REFERÊNCIAS

- CALLOU, D. *A linguagem falada culta na cidade do Rio de Janeiro – Elocuções formais*. Rio de Janeiro: FUJB/UFRJ, 1991.
- CALLOU, D. *A variação no português do Brasil: o uso do artigo definido diante de antropônimos*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.
- CALLOU, D. *Currículo lattes*. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/930551897744620>. Acesso em: 14 jul. 2022.
- CALLOU, D. Issues on the history of Portuguese in and of Brazil. In: LÓPEZ, L. Á.; GONÇALVES, P.; AVELAR, J. O. (org.). *Issues on the history of Portuguese in and of Brazil*. 12. ed. Amsterdam: John Benjamins, 2018, v. 1. p. 67-88.
- CALLOU, D. *O falar de Mato Grosso (Bahia). Fonêmica. Aspectos da morfo-sintaxe e do léxico*. 1965. 105f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 1965.
- CALLOU, D. O impacto linguístico da chegada da Família Real ao Rio de Janeiro. *Veröffentlichungsreihe des Studienbereiches Neue Romania des Instituts für Romanische Philologie der FU Berlin*, v. 39, p. 7-22, 2009.
- CALLOU, D. Quando dialectologia e sociolinguística se encontram. *Estudos Linguísticos e Literários*, v. 41, Salvador, p. 29-48, 2010.
- CALLOU, D. Sobre a história do português no e do Brasil: levantando questões. In: AVELAR, J. O.; López, L. Á. (ed.). *Dinâmicas afro-latinas: língua(s) e história(s)*. Frankfurt am Main/Berlin/Bern/Bruxelles/New York/Oxford/Wien: Peter Lang, 2015. p. 71-89.
- CALLOU, D. *Variação e distribuição da vibrante na fala culta do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ/PROED, 1987.

⁸ Sobre a nomeação, conferir Reis (2016).

- CALLOU, D. et al. Para uma sócio-história da língua portuguesa no Rio de Janeiro: demografia, escolarização e construção da norma... In: CALLOU, D.; LOBO, T. (org.). *História social do português brasileiro*. 20. ed., v. IX. São Paulo: Contexto, 2020. p. 322-395.
- CALLOU, D.; LEITE, Y. F. *Iniciação à fonética e à fonologia*. 7. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- CALLOU, D.; LEITE, Y. F. *Como falam os brasileiros*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- CALLOU, D.; LOBO, T. (org.). *História social do português brasileiro*. 9. ed. v. 1. São Paulo: Contexto, 2020.
- CALLOU, D.; MOTA, J. A.; ROLLEMBERG, V. L. S. A chamada norma culta. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIACAO BRASILEIRA DE LINGUISTICA, 1., 1994, Salvador. *Atas [...]*. v. 1. Salvador: UFBA, 1996. p. 164-167.
- CALLOU, D.; SERRA, C. R.; CUNHA, C. F. Mudança em curso no português brasileiro: o apagamento do R no dialeto nordestino. *Revista da ABRALIN*, v. 14, p. 195-219, 2015.
- CAMACHO, R. G. Norma e preconceito social. *Sociodialeto*, v. 1, n. 6, p. 1-15, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/122729>. Acesso em: 14 jul. 2022.
- EDITORA CONTEXTO. Disponível em: <https://www.editoracontexto.com.br/categoria/autores/d1/dinah-callou>. Acesso em: 23 jul. 2022.
- GIL, G. *Canção Aquele abraço*. Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=otu80AaH9O4>. Acesso em: 14 jul. 2022.
- HORA, D.; CALLOU, D. *Um pouco da história da pesquisa (geo/sócio)linguística no Brasil*. Youtube, Paraíba, 10 nov. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=X00tsj-XntU>. Acesso em: 14 jul. 2022.
- LIMA, A. F.; RAZKY, A.; OLIVEIRA, M. B. (org.) *Estudos geossociolinguísticos*: edição comemorativa de 25 anos. v. 3. Campinas: Pontes Editores, 2021.
- MATEUS, M. H. M. et al. *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 2003.
- REIS, R. C. P. Bandeiras, garimpos de sons, de palavras... rastros, memórias. In: MOTA, J. A. et al. (org.). *Documentos 6*: Projeto Atlas Linguístico do Brasil, histórias e memórias. Salvador: Quarteiro, 2016. p. 197-216.
- RIBEIRO, S. S. C.; COSTA, S. B. B.; CARDOSO, S. A. M. (org.). *Dos sons às palavras*: mas trilhas da língua portuguesa. Salvador: EDUFBA, 2009.
- ROSSI, N.; CALLOU, D.; FERREIRA, C. *Atlas prévio dos falares baianos*. Rio de Janeiro: MEC/INL, 1963.
- SANCHES, R. D.; RAZKY, A. Análise geossociolinguística das designações para fanhoso nas capitais brasileiras. *Revista D.E.L.T.A.*, v. 2, p. 1-22, 2021.
- SILVA FILHO, M. N. R. et al. (org.). *Web Revista Sociodialeto*. Sociolinguística e Dialectologia; Linguística Geral; Interdisciplinar, v. 12, n. 34, 2021. Disponível em: <http://sociodialeto.com.br/index.php/sociodialeto/issue/view/35>. Acesso em: 14 jul. 2022.

DINAH CALLOU NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: A MONOGRAFIA *O FALAR DE MATO GROSSO (BAHIA)* – FONÊMICA. ASPECTOS DA MORFOSSINTAXE E DO LÉXICO

Heloísa Maria Moreira Lima de Almeida Salles (UnB)

Este texto é um mergulho no tempo, um convite para visitar um momento da trajetória acadêmica e científica de Dinah Callou, que seria mais um entre tantos que construíram sua aclamada carreira, não fosse o fato de marcar o início dessa caminhada, em um cenário que foi marco e palco de muita luta – a Universidade de Brasília. Nessa incursão, emerge a singularidade do estudo das línguas, que abrange, desde o fazer cotidiano dos acadêmicos e cientistas, nas universidades, nos laboratórios, nos trabalhos de campo, chegando-se ao significado social, político e cultural dessa atividade, em que se vislumbram suas aplicações. Pelo exercício pleno dessa tarefa, reverenciamos o talento, a competência, a dedicação, o profissionalismo da ilustre linguista Dinah Callou. Naturalmente, não há como contemplar todos esses aspectos em um único texto, mas sabemos que o conjunto de sua trajetória será abarcado nesta homenagem que o prestigioso *VI Congresso Internacional de Dialectologia e Sociolinguística (VI CIDS)* lhe dedica, evidenciando-se o impacto de seu trabalho acadêmico e de sua contribuição à Linguística, no plano nacional e internacional.

Conforme mencionado, tocou-me, nesta homenagem, a tarefa de resgatar a passagem de Dinah Callou na Universidade de Brasília, o que me propiciou uma experiência tão prazerosa quanto instigante. Por essa razão, vamos contemplar dois pontos de vista: por um lado, a vinculação institucional do trabalho de Dinah Callou à Universidade de Brasília, ao revisitarmos brevemente as condições sócio-históricas em que se materializa esse vínculo, e por outro lado, a natureza e contribuição do trabalho, em que se constata a relevância e atualidade do estudo realizado. Nosso desejo é despertar o interesse em

aprofundar as questões suscitadas nessa importante contribuição ao estudo das variedades do português brasileiro.

Passemos ao primeiro ponto, com uma breve incursão no tempo.

É o início da década de 1960. O Brasil vivencia grandes mudanças, em que se sobressai a transferência da capital do Rio de Janeiro para Brasília, a nova capital, com todas as implicações institucionais, políticas, culturais, demográficas! Muitas emoções, muitos conflitos, muitos sonhos, muitas expectativas integram esse cenário. Do ponto de vista político, Juscelino Kubitschek encerrou seu mandato, com o grande mérito de cumprir a promessa de inaugurar Brasília, em 21 de abril de 1960. Em seguida, elege-se Jânio Quadros, que, no ano seguinte, renuncia ao mandato, assumindo então o vice-presidente João Goulart. Este último engaja-se em um projeto que ficou conhecido pelo forte apelo popular e por reformas que confrontavam as forças políticas conservadoras. Na cultura e nas artes, o país produz manifestações de vanguarda, que se alinham com a emergência de movimentos sociais, todos engajados no sentido de questionar o modelo econômico que sustentava o profundo abismo a separar a classe trabalhadora e a elite dominante¹.

Nesse momento histórico, a Universidade de Brasília é criada pela Lei no. 3.998, de 15 de dezembro de 1961, dando-se início à execução, a partir de 21 de abril de 1962, de um projeto acadêmico inovador, liderado por Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, como uma iniciativa inevitável no cenário da fundação da nova capital. É o que alega Darcy Ribeiro, no documento intitulado “Universidade de Brasília”, reimpresso, em edição especial, em 2012.

Não se trata de saber se convém ou não criar mais uma universidade [...] mas de reconhecer que, construindo-se uma cidade no centro do país e nela instalando o governo da República, se tornou inevitável a instituição ali de um núcleo cultural a que não pode faltar uma universidade. [...] É certo que a nova capital manterá necessariamente estreitos vínculos com os principais centros culturais do país. Mas não poderá depender exclusivamente deles e, sobretudo, não será capaz de compreendê-los, de utilizá-los e de estimular-lhes o desenvolvimento se não constituir-se, ela própria, em centro cultural autônomo, à altura dos melhores. (p. 18)

Intramuros, estão engajados cientistas notáveis, convidados especialmente para essa tarefa, todos mobilizados pela adesão ao projeto maior de construir novos tempos para o nosso País, tendo em vista a relevância de criar na capital de todos os brasileiros

¹ A síntese que se apresenta não tem pretensão de contemplar a complexidade dos temas citados, mas tão-somente deseja-se apresentar um singelo comentário sobre alguns acontecimentos históricos que cercam a criação da Universidade de Brasília, tendo em vista a vinculação do trabalho de Dinah Callou a esta instituição. Para reflexão elaborada, é inevitável a consulta a estudos científicos sobre as questões citadas (cf. FURTADO, 1992; FERNANDES, 1982; RIBEIRO, 2015; entre muitos outros).

uma instituição respaldada no conhecimento e na ética profissional, no ensino público de qualidade e na busca da afirmação nacional.

A esse projeto vinculou-se, em 1963, o notável linguista Nelson Rossi, então catedrático de Língua e Filologia Portuguesa da Universidade da Bahia, com a tarefa de integrar o Instituto Central de Letras, com os igualmente notáveis linguistas, Heron de Alencar, Agostinho da Silva e Aryon Rodrigues². Nesse cenário, foi criado o Curso-Tronco de Letras Brasileiras, ao qual foi apresentada a dissertação intitulada “O Falar de Mato Grosso (Bahia) – Fonêmica. Aspectos da morfossintaxe e do léxico”, pela jovem linguista Dinah Callou Montenegro Isensee, para obtenção do grau de Mestre em Letras, tendo com orientador acadêmico Nelson Rossi. Neste ponto, em nome de Nelson Rossi, gostaríamos de homenagear o trabalho desses linguistas, que se dedicaram, na Universidade de Brasília, à criação de um centro de excelência para o estudo científico das línguas, lançando as bases de um trabalho exitoso que alcança nossos dias, a despeito das dificuldades que sobrevieram.

Chegamos, assim, ao estudo de Dinah Callou. Antes, porém, de fazermos a exposição a que nos propomos, é preciso nos determos no difícil momento histórico que se sucedeu aos fatos que acabamos de mencionar. Revisitando o título do livro de Roberto Aureliano Salmeron, um dos notáveis cientistas que integravam a comunidade universitária à época, *A Universidade interrompida. Brasília 1964/1965*, publicado em 2007, é preciso dizer que o projeto de criação da Universidade de Brasília – e tantos outros – foi interrompido pela ditadura militar, que se instalou em nosso país, naquele ano de 1964. Nesse período, a UnB foi atingida frontalmente, destacando-se o episódio que levou a que 223 docentes, de um total de 305, se demitissem, coletivamente, em protesto contra as arbitrariedades praticadas pelo governo militar, particularmente em relação ao funcionamento da Universidade de Brasília. Nesse grupo, estava o Professor Nelson Rossi. Foram anos de exceção, de opressão, de perseguição política a intelectuais e artistas, funcionários públicos, trabalhadores, só superados com a promulgação da Constituição de 1988, com a qual o país retoma seu projeto republicano e seu compromisso com a democracia. É assim que passamos ao segundo ponto de nossa exposição, com a convicção de que nessas bases será construído o futuro desta nação – *ditadura nunca mais!*

O estudo de Callou parte de duas motivações iniciais. A primeira, de caráter geral, é apresentada na epígrafe, com a citação de Eugenio Coseriu, que transcrevemos a seguir: “Los atlas lingüísticos ni siquiera los más ricos, no pueden proporcionar para cada punto, una descripción ‘exhaustiva’ del hablar; y por lo tanto, no sustituyen las investigaciones dialectales monográficas” (COSERIU, 1956, p. 53).

A segunda, uma hipótese ousada, segundo a autora, seria consequência direta do *Atlas prévio dos falares baianos*,

² Cf. https://alib.ufba.br/sites/alib.ufba.br/files/biografia_n_rossi.pdf. Acesso em: 7 abr. 2022.

[...] em cujos inquéritos revelou-se a conveniência de retornar a uma das localidades, a de Mato Grosso, no município de Rio de Contas, Estado da Bahia, a fim de aprofundar o estudo da língua falada naquela localidade, uma vez que, no confronto com as outras dezessete localidades visitadas, chamou a atenção a ocorrência de traços da língua portuguesa falada em Portugal, ‘muito vivos ainda’ (ISENSEE, 1964, p. I).

Tais pressupostos vinham ao encontro dos fundamentos da linguística moderna, recentemente constituída como ciência autônoma, tendo como referência o caráter sistêmico das relações entre as unidades constitutivas da língua, conforme previa a abordagem estruturalista, a que se associa o uso do método experimental na constituição do *corpus* da pesquisa, crucialmente relevante no âmbito da Dialetologia, conforme já se praticava na Universidade da Bahia, sob a direção de Nelson Rossi³. Dessa forma, a ida ao campo torna-se um imperativo, propiciando vivências e incorporando o trabalho etnográfico ao método de coleta de dados, como descreve autora:

Nossa permanência em Mato Grosso foi de 10 dias - 1/2 a 10/2 - vivendo, comendo e ocasionalmente – quando as circunstâncias assim o exigiam – trabalhando (na debulha do milho, fazendo farinha) como qualquer um dos membros da comunidade. (ISENSEE, 1964, p. I)

O texto apresenta uma Introdução (com as páginas numeradas em algarismos romanos de I a XV), subdividida em “Preliminares”, “Método”, “Apresentação dos materiais”, “A localidade”, “Os informantes – breve descrição do perfil social (idade, estado civil, inserção social e/ou atividade econômica, breves comentários sobre perfil psicológico) e fotografia (em preto e branco)”, “Prancha 1 – Localização do município na zona fisiográfica XI – Chapada Diamantina”, “Prancha 2 – Aspectos físicos da região”, “Prancha 3 – Sistema viário”, “Prancha 4 – Planta da sede municipal (cf. Estado da Bahia. Município de Rio de Contas, mapa organizado em observância ao decreto-lei nacional de março de 1938, IBGE, CNG)”, “Prancha 5 – Planta esquemática do povoado”, “Prancha 6 – Aspectos do povoado (inclui oito fotos em preto e branco)”, “Prancha 7 – Plantas esquemáticas (igreja e casa)”. Seguem-se as demais partes em que se subdivide o estudo linguístico: I. Fonêmica; II. Sistema fônico; III. Aspectos morfo-sintáticos; IV. Índice de palavras; V. Textos cantados; VI. Obras utilizadas⁴.

³ No desenvolvimento da Linguística, o objeto de pesquisa passa a ser definido em sua relação com o contexto social ou por sua natureza mental, dando ensejo ao surgimento das abordagens funcionalista e gerativista, respectivamente. Nesse debate instigante, abrem-se vertentes para o tratamento das questões levantadas em estudos como este que ora se apresenta, o que demonstra sua relevância e atualidade (para uma história concisa da Linguística, veja-se Weedwood, 2002).

⁴ Segundo a autora, os mapas, as plantas e as fotografia são meio de fundamentar os dados informativos.

Um ponto de especial interesse é a metodologia, cuidadosamente descrita e rigorosamente assentada em bases científicas, que inclui: (a) questionário fonético, com registro magnetofônico (nove inquéritos⁵), (b) questionário linguístico (com duas aplicações integrais e apenas um com registro magnetofônico), (c) leitura de texto por informantes alfabetizados (*Parábola dos sete vimes*, “por haver duas leituras do mesmo texto, por um português e por um brasileiro, para confronto”), (d) leitura de texto forjado para verificar o fonema -s implusivo, registro de textos cantados e modinhas. A autora destaca ser a primeira vez que esses questionários são aplicados com o objetivo de “aproveitar todo o material recolhido” (p. II), assim distribuídos: “Com os inquéritos fonéticos pretendia-se obter os elementos a partir dos quais estabeleceríamos o sistema fonêmico do falar. Com os inquéritos linguísticos teríamos uma preocupação mais acentuadamente lexical” (p. II).

Como era de se esperar, alguns instrumentos se mostraram ineficazes, outros mais eficientes. A leitura, por exemplo, não propiciou os resultados desejados, “pela dificuldade em encontrar um informante alfabetizado com hábito de leitura suficiente para ter desempenho na leitura com a demanda do experimento (p. III)”. No entanto, conforme esclarece a autora, os resultados obtidos com o questionário fonético foram plenamente satisfatórios, o que leva à conclusão de que esse instrumento pode também fornecer dados lexicais comparáveis (não em número) aos do questionário linguístico (se for acrescentado um maior número de figuras).

Ao todo são 15 participantes (referidos pela autora como informantes), 10 homens e cinco mulheres, distribuídos nas faixas etárias a seguir: cinco na faixa de 50 anos; cinco na faixa de 30 anos; dois na faixa de 60 anos; dois na faixa de 40 anos; um na faixa de 20 anos⁶. A comunidade é constituída de 355 habitantes. Simplicidade e isolamento são atributos citados em sua descrição: “Levam uma vida simples e dura, trabalham de manhã à noite, sem qualquer comodidade. Formam um núcleo fechado em que todos se conhecem e são amigos. Não se observam indícios de rivalidade de qualquer ordem” (p. IX).

A acolhida da comunidade, em particular dos informantes, propiciou o contato adequado para a coleta de dados, conforme destacado pela autora em agradecimento e na conclusão à seção sobre a Localidade, esta última transcrita a seguir, em que se depreende a grande empatia que se estabeleceu no ambiente da pesquisa:

A desconfiança que nutrem em geral por um estranho não se estendeu a nós. Numa conversa de maior intimidade, depois de alguns dias, ficamos sabendo que, pelo fato de lá termos estado antes sem

⁵ O questionário fonético foi elaborado por Armando de Lacerda para recolha de falares, incluindo modificações feitas por Nelson Rossi para aplicação a falantes de português do Brasil.

⁶ O estudo inclui a apresentação de cada participante, com nome completo e informações sobre idade, atividade (a maioria na lavoura), escolaridade (a maioria analfabetos e semialfabetizados), atributos de personalidade, mobilidade para fora do povoado (caso dos homens, sobretudo para o Paraná e para São Paulo durante a colheita), características físicas (brancos, muitos com olhos claros) e fotografia em preto e branco.

que nada de nocivo, prejudicial, acontecesse em seguida eliminava a superstição que tinham de que a visita de uma pessoa estranha ocasiona sempre um acontecimento maléfico. Ainda mais quando a nossa volta – inesperada e em parte incompreensível – envaidecia-os, facilitando enormemente a nossa tarefa. Consideravam-nos ocasionalmente membros da comunidade (ISENSEE, 1964, p. X).

O objetivo inicial era realizar o estudo da fonêmica, da morfossintaxe e do vocabulário. Limitações de tempo levaram à exclusão da parte relativa ao vocabulário. Cada palavra foi fichada, assim como cada fonema, com a indicação do contexto em que ocorre dentro da palavra. Os quadros elaborados incluem o número de vezes em que ocorreu um fonema – como observa a autora, “[os números] permitem deduzir o tempo e a atenção que despendemos na organização do material” (p. V). Em relação ao vocabulário, foi elaborado um índice dos exemplos, com transcrição fonética e indicação das páginas em que ocorrem. Foram incluídos outros itens, posteriormente ao levantamento, julgados de interesse lexical. Assim de 993 transcrições oriundas dos inquéritos passou-se a 1.032.

O estudo da fonêmica parte das realizações fonéticas, apresentando os fonemas e variantes vocálicos e consonânticos, os ditongos, as semiconsoantes e as sequências consonânticas observadas, seguindo-se um comentário, sempre que houvesse “interesse para o estudo da língua portuguesa no Brasil”. A transcrição fonética é toda realizada ‘a mão’, com o uso de alfabeto fonético. Segundo a autora, a frequência de um determinado fonema é sempre relativa, pois se refere exclusivamente à ocorrência nos dados, dado o caráter experimental da pesquisa. O interesse era saber “quais fonemas mais ocorriam, os que deixavam de ocorrer, suas possibilidades de combinação etc.” (p. VI), o que permitiria determinar pontos a serem retomados em pesquisa futura, conforme se depreende da citação a seguir.

Por exemplo, no caso das vibrantes, deveríamos aumentar o número de perguntas que admitissem a sua ocorrência num determinado contexto (antes de __) em que há dois exemplos, ambos com a vibrante alveolar, o que não permite afirmar ou supor que em tal contexto só ocorra essa variante. (ISENSEE, 1964, p. VI)

A autora adverte ainda que o estudo adota o ponto de vista sincrônico nos diferentes aspectos do falar. A previsão é que os dados sincrônicos permitem deduzir estágios anteriores, e até mesmo supor modificações posteriores. No estudo dos arcaísmos, é adotada a perspectiva diacrônica essencialmente para justificar a inclusão dos exemplos. Essa abordagem antecipa um dos principais pressupostos da sociolinguística laboviana: a heterogeneidade sistemática, o que confirma o pioneirismo e a originalidade do trabalho (cf. LABOV, 1975).

Em relação à fonêmica, os resultados permitem estabelecer um panorama detalhado. A comparação com outras variedades do português falado no Brasil, notadamente o

‘linguajar carioca’, ou em Portugal, é incidental. Por exemplo, entre os comentários, no capítulo das vogais nasais, a autora afirma haver:

[...] exemplos ocasionais de uma consoante nasal de travamento (arquifonema nasal consonântico na terminologia de MATTOSO CÂMARA, que considera este um fato geral da variedade coloquial tensa do Rio de Janeiro), que se realiza como [m] [n] [ɲ] a depender do ambiente fonético em que ocorre. (ISENSEE, 1964, p. 7)

Em relação aos ditongos, destacam-se processos como: ieísmo, vocalização do *i* pós-vocálico, metátese, epêntese do *i* em sílaba final com *s* pós-vocálico, analogia.

Em relação às consoantes, além da identificação e da frequência, em função do contexto em que ocorrem, são apontadas alterações fonológicas. É o caso, por exemplo, da identificação de consoantes oclusivas /b, d, g/ com valor silábico, “quase sempre em posição final absoluta (no caso das oclusivas dentais 17 vezes e de velar uma vez) ou, menos frequentemente, em posição medial antes de sílaba tônica (duas vezes no caso da velar e uma vez no caso da bilabial) ou em seguida à sílaba tônica inicial” (p. 11). Em outro ponto, observa-se que, “diante de vogal palatal, apenas duas vezes a oclusiva dental surda conserva o seu caráter dental” (p. 13), a par de diferentes graus de palatalização. Em relação às fricativas, verifica-se, como nas oclusivas, a ocorrência de usos silábicos.

Em relação às fricativas palatais, além da identificação e da frequência, destaca-se a ocorrência dessas consoantes com valor silábico. Destaca-se também a ocorrência de [s] em posição final absoluta. Na presença de consoante sonora na palavra seguinte, ocorre [z]. Esse fenômeno também se manifesta em posição medial (dentro de uma só palavra ou de um vocábulo fonético) pós-vocálica. No caso da lateral alveolar sonora, reporta-se em posição implosiva, medial ou final, ao lado de [l], ocorre “uma variante velarizada [ɫ] que pode ou não condicionar a velarização da vogal que a antecede” (p. 21). Destaca-se também a ocorrência de oclusiva com semiconsoante, em sílaba átona ou tônica.

Uma seção específica é dedicada a “alterações fonéticas”, definidas como alterações que afetam a estrutura das palavras, “que se verificam frequentemente no falar de uma população rural e de que podemos encontrar inúmeros exemplos no português do Brasil” (p. 28)⁷. De acordo com a autora, o intuito da seção é “o de dar uma contribuição ao já existente e atestado, fornecendo exemplos colhidos diretamente de pessoas que constituem sem dúvida alguma uma comunidade rural” (p. 28). Entre as alterações mais sistemáticas, identifica-se a assimilação – nos gerúndios (nd>nn>n), em [zinela] - ja>ji, por influência da consoante palatal; palatalização do /t/ condicionada pelo iode e do /n/; ieísmo (em nota, observa-se que as formas padrão /ɰ/ /ɲ/ são também encontradas).

⁷ Neste ponto, a autora cita estudos clássicos, a saber AMARAL, Amadeu. *O dialeto caipira*; MARROQUIM, Mário. *A língua do Nordeste*; NASCENTES, Antenor. *O linguajar carioca*; SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil* (cf. nota 19).

Também há síncope em /'muzga/ [mús(i)ca], quando uma palavra proparoxítona passa a paroxítona; apócope da sílaba final que resulta da iotização do /ʎ/, do *r* final dos verbos e substantivos, de *l* final, da vogal *i* final ou medial, ocasionando o valor silábico da consoante que precede, do *s* final, da sílaba final do diminutivo, para citar alguns casos. Metátese do *l*, do *r*, formando uma sequência, do *r*, desfazendo uma sequência, do iode, resultando na formação de um ditongo na primeira sílaba, *pru* por *por*, rotacismo (*l*>*r* quando em posição implosiva e nas sequências oclusiva + líquida, fricativa + líquida), vocalização do *l* pós-vocálico final, para citar apenas alguns dos casos apresentados pela autora.

O estudo refere ainda algumas alterações de fonemas, como oito ocorrências de variantes fricativas de /b/ /d/ /g/ (em oposição a 49 ocorrências como oclusivas). A autora alega não ser conclusivo o fenômeno ser tratado como característica individual, citando observação de Helmut Ludtke, na obra *Consonantismo* (p. 287): “[...] se trata duma variação não tanto combinatória mas antes facultativa”. E conclui:

Vale registrar essa possibilidade de realização – esporádica, sem dúvida – no português do Brasil, ainda mais quando a ausência dessas variantes fricativas em posição intervocálica normalmente se considera uma das diferenças mais estáveis e gerais entre o português falado em Portugal e o português falado no Brasil. (ISENSEE, 1964, p. 33)

Várias outras alterações são referidas. Citamos, para exemplificar, a ocorrência de três variantes da vibrante: a alveolar (simples ou múltipla) e a uvular. Segundo comentário da autora,

[...] há uma variação facultativa dessas realizações, ocorrendo com maior frequência a vibrante alveolar [...]. Os casos em que a presença da vibrante explica-se por alteração fonética, muitas vezes ocasional – já que ocorrem as formas correspondentes sem essa alteração – podem enquadrar-se dentro da sua realização geral, por metátese (‘lirvu), rotacismo (‘karsa). (ISENSEE, 1964, p. 35)

Segue-se detalhada exposição sobre o arquifonema sibilante, sobre o *l* pós-vocálico, o ieísmo, entre outras alterações. Em relação às vogais nasais, a autora afirma preferir um tratamento como fonema distinto, que se opõe à vogal oral, seguindo Göran Hammarstrom, *Étude de phonétique auditive sur le parlars de l'Algarve*, p. 41, e ainda Hoger Sten. *Les particularités de la langue portugaise*, p. 30, citados à nota 44 (contra Mattoso Câmara, Hall e Reed, “que preferem outra solução” (p. 40)).

Concluída a análise fonética, o sistema fonêmico é apresentado, no capítulo II, subdivido em 1. Fonemas vocálicos, 2. Fonemas consonânticos e 3. Estrutura silábica, em que constam os quadros demonstrativos com os resultados sistematizados.

Segue-se o Capítulo III, intitulado “Aspectos morfo-sintáticos”. Desenvolvido com base nos inquéritos lexicais, os dados apresentam-se fragmentários, conforme observa a autora, uma vez que não foi orientado para o objetivo de estabelecer o sistema morfo-sintático, e acrescenta:

Limitar-nos-emos aqui a apresentar aqueles aspectos que nos pareceram merecer um destaque dentro do material levantado. No futuro poderão contribuir - quem sabe - para a organização de um questionário básico sobre a morfologia e sintaxe de outros falares. (ISENSEE, 1964, p. 49)

Partindo dessa observação, o capítulo aborda os seguintes tópicos:

1. Gênero: reporta-se uso de gênero diverso ao padrão, como em *meu bronquite – tenho ele*; algumas palavras ocorrem como masculinas ou femininas mediante a mudança da vogal – como /na’via/ e navio –, ou a vogal final do feminino é substituída por /u/ – como *labutu* (‘meu ___ é esse’), por ‘labuta’. Constatam elocuições em que a concordância não é clara, como em: “qualquer uma coisa redondo”, entre outros fenômenos.
2. Número: um fato a destacar é que “quando a palavra vem precedida de um determinante o morfema pode aparecer, com grande frequência, apenas este: /uz dēt/ ‘os dente’.
3. Formação de palavras: grande produtividade do morfema *-eiro/-eira*, que denotam agentividade; os sufixos *-udo/-uda; -ão, -usa* formam adjetivos: *maludo* (ruim); *corajuda; caniluda; risão*; substituição de *-ecer* por *-ear*: *fraquiou* (enfraqueceu); o prefixo *di-* parece ter valor reforçativo, em *dimudado*, e *en-* por *a-*, designando passagem para um estado: *endoçar* (adoçar).
4. Pronomes: pessoais – *yeu, eu, tu, você, ocê, ele, me, mim, te, ti, nós, eles, vocês, ocês*; ‘tu’ é frequente e ocorre sempre com a forma verbal de 3ª pessoa; em nota (51), a autora observa: “a atenção que despertou o uso frequente de ‘tu’ por ‘você’, resultou do fato de em Salvador, que serviu de ponto de referência – não sistemático e nem sempre consciente talvez – para o inquiridor, ser muito raro o uso daquele pronome” (p. 52); demonstrativos: ocorrem sob a forma ‘este um’, ‘esta uma’, ‘nessa uma’, ‘aquela uma’ etc., uso de ‘esse’ por ‘isso’; relativos: emprego restrito de ‘quem’, ausência de ‘cujo’; uso de ‘o qual’, no lugar de ‘cujo’ – *essa morreu o qual ela tem filho que fala é tudo errado*; a preposição de apareceu antes do relativo, mas repetiu-se no fim da oração com o pronome: *uma mineração da que nós bebe é dela*; indefinidos: ‘tudo’ por ‘toda’; ‘alguém’ por ‘alguém’.

5. Frases negativas: repetição do advérbio 'não' após o verbo: *igual laranja não tem não*; uso da partícula 'não' após o indefinido 'ninguém': *ninguém não viu*; uso do advérbio 'nunca' mais indefinido 'nenhuma': *porque eu nunca gostei nenhuma*.
6. Grau: termos de comparação usados como reforço – *tenho tanto como dois*; uso de *que nem* – *ele chorava que nem eu*; ocorreu o superlativo 'riquíssimo'.
7. Preposições: *ni* por 'em' – *Eu nunca fui ni escola*; emprego de *im* por 'a', nas expressões *fui lá im procura de um remédio*; nas expressões 'de dia', 'de noite', 'no tempo de', os substantivos ocorrem sem preposição, precedidos do artigo: *eu só trabalho o dia*; ocorrem também: 'em riba de' (=em cima de), 'na beira de' (=diante de).
8. Advérbios: 'malmente'; 'mal e mal' – *sei malmente escrever o nome*; *risco meu nome malemau*; ao menos, pelo menos > *meno* – *se ocês ficasse meno até quarta-feira*; uso do adjetivo 'bom' – *você esteve ni escola, você escreve bom*.
9. Conjunções: uso de 'durante' (=tempo a partir do qual / desde) – *Durante eu nasci eu sou daqui*.
10. Expressões: 'morava ausente' – para indicar que uma pessoa estava ausente numa determinada época; 'caindo queda' – levando queda; 'será os impossível' por 'será possível'; 'fazer que' (=supor) – *eu fazia que era frio*; 'a ispeça de', 'posição de', com valor de 'uma espécie de'; 'a dita' – *na dita cabeça*; uso de substantivo posposto ao substantivo, com função de adjetivo – *um lustro beleza, uma rodagem colosso*.
11. Concordância: com sujeito coletivo 'pessoal', 'gente', 'povo', indefinido 'ninguém', verbo no plural – *o povo deixaram o garimpo*; *Ninguém estão trabalhando*; com sujeito posposto, verbo no singular – *na seca fica só os varutinho*; sujeito não expresso, formalmente no plural – *tiraram o efeito da igreja*
12. Verbo: flexão de pessoa/tempo-modo – uso da mesma forma verbal para 2ª e 3ª pessoa, como em *tu vai/ você vai*; a desinência -emos dos verbo em -er estende-se aos verbos em -ar; o indicativo substitui o subjuntivo – *é bem possível que ele arruma* – mas a do imperfeito se mantém – *se ocês ficasse/ se ponhasse*; a forma do futuro do subjuntivo coincidente com a forma do infinito estende-se aos verbos irregulares – *do jeito que quere(r)*; uso de 'ir + infinito' para expressar o futuro do indicativo – *tu vai moiá(r)*; o imperativo pode ser confundido com o indicativo – *vigia menino, vê se tem mais*; uso de formas modificadas – *subi* (soube); *truxi, troxi* (trouxe); 'vêvi (vive); *ponhar* ou *punhar*, como variantes de 'pôr'.

13. Regência: uso de intransitivos como transitivos – *trabalhar o garimpo*; perda da preposição regente – *não sei por que eu nunca gostei nenhuma*; comparativo sem a preposição ‘a’ – *igual açúcar*; adjetivo ‘capaz’ seguido de ‘que’ – *capaz que não*.
14. Arcaísmos: uso das formas ‘lũa’, ‘fruta’ - ‘lũa’ deve remontar ao século XIV, substituída por ‘lua’, a partir do século XV; ‘repostar’, *me repostou* – o uso na linguagem popular de Portugal e do Brasil; ‘al’kâfo (‘cânfora’) aparece no século XVI e ‘bem’cãũ, corrente no século XV; outras locuções – ‘deve a limpar quem está sujo’; ‘deve a vestir quem está esmulambado’ – a primeira admite duas interpretações: *deve a limpar* ou *alimpar* (auxiliar ‘dever’ + preposição ‘a’ é a mais antiga e predominante no século XIII⁸, enquanto ‘alimpar’ é corrente no século XIV⁹); uso das expressões ‘por amor de’, ‘em antes de’, ‘mas porém’ – *prumodi as chuvas* (referidas em Serafim da Silva Neto como expressões do português dantanho); *inhanti disso aumentar* – locução arcaica também citada por Amadeu Amaral (em *O dialeto capira*).

Ainda que fragmentários, é inegável a importância dos resultados relativos aos aspectos morfossintáticos. Neles se depositam inúmeros traços que se tornaram objeto de investigação nos estudos subsequentes das variedades do português brasileiro, em diferentes vertentes teóricas. Uma apreciação singela, porém, extremamente lúcida, desses esforços está reunida no opúsculo *Como falam os brasileiros*, de Yonne Leite e Dinah Callou, publicado em 2002, em que fica evidente a larga experiência das autoras, pela capacidade de síntese e por seu olhar abrangente e visionário. É o que se depreende do trecho a seguir, em que fazem referência ao objetivo primordial do monumental projeto do *Atlas linguístico do Brasil (ALiB)*, de que Suzana Alice Cardoso é um nome a exaltar, *in memoriam*, aqui citado como exemplo, no panorama dos inúmeros projetos em andamento em nosso país, que compartilham, na essência, a mesma convicção.

O objetivo é fazer um retrato do Brasil, isto é, dar conta da diversidade existente, ou melhor, da dialetação do português, a fim de tornar viável a tão complexa delimitação de áreas próprias a cada fenômeno linguístico. Em suma, seria importante confirmar ou infirmar a tese de que as divisões dialetais no Brasil são menos geográficas que socioculturais e de que as diferenças na maneira de falar são maiores, num determinado lugar, entre um homem culto e o vizinho analfabeto do que entre dois brasileiros do mesmo nível cultural, originários de regiões distantes uma da outra. (LEITE; CALLOU, 2002, p. 17-18)

⁸ A autora cita estudo de Vera Lúcia Sampaio: Dever como auxiliar modal num texto do séc. XIV. *Arquivos da Universidade da Bahia*, v. V, Salvador, 1963, p. 157-164.

⁹ A autora cita ocorrência do verbo (‘*e o frade noviço fazêdo todo seu poder pera alimphar o logar em que queriã fazer o orto...*’ (p. XVI, 1, 5)) nos Diálogos de São Gregório, edição crítica dos Diálogos, livro II, por Rosa Virgínia Mattos e Silva.

O Capítulo IV apresenta o “Índice de palavras”, com a transcrição fonética de todos os itens e indicação das páginas em que ocorre. Acompanham fotografias, tomadas por ocasião da visita de campo, de artefatos, adereços e ainda de uma mulher, membro da comunidade. É um trabalho monumental, do ponto de vista empírico e teórico, pela qualidade do tratamento fonético, pelo detalhamento e pelo número de dados.

Seguem-se os textos cantados, em transcrição ortográfica, acrescidos das partituras musicais, o que constitui uma qualificação de grande importância pelo ponto de vista etnográfico e cultural.

No último item, são apresentadas as “Obras utilizadas”, um arcabouço de grande relevância para os estudos de dialetologia e para o resgate de contribuições pioneiras não só nessa área mas também em áreas correlatas, como a filologia, a lexicologia, a teoria da gramática, os estudos históricos. Em anexo, consta o *Curriculum vitae* da autora.

Muito mais poderia ser dito sobre a primorosa dissertação de Dinah Callou, desenvolvida na Universidade de Brasília e defendida em dezembro de 1964, em cujos arquivos pode ser consultada (cf. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/42814>).

Nosso intento, com essa breve exposição, foi o de oferecer, em nome da comunidade que hoje integra o Instituto de Letras da Universidade de Brasília, uma nota de reverência a esta ilustre linguista, por seu trabalho incansável na pesquisa científica e na formação de tantos profissionais que a ela estiveram ligados acadêmica, intelectual e afetivamente, ao longo de sua carreira profissional. Para além desse objetivo primordial, fica o agradecimento pela oportunidade de participar deste evento memorável e o desejo de que as novas gerações possam apreciar o valor do conhecimento e da cultura, como atributos da democracia, essenciais na busca por um futuro de paz e prosperidade para a humanidade.

REFERÊNCIAS

- COSERIU, E. *La geografía lingüística*. Montevideo: Universidad de la República, 1956.
- FURTADO, C. *Brasil, a construção interrompida*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- FERNANDES, F. *A ditadura em questão*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.
- ISENSEE, D. M. M. *O falar de Mato Grosso (Bahia)* – fonêmica. Aspectos da morfosintaxe e do léxico. 1964. 143f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade de Brasília, Brasília, 1964.
- LABOV, W. *Sociolinguistics patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1975.
- LEITE, Y; CALLOU, D. *Como falam os brasileiros*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- RIBEIRO, D. *O povo brasileiro*. A formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Global, 2015.
- RIBEIRO, D. (org.). *Universidade de Brasília*. Brasília: Editora da UnB, 2012.
- SALMERON, R. A. *A Universidade interrompida*. Brasília 1964/1965. Brasília: Editora da UnB, 2007.
- WOODWEED, B. *História concisa da lingüística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

DINAH CALLOU, A DIALETOLOGIA E A SOCIOLINGUÍSTICA NO BRASIL¹

Cláudia de Souza Cunha (UFRJ)

Carolina Ribeiro Serra (UFRJ)

Meu caminho pelo mundo

Eu mesmo traço

A Bahia já me deu

Régua e compasso

Aquele Abraço (1969), Gilberto Gil

Nas palavras da nossa homenageada, dialetologia e sociolinguística são duas faces da mesma moeda. E também como um ramo da mesma árvore está a história (social) da língua, que vem se juntar às duas primeiras abordagens com o intuito de explicitar e explicar as relações entre língua e sociedade. Essas três abordagens, mais do que estarem presentes na sua vida acadêmica, ganharam grande impulso no Brasil com os trabalhos da Dinah junto a grandes projetos: o Atlas Prévio dos Falares Baianos, o Projeto da Norma Urbana Culta, o Projeto Gramática do Português Falado e o Projeto Para a História do Português Brasileiro. Dinah participou ativamente de todos eles.

Direito, Medicina e Engenharia eram os cursos universitários de prestígio no final dos anos 1950. O destino das moças, no entanto, costumava ser o curso de Letras, pejorativamente apelidado de “curso de espera marido”, já que se esperava que as estudantes aprimorassem ali seus dotes culturais e, assim que contraíssem matrimônio, assumissem o papel de esposa, dedicando-se primordialmente ao lar. Enquanto a maioria das colegas saíram já do ensino médio para casar, Dinah, no contrafluxo, fez os dois: construiu não só uma família como também uma sólida carreira. A escolha pelas Letras foi motivada

¹ Dentre outros materiais, serviram de fonte de consulta para a elaboração deste capítulo diversas entrevistas concedidas pela Dinah que se encontram publicadas *online*; o discurso da Profa. Cláudia Cunha, representando o Departamento de Letras Vernáculas da UFRJ, por ocasião da outorga da distinção acadêmica de Professora Emérita, concedida à Dinah pelo Egrégio Conselho Universitário da UFRJ, em 2 de setembro de 2010, e a memória das inúmeras conversas entre as autoras e a homenageada, na sala F312, da Faculdade de Letras da UFRJ.

pelos muitos anos de estudo de inglês e pela descendência alemã, o que a levou ao curso de anglo-germânicas na UFBA, onde toda a sua formação e iniciação na pesquisa se deu. Ali teve como professor, nos quatro anos da graduação, Nelson Rossi, responsável pela sua introdução na pesquisa dialetológica e pelo redirecionamento de foco: do estudo do inglês, para o estudo da língua portuguesa.

Nascido no Rio de Janeiro, o professor, convidado pelo Reitor Edgar Santos, chegou à Universidade da Bahia em 1955 e, dois anos depois, implantou lá o primeiro Laboratório de Fonética Experimental do Brasil. A experiência na área fora adquirida em Portugal, quando trabalhou como bolsista CAPES com o Professor Armando de Lacerda no Laboratório de Fonética Experimental de Coimbra, e também na França, no Institut de Phonétique, em Paris.

Este foi o cenário em que se iniciou a dialetologia no Brasil e sua história se entrelaça intimamente com a de alunas como Dinah Callou, Carlota Ferreira e Suzana Cardoso. O espírito da pesquisa foi sendo forjado no grupo ao longo de cada aula e aqui deixamos Dinah contar sua própria história²:

Foi com um poema de Drummond, “Balada do amor através das idades”. “*Eu te gosto, você me gosta*”, foi assim que tudo começou. E o livro que ele mandou que nós comprássemos para ler. Aí, no caso, houve uma indicação que foi o *Cours de linguistique générale* de Ferdinand de Saussure, em francês, porque não havia ainda a tradução para o espanhol. Então naquela época a gente tinha esse luxo, ao entrar na Universidade a gente era capaz de ler um livro em francês porque tinha tido um nível médio – quer dizer, desde o chamado “fundamental” hoje – um ensino regular de francês ao lado do inglês. E não havia aqui na Bahia. Pedimos pra ser comprado no Rio de Janeiro e vieram vários exemplares. E foi o nosso livro base no ensino de língua portuguesa, quando o ensino antes era todo calcado em ensino gramatical do que é certo, do que é errado, a pontuação, vírgula, *et cetera* e tal. Então essa renovação de ensino proposta por Nelson Rossi visava iniciar os estudantes em problemas concretos de inquéritos linguísticos, substituindo às vezes aulas tradicionais por pesquisas de campo, mas sem deixar de lado a formação teórica indispensável, e com isso despertando vocações. Gilberto Gil tem uma música que diz: “A Bahia me deu régua e compasso”. E Nelson Rossi deu régua e compasso pra todos nós.

Apesar de não ser obrigatória a confecção de monografia nos cursos, o professor propôs a realização de atividades de campo e de dois trabalhos monográficos: um de dialectologia e outro de história da língua. Antes de se formarem, Nelson Rossi levou a turma toda para três localidades próximas a Feira de Santana, onde fizeram inquéritos, e Dinah lembra, rindo da situação: “ficamos numa casa que não tinha nada pra comer e

² Discurso no evento de Comemoração dos 50 anos do APFB, na UFBA, em 2013.

comemos requeijão durante dois dias”. Realmente, o grupo que estudou com Rossi teve uma formação diferenciada, diferenciada até em relação ao que se faz hoje.

“*Todo mundo gosta de acarajé / mas o trabalho que dá pra fazer é que é*”! Esse é um trecho da música “Preta do acarajé”, de Dorival Caymmi (lançada em 1939 como o lado B do disco que traz o clássico “O que é que a baiana tem”) e é a epígrafe do APFB, já anunciando, acertadamente, o quão árduo é o trabalho dialetológico de colher dados em campo para que depois toda a comunidade possa desfrutar dos resultados. A empreitada de confeccionar o primeiro atlas linguístico brasileiro, sob a batuta de Nelson Rossi, coube ao grupo composto por Dinah Callou, Carlota Ferreira, Josephina Barletta, Judith Freitas, Cyva Leite e Tânia Pedrosa. Dinah e Carlota participaram de todas as etapas de confecção do atlas, da primeira à última, fazendo parte de uma geração que, nas palavras de Dinah, teve o privilégio de estar na hora certa, no lugar certo. Esse atlas constitui um marco na história dos estudos dialetais no Brasil, sendo o primeiro a empregar de forma sistemática uma metodologia científica. As pesquisadoras cobriram uma rede de pontos de 50 localidades, distribuídas pelas 16 zonas fisiográficas do Estado, aplicando um extrato de questionário de 182 perguntas, selecionadas com base em uma versão de questionário mais ampla contendo 3.000 questões, divididas nas áreas semânticas TERRA, VEGETAIS, HOMEM, ANIMAIS. O atlas teve um total de 100 informantes, 57 mulheres e 43 homens, com idade variando entre 25 e 60 anos. Com relação à escolaridade, todos eram analfabetos ou semialfabetizados. Ademais, O APFB apresenta como inovação, em trabalhos dessa natureza, a aplicação de um teste de reconhecimento ou teste de identificação: após a aplicação do inquérito, indaga-se ao informante sobre o conhecimento de determinadas expressões, obtidas numa sondagem inicial, mas não documentadas na entrevista.

A preparação da equipe incluiu várias etapas, como o levantamento da história das localidades (escolhidas conforme a proposta de Antenor Nascentes) e o treino na aplicação do inquérito, realizado durante a graduação. Ao abordar o entrevistado, as instruções eram: nunca dizer aquilo que se queria obter linguisticamente, fazer circunlóquios de todo tipo para não deixar explícitas as intenções da pesquisa, mas fazer o entrevistado falar bastante, mesmo que não se aproveitasse tudo. Destaca-se o apurado treinamento de transcrição fonética:

A gente começou primeiro transcrevendo uma língua que a gente não conhecia, que foi o iorubá, uma língua africana, que a gente não tinha a menor ideia de como era, e depois transcrevendo elocuições em russo, que também ninguém sabia russo. E só depois a gente passou a treinar a transcrição fonética.

Nessa época, a transcrição fonética era direta, feita *in loco*, dada a impossibilidade de fazer gravações em campo. Os gravadores de pilha não existiam e os que funcionavam

diretamente na eletricidade não podiam ser usados, pois as localidades não tinham luz elétrica.

Nos três meses de duração do trabalho de campo, seguia-se uma rotina. Assim que chegavam à localidade, as pesquisadoras procuravam um lugar onde ficar (que eram em geral lugares muito simples) e procuravam os representantes administrativos ligados ao IBGE (já indicados pelo mesmo órgão em Salvador), que agiam como facilitadores, fazendo a intermediação no contato com os informantes. Essa ponte intentava tornar mais fácil o contato com os moradores, evitando a desconfiança e a reação de não querer conversar e responder às perguntas. Alguns desses facilitadores eram maravilhosos; outros não eram tão simpáticos e, nas palavras de Dinah, “a gente tinha que ir na raça”. A reação dos habitantes locais sempre trazia um grau de estranhamento:

Ficavam desconfiados. Em geral homens, né? As mulheres nem chegavam a falar conosco. Elas... lá pra fora! Às vezes a gente fazia gravação na calçada da casa, raramente dentro da casa. Alguns chamavam pra entrar; outros não. Mas a prioridade é fazer a entrevista. O informante é quem manda! E aí vinha gente, juntava às vezes muita gente. Às vezes no Atlas tem assim: circunstantes. É alguém que tava assistindo e aí dá um palpite no que o outro responde. Porque quando terminava tudo, se alguém não dizia a palavra que tinha ocasionado a inserção daquela pergunta no questionário [...] “já ouviu falar de tal coisa?”, a gente perguntava. Às vezes o próprio informante não sabia, mas alguém que tava assistindo sabia.

Já num segundo contato, tudo transcorria de forma mais tranquila e alguns, depois de reconhecê-las, diziam: “Ah, você já esteve aqui e não aconteceu nada!”. De todo modo, eles estranhavam e perguntavam “por que que a gente se interessava por aquilo”. Como disse Lindley Cintra, “é uma experiência não só no campo profissional, mas também humano”.

Na primeira viagem, Nelson Rossi e sua equipe seguiram juntos para Abrantes. Lá dividiram-se em duplas e fizeram as primeiras entrevistas. A permanência em cada localidade variava: às vezes um único dia, às vezes mais de um. Delimitavam-se as localidades próximas de modo que, terminando a aplicação do inquérito em uma, já pudessem seguir para outra cidade que ficasse perto. Ia-se ao ponto mais próximo que tivesse transporte (avião etc.) e dali seguiam viagem. A questão do transporte nem sempre era simples, pois havia lugares de difícil acesso:

Uma vez a gente teve até que voltar, que a gente era maluca. Foi num jipe, cedido pela prefeitura lá, com motorista doido, não tinha pneu sobressalente, o pneu furou, a gente teve que parar, foi um horror. A gente não conseguiu chegar no lugar. E a alguns lugares a gente ia de teco-teco, de canoa, e até ali, Ubaitaba, de onde é esse campeão olímpico de canoagem, o Isaquias Queiroz. Conheço muito

bem ali, era um ponto do Atlas. [...] Mas a gente passou aperto, de parar no meio da estrada sem ter nada, nada em volta. Tinha que contar com a boa vontade de quem passava também. A gente ficava imunda, coberta de poeira, tinha que levar coisa pra comer que senão você corria o risco de passar fome, e você não ia comer nada que você achasse na frente.

Após a recolha, o preparo dos dados para a publicação do atlas também trouxe desafios:

Era tudo transcrição fonética, ainda não tinha computador. Aí mandava imprimir cada transcriçãozinha, aí você cortava aquela transcrição, pegava com uma pinça... aquele trabalho de monge, artesanal, pra grudar no lugar pra ver se dava pra botar, e o que não desse ali ia pras notas. E saiu como saiu porque foi no IBGE, lá em Salvador, que era uma gráfica fantástica.

Pode-se afirmar com segurança que o APFB, além de marcar o início dos estudos dialetais geolinguísticos, introduz no país a pesquisa linguística propriamente dita:

Não havia ainda pesquisa regular, ninguém recebia bolsa de pesquisa, nada. Tempo integral? Nem se falava. E Nelson Rossi trabalhava todo santo dia – e a gente também –, e pra fazer o Atlas, a gente voltava de noite na Faculdade pra trabalhar. Abria pra nós, feriados, à noite, tudo. Tempo integral e dedicação exclusiva nas Universidades foi só mais tarde, em 1971.

Por vários motivos (sendo o principal a ida de Nelson Rossi para a Universidade Federal da Bahia), a geração de Dinah teve a oportunidade de dar início a atividades regulares de pesquisa e, posteriormente, de integrar vários projetos coletivos, primeiramente no âmbito da dialetologia e mais tarde no âmbito da sociolinguística, duas perspectivas de análise da língua que se complementam.

Em 1962 Nelson Rossi vai para Brasília, sendo um dos primeiros professores da Universidade de Brasília (onde fica até 1965), e parte do grupo (Dinah, Rosa Virgínia, Nádia e Júlia Santos) vai com ele fazer o Mestrado. Dinah faz uma monografia dialetal sobre um povoado de Rio de Contas (chamado Mato Grosso, na Chapada Diamantina, já visitado para a recolha do APFB), onde passou 10 dias em trabalho de campo, recolhendo dados para sua dissertação. As condições eram adversas:

Quando eu fui fazer a monografia dialetal, pra minha dissertação, eu fui morar com um dos caras que tinha me ajudado quando eu fui pra aquele lugar; porque eu passei dez dias na casa dele, sem banheiro. Não tinha banheiro não. Você fazia xixi no mato, número dois no mato [...] – Mas não tinha nem aqueles banheiros do lado de fora? – Não tinha nada. [...] E lá tinha toda aquela história de ir de burro até o local, de 1.500 metros. Nunca tinha montado num

cavalo, quanto mais num burro. [...] Quando eu fui fazer minha dissertação, eu fui com uma amiga minha, uma das minhas melhores amigas, que morreu depois com 30 anos, fez comigo o mestrado em Brasília e tudo – ela que fez as fotos e me acompanhou lá pra gravar. Mas era duro. Aí, muita coisa eu também não gravei, porque não dava pra gravar tudo, a pilha terminava, você tinha levado, mas às vezes não era suficiente.

Entrega a dissertação em dezembro de 1964 e planeja seguir para o Doutorado, fazendo como tese um Atlas linguístico de Goiás, que já estava em fase preliminar. Assim teria acontecido, caso o país não tivesse mudado abruptamente de rumo fazendo com que eles não permanecessem na UNB. Ou, nas palavras sugeridas por Celso Cunha, quando Dinah estava redigindo, anos depois, o seu memorial, “o projeto malogrou por injunções políticas”. O cenário na Universidade era trágico:

Tinha polícia todo o dia dentro da Universidade, aí cada dia você sabia: “levaram Fulano!”, que ficava uns dias preso ou só era pego para interrogatório. Mandaram um interventor, a coisa ficou impossível. E com perseguição. Alguns professores foram demitidos logo nessa primeira leva. Ada Natal Rodrigues, que fez aquele trabalho sobre o dialeto de Piracicaba, o marido dela foi um dos primeiros demitidos. Ficou um tempão preso, depois demitiram. Depois foram mais onze demitidos – Callou foi um dos demitidos – e aí trezentos e tantos professores assinaram um documento se demitindo. Mas eles foram aceitando as demissões aos poucos, pra que não saíssem todos ao mesmo tempo. Eu saí de lá eu me lembro que em novembro. Mas o trabalho já tava impossível.

Essas “injunções políticas” trouxeram Dinah para o Rio em 1965, mas os reflexos do golpe de 1964 se fizeram sentir em vários outros momentos, como a dificuldade em ter o reconhecimento do Mestrado concluído. Lá eles diziam, enquanto não houve a anistia, “que não sabiam de nada, que a gente não existia. Não tinha nada lá, não constava nada”. Começou a atuar na UFRJ em 1966 e se sentiu de início um pouco isolada, pois o ambiente era muito diferente daquele em que estava habituada a trabalhar:

Eu quando cheguei aqui entrei em choque também. Estava muito mal acostumada, estava acostumada a trabalhar todo dia no local onde a gente trabalha. Aí eu ia dar aula ali na Presidente Antônio Carlos, onde funcionava a Faculdade de Letras, e ninguém via ninguém. Você entrava, dava sua aula, vinha embora pra casa. A gente já tinha o NURC, a gente trabalhava, mas não havia a cultura de trabalhar lá. O prédio não tinha salas de pesquisa. Saímos da Presidente Antônio Carlos e fomos pro anexo, defronte de onde é hoje a Academia Brasileira de Letras. A gente saía na rua, tinha gás lacrimogêneo e você tinha que voltar. Era uma época dura, foi dureza.

Aos poucos as condições de trabalho foram melhorando, com a mudança da Faculdade de Letras para a Avenida Chile, promovida pelo então diretor, Afrânio Coutinho, que conseguiu reivindicar para Letras um barracão que havia sido construído para a exposição de Portugal. No entanto, no prédio improvisado, as condições eram precárias e, se chovesse, inundava, impedindo que as pessoas entrassem. Depois, construiu-se para Letras um prédio no Fundão, para onde a Faculdade se transferiu em 1985 e “para onde ninguém queria ir”. Dinah complementa: “O pessoal ia ali para a Avenida Chile para badalar, né? As pessoas iam, tomavam chopinho na Cinelândia, já era um começo de abertura, com aquelas manifestações”.

O Projeto NURC (Projeto de Estudo da Norma Urbana Culta) a trouxe de volta ao ambiente de pesquisa, pelas mãos, mais uma vez, de Nelson Rossi. Como lembra Jacyra Mota³, Rossi foi convidado a integrar a Comissão de Linguística e Dialectologia Ibero-Americanas (CLDI) do Programa Interamericano de Linguística e Ensino de Idiomas (PILEI), na qual Juan M. Lope Blanch (presidente da Comissão) apresentou a proposta de um Proyecto de Estudio del Habla Culta de las Principales Ciudades de Hispanoamérica, incluindo as cidades de Bogotá, Buenos Aires, Caracas, Havana, Lima, Madrid, México, Puerto Rico e Santiago do Chile.

Coube a Rossi o desafio de estender o projeto de estudo das normas urbanas cultas ao português, desenvolvendo um projeto que acompanhasse metodologicamente o Projeto apresentado por Blanch. Assim nasceu o Projeto NURC, em finais da década de 1960 e inícios da de 1970, promovendo no Brasil uma guinada nos estudos dialetológicos: a nova perspectiva é a da Dialectologia Urbana ou Sociolinguística e o foco é o estudo da pluralidade de normas no português do Brasil “objetivamente comprovadas no uso oral”. O NURC teve como 1º Coordenador Geral Nelson Rossi e cinco Coordenadores Regionais, um para cada capital brasileira eleita para estudo: Rossi assumiu a coordenação de Salvador; José Brasileiro Vilanova ficou responsável por Recife, Celso Cunha pelo Rio de Janeiro, Isaac Nicolau Salum e Ataliba de Castilho por São Paulo e Albino de Bem Veiga por Porto Alegre. É neste ponto que se cruzam as trajetórias de Celso Cunha e Dinah Callou.

Segundo a própria Dinah Callou, à diferença do Prof. Nelson Rossi, Celso Cunha não punha a mão na massa no trabalho de pesquisa junto com os orientandos, mas, em compensação, ele punha à disposição dos alunos a própria biblioteca pessoal, na sua casa. Possuía uma formação excepcional em língua, literatura, história da língua e com ele Dinah aprendeu muito. Mas Celso Cunha não tinha a visão de dialetólogo, aquela visão de quem vai ao campo conhecer a realidade linguística e ver a língua se fazendo. Poderíamos dizer então que não só Celso Cunha teve muito a ensinar à Dinah mas também teve muito a aprender com ela. Sobre o professor, ela diz:

³ “O Projeto NURC no Brasil: 50 anos de história na Bahia”, texto publicado no livro *NURC 50 anos – 1969 - 2019*.

Celso Cunha era ótimo, uma pessoa maravilhosa. Ele tinha disciplina, mas do jeito dele, porque ele trocava o dia pela noite. Falava sem parar, abria aqueles parênteses intermináveis e depois não dormia, três horas da manhã ele trabalhava, até às sete. Dormia muito pouco, porque onze horas já tava acordado. E ele punha à sua disposição tudo. Como ele não gostava que estragasse o livro dele, ele preferia ele fazer cópia do texto que ele ia te dar, num lugar perto da casa dele, que o cara já sabia que não podia abrir demais a lombada, pra não acabar com a revista. Ele me deu tudo a que se tinha acesso àquela altura sobre o erre, em várias línguas. Dialectos do italiano, espanhol, tudo.

A equipe inicial do NURC-RJ foi constituída por Dinah, Maria Helena Marques, Maria Nazaré Lins Soares (vinda também de Brasília) e Célia Terezinha, que já trabalhava com Celso há algum tempo. Para pôr o projeto de pé, baseado em gravações, partiu-se novamente para o trabalho de campo, desta vez registrando a fala de habitantes das zonas urbanas, com escolaridade de nível universitário:

Eu fiz muitas entrevistas do NURC. Eu, Socorro... A gente ia até Campo Grande no frescão, carregando um gravador UHER. E os entrevistados, a gente tentou pegar professores da própria Universidade. Mulheres, Socorro foi tomar chá numa associação de velhinhas pra achar umas informantes. Porque mulher naquela época que tivesse curso universitário era muito mais raro, né? Aí um indicava o outro, o outro indicava mais outro... De mulheres, havia dificuldade. Os outros não. Os nossos próprios alunos indicavam: "Meu tio! Minha mãe!". Aí lá fomos nós pra casa deles. A gente se dava bem: jantava no lugar, fazia o inquérito e só depois voltava pra casa. Teve muito disso, aquelas turmas antigas. Não eram como hoje também, com cinquenta alunos.

Ainda falando sobre as particularidades dos informantes:

Você sabe que a pessoa de nível superior é mais encucada do que as outras. Eles só achavam estranho, na época do Atlas Prévio, que a gente era tão menina... a gente não podia dizer que era casada naquela altura, não tinha cara. Jovens demais! E também era outra época, né? Agora seria perigosíssimo.

Dinah Callou era responsável pelos estudos no âmbito do subprojeto de Fonética e Fonologia e de Morfossintaxe e em 1987 assumiu a coordenação geral do NURC-RJ. As amostras da década de 1970 (de 493 informantes) e as da década de 1990 (de 39 informantes), distribuídas por faixa etária e sexo, possibilitaram o desenvolvimento de diversos estudos – em tempo aparente e em tempo real de curta duração – que utilizavam a teoria da mudança linguística, teorias fonológicas modernas, o aparato teórico-metodológico da sociolinguística quantitativa laboviana e também o aporte da fonética acústica experimental.

A sociolinguística entrou em sua vida com a vinda de Anthony Naro para dar um curso de gramática gerativa com Miriam Lemle na UFRJ. Fazendo as disciplinas do curso de Doutorado, Dinah fez também um curso de História da Língua com Naro e, posteriormente, cursos específicos de Sociolinguística. Sua tese (*Variação e distribuição da vibrante na fala urbana culta do Rio de Janeiro*, defendida em 1980) foi a segunda tese de sociolinguística no Brasil. A primeira foi a de Sebastião Votre (defendida em 1978). A pesquisa da tese mantém o foco dialetológico e dá um passo adiante, fazendo uso do *corpus* do Projeto NURC e incorporando uma renovação metodológica e teórica: a aplicação da sociolinguística quantitativa laboviana à análise dos dados. Este tornou-se um dos campos de pesquisa mais produtivos da Faculdade de Letras da UFRJ e Dinah Callou, sistematicamente, vem trabalhando dentro da metodologia variacionista. Celso Cunha foi o orientador e Naro foi o coorientador do trabalho, orientando a parte estatística computacional e dando todo o suporte para a análise de dados:

O problema é que naquela época não tinha computador de pequeno porte, só de grande porte. E você tinha que digitar, fazer aqueles cartõezinhos pra rodar. No NCE era um problema, e eu tinha aqui a PUC (e o Naro tinha acesso à PUC) e eu resolvi rodar aqui, eles abriram. Eu às vezes deixava as coisas lá e rodavam à noite e eu ia buscar.

Os trabalhos realizados na área da fonética e fonologia no âmbito do NURC-RJ tiveram um impulso e uma projeção grande, pela aliança frutífera entre pesquisadores de alto quilate. À Dinah Callou se juntam Yonne Leite (*in memoriam*), uma fonóloga de primeira categoria, e João Moraes, um foneticista e prosodista dos melhores. Dinah e Yonne se conheceram nos cursos de Anthony Naro e resolveram: “vamos fazer alguma coisa juntas!”. A parceria deu certo (certíssimo!) e “pena que acabou cedo demais”. Dinah conheceu João em um congresso em Brasília, em que elas foram para apresentar um trabalho: “Pronto, aí foi uma ligação muito rápida de nós três, impressionante. Encaixamos”.

O trabalho do trio era de perfeita complementação. Juntos e em parceria com outros pesquisadores e orientandos de Iniciação Científica, Mestrado e Doutorado, prezando sempre pelo trabalho em equipe, o grupo investigou a caracterização acústica das vogais tônicas, pré-tônicas e pós-tônicas das cinco capitais do NURC; o processo de harmonia vocálica; a posteriorização e o apagamento do rótico, em posição de coda silábica; a palatalização do /s/; a vocalização do /l/ e a ditongação, resultante da vocalização do /l/ ou da inserção de [y] diante de /s/; aspectos prosódicos na interface fonologia/sintaxe; e outros temas. O *corpus* do NURC das décadas de 1970 e 1990 serviu também de base para o chamado ‘*corpus* compartilhado’, para os estudos do Projeto Gramática do Português Falado (1988-2006), sob a coordenação geral do Prof. Ataliba de Castilho (USP/Unicamp) e que reuniu pesquisadores de todo o Brasil. Dinah Callou também participou ativamente das atividades do Projeto.

Os róticos estão na vida de Dinah desde 1975, foram o objeto de sua tese de Doutorado e, embora ela tenha passado por diversos temas, na sua produção, o R ocupa lugar de destaque. Além de inúmeros trabalhos individuais e no trio, tomando como base as amostras de fala do NURC, em 2013, Dinah passou a integrar o Projeto ALiB-Rio e, juntamente conosco, Cláudia Cunha e Carolina Serra, e orientandos, participa até hoje da empreitada de descrever os rumos que o R em coda final (principalmente) tem tomado na região Nordeste e no Sul do país.

Como um caminho paralelo, de tanto vulto quanto os demais, marcam a sua trajetória também os estudos em história da língua e história social. Segundo Dinah, dialetologia e sociolinguística são faces da mesma moeda e história da língua e história social têm tudo a ver com essas áreas também. Essa afirmação fica comprovada nos diversos trabalhos desenvolvidos por Dinah, sempre em equipe, no âmbito do Projeto Para a História do Português Brasileiro (PHPB), coordenado pelo Prof. Ataliba de Castilho (USP/Unicamp). Neles, Dinah sempre procurou relacionar a variação e a mudança linguística a aspectos sociais e históricos da comunidade de fala e de escreventes do português no Brasil.

De tantas contribuições relevantes dadas por Dinah ao PHPB, uma mostra é o Volume 9 do projeto, organizado por ela e Tânia Lobo, intitulado *História social do português brasileiro: da história social para a história linguística*. O volume foi publicado em 2020, mas reúne as reflexões de Dinah e seus parceiros de trabalho de longa data, ao longo de décadas. Quatro capítulos sintetizam os interesses de Dinah e do grupo de pesquisadores: com Dante Lucchesi, apresenta “Os cenários sociolinguísticos do Brasil colonial” e um “Panorama sociolinguístico do Brasil no século XIX”; em coautoria com Juanito Avelar, Afrânio Barbosa e Carolina Serra, trata de aspectos a serem considerados “Para uma sócio-história da língua portuguesa no Rio de Janeiro: demografia, escolarização e construção da norma”; e com Emílio Pagotto, mostra “Porta, janela e alpendre: o ensino escolarizado e a constituição da norma no Brasil”.

Nessa obra e em outras produções, estão materializados seus principais interesses descritivos e analíticos, o que evidencia o alcance do seu olhar científico: a dialetologia, a sociolinguística, a história social e linguística e o estudo sobre a constituição da norma (e das normas) do português brasileiro. Dinah sempre respeitou e valorizou o trabalho dos colegas e dos estudantes e sempre fez questão de demonstrar que vai aprendendo enquanto também ensina.

Seu contributo também inclui obras de referência – *Iniciação à fonética e fonologia* e *Como falam os brasileiros* (ambos escritos em parceria com Yonne Leite) e, sobretudo, a formação de novos profissionais dentro da área, orientando, ininterruptamente, pesquisas de Iniciação Científica, Mestrado e Doutorado. Para que se tenha ideia desses frutos, basta olhar o corpo docente da Faculdade de Letras da UFRJ. O Setor de Língua Portuguesa (Departamento de Letras Vernáculas) conta hoje com oito professores que

estiveram sob sua orientação direta: Cláudia Cunha, Luiz Palladino, Célia Lopes, Afrânio Barbosa, Violeta Rodrigues, Mônica Orsini, Eliete Batista e Carolina Serra. Os egressos formados por ela, que atuam em universidades Brasil afora e no exterior, são vários...

O Departamento de Linguística conta com tantos outros colegas que com ela dividiram o espaço da sala de aula na Pós-Graduação e em publicações. A Faculdade de Letras dispõe atualmente de um quadro docente de excelência que passou, grande parte, pelas salas de aula de Dinah. Dentre os professores, seu ex-aluno de História da Língua, Antônio Carlos Secchin, professor aposentado de Literatura Brasileira e membro da Academia Brasileira de Letras, diz com orgulho que foi seu aluno. E ela complementa: “passou com 10, sempre foi brilhante!”. Secchin guarda até hoje a prova nota 10 com a Profa. Dinah Callou, que passou a ser sua colega de Departamento.

A Professora, que desde 1988 atua como Pesquisadora 1A do CNPq, desempenhou também, ao longo de sua carreira, atividades administrativas dentro e fora da Faculdade de Letras da UFRJ, dentre as quais se destacam a Chefia do Departamento de Letras Vernáculas, a Coordenação da Pós-Graduação em Letras Vernáculas, a Coordenação de Integração Acadêmica da Pós-Graduação do Centro de Letras e Artes e a atuação como Delegada Regional da ALFAL para o Brasil. Já como Professora Titular do Departamento de Letras Vernáculas, fez Pós-Doutorado, entre 1994 e 1995, na Universidade da Califórnia, na área de dialetologia e sociolinguística.

O *curriculum vitae*, presente na base Lattes/CNPq, lista a produção científica e a participação em bancas, seja de concurso para provimento de cargos, seja de Mestrado e Doutorado. São listas cuja extensão evidencia o reconhecimento de seu nome como uma referência para todos os profissionais que trabalham com a pesquisa e o ensino de Língua Portuguesa no Brasil.

A distinção acadêmica de Professora Emérita concedida à Dinah pelo Conselho Universitário da UFRJ em 2010, além de fazer justiça à sua carreira brilhante, também condiz com suas atividades e com sua dedicação intensa ao Departamento de Letras Vernáculas, ao Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas e, principalmente, à UFRJ.

Porém, mais do que uma sucessão de marcos, datas e títulos, o que nos marca em relação à Dinah Callou é a sua presença mesma, o seu exemplo: retidão, constância, espírito empreendedor, visão de coletividade e trabalho em equipe, talento acadêmico, entusiasmo, o não se furtar nunca a fazer, a participar, a acreditar, a mover-se, a manter-se em movimento, a incentivar a todos, antes de tudo, com sua própria inquietação acadêmica – qualidades estas que nós, seus pares, testemunhamos todos os dias.

REFERÊNCIAS

- CALLOU, D. *Variação e distribuição da vibrante na fala urbana culta do Rio de Janeiro*. 1979. 248f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1979.
- CALLOU, D. *Variação e distribuição da vibrante na fala urbana culta do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ/PROED, 1987.
- CALLOU, D.; LEITE, Y. *Iniciação à fonética e à fonologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
- CALLOU, D. et al. Para uma sócio-história da língua portuguesa no Rio de Janeiro: demografia, escolarização e construção da norma. In: CALLOU, D.; LOBO, T. (org.). *História social do português brasileiro*. v. IX. 20. ed. São Paulo: Contexto, 2020. p. 322-395.
- CALLOU, D. M. I.; LUCCHESI, D. Panorama sociolinguístico do Brasil no século XIX. In: CALLOU, D.; LOBO, T. (org.). *História social do português brasileiro*. v. IX. 20. ed. São Paulo: Contexto, 2020. p. 258-277.
- CARDOSO, S. A. M. et al. *Atlas linguístico do Brasil – Volume 1 – Introdução e Volume 2 – Cartas Linguísticas*. Londrina: EDUEL, 2014.
- ISENSEE, D. M. M. *O falar de Mato Grosso (Bahia)*. Fonêmica. Aspectos da Morfo-Sintaxe e do Léxico. 1964. 143f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade de Brasília, Brasília, 1964.
- LUCCHESI, D.; CALLOU, D. M. I. Os cenários sociolinguísticos do Brasil colonial. In: CALLOU, D.; LOBO, T. (org.). *História social do português brasileiro*. v. IX. 20. ed. São Paulo: Contexto, 2020. p. 156-181.
- OLIVEIRA, JR. (org.). *NURC 50 anos – 1969-2019*. São Paulo, Parábola, 2019.
- PAGOTTO, E.; CALLOU, D. Porta, janela e alpendre: o ensino escolarizado e a constituição da norma no Brasil. In: CALLOU, D.; LOBO, T. (org.). *História social do português brasileiro*. v. IX. 20. ed. São Paulo: Contexto, 2020. p. 396-414.
- LEITE, Y.; CALLOU, D. *Como falam os brasileiros*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- ROSSI, N. (org.). *Atlas prévio dos falares baianos*. Rio de Janeiro: INL, 1963.

Fontes online:

Entrevista concedida por Dinah Callou, professora emérita de Língua Portuguesa da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), ao projeto de pesquisa em cooperação internacional “Vozes e escritas nos diferentes espaços da língua portuguesa”, que o Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas (PPGLEV) desenvolve no âmbito do Programa Institucional de Internacionalização CAPES-PrInt. 6 de dezembro de 2020: https://www.youtube.com/watch?v=TcS_cJeBK=-Q&t=152s.

Entrevista intitulada “Um pouco da história da pesquisa (geo/sócio)linguística no Brasil” concedida por Dinah Callou ao Programa Conversas DaHora. 10 de novembro de 2020: <https://www.youtube.com/watch?v=X00tsj-XntU>.

REVISITANDO UMA PROPOSTA DE ANÁLISE DA VIBRANTE PARA O PORTUGUÊS BRASILEIRO

Valéria Neto de Oliveira Monaretto (UFRGS)

Leda Bisol (UFRGS/CNPq)

1 INTRODUÇÃO

A vibrante, denominada também como *r*-forte ou rótico, tem chamado a atenção, em primeiro lugar, por realizações diversas que se manifestam conforme a língua, o dialeto e o contexto linguístico. Em segundo, por seu *status* fonológico, em sistemas como o português e o espanhol, em que o contraste fica restrito a um só contexto: entre vogais. Hipóteses diferentes apresentam-se: a que defende que existe no sistema apenas uma vibrante e a que interpreta a vibrante simples e a múltipla como duas unidades.

Esboçaremos neste texto uma revisita a uma proposta de análise a favor da vibrante como única unidade fonológica, representada pelo tepe, retomando também, de forma muito breve, alguns dados a respeito da história de sons de *r* nas línguas e de suas variantes no português brasileiro. O processo de desenvolvimento histórico e a distribuição de variantes que surgiram na língua mostram-se importantes para o sustento da análise fonológica sugerida.

2 OS SONS DE *R* NA HISTÓRIA

Já existia desde o proto-indo-europeu a classe de consoantes líquidas no inventário fonológico, em que se supõe, pelo método de reconstrução, existir um *r-dental* que aparece como correspondente ao sânscrito, gótico, latim, grego, armênio, lituânio, dentre outras línguas (CLACKSON, 2007, p. 34). Tanto *r* como *l* ficaram inalterados no grego e no latim (SHILER, 2008, p. 176).

O *r* latino era produzido pela vibração da ponta da língua, a semelhança “do rosar de um cão”, como alguns romanos o comparavam. Para Prisciano, o *r* é usado sem

aspiração nas palavras latinas, mas no grego é aspirado, quer seja inicial, quer geminado no meio da palavra (FARIA, 1957, p. 105).

Cerca de 75% de línguas do mundo possuem algum tipo de som de *r* com o predomínio de articulação na região dental-alveolar, como ocorre no inglês e nas línguas românicas. Articulações pós-alveolares e retroflexas são comuns também. Sons uvulares são mais raros. Cerca de 18% têm contrastes com dois ou três elementos (LINDAU, 1985, p. 157).

Houve uma mudança de articulação do *r* realizado na parte anterior da boca para posterior, passando de um som apical para uvular, como existiu na pronúncia parisiense desde o século XIII (LAUSBERG, 1963, p. 167) e em muitos outros países.

A substituição do *r* anterior por um *r* posterior deu-se quase simultaneamente, parece, em muitas línguas da Europa ocidental: no francês, no alemão, no holandês (onde o fenómeno está menos espalhado do que em francês), no dinamarquês (em que o *r* apical desapareceu, excepto nalguns dialectos), em sueco (onde o *r* posterior se usa em toda a região sul do país) e em norueguês (na Noruega, algumas regiões costeiras servem-se do *r* uvular). Análoga tendência se registra, por exemplo, no Norte da Itália (Turim), em português e nalgumas regiões de língua espanhola da América (em que o *r* duplo espanhol se pronuncia como posterior). O *r* posterior encontra-se também numa região da Grã-Bretanha (Northumberland). (MALMBERG, 1954, p. 83-84)

Essa mudança de articulação é recente e parece difundir-se em algumas variedades.

No decorrer do século XIX, porém, surge uma articulação uvular do [ř] forte, bastante semelhante à do francês, embora mais apoiada. Alguns falantes chegam a realizar esta consoante como constrictiva velar surda, muito próxima do *jota* espanhol. O [r] simples, ou brando, mantém a sua articulação apical. Em 1883, Gonçalves Viana assinala em Lisboa a nova articulação do [ř]; considera-a, no entanto, variante individual⁵⁸. Em 1903, o mesmo foneticista observa que ela “se espalha progressivamente pelas cidades”, mas acrescenta: “É vista ainda como viciosa”⁵⁹. Ora, nos dias que ocorrem, tal pronúncia é geral em Lisboa e largamente adotada no resto do país, sem que tenha, apesar disso, suplantado a antiga articulação apical. (TEYSSIER, 1997, p. 80)

No português brasileiro, Câmara Jr. (1984, p. 16) alerta para o lento trabalho diacrônico de mudança de articulação ântero-bucal para posterior. Para o autor, a maioria dos falantes pronuncia as variantes velar, uvular ou faríngea, e a minoria, uma dental múltipla (CÂMARA JR., 1985, p. 35).

3 VARIAÇÃO E MUDANÇA NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

As primeiras descrições sobre as realizações da vibrante no português brasileiro em diferentes cidades, com base no modelo sociolinguístico, devem-se à Dinah Callou (1987), por meio dos dados do Projeto NURC (Norma Urbana Linguística Culta). A autora observou, em dados de falantes de cinco capitais brasileiras, uma mudança, de ordem qualitativa, com a troca do modo de articulação vibrante para fricativa, com o predomínio da zona velar e aspirada. Em sequência, surgiram diversos outros estudos em coautoria com Leite e Moraes (1995; 1996; 1998 etc.), com o acréscimo das consoantes /s/ e /l/, em posição de coda. Posteriormente, Callou e Serra (2012; 2013; 2015) ampliaram a discussão sobre a descrição da variante apagamento do /r/, com base nos dados do Atlas Linguístico do Brasil, sob perspectiva de análise prosódica.

Surgem, como decorrência do grande interesse pela larga variação do /r/ no país, diversas outras pesquisas. Cabe destacar também, pelo pioneirismo sobre esse tema, o estudo sociolinguístico de Votre (1978), em relação à fala Rio de Janeiro, e as discussões de Oliveira (1983) sobre a vibrante medial e final na fala de indivíduos de Belo Horizonte – MG.

Recorrermos aos resultados pioneiros de análises de Callou (1987) com amostras da fala culta (NURC) da década de 1970. A pesquisadora observou que há uma linha divisória que separa São Paulo e Porto Alegre, onde os falantes privilegiam variantes apicais em posição de ataque de sílaba (*rato*, *carro*), do Rio de Janeiro, Salvador e Recife, em que os falantes utilizam variantes posteriores em mais de 90% dos casos. Posteriormente, em dados da década de 1990, Callou, Moraes e Leite (1996) verificam que é a fricativa glotal e não a fricativa velar que predomina em muitos dialetos (CALLOU, 2015, p. 57-58).

Na fala do sul do Brasil (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), as variantes mais comuns são a fricativa velar, em posição de ataque silábico, e o tepe, em posição de coda (*mar*, *carla*). Nessa região há também, em zonas bilíngues, as realizações preservadas de vibrante anterior, forma antiga latina (MONARETTO, 1997).

Há de se observar também que o *r* em final de palavra tende a apagar-se em posição final de palavra em verbos do infinitivo (*cantar*, *vender*), de forma bem geral em todas as variedades do português brasileiro. Callou e Bandão (2013) constataam um pequeno aumento do apagamento em verbos ao longo das décadas 1980 e 1990. Esse processo tornou-se mais frequente no português brasileiro ao longo do século XIX, segundo a análise de dados em fontes primárias de Pedrosa e Lucena (2019).

4 DISCUSSÕES SOBRE O STATUS FONOLÓGICO

Em relação às propostas de interpretação da vibrante no sistema do português, a posição de que haveria um só fonema é defendida por Câmara Jr. (1953), Lopez (1979),

Wetzels (1997), Monaretto (1992, 1997), Mateus e D'Andrade (2002) e Abaurre e Sandalo (2003). Em contrapartida, a proposta de dois fonemas pode ser vista em Mateus (1975) e Câmara Jr. (1977), entre outros.

Como se pode observar, a vibrante tem sido discutida há anos com propostas diferentes, explicitadas na base de teorias estruturalistas e gerativistas. A discussão de número de unidades no inventário fonológico parece não ser a mais controversa. A ideia mais geral é de que há um só fonema no sistema do português. A questão que permanece é: qual seria forma variante que representaria a forma subjacente?

Defendemos, com base nas interpretações de Câmara Jr. (1953) e de Lopez (1979), a hipótese de que o contraste *r-fraco*/*r-forte* se faz entre *r* simples e *r* geminado. A vibrante é entendida como uma única unidade fonológica, representada pelo *r-fraco*.

Duas são as propostas que divergem: as que seguem a hipótese de Harris (1983) e a de Cedeño (1994) de que a forma subjacente é um *flap* no espanhol; e as que defendem o *r-forte*. Há também uma perspectiva de que a unidade seja um elemento subespecificado, cujos traços são preenchidos quando a silabação se processa nas línguas ibéricas (BONET; MASCARÓ, 1996).

Não discutiremos neste texto que interpretação e que teoria melhor explicaria o *status* fonológico da vibrante no português. Retomaremos algumas evidências e argumentos levantados em Monaretto (1992; 1997) e, por ora, algumas considerações de ordem histórica.

5 A VIBRANTE PELA HISTÓRIA E SUA DISTRIBUIÇÃO

Letras dobradas em contexto intervocálico foram preservadas na grafia de textos da Idade Média para possivelmente, em alguns casos, demarcar sons diferentes. Williams (1975 [1938]) acredita que a duplicação da consoante pode representar uma atitude motivada para fins fonéticos. Equívocos de escribas também eram comuns e escritas de uso indiscriminado de consoantes simples e dobradas em alguns vocábulos não significava necessariamente contrastes de pronúncias, como se percebe, por exemplo, em *cavallo* por *cavalo*, *pallavra* por *palavra*, *usarr* por *usar*.

Para Said Ali (2001 [1931], p. 40), o alfabeto daquele período “dispunha de um único símbolo tanto para *r* lene como para *r* rolado”, mas a duplicação de letras foi uma engenhosa alternativa idealizada para identificar e representar sons diferentes. Segundo Maia (1981), em documentos escritos entre os séculos XIII e XV, nem sempre a diferenciação no nível gráfico espelhava a oposição fonológica no ambiente intervocálico, pois havia tanto <rr> como <r>, mas a adoção de uma grafia maiúscula do *r* era adotada com valor de vibrante múltipla com muita frequência nos manuscritos medievais.

Barreto (2019, p. 134-135) observa, em diversas cantigas medievais galego-portuguesas, que há uma variação gráfica sistemática e regular pelo aparecimento de duas letras (RR-IR-YR) em contextos intervocálicos, em que se esperariam uma vibrante múltipla, como em *ferrou/feirou, erra/eyra, verrá/veyrá, morre/moirer/moirerey, guerra/gueira, morrendo/moirendo, morro/moiro* etc. Em situações de ditongo, como *carreira/calreyra*, o registro de dois grafemas <lr> é visto no lugar de uma vibrante múltipla. Já depois do <ey>, há uma só letra. O mesmo recurso de dobrar o *r* dá-se em palavras com sílaba fechada por consoante, como *onrar/omrado/onrrar* (honrar) e *Irrael* (Israel). A autora acredita que a forma geminada seja utilizada para representar uma vibrante forte na era arcaica do português.

No português moderno temos a seguinte distribuição contextual: na posição pré-vocálica (*rei, honra*), ocorre o *r-forte*, independentemente de sua realização anterior ou posterior; em grupo consonantal, só aparece o *r-fraco* (*cravo*); em posição pós-vocálica, pode ocorrer tanto um como outro, dependendo da comunidade e do grupo geográfico; entre vogais, há oposição fonológica (*muro/murro*), em que a substituição do *r-forte* pelo *fraco* causa mudança de significado.

Semelhantermente ao português, a explicação de tal distribuição segue a proposta de Bonet e Mascaró (1996), que observam comportamento previsível e regular de *r-forte* e *r-fraco* nas línguas ibéricas. Estes autores procuram justificá-la através de diferenças de soâncias. Valem-se, para isso, do princípio do *Ciclo de Soância* de Clements (1990), através do qual segmentos possuem propriedades de soância inerentes, que podem ser expressas através de uma escala universal, formando padrões de sílabas. Começa-se por uma subida repentina de soância, seguida por uma descida gradual. Esses contornos de soância são chamados de *ciclos*, lembrando sequências de “ondas”. Cada ciclo corresponderia a uma sílaba.

Através do *Ciclo de Soância*, Bonet e Mascaró (1996) explicam a distribuição da vibrante, oferecendo uma escala de soância alternativa, em que o *r-forte* (vibrante) se coloca com o mesmo valor que as fricativas e o *r-fraco* (*flap*) se anexa aos *glides*, conforme (1).

(1) Escala de Soância de Bonet e Mascaró (1996)

0	1	2	3	4	5
oclusivas – <u>vibrante</u> , fricativas – nasais – laterais – <i>flap, glides</i> – vogais					

Essa disposição diferenciada para os dois tipos de *r*, segundo a proposta de Bonet e Mascaró (1996), pode ser vista em pesquisa sociolinguística, realizada nas capitais do Sul do Brasil (MONARETTO, 1997) com dados do projeto VARSUL, que confirma uma distribuição da vibrante uniforme e regular. Essa pesquisa mostra o *r-forte* na posição de

ataque e o *r-fraco*, mais precisamente o tepe, como o candidato preferido para a posição de coda. Esse resultado vai ao encontro da proposta de Clements (1990) de que a sílaba preferida tem um crescimento máximo de soância do início para o núcleo e decresce minimamente do núcleo para a coda.

Desse modo, o *r-forte*, em início de sílaba, no início de palavra (*rato*), assim como precedido por consoante (*honra*), será forte, pois esse segmento indica um crescimento abrupto de soância. A presença de tepe na posição de segunda consoante em ataques complexos (*prato*) justificar-se-ia por esse princípio, uma vez que um *r-forte* nessa posição violaria a distância mínima de soância que devem ter os elementos próximos ao núcleo, já que a soância de um tepe é maior do que uma vibrante e menor da do núcleo. Na coda, a queda de soância tem de ser gradual, priorizando-se o *r-fraco* como o segmento mais adequado para ocupar tal posição.

A soância em ambientes não-contrastivos fornece, pois, uma explicação para a distribuição de *r-fraco* e *r-forte* entre dialetos e línguas através da posição diferenciada que esses segmentos ocupam na Escala de Soância e pela atuação do Princípio de Ciclo de Soância. Todavia, conforme já observam Bonet e Mascaró (1996), há um problema: na posição intervocálica, a única de contraste (*caro/carro*), o tepe encontra-se em posição de ataque com a predição de que um *r-forte* ocorra neste contexto. Segundo esses autores, o *r-fraco* neste ambiente constitui uma exceção, desobedecendo ao Ciclo de Soância. O *r-fraco* entre vogais, para esses autores, seria um caso marcado com um traço abstrato [+α], diferenciando-se do *r-forte*, que é [-α].

O problema dessa solução é que a presença de um tepe, marcado subjacentemente na posição de contraste põe em questão um princípio universal, o de Soância, que tem se revelado importante na Fonologia Moderna. Regras específicas de língua, interagindo com o Ciclo de Soância, podem originar exceções na superfície, segundo a literatura, mas não distinções de soâncias, baseadas em zonas de articulação. Ademais, há dificuldades em definir uma classe de sons de *r* tão diferenciados foneticamente.

Acreditamos que a distribuição da vibrante em ambientes não contrastivos é regular, devido aos princípios de soância, podendo-se classificar o *r-forte* e o *r-fraco* com graus de soância distintos, em concordância com a proposta de Bonet e Mascaró (1996). Contudo em ambientes contrastivos não se pode dar o mesmo tratamento, pois a realização de tepe em início de sílaba, com soância maior do que a do *r-forte*, não condiz com a prevista pelo princípio do Ciclo.

A oposição fonológica entre o *r-forte* e o *r-fraco*, manifestada apenas entre vogais, desencadeia um problema antigo na literatura: trata-se de um ou de dois fonemas? Vejamos algumas evidências que nos fazem crer em uma única unidade para a vibrante.

6 A VIBRANTE COMO UM ÚNICO SEGMENTO

Considerando que os sistemas tendem à simetria, a vibrante como duas unidades distintas não se adapta ao inventário fonológico, pois consoantes que ocorrem na rima aparecem no ataque também (*sapo/pasta; lata/sal; nata/canto*). Contrastes que existem entre fonemas que se opõem entre vogais como /p/ e /b/ em *capo* e *cabo*, por exemplo, existem em outra posição, como em início de palavra (*pato* e *bato*). Já a vibrante só contrasta entre vogais, e o *r-fraco* é restringido ao ataque e entre vogais.

Em contextos linguísticos em que se acrescenta um morfema flexional ou derivativo em palavras terminadas por *r*, este realiza-se somente como fraco (*mar, mares, marítimo*). O mesmo ocorre entre palavras quando o *r* segue vogal. Há ressilabação do *r* em coda, que se realiza sempre como tepe, como em *mar azul* e *cantar alegre*, por exemplo.

Um outro dado a acrescentar é da aquisição da linguagem. A criança parece interpretar os dois *r* como um só segmento, pois substitui tanto o *r-forte* como o *r-fraco* pelo *glide* em formas contrastantes (*carro/caro* ['kayu]); troca um pelo outro (*areia* [a'xeya], *cigarro* [si'garu]) e utiliza os mesmos processos (apagamento e semivocalização) para os dois tipos de *r* (*tartaruga* [tata'uga], *rua* ['ua], *porco* ['poyku], *carro* ['kayu])¹.

Algumas regiões bilíngues do estado do Rio Grande do Sul e das capitais do sul do país (MONARETTO, 1992; 1997) revelaram que há substituição variável do *r-forte* pelo *r-fraco* em todos os contextos e até mesmo no intervocálico, excetuando-se o de grupo, posição exclusiva do *r-fraco*. No ambiente esperado para variação, o de coda, há a preferência pela realização do *r-fraco*, apesar de ser mais geral a variante de *r-forte* na maioria das regiões brasileiras.

Há algumas evidências, portanto, que suportam a ideia de que a vibrante é formada por uma única unidade fonológica, o *r-fraco*, pois é o que tem contexto mais amplo; é a forma que se superficializa na ressilabação frasal e é a realização mais frequente na variedade do sul do Brasil.

¹ Embora seja mais comum que a criança em fase de aquisição substitua o tepe pela lateral *l*. Embora seja mais comum que a criança, em fase de aquisição, substitua o tepe pela lateral *l*, como em *barata* [ba'lata], por exemplo.

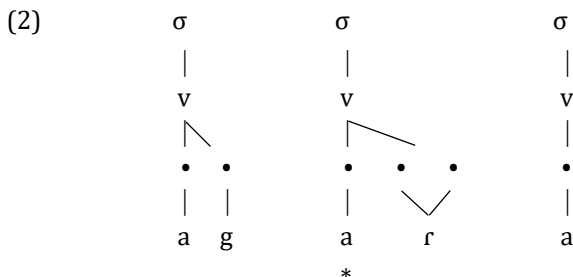
7 A VIBRANTE COMO GEMINADA

Vem sendo regra geral na fonologia autosssegmental interpretar a vibrante como um processo de degeminação ou geminação, dependendo da forma básica. O português, em que o contraste vibrante-forte e vibrante-fraca se faz somente em posição intervocálica, oferece argumentos para essa hipótese.

A vibrante intervocálica como pode ser interpretada pela união de dois *r-fracos* heterossilábicos, visto que estruturas como *ka.rru, *karr.u não são possíveis segundo as condições de ataque e rima, além de formarem *platôs* de soância no interior de palavra, o que não existe no português.

O fato de o acento, na terceira sílaba, não pular sílabas pesadas (**pándorga*/*pan-dórga*, **cádeira*/*cadéira*), sugere que existe uma sílaba intermediária pesada, atraindo o acento em palavras com vibrante na última sílaba (*socórro*/**sócorro*, *amárra*/**ámarra*, *masmórra*/**másmorra*).

Se o *r-forte* de *agarra*, conforme (2), fosse considerado como um só fonema (uma só unidade de tempo), o acento poderia cair na antepenúltima sílaba (**ágarra*), assim como outras proparoxítonas que não possuem a penúltima sílaba ramificada (*abóbora*, *âmagô*, *leucócito* etc.).



A representação (2), baseada em Milliken (1988), apresenta os segmentos ligados a nós de tempos ($\cdot$) e às sílabas (s), formadas por um constituinte básico, o núcleo (v). A segunda sílaba da palavra *agarra* é formada pelo núcleo (v) com dois nós de tempo, pois se trata de um núcleo ramificado. O primeiro nó corresponde ao pico da sílaba, elemento com mais alta soância, ligado à vogal *a*, e o segundo, ao segmento tautossilábico *r*. É ao primeiro que uma das folhas da geminada está associada, tornando a sílaba pesada.

No caso de palavra com *r-fraco* em (3), a ligação simples permite o acento na antepenúltima, como em *abóbora* (**abobóra*):

grupos de consoantes. A semelhança de comportamento entre esses segmentos é algo que chama a atenção.

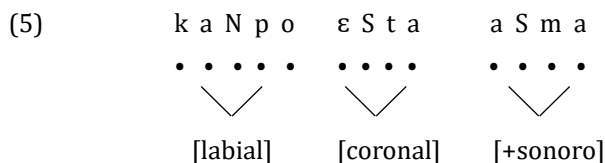
8 OUTRAS ESTRUTURAS DUPLAMENTE LIGADAS

A anulação fonética do primeiro elemento de uma geminação consonântica, aludida por Câmara Jr. (1953), deu-se através dos tempos, simplificando grupos, originados algumas vezes de um processo assimilatório, ainda vivo hoje em morfemas, explicando formas atuais, como, por exemplo:

- (4) a. $rl > ll > l = \text{amar} + \text{lo} > \text{amal} + \text{lo} > \text{amá-lo}$
 b. $in + l > il + l > il = \text{in} + \text{lógico} > \text{il} + \text{lógico} > \text{ilógico}$

A proposta de que o sistema possui outras estruturas duplamente ligadas pode ser sustentada pela assimilação parcial, pois se tem observado em algumas línguas que grupos homorgânicos, resultantes de assimilação parcial, apresentam estrutura dupla, formando “geminadas de superfície”. No português, é possível encontrar esse tipo de ligação dupla em nasais pós-vocálicas ($ca[m]po$, $co[n]ta$, $ca[n]ja$, $co[m]vés$, $co[n]ga$) e em sequências homorgânicas de outras consoantes (*esta*, *carta*, *asma*).

As primeiras tomam o ponto de articulação da consoante seguinte, criando linhas duplas de associação; as segundas criam linhas duplas de associação no nível coronal ou no nível laríngeo. Ambas podem ser interpretadas geminadas, visto que apresentam a característica de integridade, uma propriedade desta categoria, segundo Hayes (1986), isto é, elas não podem ser separadas por epêntese: *campo*/**camipo*; *esta*/**esita*; *asma*/**asima*. Assim, supõe-se que as sequências homorgânicas tenham uma estrutura dupla, conforme (5):



As consoantes homorgânicas, exemplificadas em (5), contudo, não podem ser consideradas verdadeiras geminadas, pois têm apenas em comum um só traço, seja o de articulação, seja o sonoro. Trata-se de geminada parcial. Mas o interessante é que bloqueiam a aplicação da epêntese, como uma das particularidades da estrutura múltipla.

9 REPRESENTAÇÃO DA VIBRANTE NO PORTUGUÊS

Atribuímos, pois, à silabação, junto ao Ciclo de Soância, a distribuição seguinte:

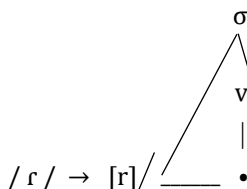
(6) *Distribuição da Vibrante*

ataque: *r-forte*

nos demais contextos: *r-fraco*

Como o sistema subjacente possui apenas uma vibrante, ou seja, o tepe em nossa proposta, para dar conta dessa distribuição, necessita-se da seguinte regra, motivada pela escala de soância:

(7) *Regra da vibrante*



Leia-se: *r-fraco* torna-se *r-forte* na posição de ataque. Quanto às diferentes realizações do *r-forte*, que são variantes sociolinguísticas, são elas o resultado de regras que atuam no pós-léxico.

A distinção entre o *r-fraco* entre vogais no ataque, que se opõe ao *r-forte* (*caro/carro*), se faz por meio de linhas de associação, como em (8):

(8)

a.

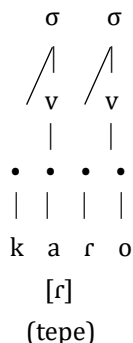
[r]
carro

b.

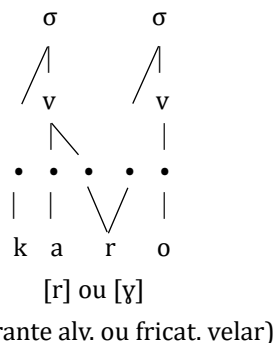
[r]
caro

O *r* da palavra *caro* é derivado diretamente do fonema subjacente que se apresenta com ligação simples e que tornamos a representar em (9a); e o *r* de *carro*, que se manifesta como forte, vem de uma ligação dupla: o primeiro tepe, ligado ao núcleo da sílaba precedente, e o segundo, ligado ao nó da sílaba seguinte; portanto com duas posições no *tier* esqueletal ou prosódico (9b). Trata-se de uma geminada heterossilábica, de acordo com Harris (1983).

(9) a. *caro* com ligação simples



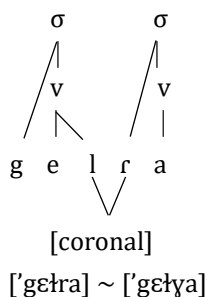
b. *carro* com ligação dupla



No interior de palavra, como *honra* e *Israel*, no nível melódico, o tepe e a consoante precedente formam linhas duplas de associação no *tier* coronal, o que lhe dá um caráter de geminado. Portanto, da mesma forma que em *carro*, posição da geminada, em *honra* ou *Israel*, há um tepe precedido por uma consoante coronal, formando a ligação dupla e, conseqüentemente, o *r-forte*, já garantido pela silabação.

Com respeito à lateral precedente (*guelra*), outra consoante possível nesta posição, também na estrutura subjacente está presente o traço coronal (WALSH, 1994), que é mantido, criando-se também linhas duplas de associação. Pela silabação, a lateral realiza-se como dorsal em *guelra*, por exemplo.

(10)



O que estamos vendo é que, no interior da palavra, quando o tepe se converte por (10) em *r-forte* na silabação, de acordo com a escala de soância, sempre se formam linhas duplas de associação. Isso permite afirmar que, no interior da palavra, linhas de associação é que fazem a distinção entre os dois erres.

Na coda (*mar*), como vimos, o processo de silabação deixa vir à superfície o *r-fraco*, que, em geral, é mantido. Quanto às variantes que essa posição apresenta: “zero” (∅), vibrante alveolar, fricativa e outras, com a predominância do tepe, nos dialetos do sul, consideramo-las como resultado de regras opcionais, que se aplicam tardiamente. Em

outros termos, o *r-fraco* vem do léxico para o pós-léxico e neste a variação abre caminho para as variantes.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, acreditamos que a vibrante se mantém como uma unidade no inventário fonológico das línguas românicas que pode ser interpretada na estrutura subjacente apenas por um tepe, ou vibrante simples que, no processo de silabação, é fixado como forte na posição de ataque e como *r-fraco* na posição de coda. Entre vogais, o *r* com duas posições na linha temporal (*carro*) é interpretado, em nível de superfície, como *r-forte*, formando a estrutura de uma vibrante geminada com ligação dupla por OCP. No interior da palavra, o *r*, precedido por consoante, também forma uma ligação dupla. O grupo *rr* deve ser heterossilábico para satisfazer o padrão silábico da língua.

A vibrante intervocálica como geminada pode ser sustentada pelo fato de que não são precedidas por ditongo e de que atraem o acento. A estrutura dupla da geminada pode ser assegurada pelo fato de que o sistema possui outras estruturas duplamente ligadas em processos assimilatórios diacrônicos e sincrônicos. Isso comprova a nossa hipótese de que o *r-forte* e o *r-fraco* distinguem-se apenas pelo número de linhas de associação, o que somente ocorre entre vogais, no interior do vocábulo.

REFERÊNCIAS

- ABAUURRE, M. B.; SANDALO, M. F. Os róticos revisitados. In: HORA, D.; COLLISCHONN, G. (org.). *Teoria linguística: fonologia e outros temas*. João Pessoa: UFPB, 2003. p. 144-180.
- BARRETO, D. A. R. J. *Estudo das consoantes róticas nas cantigas medievais galego-portuguesas*. 2019. 198f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2019.
- BONET, E.; MASCARÓ, J. *On the representation of contrasting rhotics*. Unpublished ms. Universidade Autônoma de Barcelona, 1996.
- CALLOU, D. Variação e Mudança no âmbito do consonantismo. In: MARTINS, M. A.; ABRAÇADO, J. *Mapeamento sociolinguístico do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 39-64.
- CALLOU, D.; BRANDÃO, S. Caracterização de áreas dialetais no português do Brasil: análise de duas variáveis. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN, 8., 2013, Natal. *Anais...* Natal: UFRN, 2013. p. 195-219.
- CALLOU, D. *Variação e distribuição da vibrante na fala culta do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ/PROED, 1987.
- CALLOU, D.; LEITE, Y.; MORAES, J. Variação e diferenciação dialetal: a pronúncia do /r/ no português do Brasil. In: KOCH (org.). *Gramática do português falado*. v. VI. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996. p. 465-493.
- CALLOU, D.; LEITE, Y.; MORAES, J. Consonantal weakening process(es) in Brazilian Portuguese. In: PARADIS, C. et al. (ed.). *Papers in sociolinguistics*. N.WAVE-26 à l'Université Laval. Québec/Canadá: Nota Bene, 1998. p. 53-62.

- CALLOU, D.; SERRA, C. R. Variação do rótico e estrutura prosódica. *Revista do GELNE*, Fortaleza, v. 1, p. 41-57, 2012.
- CALLOU, D.; SERRA, C. R.; CUNHA, C. S. Mudança em curso no português brasileiro: o apagamento do R no dialeto nordestino. *Revista da ABRALIN*, v. 14, n. 1, p. 195-219, 2015.
- CÂMARA JR., J. M. *Para o estudo da fonêmica portuguesa*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953.
- CÂMARA JR., J. M. *Para o estudo da fonêmica portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1977.
- CÂMARA JR., J. M. *Problemas de linguística descritiva*. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.
- CÂMARA JR., J. M. *Estrutura da língua portuguesa*. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- CEDEÑO, R. A. N. The alterability of Spanish geminates and its effects on the uniform applicability condition. *Probus*, v. 6, p. 23-41, 1994.
- CLACKSON, J. *Indo-European linguistics: an introduction*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- CLEMENTS, G. N. The role of the sonority cycle in core syllabification. In: KINGSTON, J.; BECKMAN, M. E. (ed.). *Papers in laboratory phonology I: between the grammar and the physics of speech*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. p. 283-333.
- FARIA, E. *Fonética histórica do Latim*. 2. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1957.
- HARRIS, J. W. *Syllable structure and stress in Spanish*. Cambridge/Massachusetts/London: MIT Press, 1983.
- HAYES, B. Inalterability in CV phonology. *Language*, v. 62, n. 2, p. 321-351, 1986.
- LAUSBERG, H. *Linguística românica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1963.
- LOPEZ, B. *The sound pattern of Brazilian Portuguese (Cariocan dialect)*. 1979. 265f. Tese (Doutorado em Linguística) – University of California, Los Angeles, 1979.
- MAIA, E. M. *Phonological and lexical processes in a generative grammar of Portuguese*. Providence: Brown University, 1981.
- MALMBERG, B. *A fonética*. Lisboa: Livros do Brasil, 1954.
- MATEUS, M. H. M. *Aspectos da fonologia portuguesa*. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, 1975.
- MATEUS, M. H. M.; D'ANDRADE, E. *The phonology of Portuguese*. Cambridge: Oxford University Press, 2002.
- MILLIKEN, S. *Protosyllables: a theory of underlying syllable structure in nonlinear phonology*. New York: Cornell University, 1988.
- MONARETTO, V. N. O. *A vibrante: representação e análise sociolinguística*. 1992. 104f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992.
- MONARETTO, V. N. O. *Um reestudo da vibrante: análise variacionista e fonológica*. 1997. 213f. Tese (Doutorado em Linguística) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.
- PEDROSA, J. L.; LUCENA, R. M. Apagamento e vocalização em coda silábica. In: HORA, D.; BATTISTI, E.; MONARETTO, V. O. (org.). *Mudança fônica do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 108-137.
- SAID ALI, M. *Gramática secundária e gramática histórica da língua portuguesa*. ed. rev. e atual. Brasília: Universidade de Brasília, 2001 [1931].

- SIHLER, A. L. *New comparative grammar of Greek and Latin*. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- TEYSSIER, P. *História da língua portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- WALSH, L. *The phonology of liquids*. Amherst: University of Massachussets, 1994.
- WETZELS, L. The lexical representation of nasality in Brazilian Portuguese. *Probus*, v. 9, p. 203-232, 1997.
- WILLIAMS, E. B. *Do latim ao português: fonologia e morfologia históricas da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975 [1938].

A MÍTICA CAPITAL DO “LEITE QUENTE”: UM BREVE ESTUDO DE HISTÓRIA SOCIAL E LINGUÍSTICA EM HOMENAGEM A DINAH CALLOU

Carlos Alberto Faraco (UFPR)

1 INTRODUÇÃO

Dinah Callou – a quem a linguística brasileira tanto deve, seja por suas rigorosas e abrangentes pesquisas, seja por seu continuado trabalho de formação de novos pesquisadores – defende que não há “uma história, mas várias histórias do português brasileiro” (CALLOU, 2015, p. 73).

O tamanho do território do Brasil, os diferentes tempos de sua colonização, a diversidade das atividades econômicas e da consequente estratificação social de cada região, o maior ou menor isolamento dos núcleos populacionais, a complexa constituição étnica e demográfica de cada ponto espacial e as “muitas histórias de contactos linguísticos” (nas palavras de Silva, 2004, p. 20) dão claro sustento à tese de uma história linguística inevitavelmente heterogênea da sociedade brasileira e nos desafiam a perscrutar “as várias histórias do português brasileiro”.

Quando lidamos com a história do português no/do Brasil, não podemos, claro, nos descuidar da história geral da sociedade brasileira, conforme argumentei em outro texto que escrevi em homenagem a Dinah Callou (FARACO, 2018). No entanto é também necessário, na altamente heterogênea história do português brasileiro, alterar a escala de observação, dando ênfase à reconstituição das histórias regionais e locais em suas especificidades, até mesmo porque a língua se realiza, de fato e antes de tudo, nos inúmeros eventos localizados da interação social.

Não são histórias excludentes, mas complementares. O panorama geral nos dá as grandes balizas da história sociolinguística da sociedade brasileira. No entanto é no plano do regional e do local que melhor poderemos captar as heterogeneidades e especificidades que caracterizam as muitas variedades constitutivas do português brasileiro.

A própria Dinah Callou desenvolveu um estudo exemplar nessa perspectiva ao investigar aspectos da constituição do português carioca sob um olhar sócio-histórico, correlacionando fatores da história da cidade do Rio de Janeiro com a configuração atual do falar carioca (CALLOU, 2002; CALLOU et al., 2020).

Assumo, neste meu texto, esse desafio que Dinah Callou lançou aos historiadores da língua portuguesa no/do Brasil e dirijo meu foco para a fala de Curitiba. Minhas reflexões aqui não serão tão abrangentes quanto o estudo de Callou et al. (2020). Trata-se, antes, de reflexões muito preliminares. Há ainda muito a ser investigado para uma boa história social e linguística da capital paranaense. No entanto algumas linhas básicas podem ser adiantadas, aproveitando estudos linguísticos já realizados e, principalmente, os resultados que os historiadores têm trazido com suas pesquisas sobre a história socioeconômica desse pequeno ponto do território brasileiro.

Meu texto se divide em duas partes. Num primeiro momento, comento aspectos da fala curitibana; num segundo momento, reviso a história de Curitiba e formulo uma hipótese interpretativa para sua marca linguística mais característica.

2 APONTAMENTOS SOBRE A FALA CURITIBANA

A característica linguística que mais merece destaque no que poderíamos chamar de “fala curitibana” é, certamente, o alto índice de não alçamento das vogais médias átonas finais /e/ e /o/.¹ Essa característica distingue Curitiba das demais capitais da Região Sul (VIEIRA, 2009) e de outras cidades e regiões do país, que seguem a tendência que poderíamos classificar de geral e quase categórica no português brasileiro, qual seja o alçamento dessas vogais.

O não alçamento das vogais médias átonas finais, típico da fala curitibana, está razoavelmente bem descrito, seguindo os pressupostos da sociolinguística quantitativa e tendo por base os dados do projeto VARSUL – Variação Linguística na Região Sul do Brasil², por Vieira (2009) e Limeira (2013).

Em consequência do predominante não alçamento da vogal média átona final /e/, também predomina, em Curitiba, a pronúncia não palatalizada das consoantes /t/ e /d/

¹ As vogais átonas em outras posições têm também comportamentos peculiares na fala curitibana. Todavia o foco, neste texto, recairá apenas sobre as vogais médias átonas finais.

² Para detalhes sobre esse projeto, recomenda-se a visita a sua página no endereço www.varsul.org.br, acessado em 15 jan. 2020.

nesse ambiente de fim de palavra. A despeito disso, é importante destacar que a fala curitibana incorporou, categoricamente, a pronúncia palatalizada de /t/ e /d/ diante de /i/, o que é evidenciado pela pronúncia do próprio nome da cidade. Nesse aspecto, a fala curitibana é, claramente, inovadora, isto é, acompanha esse traço que, ao que tudo indica, é um fenômeno que se disseminou pelo Brasil a partir da primeira metade do século XX, tendo em vista o argumento de Abaurre e Pagotto (2013), que analisaram o modo como ela foi tratada nos Congressos de Língua Cantada (1937) e de Língua Falada no Teatro (1956) e, finalmente, no IV Encontro Brasileiro de Canto – O Português Brasileiro Cantado (2005).

No entanto a preservação da vogal média átona final /e/ na fala curitibana acaba por não criar ambiente para a palatalização das consoantes /t/ e /d/ que a antecedem, o que fica evidenciado, contrastando-se, por exemplo, as palavras *dândi* e *donde* – palataliza-se o /d/ na primeira, mas não na segunda, em contraste com o que ocorre em outras regiões do país.

Esses dois fatos – o não alçamento e a não palatalização – é que motivam o dizer de que Curitiba é a capital do “leite quente”. A pronúncia estereotipada dessa expressão, com os /e/ finais não reduzidos (isto é, pronunciados como se fossem tônicos), é a forma que curitibanos e não curitibanos – estes, com certo exotismo; aqueles com certo orgulho identitário – utilizam quando se referem à fala característica da capital paranaense.

Ainda não foi possível identificar quando o uso dessa expressão surgiu e em que contexto motivacional. No entanto ela é corrente e assumida na cidade como um fator identitário, muito embora a preservação das vogais médias átonas finais não seja uma característica exclusiva de Curitiba, como mostra, com clareza, para o caso de /e/, a Carta 08 do *Atlas linguístico-etnográfico da Região Sul do Brasil* (2002, p. 55). Nesta é possível identificar sua preservação numa área bastante homogênea que, certamente não por acaso, cobre o que se chama de Paraná tradicional, como discutiremos à frente. É por isso que, no título deste capítulo, estamos qualificando Curitiba como a “mítica” capital do “leite quente”.

Um segundo aspecto a considerar é que a preservação das vogais médias átonas finais é mais frequente entre os falantes mais velhos, conforme mostram as análises quantitativas de Limeira (2013, p. 68 e 71). 81% dos falantes com 50 anos ou mais preservam a vogal /e/ frente a 64% dos falantes com menos de 50 anos. A vogal /o/, por sua vez, é preservada por 78% dos falantes com mais de 50 anos frente a 51% dos falantes com menos de 50 anos.

Esses resultados sugerem que o não alçamento está, talvez, passando por um processo de mudança e a pronúncia curitibana pode estar começando a perder uma de suas características mais marcantes. Essa hipótese precisaria, porém, ser testada com a coleta de novos dados. As entrevistas do VARSUL – que servem de base para o estudo de

LIMEIRA (2013) – foram realizadas bem no início da década de 1990. Uma nova coleta de dados, passados trinta anos da primeira, esclareceria, certamente, se a situação se mantém estável ou se uma mudança está, de fato, em progresso.

De qualquer forma, é preciso destacar que a pronúncia que preserva as vogais médias átonas finais é uma pronúncia conservadora, anterior à inovação do alçamento. Não há certeza quanto ao período em que começou a ocorrer na língua o alçamento das vogais médias átonas finais nem há informações sobre o processo de sua difusão. Teyssier (1982) considera que esse fenômeno é um dos “mais importantes, mas também dos mais obscuros, da história do português” (p. 56). Lembra que, para alguns historiadores da língua, o alçamento já ocorria no século XVI. Para ele, no entanto, essa inovação é posterior, considerando que não há, nos séculos XVI e XVII, “nenhum testemunho de gramáticos ou ortógrafos que indique para as vogais escritas -e e -o outra realização fonética que não [e] e [o]” (p. 57). As pronúncias [i] e [u] só são atestadas na primeira metade do século XVIII. Diz ele, então:

Pensamos, como foi dito mais atrás, que no português do século XVI a realização dessas vogais era [o] e [e], como ainda hoje permanece em galego. Tratava-se de um [o] e de um [e] muito fechados, que a deriva da língua ia levando para um grau de fechamento e brevidade cada vez maior. Como existiam, nessa posição, apenas três fonemas e como não havia, consequentemente, nenhum meio de opor /o/ a /u/ e /e/ a /i/, os falantes, durante longo tempo, não tiveram consciência dessa deriva, e foi necessário esperar pela primeira metade do século XVIII para que certos observadores notassem que se pronunciavam [u] e [i]. (TEYSSIER, 1982, p. 60)

Assumindo essa análise, pode-se trabalhar com a hipótese de que o fenômeno se iniciou no século XVII e se difundiu de tal modo que motivou seu primeiro registro, entre gramáticos e ortógrafos, já na primeira metade do século XVIII. Mesmo assim, não se sabe onde o processo se iniciou nem como se deu sua difusão. É possível, portanto, que os paulistas que ocuparam, no século XVII, o litoral que hoje pertence ao Paraná e o planalto curitibano e os reinóis que se estabeleceram na região de Curitiba no correr do século XVIII (oriundos, em boa parte, do norte de Portugal, conforme atestam os registros de casamentos – cf. BURMESTER, 1974) ainda mantinham a pronúncia não alçada.

A pergunta, então, que, inevitavelmente, surge é por que a fala curitibana se manteve conservadora, pelo menos nesse aspecto específico.

Assumo que uma resposta plausível a essa pergunta poderá ser encontrada se a sócio-história da cidade for recuperada, o que faço na próxima parte do texto.

Antes de ir adiante, é interessante pontuar que, se a fala curitibana é conservadora quanto ao não alçamento das vogais médias átonas finais, ela é inovadora em outros aspectos, como a pronúncia palatalizada de /t/ e /d/ diante de /i/ e a vocalização da

consoante /l/ na coda silábica. São inovações que, tendo se iniciado, possivelmente, na primeira metade do século XX, conheceram ampla difusão por variedades do português brasileiro à medida que o século avançava.

Essa localização temporal foi proposta, para o caso da palatalização, por Abaurre e Pagotto (2013), que, como foi dito anteriormente, sustentaram sua hipótese tomando, como referência, o modo como ela foi tratada nos Congressos de Língua Cantada (1937) e de Língua Falada no Teatro (1956) e, finalmente, no IV Encontro Brasileiro de Canto – O Português Brasileiro Cantado (2005). No primeiro, recomendou-se a pronúncia não palatalizada; no segundo, a palatalização é admitida, mas não recomendada; no último, a palatalização é apresentada como padrão. A não referência a ela em 1937 sugere que a mudança estava em seus inícios. A atitude que se registra em 1957 sugere que a palatalização, naquela década, já era de amplo uso, mas ainda sob suspeita (digamos assim). Finalmente, meio século depois, é ela que se toma como padrão.

Por critério semelhante, pode-se propor a hipótese de que foi, provavelmente, nesse mesmo período que a vocalização do /l/ na coda silábica se disseminou amplamente pelo Brasil. Enquanto o Congresso de 1937 não admite essa pronúncia e a classifica de “inculta”, o de 1956 a admite e o de 2005 a reconhece praticamente como padrão (HERR, 2009).

Vale lembrar também, a propósito da vocalização do /l/ em coda silábica, que, ainda no início da década de 1950, essa pronúncia provocava reações negativas, como a de Serafim da Silva Neto, que, em seu livro *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*, imaginava o ensino escolar levantando-se com muita força contra ela (SILVA NETO, 1977, p. 163). Essa avaliação negativa desaparece nas décadas seguintes, frente à vitória final da mudança em praticamente todas as variedades do português brasileiro.

Em suma, a fala curitibana mantém o traço conservador do não alçamento das vogais médias átonas finais, mas não deixou de incorporar as inovações que se disseminaram no correr do século 20. Meu objetivo aqui é, então, formular hipóteses para esses fenômenos que coexistem, ou seja, para o duplo movimento de conservação e inovação que marcam a fala curitibana. Entendo que é a sócio-história da cidade que pode contribuir para elucidar a questão.

3 ASPECTOS DA SÓCIO-HISTÓRIA DE CURITIBA

Curitiba foi, originalmente, um povoado de faiscadores. No século XVII, os paulistas avançaram para o Sul em direção à região litorânea do atual Paraná, com os objetivos de apresar e escravizar índios e de buscar ouro de aluvião. Nesse mesmo movimento, não demoraram a subir a Serra do Mar e se estabelecer nos campos onde está hoje Curitiba.

O ouro do planalto logo se esgotou, mas uma reduzida população continuou a viver na região, dedicando-se à agricultura de subsistência e à criação de gado, atividades sem efetiva expressão econômica. No entanto, em decorrência da continuidade desse assentamento, o núcleo urbano ali existente foi elevado à condição de vila em 29 de março de 1693, com o nome de Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba.

A descoberta do ouro em Minas Gerais, no fim do século XVII, e a necessidade de garantir o abastecimento de gêneros alimentícios da nova região aurífera trouxeram, progressivamente, um impulso econômico aos campos de Curitiba, integrados que foram à economia do tropeirismo, que se constituiu atrelada precisamente ao atendimento das demandas das Minas Gerais por alimentos e animais de carga.

As tropas percorriam a chamada estrada do Viamão, que começava nos criatórios do Rio Grande do Sul, atravessava Santa Catarina e o Paraná e alcançava Sorocaba, local da grande feira em que os animais eram comercializados.

Essa estrada foi aberta no fim da década de 1720 e a primeira tropa de muares a percorreu em 1731, dando início ao trânsito “que, regular e contínuo, iria manter-se por mais de um século, passando pelas fazendas e invernadas do Paraná” (CARDOSO; WESTPHALEN, 1986, p. 44).

A atividade dos tropeiros se desenvolvia num trajeto de aproximadamente 1.500 km. As tropas chegavam aos campos do Paraná em fevereiro e aí permaneciam, em invernada, até outubro, quando, então, seguiam para a feira de Sorocaba (KERSTEN, 2006, p. 83).

Desse modo, consolidaram-se, nos arredores de Curitiba, na região dos Campos Gerais (o segundo planalto paranaense) e, já no início do século XIX, nos campos de Guarapuava e de Palmas (centro e sul do Paraná atual), fazendas de criação de gado *vacum* e de invernagem do gado muar³.

Esse ciclo econômico se manteve forte até os últimos anos da década de 1860, quando alterações nos meios de transporte dispensaram as mulas e desarticularam o tropeirismo. Contudo, sua existência por mais de um século traçou o perfil da vida social e econômica do centro-sul do Paraná, região a que os historiadores vieram a chamar de Paraná tradicional (cf., por exemplo, WACHOWICZ, 2016) em contraste com o Paraná moderno, que só se constituiu, de fato, no século XX, com a ocupação do norte do Estado por paulistas e mineiros, na dinâmica da expansão da economia cafeeira; e com a ocupação das terras devolutas do Sudoeste e Oeste do Estado pelos migrantes gaúchos e catarinenses, que se dedicaram à agricultura de grãos e à criação de aves e suínos.

³ Para se ter uma ideia do volume que essa atividade econômica alcançou, vale lembrar que, entre 1855 e 1860, o ápice do comércio de muares em Sorocaba, calcula-se que cerca de 100 mil mulas invernaram nos campos paranaenses (BALHANA et al., 1969, p. 97).

A escassa população do chamado Paraná tradicional se distribuíra, desde o início do século XVIII, basicamente pelas fazendas atreladas à economia tropeira. Era, portanto, uma população rarefeita, que vivia, em sua maioria, assentada e isolada nos campos⁴.

O “corredor” tropeiro garantia, sim, contatos inter-regionais entre as populações dos campos do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná, definindo uma área que, por isso mesmo, partilhava traços socioculturais (TRINDADE, 1992). No entanto o tempo longo das viagens e das internagens, a população escassa e isolada nas fazendas e os contatos limitados, na prática, ao “corredor” tropeiro contribuíam para uma sociabilidade rarefeita e, por consequência, para o conservadorismo de costumes e de fala.

Os núcleos urbanos eram poucos e também com população escassa. Curitiba, por exemplo, tinha, em 1798, apenas 6.565 habitantes, dos quais 1.172 eram escravizados (SCHAAF, 1974, p. 25). Era, no dizer da historiadora Mariza Schaaf, “insignificante e isolada das demais vilas paulistas por enormes distâncias e por falta de vias de comunicação” (SCHAAF, 1974, p. 13).

Quando, em 1854, a cidade se tornou capital da recém-criada Província do Paraná (desmembrada da Província de São Paulo no ano anterior), sua população era ainda só de 6.791 pessoas, sendo 578 escravizados (BALHANA et al., 1969, p. 129). Em 50 anos, não tinha havido aumento populacional, o que só viria a ocorrer a partir das últimas décadas do século XIX, como resultado tanto dos benefícios econômicos decorrentes da crescente exploração, industrialização e exportação da erva-mate, quanto da chegada dos imigrantes.

Em 1872, o primeiro recenseamento geral do Império registrou 12.651 pessoas (das quais 921 eram escravizadas) vivendo em Curitiba. A Província do Paraná tinha, então, 126.722 habitantes e era a 18ª em população, ficando à frente apenas de Espírito Santo, Mato Grosso e Amazonas.

No primeiro recenseamento geral da República, em 1890, a população de Curitiba tinha praticamente duplicado em relação ao censo anterior, chegando a 24.553. Dez anos depois, o recenseamento de 1900 registrava 49.755 habitantes para Curitiba. A população da cidade tinha novamente duplicado em relação ao censo anterior. E, a partir daí, foi crescendo sempre até alcançar os atuais 1.963.726 habitantes (estimativa do IBGE para 2021).

Em todo caso, é importante reiterar que, até os fins do século XIX, a população paranaense era escassa, dispersa e isolada no meio rural e seus núcleos urbanos, diminutos. Curitiba e suas elites eram formadas com base no patriarcado rural (cf. NADALIN, 2017, p. 93).

⁴ Da forma de vida isolada e autônoma dessa sociedade campeira, temos uma detalhada descrição em Balhana et al., 1969, p. 87-109.

Esse perfil era fruto da economia tropeira, que se apoiava nas grandes fazendas de criação e invernagem. Paralelamente a ela, desenvolveu-se, no centro-sul paranaense, a partir do início do século XIX, a economia extrativa da erva-mate nativa, ciclo econômico que perdurou até os últimos anos da década de 1920, quando foi cedendo lugar, em importância, à produção cafeeira do Norte do Estado. A economia do mate era também uma economia rural, própria das áreas de mata, e que, por isso mesmo, deixava a população a ela dedicada em relativo isolamento.

A erva-mate, beneficiada nos engenhos ervateiros curitibanos, era, basicamente, destinada ao comércio exterior. Seus principais mercados consumidores estavam em Montevideo e Buenos Aires, que tinham perdido acesso ao mate paraguaio, proibido, em 1813, de ser exportado, por ato do governo do Paraguai, presidido por José Gaspar Francia.

O historiador Ruy Wachowicz (1983), ao analisar a economia ervateira, dá destaque ao fato de que ela, por ser periférica no contexto da economia nacional e por se destinar basicamente ao comércio exterior voltado para a região do rio da Prata, contribuiu para reforçar o distanciamento da elite econômica paranaense dos centros de decisões econômicas e políticas do país. Vale a pena reproduzir suas palavras:

O mate desenvolveu na região os quadros de uma nova elite produtora e exportadora. Essa nova elite, entrelaçada com a chamada *elite campeira* que dominava toda a região, vai se caracterizar pelo distanciamento dos centros de decisões econômica e política da nação [...]. Como a economia ervateira no Paraná permaneceu dominante até as primeiras décadas do século XX, sua influência no condicionamento do comportamento das elites e da população em geral foi significativa [...]. A economia da erva-mate, por cerca de um século, levou suas elites a ficarem como que *de costas* para centros como Rio de Janeiro e São Paulo e *de frente* para o Prata. (WACHOWICZ, 1983, p. 18-19)

Em suma, o perfil social do Paraná tradicional era de populações escassas, dispersas e isoladas (em razão das características das economias campeira e ervateira) e com núcleos urbanos pequenos e, em geral, sem maiores contatos exógenos. As relações com a região do Prata eram estritamente comerciais e envolviam diretamente uma parcela mínima das elites locais.

Esse perfil de isolamento é favorecedor de comportamentos e atitudes conservadoras. E o não alçamento, ainda forte, das vogais médias átonas finais /e/ e /o/ da fala de Curitiba e, não por acaso, de toda a área do Paraná tradicional é, certamente, um dos efeitos do conservadorismo próprio de áreas que permaneceram relativamente isoladas durante um tempo longo de sua história.

Curitiba, desde sua fundação, mantinha contatos com o litoral. Não eram, porém, fáceis e assíduos porque os caminhos que cruzavam a Serra do Mar eram precários, só percorridos a pé ou no lombo de mulas. A situação só começou a melhorar no fim do século XIX com a abertura das duas vias de conexão da cidade com o litoral, em especial com o porto de Paranaguá: a estrada carroçável da Graciosa, inaugurada em 1873, e a arrojada estrada de ferro, inaugurada em 1885.

É interessante destacar, por outro lado, que, até quase as últimas décadas do século XIX, a população paranaense não se distinguia, etnicamente, do restante da população brasileira. Era um agregado de brancos de origem ou ascendência portuguesa, escravizados de origem ou ascendência africana, índios isolados ou escravizados (sob a denominação jurídica de “administrados”⁵) e mestiços de toda ordem (BALHANA et al., 1969, p. 118-119).

A chegada dos imigrantes europeus em contingentes expressivos, principalmente a partir da década de 1870, contribuiu para diversificar a composição étnica da população do Paraná tradicional, mas não alterou, de início, seu perfil econômico, que continuou identificado com o mundo rural, já que a maioria dos imigrantes foi alocada em colônias agrícolas.

A política imigratória do fim do século XIX tinha, por principais objetivos, o povoamento dos imensos espaços vazios do Paraná de então e a produção de gêneros alimentícios para abastecer os núcleos urbanos. Assim, entre 1860 e 1889, foram estabelecidas 68 colônias de imigrantes no Paraná, 46 apenas entre 1876 e 1880 (NISHIKAWA, 2015, p. 62)⁶.

Aqui chegaram, fundamentalmente, alemães, alemães-russos (os chamados alemães do Volga), italianos, poloneses e ucranianos, mas também, em contingentes menores, franceses (vindo da Argélia), suíços, árabes e judeus. Já no início do século XX, vieram holandeses e, imediatamente depois da Primeira Guerra Mundial, expressivo contingente de japoneses, que se fixou, em sua maioria, no Norte do Paraná.

A entrada de imigrantes contribuiu para o aumento da população do Paraná e de Curitiba que se nota no fim do século XIX. Não há, porém, números precisos sobre o total dessas entradas. Os historiadores Altiva Pilatti Balhana, Brasil Pinheiro Machado e Cecília

⁵ A escravização dos índios era, desde o século XVI, ilegal. No entanto as leis abriam brechas para o caso de “gentios de guerra”, capturados nas chamadas “guerras justas” (FARACO, 2016). A esses, dava-se a designação de “administrados”, ou seja, ficavam sob tutela dos colonos e a serviço deles – uma escravidão disfarçada.

⁶ O número de colônias de imigrantes estabelecidas no Paraná entre 1860 e 1900, ou seja, no período da chamada Grande Imigração, varia, conforme a fonte consultada. Assim, para Cardoso e Westphalen (1986, p. 58 e 60) foram 61; para Martins (1955, p. 74-75), que lista núcleos entre 1868 e 1900, foram 100; para Nishikawa (2015, p. 63), que lista núcleos entre 1860 e 1889, foram 68. Se a esses 68 forem somados os 15 que Martins registra entre 1889 e 1900, teríamos o total de 83. Optamos pelos dados de Nishikawa (2015) porque, segundo o autor, foram levantados com base nos dados de matrículas de imigrantes existentes no Arquivo Público do Paraná e cobrem o período em que ocorreu a maior entrada de imigrantes no Paraná.

Maria Westphalen, em sua *História do Paraná*, calculam que, entre 1829 (ano do estabelecimento da primeira colônia de imigrantes no Paraná, composta de alemães que se estabeleceram em Rio Negro) e 1911 (data da criação da colônia holandesa em Carambeí, a última antes da Primeira Guerra Mundial, e que fecha, por assim dizer, o período mais intenso da imigração) entraram aproximadamente 83 mil imigrantes (BALHANA et al., 1969, p. 116).

O historiador Romário Martins, por sua vez, em seu livro *Quantos somos e quem somos* (1941), tomando como referência um período mais longo de tempo (1829-1934), apresenta a cifra de 101 mil, à qual, segundo ele, se deveria acrescentar outros 30 mil que teriam entrado espontaneamente, ou seja, não guiados pelo serviço oficial de colonização.

O historiador Ruy Wachowicz (2016, p. 185) coloca o Paraná como o quarto Estado a receber mais imigrantes, ficando atrás de São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Seus dados cobrem um período ainda mais longo que o de Martins, indo até 1948, e apontam um total de 128 mil, considerando aí apenas os principais contingentes por nacionalidade: poloneses (57 mil), ucranianos (22 mil), alemães (20 mil), japoneses (15 mil) e italianos (14 mil).

De qualquer forma, a proporção de imigrantes em relação ao total da população paranaense parece nunca ter ultrapassado os 15%. Nesse sentido, vale a pena reproduzir dados referentes a alguns dos censos demográficos⁷:

Paraná	total	estrangeiros
1872	126.722	3.627 (3% da população)
1900	327.136	45.134 (14% da população)
1920	685.711	65.753 (9,6% da população)
1940	1.236.276	66.653 (5,4% da população) ⁸
Curitiba	total	estrangeiros
1872	12.651	1.384 (11% da população)
1900	49.755	----- ⁹
1920	78.986	11.612 (15% da população)
1940	142.873	11.000 (8% da população) ¹⁰

⁷ Os dados foram retirados da página do IBGE. O link para cada um dos censos está apresentado ao final deste texto, nas Referências.

⁸ Para 1940, somamos o total de estrangeiros (56.816) com o total de naturalizados (9.837).

⁹ Os documentos do censo de 1900 não registram o número de estrangeiros em Curitiba. Se estimarmos esse total, aplicando o percentual do Estado (13%), a população estrangeira em Curitiba, em 1900, seria de aproximadamente 6.468 pessoas. Se tomarmos o percentual de 1920 (15%), o total de estrangeiros em Curitiba seria de 7.463.

¹⁰ Para 1940, somamos o total de estrangeiros (10.470) com o total de naturalizados (1.533).

A apresentação dos números e percentuais de imigrantes em relação ao total da população não pretende diminuir a relevância, para a sociedade paranaense, dos novos grupos étnicos que aqui aportaram. Eram, percentualmente, minoritários, mas contribuíram extensamente para o desenvolvimento socioeconômico e cultural do Paraná.

Entre suas muitas contribuições, vale citar algumas, com base no que diz, em seu livro *História do Paraná*, o historiador Ruy Wachowicz (2016, p. 185-186). Os imigrantes foram responsáveis pela implantação de significativas mudanças na agricultura da região, garantindo, assim, a subsistência dos núcleos urbanos, a geração de excedentes agrícolas e o surgimento de uma classe média rural. Foram, igualmente, os introdutores de várias atividades artesanais e indústrias na capital e no interior, favorecendo a expansão de uma classe média urbana. Deram forma a um ciclo de transporte rodoviário próprio, com a utilização do chamado carroção eslavo e da carroça polaca, veículos que substituíram, com vantagem, os lentos carros de bois e as tropas de muares. Implantaram, por meio de seus mestres de obra, inovações arquitetônicas no espaço urbano e desenvolveram a arquitetura em madeira, principalmente nas zonas rurais. Contribuíram para diversificar os padrões de alimentação, introduzindo e difundindo o uso de centeio, trigo sarraceno, batata inglesa, entre outros.

Minha insistência, portanto, em apresentar os números e percentuais de imigrantes em relação ao total da população paranaense e curitibana tem, por único objetivo, dar sustento à minha hipótese de que a principal característica da fala curitibana (o não alçamento das vogais médias átonas finais /e/ e /o/) já era corrente antes da chegada dos imigrantes.

Trata-se de uma característica conservadora que se mantinha forte num contexto de população rarefeita e isolada. Os imigrantes, por sua vez, constituíam grupos minoritários, falavam línguas diversas e não poderiam, por seu quantitativo e heterogeneidade, determinar uma forma de falar tão generalizada na comunidade curitibana. Interpretações apressadas e apenas impressionistas costumam sugerir que foi por causa dos imigrantes que o não alçamento se difundiu na fala de Curitiba. Nesse sentido, há quem diga, nos discursos de senso comum, que a população original da cidade passou a pronunciar o português “como se escreve” para que os imigrantes o aprendessem “corretamente”.

Os imigrantes chegaram, sim, em grande número, mas, como os dados mostram, sempre foram minoritários em relação ao conjunto da população do Paraná e de Curitiba. Havia imigrantes que se estabeleciam diretamente nos núcleos urbanos e se dedicavam, principalmente, ao comércio e às atividades artesanais e industriais. A maioria, porém, vivia, de início, em colônias rurais. Algumas eram próximas a Curitiba, como a colônia italiana de Santa Felicidade e a colônia polonesa do Abranches (ambas, hoje, bairros da cidade); outras eram distantes e relativamente isoladas, como as colônias polonesas e

ucranianas do segundo planalto. De qualquer forma, mantinham contatos sempre esporádicos com a população urbana.

Desenvolveu-se, certamente, no período da Grande Imigração, entre a população original, um sentimento de “nós” (brasileiros) em contraste com “eles” (estrangeiros), como fica muito evidente na forma como o historiador Rocha Pombo fez referência aos imigrantes, em seu livro *O Paraná no centenário (1500-1900)*, publicado em 1900:

A heterogeneidade da população, no entanto, nunca impediu o sincero conagraçamento moral em que se funda sobretudo a ordem e de que derivam a coesão e o vigor do espírito cívico local. Nas nossas festas públicas, ao lado dos estandartes dos nossos clubes e associações, figuram os estandartes das associações e dos clubes de todas as colônias. Quando o “Circolo” italiano Vinte de Setembro celebra suas festas, ou comemora as datas gloriosas da pátria, não é raro que à tribuna assomem também nossos oradores, concorrendo com entusiasmos com os filhos da Itália. E assim tratando-se das outras colônias. Elas têm sabido trabalhar pelo futuro daquela terra; têm sabido amá-la, e com razão, porque afinal é a pátria de seus filhos; e todas têm sabido até sofrer conosco, resignadas e discretas, nos momentos mais difíceis da nossa vida. (POMBO, 1980, p. 142-143)

Considerando esse conjunto de fatores, é também pouco plausível atribuir aos imigrantes a fonte da pronúncia não alçada das vogais médias átonas finais. Não há nenhum indicador sociolinguístico de que ela seja própria de falantes dessa ou daquela ascendência étnica. Ao contrário, ela é uma pronúncia generalizada na cidade e na região do Paraná tradicional.

Assim, é muito mais plausível a hipótese de que essa pronúncia conservadora predominava entre os habitantes de Curitiba e região antes da chegada dos imigrantes e seu conservadorismo era reflexo das características socioeconômicas do Paraná tradicional, uma sociedade numericamente rarefeita, isolada e dispersa pelas fazendas e com núcleos urbanos diminutos.

O mais provável é que o contato com os imigrantes induziu, por força de pressões identitárias, a população original a reforçar suas características de fala, mantendo-se conservadora nesse aspecto específico. Os imigrantes e, principalmente, as novas gerações já nascidas no Brasil apenas vieram a reproduzir o que era característico da pronúncia da população originária.

Tendo adquirido, nesse processo, a aura de fator identitário, o não alçamento das vogais médias átonas finais /e/ e /o/ tem se mantido forte na fala curitibana, bloqueando ou, pelo menos, retardando a onda inovadora do alçamento. Todavia, essa comunidade incorporou, categoricamente, outras duas inovações importantes ocorridas no português

brasileiro no correr do século 20: a palatalização de /t/ e /d/ diante de /i/ e a vocalização do /l/ na coda silábica.

Uma hipótese plausível para essa abertura às inovações remete às mudanças demográficas que ocorreram em Curitiba à medida que o século XX avançava. A chegada de novos imigrantes diminuiu sensivelmente a partir de meados da década de 1920. Os grupos pioneiros e seus descendentes foram se integrando, progressivamente, à vida da cidade, inclusive por meio de casamentos interétnicos, o que contribuiu para diluir, em boa parte, a percepção do “nós” *versus* “eles”. Por outro lado, a população de Curitiba não deixou de crescer durante todo o século XX, recebendo, à medida que a cidade se beneficiou com os frutos da economia do café, muita gente vinda de vários pontos do Paraná e de outros Estados. Esses fatores, ao reconfigurarem o perfil demográfico da cidade, tornando-a mais mesclada e, de certa forma, mais cosmopolita, favoreceram, certamente, a difusão das inovações de pronúncia ocorridas no século XX. No entanto a força identitária que o não alçamento das vogais médias átonas finais adquiriu, possivelmente, no período da Grande Imigração, continua restringindo a difusão do alçamento dessas vogais.

4 CONCLUINDO

O objetivo deste ensaio, escrito em homenagem a Dinah Callou, foi apresentar uma hipótese para a ocorrência e manutenção da característica linguística mais saliente do que poderíamos chamar de “fala curitibana”, qual seja, o não alçamento das vogais médias átonas finais.

Foi nossa intenção ir além dos discursos impressionistas que circularam e ainda circulam em Curitiba sobre essa sua característica de fala e fundar, em resultados de pesquisas linguísticas e históricas, uma hipótese plausível para a existência e manutenção dessa pronúncia conservadora frente ao alçamento generalizado dessas vogais em boa parte das variedades do português brasileiro. O pressuposto que percorreu o texto foi o de que a sócio-história de Curitiba e do Paraná tradicional é que traz luz para elucidar essa questão.

Permanece em aberto saber quando a comunidade de fala de Curitiba e do Paraná tradicional tomou consciência de suas peculiaridades de pronúncia; em que momento essa comunidade se deu conta de que falava de modo diferente de outras cidades e regiões do Brasil e acabou por assumir essa diferença como fator identitário.

Seria importante também ampliar a análise para o comportamento das vogais médias átonas em posição pretônica para avaliar em que medida são elas também não alçadas.

Por fim, a partir dos indícios, apontados por Limeira (2013), de que o não alçamento pode estar cedendo ao alçamento, fica a pergunta sobre a direção que tomará a comunidade de fala de Curitiba: deixará de ser a capital “mítica” do “leite quente”?

REFERÊNCIAS

- ABAURRE, M. B. M.; PAGOTTO, E. G. Consoantes em ataque silábico: palatalização de /t, d/. In: ABAURRE, M. B. M. (org.). *Gramática do português culto falado no Brasil: a construção fonológica da palavra*. v. VII. São Paulo: Contexto, 2013. p. 195-236.
- BALHANA, A. P.; MACHADO, B. P.; WESTPHALEN, C. M. *História do Paraná*. v. 1. Curitiba: Grafipar, 1969.
- BURMESTER, A. M. O. *A população de Curitiba no século XVIII (1751-1800) segundo os registros paroquiais*. 1974. 107f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1974.
- CALLOU, D. Sobre a história do português *no e do* Brasil: levantando questões. In: AVELAR, J.; ALVAREZ-LÓPEZ, L. (org.). *Dinâmicas afro-latinas: língua(s) e história(s)*. Frankfurt am Main: Peter Lang, 2015. p. 71-89.
- CALLOU, D. et al. Para uma sócio-história da língua portuguesa no Rio de Janeiro: demografia, escolarização e construção da norma. In: CALLOU, D.; LOBO, T. (coord.). *História do português brasileiro: história social do português brasileiro – da história social à história linguística*. v. 9. São Paulo: Contexto, 2020. p. 323-395.
- CARDOSO, J. A.; WESTPHALEN, C. M. *Atlas histórico do Paraná*. 2. ed. rev. ampl. Curitiba: Livraria do Chain, 1986.
- FARACO, C. A. *História sociopolítica da língua portuguesa*. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.
- FARACO, C. A. Aspectos da história socioeconômica e linguística do Brasil. *Diadorim*, Rio de Janeiro, v. 20, n. especial, p. 23-52, 2018.
- HERR, M. O processo de mudanças nas normas para a boa pronúncia da língua portuguesa no canto e no teatro no Brasil entre 1938, 1958 e 2007. In: PACHECO, A. (org.). *Actas do Simpósio A Pronúncia do Português Europeu Cantado*. Lisboa: Caravelas – CESEM (Centro de Estudos de Sociologia e Estética Musical), 2009. p. 29-39.
- KERSTEN, M. S. A. *A Lapa e o tropeirismo*. Curitiba: 10ª Superintendência Regional do IPHAN, 2006.
- KOCH, W.; KLASSMANN, M. S.; ALTENHOFEN, C. V. (org.). *Atlas linguístico-etnográfico da Região Sul do Brasil (ALERS)*. v. 2. Porto Alegre/Florianópolis/Curitiba: Ed. UFRGS/Ed. UFSC/Ed. UFPR, 2002.
- LIMEIRA, L. R. *O não-alçamento das vogais médias na fala de Curitiba sob a perspectiva da sociolinguística quantitativa*. 2013. 88f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- MARTINS, R. *Quantos somos e quem somos: dados para a história estatística do povoamento do Paraná*. Curitiba: Gráfica Paranaense, 1941.
- MARTINS, W. *Um Brasil diferente: ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná*. São Paulo: Editora Anhembi, 1955.
- MATTOS E SILVA, R. V. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2004.

NADALIN, S O. *Paraná: ocupação do território, população e migrações*. 2. ed. eletrônica. Curitiba: Sociedade dos Amigos do museu Paranaense, 2017.

NISHIKAWA, R. B. *As colônias de imigrantes na Província do Paraná, 1854-1889*. 2015. 238f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

POMBO, J. F. R. *O Paraná e o centenário (1500-1900)*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do Estado do Paraná, 1980.

SCHAAF, M. B. *A população da Vila de Curitiba segundo as listas nominativas de habitantes*. 1974. 169f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1974.

SILVA NETO, S. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Presença, 1977.

TRINDADE, J. B. *Tropeiros*. São Paulo: Editoração Publicações e Comunicações Ltda., 1992.

VIEIRA, M. J. B. As vogais médias átonas nas três capitais do sul do país. In: BISOL, L.; COLLISCHONN, G. (org.). *Português do Sul do Brasil: variação fonológica*. Porto Alegre: Edipucrs, 2009. p. 50-72.

WACHOWICZ, R. C. *Universidade do Mate: história da UFPR*. Curitiba: APUFPR, 1983.

WACHOWICZ, R. C. *História do Paraná*. 10. ed. 1 reimpressão. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.

Links para os dados dos censos demográficos utilizados neste texto (acessados em 20 jan. 2020):

1872: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v1_br.pdf

1900: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25474.pdf>

1920 (Paraná): https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/populacao/1936/populacao1936aeb_09.pdf

1920 (Curitiba): https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/populacao/1936/populacao1936aeb_10.pdf

1940 (Paraná): https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/populacao/1941_45/populacao_m_1941_45aeb_006.pdf

1940 (Curitiba): https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/65/cd_1940_p18_pr.pdf

ACOMODAÇÃO ENTRE FALARES DO PORTUGUÊS BRASILEIRO: O PAPEL DAS VARIÁVEIS SOCIAIS¹

Dermeval da Hora Oliveira (UFPB/CNPq)

Sandra Maria Oliveira Marques

1 INTRODUÇÃO

Estudos que envolvem a acomodação entre dialetos no Brasil não são muitos, embora o país ofereça essa possibilidade, considerando-se a quantidade de casos que dizem respeito à variação dialetal. O certo é que não se tem uma grande quantidade de estudos.

Sabe-se que a variação dialetal de norte a sul do Brasil já tem sido descrita e discutida em teses, dissertações, artigos etc., mas muito pouco se tem procurado verificar como os processos de acomodação entre esses diferentes falares têm ocorrido.

Do que se conhece, pode-se atestar que a língua portuguesa, no que concerne ao uso de consoantes, vogais, ditongos e prosódia tem muito de variável. E entende-se ser lamentável que o conhecimento desses estudos não tenha contribuído para que se busque compreender como se dá o processo de acomodação entre falantes que migram de uma região para outra, pondo-se em contato com novos usos.

Aproveitando-se do que já se tem sobre os estudos relacionados ao uso das vogais médias pretônicas, algo já bastante produtivo no português brasileiro, desde Bisol (1981), é que esse estudo procura dar conta de uma nova visão envolvendo os processos ligados a essas vogais.

A partir do conhecimento que se tem da realidade da língua falada na Paraíba e também no Rio de Janeiro, o objetivo deste estudo é apresentar uma análise do processo

¹ Este capítulo é uma parte adaptada da tese de Doutorado de Sandra Maria Oliveira Marques, defendida no Programa de Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 2006. Essa tese teve como orientadora a Profa. Dinah Callou, a quem, com este capítulo, prestamos homenagem.

de acomodação que envolve falantes paraibanos que se deslocaram para viver no Rio de Janeiro há mais de um ano e observar como se dá o uso das vogais médias pretônica entre paraibanos, tendo em vista que, costumeiramente, na Paraíba, há uma predominância das vogais médias abertas, tanto recuadas como não recuadas em detrimento das médias fechadas. Assim, é muito mais comum ouvir-se formas como “p[ɛ]lada”, “p[ɔ]rrada” do que “p[e]lada”, “p[o]rrada” e o mesmo acontece quando existe a possibilidade de elevação, como em “m[i]nino” ou “c[u]ruja”. Ao contrário do Rio de Janeiro, onde há forte tendência de se encontrar o uso da média fechada, como em “p[e]lada”, “p[o]rrada”.

Neste estudo serão apresentados os resultados relacionados ao uso das três possibilidades, correlacionando-os aos usos das variáveis sociais, a saber: faixa etária, anos de escolarização e tempo de residência no Rio de Janeiro. As não considerações em relação ao uso das variáveis linguísticas deve-se ao fato de não ser possível apresentá-las em espaço restrito.

O texto está assim estruturado: a Seção 2 trata de algumas considerações acerca da Teoria da Acomodação; a Seção 3 traz a metodologia e as partes que a constituem; na Seção 4, serão apresentados os resultados e sua discussão. Nessa Seção, serão consideradas as três variantes, tanto para as vogais não recuadas como para as vogais recuadas, correlacionando seus usos com as variáveis sociais: faixa etária, anos de escolarização e tempo de residência no Rio de Janeiro.

2 SOBRE A TEORIA DA ACOMODAÇÃO

A Teoria da Acomodação, desenvolvida por Giles, Taylor e Bourhis (1973), busca determinar como os falantes se acomodam linguisticamente ao interlocutor e por que algumas situações e alguns indivíduos produzem mais ou tipos diferentes de acomodação do que outros. Ou seja, volta-se para a investigação das atitudes e motivações que estão subjacentes ao uso da língua e das estratégias linguísticas usadas pelos falantes com o objetivo de atingir e garantir integração social e preservar a identidade de grupo.

Essa teoria tem base na fala e discute e tenta explicar por que os falantes modificam sua língua na presença de outros, ou seja, encara o falante como agente da mudança. Ela também examina os efeitos e os custos desse tipo de modificação. A partir de situações conversacionais, Giles, Taylor e Bourhis (1973, p. 76) concluem que, se o emissor em uma situação dialógica quer ter a aprovação do receptor, ele terá que adaptar seu padrão de fala ao da outra pessoa, procurando reduzir as dessemelhanças. A esse processo ele dá o nome de “convergência de sotaque” e ao processo reverso, de “divergência de sotaque”, que pode ocorrer caso os falantes queiram estabelecer uma desassociação entre eles, mostrando a não aprovação de um em relação à fala do outro.

Tais processos de convergência e divergência podem ocorrer claramente não só em nível lexical mas também em nível gramatical e fazem parte, segundo Coupland (1984), de um padrão mais amplo de modificação de comportamento sob a influência de um e em resposta ao outro. O trabalho de Giles, Taylor e Bourhis (1973) dispensa considerável importância aos aspectos da convergência e divergência em contatos de curta duração (*short-term*) e do ajustamento do falante na escala de valores sociais (de alto para baixo prestígio linguístico). Ele e seus colaboradores têm a atenção voltada para explorar que fatores estão envolvidos na determinação de quem domina quem; por que os falantes fazem isso; em que extensão eles o fazem; e como isso é percebido por outros.

Sob a perspectiva do linguista, contudo, a acomodação pode ocorrer também entre sotaques que diferem regional mais do que socialmente e pode ocorrer tanto em nível de longa duração (*long-term*) como em nível de curta duração (*short-term*). Nos contatos de longa duração, quem se acomoda a quem é menos problemático, visto que na maioria dos casos onde esse fenômeno está ocorrendo lida-se com contato entre falantes de diferentes variedades regionais e com indivíduos regionalmente móveis ou grupos de minorias que se acomodam, no *long-term*, a uma maioria não móvel. O problema então é determinar como os falantes se acomodam, a extensão e por que algumas situações e alguns indivíduos produzem mais, ou tipos diferentes de acomodação do que outros. Sendo assim, a acomodação de longa duração é de considerável interesse para o linguista.

Pesquisas que investigam variação e mudança linguística sob os efeitos da migração nas comunidades contemporâneas têm adquirido cada vez mais espaço na paisagem sociolinguística. Em meados dos anos 1980, o estudo dos dialetos em contato, iniciado por Trudgill (1986), com base nas ideias de Giles, abriu caminho para inúmeros trabalhos, com bases similares, sobre a koineização, a mudança por contato induzido e a formação de novos dialetos de uma forma independente em muitos lugares ao redor do mundo.

Trudgill (1986), com base nos seus estudos, percebe que há traços que são alterados durante o processo e outros que não mudam; comportam-se, enfim, de formas diferentes. Observa, então, com base nos estudos de Labov (1972), que, em muitas comunidades de fala, algumas variáveis linguísticas são sujeitas concomitantemente a variações de classe social e estilo: são os marcadores (*markers*). Outras variáveis são sujeitas simplesmente à variação de classe social: são os indicadores (*indicators*).

Auer et al. (1998) afirmam que a saliência é um bom prognóstico da perda e aquisição de traços de um dado dialeto por falantes de um outro dialeto. O que é percebido por um falante como 'saliente' em uma variedade é substituído mais facilmente e mais rápido por outra do que o que é percebido como 'não-saliente'. Afirmam ainda que traços 'mais salientes' da variedade do falante podem ser perdidos mais rapidamente do que os que são 'menos salientes'.

Como as variáveis fonológicas, por exemplo, são percebidas como mais salientes? Segundo Trudgill (1986), durante a acomodação, de fato, traços salientes da variedade alvo são ajustados a um número de fatores combinados que retardam ou aceleram a acomodação. Esses fatores produzem, no contato entre dois dialetos, uma hierarquia de traços e levam a acomodação em *long-term* a seguir rotas fixas. Faz um levantamento de uma série de fenômenos fonológicos e chega a determinar uma hierarquia (do mais para o menos saliente) de acordo com as características de cada um desses fenômenos:

- a) as variáveis têm ao menos uma variante que é abertamente estigmatizada;
- b) a variável tem uma variante de alto *status* refletida na ortografia;
- c) a variável está passando por mudança linguística;
- d) as variantes são foneticamente diferentes;
- e) as variantes estão envolvidas na manutenção do contraste fonológico na acomodação da variedade do falante.

Conforme Trudgill (1986, p. 24), se a acomodação segue uma rota fixa e se este tipo de regularidade pode ser observado em outras situações de acomodação, isto abre a possibilidade não só de que será possível fazer sensíveis generalizações sobre o processo de acomodação como um todo mas também de que deve ser possível, dada uma comparação entre duas variedades, prever que forma de acomodação entre elas acontecerá. Se for assim, então deve ser possível prever e explicar que traços sobreviverão, ou não, no contato dialetal e nas situações de mistura dialetal também.

A difusão de formas linguísticas de uma área geográfica para outra é resultante da acomodação. Trudgill (1986, p. 40) afirma que a interação face a face é necessária antes de a difusão se estabelecer, precisamente porque é apenas durante essa interação que a acomodação ocorre. Observa que a difusão toma lugar, presumivelmente, em uma primeira ocasião, quando um falante emprega um novo traço na ausência de falantes da variedade que originalmente usam esse traço.

Se a difusão resulta da acomodação, então espera-se (TRUDGILL, 1986, p. 43) que traços salientes sejam mais difundidos, e mais rapidamente do que os não-salientes. A velocidade vai depender do grau de saliência e do número e força dos fatores de inibição e/ou aceleração que são relevantes em cada caso.

A acomodação, segundo Trudgill (1986, p. 62), pode ser incompleta. Nesse caso, ela se apresenta de três diferentes formas. Falantes podem reduzir as pronúncias dissimilares às de outros falantes:

- a) alternando sua própria variante com as dos outros falantes;
- b) por usar a variante de outro falante em algumas palavras e não em outras;

- c) usando pronúncias intermediárias entre as duas que estão em contato.

Trudgill (1986) afirma que as três possibilidades podem ocorrer em conjunção umas com as outras, podendo resultar em um número complexo de consequências linguísticas, incluindo o desenvolvimento de formas interdialetais, tais como formas intermediárias, hipercorreções e hiperdialealismo, que estão envolvidos na formação de novos dialetos derivados do contato.

3 METODOLOGIA

Nesta seção, serão apresentadas informações sobre os aspectos metodológicos do trabalho. De início, serão apresentados os dados relativos aos corpora que foram utilizados.

3.1 *Corpora*

O estudo em questão visa a descrever o comportamento de indivíduos fora do seu contexto original, objetivando verificar as mudanças linguísticas provenientes de uma situação de contato dialetal. O fato de não existirem conjuntos de dados disponíveis motivou a criação de dois arquivos sonoros que serviram de base para este trabalho.

As entrevistas foram realizadas com falantes aleatoriamente selecionados, buscando extrair o máximo possível da espontaneidade do seu discurso. Não houve um local específico para as suas realizações, tendo sido aproveitado, portanto, qualquer tempo disponível do entrevistado, onde quer que ele estivesse.

O *corpus* trabalhado é constituído pela fala de falantes paraibanos residentes no Rio de Janeiro há mais de um ano ininterrupto. Todos os falantes migraram depois dos quinze anos de idade. Todos são homens de profissões diversas, idades diversas, anos de escolarização diversos e tempo de moradia no local para onde migraram e atividade ocupacional antes da migração também diversos.

O *corpus* formado por paraibanos (colhido de 08/2003 a 12/2004) é composto pelo vernáculo produzido por vinte e um falantes. Todos esses falantes foram selecionados de forma aleatória e no seio da comunidade em que residiam no momento da entrevista. Procurou-se evitar os guetos, dando preferência, portanto, àqueles cidadãos que estavam, de uma certa forma, integrados, misturados na comunidade onde se propuseram a viver.

Sendo assim, os entrevistadores foram nordestinos. Dessa forma, o falante ficaria mais à vontade, mais natural, sem pressões sociais e, assim, evitava-se o máximo possível a variação artificial da fala do entrevistado.

3.2 Caracterização dos falantes

Os falantes paraibanos que viviam no Rio de Janeiro, estão assim caracterizados:

Segundo a faixa etária:

- a) 15 a 25 anos (oito falantes)
- b) 26 a 49 anos (dez falantes)
- c) 50 anos em diante (três falantes)

Segundo os anos de escolarização:

- a) Zero a quatro anos (oito falantes)
- b) Cinco a oito anos (quatro falantes)
- c) Nove a onze anos (quatro falantes)
- d) Mais de onze anos (cinco falantes)

Segundo o tempo de residência no Rio de Janeiro:

- a) Um a quatro anos (cinco falantes)
- b) Cinco a dez anos (dez falantes)
- c) Mais de dez anos (seis falantes)

São essas mesmas variáveis que serão controladas no estudo aqui apresentado, consideradas, portanto, como variáveis independentes.

3.3 Método de análise

Uma vez codificados, os dados foram submetidos ao pacote de programas VARBRUL (PINTZUK, 1988), que são programas que trabalham com o modelo logístico descritivo.

Tendo em vista o fenômeno variável em questão, foi realizado um recorte nas entrevistas, em que foi extraído todo o material existente nos *corpora* necessários para essa pesquisa, ou seja, todas as ocorrências vogais pretônicas /e/ e /o/, em contextos do tipo CV, CCV, CVC, CCVC, para proceder, posteriormente, à sua análise. Primeiramente, foram retiradas palavras derivadas terminadas em *-inho(a)* e *-mente*, cuja vogal observada, que é casualmente pretônica, não sofreu alteração com relação à vogal fonológica tônica

da palavra primitiva (ex.: *pertinho, negocinho, moqinha, rocinha, senhorinha, terrinha, rosinha, sozinho, amarelinha e somente). Todas as vogais sublinhadas foram realizadas como [ɛ] ou [ɔ], como na palavra primitiva). O mesmo aconteceu com as palavras derivadas de uma primitiva com vogal fechada (ex.: todinho, globinho, foguinho, trechinho, cervejinha, garotinha, fresquinha), todas realizadas como [e] ou [o]. Em palavras como queijozinho, churrascozinho, correntezinha, todas as vogais foram realizadas como altas, devido à neutralização que atinge a postônica final da palavra primitiva. As outras vogais pretônicas (/e/ e /o/) dessas palavras foram observadas, pois são propícias à variação (ex.: s[e]nhorinha → s[i]nhorinha).*

Foram também desconsideradas as ocorrências de hiato e ditongos na sílaba pretônica, pois, além de se querer verificar se a qualidade da consoante vizinha à pretônica é preponderante para bloquear a regra de harmonia vocálica, os dados ainda foram muito poucos e tendiam à elevação (ex.: teatro e moinho ~ t[i]atro e m[u]inho).

Do arquivo geral dos dados produzidos pelos migrantes paraibanos, com auxílio de um dos programas do pacote VARBRUL, o TSORT. Esse arquivo foi dividido em dois: um contendo todas as ocorrências de /e/ e o outro contendo todas as ocorrências de /o/.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Com base em índices percentuais e em pesos relativos, o comportamento linguístico dos migrantes paraibanos residentes no Rio de Janeiro, expostos ao contato com o dialeto nativo, em sua maioria, do lugar onde se propuseram a viver durante, no mínimo, um ano ininterrupto.

No cômputo geral, foram recolhidos 5313 dados do *corpus* dos migrantes paraibanos, distribuídos segundo o tipo de vogal pretônica, conforme a Tabela 1.

Tabela 1: Apresentação geral dos dados obtidos

Tipo de pretônica	Número de dados
Não recuada	2854
Recuada	2459
Total	5313

Fonte: Elaboração própria.

Na fala dos migrantes paraibanos residentes no Rio de Janeiro, três são as possibilidades de produção de cada uma das pretônicas enfocadas:

- Para as não recuadas: [ɛ], [e] e [i]
- Para as recuadas: [ɔ], [o] e [u]

A distribuição dos dados da Tabela 1 por cada uma dessas possibilidades, independentemente de sua realização oral ou nasal, pode ser vista na Tabela 2, a seguir:

Tabela 2: Distribuição dos dados pelas variantes

Pretônicas	Variantes	Número de dados	Total
Não recuadas	[ɛ]	1129	2854
	[e]	1219	
	[i]	506	
Recuadas	ɔ]	812	2459
	[o]	1035	
	[u]	607	

Fonte: Elaboração própria.

4.1 Vogal média pretônica [ɛ]

O ‘Tempo de moradia do falante no Rio de Janeiro’ foi fator selecionado em terceiro lugar para a variante [ɛ]. Os resultados indicam que a probabilidade de aplicação da variante baixa [ɛ] vai diminuindo à medida que o falante soma anos de residência no Rio de Janeiro e, conseqüentemente, tem mais tempo de contato com os falantes locais. Nos primeiros cinco anos em que está no Rio de Janeiro, os falantes produzem mais o abaixamento de /e/ do que aqueles que já estão há mais tempo. A partir dos cinco anos de contato, esse valor diminui paulatinamente, como indício de acomodação ao dialeto acolhedor. A Tabela 3 apresenta os valores correspondentes.

Tabela 3: Tempo de residência no Rio de Janeiro (realização de [ɛ])

Tempo de residência	Ocorrência/total	%	PR
1 a 4 anos	274/527	52	0,78
5 a 10 anos	311/928	34	0,41
+ de 10 anos	180/491	37	0,35

Fonte: Elaboração própria.

Em se tratando dos outros ambientes sociais, a regra de abaixamento entre os falantes paraibanos que não são migrantes não tem qualquer valor estigmatizante, visto ser a pronúncia padrão da comunidade. Em João Pessoa, Pereira (1997) chega à conclusão de que os anos de escolarização e a faixa etária não exercem quaisquer condicionamentos sobre a regra de abertura, a forma padrão do local. Já entre os migrantes, essa regra tem um valor social negativo, pelo fato de pertencer a um grupo minoritário e por ser proveniente de uma região que é muito discriminada no Brasil, que é a Região Nordeste.

Os resultados indicam que os falantes que possuem até, no máximo, a segunda fase do ensino fundamental, são aqueles que mais aplicam a regra de abaixamento da vogal anterior, como se pode ver na Tabela 4.

Tabela 4: Anos de escolarização (realização de [ɛ])

Anos de escolarização	Ocorrência/total	%	PR
0 a 4 anos	355/745	48	0,58
5 a 8 anos	144/366	39	0,72
9 a 11 anos	127/416	31	0,43
+ de 11 anos	139/419	33	0,24

Fonte: Elaboração própria.

Os resultados apontam que a variante [ɛ] vai, paulatinamente, perdendo sua força à medida que o falante aumenta seu grau de formação escolar. Nos dois últimos anos de escolarização observados, os índices são bem mais baixos e não favoráveis à aplicação dessa variante.

Com relação à faixa etária, os falantes mais novos (0,28) não aplicam essa variante como o fazem os falantes da faixa etária intermediária (0,68) e os mais velhos (0,63). Pelo cruzamento da faixa etária com anos de escolarização, pode-se ter um melhor panorama do que ocorre socialmente com relação ao [ɛ], como se pode ver na Tabela 5.

Tabela 5: Cruzamento entre faixa etária e anos de escolarização (realização de [ɛ])

Escolarização \ Faixa etária	0 a 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	+ de 11 anos
	Oc./tot. (%)	Oc./tot. (%)	Oc./tot. (%)	Oc./tot. (%)
	PR	PR	PR	PR
15 a 25 anos	140/245 (56%) 0,68	144/366 (39%) 0,50	47/201 (3%) 0,32	-
26 a 49 anos	185/400 (46%) 0,57	-	48/117 (41%) 0,52	122/354 (34%) 0,45
+ de 49 anos	30/100 (30%) 0,40	-	32/98 (33%) 0,43	17/65 (26%) 0,36

Fonte: Elaboração própria.

Observando a Tabela 5 de forma horizontal, observa-se que os falantes de 26 a 49 anos só diminuem a produção da variante aberta ([ɛ]) quando têm o ensino universitário (0,57 → 0,52 → 0,45). Os falantes de 15 a 25 anos tendem a diminuir a aplicação da regra de abaixamento à medida que aumentam os anos de escolarização (0,68 → 0,50 → 0,32). Segundo Kemp (1981), o efeito do fator escolarização está relacionado ao fator

idade. Assim, as diferenças de escolarização parecem mais significativas entre falantes mais velhos do que entre falantes mais jovens. Tal afirmação parece não estar sendo cumprida aqui, pois se verifica que falantes com 50 anos ou mais de idade não aplicam mais a regra em função do nível de escolaridade (0,40 → 0,43 → 0,36).

Os falantes paraibanos abrem mais a vogal quando estão na primeira fase do ensino fundamental (0 a 4 anos de escolarização) e têm até 25 anos de idade. Tais resultados justificam o que foi encontrado isoladamente em cada um desses grupos.

Segundo Yacovenço (1993, p. 66), para o dialeto carioca,

A regra de abaixamento [...] não apresenta um padrão definido, como ocorre com as outras duas [variantes]. Idosos (4,2%) e jovens (3,7%) usam mais esta regra que o grupo intermediário (1,8%). Supõe-se que este grupo utilize menos a regra de abaixamento por esta regra se relacionar ao falar dos nordestinos. Sabe-se que a região nordeste apresenta uma situação sócio-econômica precária, fato que acarreta um valor pejorativo para a fala daquela região do país.

Vê-se, portanto, que, na fase intermediária do grupo ‘Faixa etária’, cariocas e paraibanos, por exemplo, dentro do município do Rio de Janeiro, ocupam dois polos linguísticos opostos. Nessa faixa etária, que é a mais ativa no mercado de trabalho, os migrantes paraibanos só concorrem com os cariocas quando têm o nível superior de escolaridade, e esse fato é também expresso linguisticamente, pois é quando utilizam menos a variante aberta ([ɛ]). Migrantes paraibanos apenas com o nível médio de escolaridade, na maioria das vezes, realizam trabalhos com um status social mais baixo (porteiros, faxineiros, balconistas etc.) e que têm difícil ascensão social.

4.2 Vogal média pretônica [ɔ]

Para a verificação da regra de abaixamento ([ɔ]) nesta pesquisa, foram colhidos 418 dados. O *input* geral da rodada com valor de aplicação foi igual a 0,34. Os fatores selecionados como favoráveis à aplicação de [ɔ] foram: ‘Tempo de residência no Rio de Janeiro’, ‘Faixa etária’ e ‘Anos de escolarização’.

Com relação ao grupo de fatores ‘Tempo de residência no Rio de Janeiro’, os resultados indicam que os falantes da fase de um a cinco anos no Rio de Janeiro são os que mais aplicam a variante [ɔ], mas os valores da aplicação vão diminuindo conforme vai aumentando o número de anos de contato com os cariocas, como se pode ver na Tabela 6.

Tabela 6: Tempo de residência no Rio de Janeiro (realizações de [ɔ])

Tempo de residência	Ocorrências/total	%	PR
1 a 4 anos	131/308	43	0,74
5 a 10 anos	190/619	31	0,50
+ de 10 anos	97/325	30	0,28

Fonte: Elaboração própria.

Como se pode ver, a vogal não recuada é mais sensível ao tempo, pois suas probabilidades de ocorrência só são superiores ao ponto neutro (0,50) nos cinco primeiros anos de contato. Já para a vogal recuada, a diminuição da probabilidade de aplicação de abaixamento só ocorre depois dos dez anos.

Com relação à ‘Faixa etária’, em João Pessoa, Pereira (1997, p. 80) observa o seguinte:

Os informantes que compreendem a faixa etária de 26 a 49 anos são os que mais fecham [mantém] as vogais, mas quando atingem uma idade mais avançada (49 em diante) apresentam uma queda na aplicação da regra. Isso se justificaria, em parte, por se tratar da faixa etária que menos sofre as influências do mercado ocupacional. Sankoff, Kemp & Cedergren (1978) constataram a relevância do mercado linguístico para o uso da forma padrão: falantes com maior cotação nesse mercado tendem a empregar mais frequentemente a variante padrão do que a variante de menos prestígio.

No Rio de Janeiro, segundo Yacovenco (1993), para todas as idades, a manutenção a maior tendência e são os jovens os que apresentam maior percentual de uso. Tanto o alteamento quanto o abaixamento da pretônica recuada ocorrem em falantes mais velhos. O abaixamento apresenta índices mais baixos entre os falantes da faixa etária intermediária. Os resultados da aplicação de abaixamento pelos migrantes paraibanos podem ser vistos na Tabela 7.

Tabela 7: Faixa etária no Rio de Janeiro (realização de [ɔ])

Faixa etária	Ocorrências/total	%	PR
15 a 25 anos	161/485	33	0,30
26 a 49 anos	208/605	34	0,62
+ de 49 anos	49/162	30	0,67

Fonte: Elaboração própria.

A observação dos dados permite concluir que são os mais novos que são os mais suscetíveis ao processo de acomodação. Para a vogal recuada, os mais velhos aplicam

mais do que os da faixa intermediária. O contrário ocorre para a não recuada, mas, ainda assim, ambas as faixas etárias, para as duas vogais, possuem comportamento muito semelhante.

Com base no cruzamento dos grupos de fatores ‘Tempo de residência no Rio de Janeiro’ e ‘Faixa etária’ do falante, pode-se entender melhor os resultados expostos na Tabela 8.

Tabela 8: Cruzamento entre faixa etária e tempo de residência no Rio de Janeiro (realização de [ɔ])

Tempo de resid. Faixa etária	1 a 4 anos	5 a 10 anos	+ de 10 anos
	Oc./tot. (%)	Oc./tot. (%)	Oc./tot. (%)
	PR	PR	PR
15 a 25 anos	103/249 (56%) 0,68	28/59 (47%) 0,65	-
26 a 49 anos	58/236 (25%) 0,40	132/383 (34%) 0,52	-
+ de 49 anos	-	48/163 (29%) 0,46	49/162 (30%) 0,47

Fonte: Elaboração própria.

Observando a Tabela 8 no eixo horizontal, percebe-se que são os falantes mais jovens os que mais aplicam a variante aberta ([ɔ]) e, sob o ponto de vista vertical, seus índices probabilísticos caem à medida que vão ficando mais velhos.

No que diz respeito aos anos de escolarização, o abaixamento de [ɔ] ocorre mais entre os falantes do ensino fundamental, como se pode ver na Tabela 9.

Tabela 9: Anos de escolarização (realização de [ɔ])

Anos de escolarização	Ocorrências/total	%	PR
0 a 4 anos	184/497	37	0,54
5 a 8 anos	67/219	31	0,65
9 a 11 anos	80/259	31	0,46
+ de 11 anos	87/277	31	0,35

Fonte: Elaboração própria.

O comportamento do falante com relação aos anos de escolarização é semelhante para ambas as vogais. As duas primeiras fases são as que mais produzem o abaixamento, sendo que a segunda apresenta maiores probabilidades de aplicação.

4.3 Realizações de [i] e [u]

Para a verificação da regra de alteamento da variável /e/, foram recolhidos 384 dados. O *input* geral da rodada para a variante [i] foi igual a 0,20, o mais baixo dentre as variantes não recuadas. Sobre esse fato, Leite e Callou (2002), tendo em vista os dialetos do Rio Grande do Sul (BISOL, 1981; 1989), do Rio de Janeiro (CALLOU; LEITE; MORAES, 1991; CALLOU et al. 1995; 1998; YACOVENCO, 1993), da Bahia (SILVA, 1989) e de Minas Gerais (VIEGAS, 1987; CASTRO, 1990), já haviam percebido que a harmonização vocálica é uma regra de baixa produtividade no Brasil e de comportamento assimétrico entre as tônicas /i/ e /u/ como propulsoras do processo.

O grupo de fatores ‘Tempo de residência no Rio de Janeiro’ não foi selecionado como um dos condicionadores do processo de alteamento de /e/. Esse processo não distingue os dialetos carioca e paraibano, por isso a quantidade de tempo que o falante fica exposto ao contato não determina o aumento ou a diminuição de seus percentuais.

A acomodação do migrante paraibano ao dialeto carioca não é verificada com base no alteamento de /e/. Os indícios de convergência dialetal são o aumento da manutenção de /e/ em detrimento do declínio da produção de abaixamento, não de alteamento. A diminuição do percentual de alteamento é uma estratégia do falante para fazer aumentar os percentuais de manutenção, que é típico do dialeto carioca, sem perder a sua identidade, caracterizada pelo abaixamento de /e/. Sendo assim, outros fatores sociais podem descrever o comportamento desse processo.

Quanto à aplicação de [i], as variáveis sociais selecionadas foram ‘Anos de escolarização’ e a ‘Faixa etária’ do falante. Pela tabela abaixo, pode-se ter uma ideia geral de como os falantes se comportam conforme o seu grau de instrução.

Tabela 10: Anos de escolarização (realização de [i])

Anos de escolarização	Ocorrências/total	%	PR
0 a 4 anos	200/745	27	0,65
5 a 8 anos	47/366	13	0,39
9 a 11 anos	69/416	17	0,41
+ de 11 anos	68/419	16	0,42

Fonte: Elaboração própria.

Pela Tabela 10, pode-se visualizar que a produção da variante [i] é típica de falantes com menos anos de escolarização e vai perdendo seu poder de aplicação à medida que os falantes aumentam seu grau de instrução. Verifica-se que, já na segunda fase do ensino fundamental, o valor de aplicação da variante já é abaixo do ponto neutro, que é 0,50.

Em João Pessoa, Pereira (1997) constatou que, ao mesmo tempo em que favorecem mais as variantes [e] e [o], os universitários são os que apresentam os índices mais baixos para a elevação das médias. Assim, são os falantes com menos anos de escolarização os que apresentam os maiores índices desse processo, como acontece com os migrantes.

Sobre o grupo de fatores 'Faixa etária' do falante, Callou et al. (1995, p.68) afirmam que, embora as variáveis sociais não se tenham mostrado significativas, o uso nas faixas etárias e em homens e mulheres assinala uma curva descendente: homens e velhos usando mais a regra e jovens e mulheres menos. Portanto não há qualquer indício de progressão da regra, mas antes de possível perda de produtividade.

Os valores probabilísticos demonstram que, nas duas primeiras faixas observadas, o comportamento linguístico do migrante continua o mesmo. Só há alteração entre os mais velhos, que são aqueles que mais produzem a realização alta da pretônica não recuada, corroborando, portanto, os trabalhos de Yacovenco (1993), Callou et al. (1995) e Pereira (1997). Dentro de uma visão geral, o comportamento dos grupos sociais de migrantes não é diferente daquele dos paraibanos que não são migrantes. Os resultados obtidos para esse grupo de fatores podem ser vistos na Tabela 11.

Tabela 11: Faixa etária (realização de [i])

Faixa etária	Ocorrências/total	%	PR
15 a 25 anos	138/812	17	0,48
26 a 49 anos	166/871	19	0,48
+ de 49 anos	80/263	30	0,62

Fonte: Elaboração própria.

O comportamento linguístico dos falantes que chegaram ao Rio de Janeiro entre 1993/1994 e 2003/2004 (0 – 4 anos e 5 – 10 anos), portanto, é diferente do comportamento dos falantes que chegaram em anos anteriores. Conforme os dados, os primeiros têm uma necessidade maior de acomodação do que estes. Talvez devido ao fato de o mercado de trabalho nos anos mais recentes ser mais exigente quanto à aparência, postura, linguagem, escolarização das pessoas para qualquer tipo de trabalho, do que em outras épocas, exigindo, portanto, maior acomodação do falante ao dialeto carioca.

No caso das médias pretônicas não recuadas, os falantes mais jovens são os que os que mais facilmente se adaptam a dinâmica linguística carioca, pois são os que produzem as mais baixas probabilidades de abaixamento e de alteamento.

Para a verificação da regra de alteamento da variável /o/, foram colhidos 448 dados. O *input* geral da rodada para a variante [u] foi igual a 0,36. Os grupos de fatores sociais selecionados foram 'Faixa etária' e 'Tempo de residência no Rio de Janeiro'.

Para o grupo de fatores 'Tempo de residência no Rio de Janeiro', com relação ao alteamento de /o/, os resultados indicam que são os falantes que estão há mais tempo no Rio de Janeiro os que mais produzem a variante [u]. Essa variante, porém, não obteve números favoráveis para as outras duas primeiras fases e nem aumento significativo de uma fase para outra, o que indica que essa é uma variante típica das pessoas que chegaram ao Rio de Janeiro em outra década, sujeita também à variável idade, que pesa sobre esses resultados. Na Tabela 12, pode-se ter uma visão panorâmica dos resultados.

Tabela 12: Tempo de residência no Rio de Janeiro (realização de [u])

Tempo de residência	Ocorrências/total	%	PR
1 a 4 anos	85/308	28	0,40
5 a 10 anos	222/619	36	0,48
+ de 10 anos	141/325	43	0,64

Fonte: Elaboração própria.

Os resultados obtidos na Tabela 12 indicam que a regra de abaixamento vai diminuindo à medida que o falante aumenta os seus anos de residência no Rio de Janeiro, pois seus índices vão paulatinamente diminuindo com o passar do tempo. O aumento do tempo de moradia é diretamente proporcional à aplicação da regra de alteamento, embora na primeira década os falantes se comportem de forma semelhante.

Em relação à faixa etária, Pereira observou que em João Pessoa os falantes mais velhos são os que mais aplicam a variante alta ([u]). O abaixamento é uniforme entre as faixas etárias. No Rio de Janeiro, segundo Yacovenco (1993), para todas as idades, a manutenção é a maior tendência e são os jovens os que apresentam maior percentual de uso. Tanto o alteamento quanto o abaixamento da pretônica recuada ocorrem em falantes mais velhos. Os índices percentuais da regra de alteamento na fala culta do carioca elevam-se à mesma medida que aumenta a faixa etária. O abaixamento apresenta índices mais baixos entre os falantes da faixa etária intermediária.

Comparando os resultados de [i] e [u], o que se pode verificar é que o alto índice de aplicação da realização [i] é causado pela produção oral dos falantes mais velhos. Os falantes que têm de um a dez anos de residência no Rio de Janeiro possuem um

comportamento semelhante. Para a aplicação de [u], não são os mais velhos que mais produzem o alteamento de /o/ e, sim, os falantes de 26 a 49 anos de idade.

Com base no cruzamento dos grupos de fatores ‘Tempo de residência no Rio de Janeiro’ e ‘Faixa etária’ do falante, pode-se entender melhor os resultados obtidos, expressos na Tabela 13.

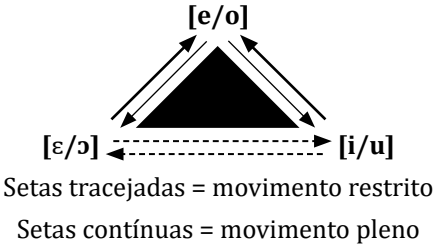
Tabela 13: Cruzamento entre ‘Faixa etária’ e ‘Tempo de residência no Rio de Janeiro’ (realizações de [u])

Tempo de resid. Faixa etária	1 a 4 anos	5 a 10 anos	+ de 10 anos
	Oc./tot. (%)	Oc./tot. (%)	Oc./tot. (%)
	PR	PR	PR
15 a 25 anos	80/249 (32%) 0,47	5/59 (8%) 0,15	-
26 a 49 anos	78/236 (33%) 0,48	144/383 (38%) 0,53	-
+ de 49 anos	-	88/163 (54%) 0,69	53/162 (33%) 0,48

Fonte: Elaboração própria.

A análise da Tabela 13 leva a perceber que os falantes que têm de um a quatro anos de residência no Rio de Janeiro são indiferentes com relação ao grupo de fatores idade. Dentre os falantes que têm de cinco a dez anos de residência no Rio de Janeiro aplicam mais o alteamento de /u/ quando são mais velhos, fazendo, assim, um movimento inverso ao da aplicação da regra de abaixamento da pretônica recuada.

Pode-se diagramar o movimento dessas variantes na fala dos migrantes paraibanos da seguinte forma:



O diagrama apresentado pode ser lido da seguinte forma: todos os ambientes atingidos pelo abaixamento e pelo alteamento da média pretônica não recuada podem ser ocupados pela variante [e], mas o movimento contrário é restrito a alguns contextos. As

palavras *b[e]leza, bilh[e]teiro, c[e]noura, com[e]cei, d[e]sejo, dir[e]tor, torc[e]dor, end[e]reço* não autorizam a aplicação de [ɛ] ou [i], demonstrando, pois, que o processo de neutralização, como também já foi mencionado, atinge um baixo percentual. Em todos esses contextos há uma vogal média ou um ditongo oral.

Em João Pessoa, segundo Pereira (1997), o movimento de [e] ↔ [i] é possível só diante de vogais altas na sílaba subsequente, ao passo que, na fala dos migrantes, as vogais médias também facilitam o movimento recíproco (ex.: *amadur[i]cer, m[i]lhorou, p[i]ssoa, c[i]bola, p[i]quena*), embora a livre passagem de [i] → [e] seja bloqueada por alguns contextos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo em questão verificou como se processou a acomodação dialetal na fala de migrantes paraibanos que residem no Rio de Janeiro há, no mínimo, um ano. O objeto de análise linguística foi a variação das vogais médias pretônicas /e/ e /o/, que se constitui como um dos pontos de divergência entre os dois dialetos brasileiros. Os resultados indicam que ambas as vogais, embora de uma forma diferente, experimentam um processo de acomodação no que diz respeito à fala dos migrantes paraibanos. O que se observa, em geral, é que o tempo de residência no Rio de Janeiro, tanto para a vogal [ɛ] quanto para a vogal [ɔ], é o fator que desempenha papel preponderante nessa escolha. Associado a isso está a faixa etária, uma vez que falantes mais jovens tendem a usar menos as variantes abertas. O mesmo se dá com os anos de escolarização: mais anos de escolarização promovem o uso majoritário da variante fechada.

Em relação ao uso elevados das médias pretônicas, o que se observa é que, em relação à vogal /e/ > [i], não há algo que se deva considerar como uma restrição forte no processo de acomodação entre falantes paraibanos que vivam no Rio de Janeiro. O mesmo pode ser dito em relação a /o/ > [u]. Isso é fácil de entender, caso se considere que o uso dessas variantes se estende por todo o país, não sendo característico apenas da fala carioca.

Se a difusão entre paraibanos das vogais médias fechadas resulta da acomodação, então se espera que traços salientes sejam mais difundidos, e mais rapidamente do que os não-salientes, no caso a manutenção das vogais médias abertas. A velocidade com que isso vai acontecer vai depender do grau de saliência e do número e força dos fatores de inibição e/ou aceleração que são relevantes em cada caso.

REFERÊNCIAS

- AUER, P.; BARDEN, B.; GROSSKOPF, B. Subjective and objective parameters determining 'salience' in long-term dialect accommodation. *Journal of Sociolinguistics*, Oxford, v. 2, n. 2, p. 163-187, 1998.
- BISOL, L. *Harmonização vocálica: uma regra variável*. 1981. 335f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1981.
- BISOL, L. *Vowel harmony: a variable rule in Brazilian Portuguese*. *Language Variation and Change*, Cambridge, v. 1, p. 86-104, 1989.
- CALLOU, D.; LEITE, Y.; MORAES, J. Elevação e abaixamento das vogais pretônicas no Rio de Janeiro. *Organon*, v. 18, n. 5, Porto Alegre, p. 71-78, 1991.
- CALLOU, D. et al. O sistema pretônico do português do Brasil: regra de harmonia vocálica. In: CONGRESSO DE INTERNAZIONALE DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA ROMANZA, 21., 1998. *Actas...* Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1998. p. 95-100.
- CALLOU, D. et al. Um problema na fonologia do português: variação das vogais pretônicas. In: PEREIRA, C. C.; PEREIRA, P. R. D. (org.). *Miscelânea de estudos linguísticos, filológicos e literários in memoriam de Celso Cunha*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995. p. 59-70.
- CASTRO, E. C. *As pretônicas na variedade mineira de Juiz de Fora*. 1990. 180f. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1990.
- COUPLAND, N. Accommodation at work. *International Journal of the Sociology of Language*, v. 4, n. 6, p. 49-70, 1984.
- GILES, H.; TAYLOR, D.; BOURHIS, R. Toward a theory of interpersonal accommodation through speech: some Canadian data. *Language in Society*, v. 2, p. 177-192, 1973.
- KEMP, W. Major sociolinguistic patterns in Montreal French. In: SANKOFF, D.; CEDERGREN, H. *Variable Omnibus*, v. 7, p. 193-231, 1985.
- LABOV, W. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: Pennsylvania University Press, 1972.
- LEITE, Y.; CALLOU, D. *Como falam os brasileiros*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- MARQUES, S. M. O. *As vogais médias pretônicas em situação de contato dialetal*. 2006. 158f. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- PEREIRA, R. C. M. *As vogais médias pretônicas na fala do pessoense urbano*. 1997. 149f. Dissertação (Mestrado em Letras) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1997.
- PINTZUK, S. *VARBRUL Programs*. 1988. 40fl. Mimeo.
- SILVA, M. B. *As pretônicas no falar baiano: a variedade culta de Salvador*. 1989. 308f. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1989.
- TRUDGILL, P. *Dialects in contact*. Oxford: Blackwell, 1986.
- VIEGAS, M. C. *Alçamento das vogais pretônicas*. 1987. 267f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1987.
- YACOVENCO, L. C. *As vogais médias pretônicas na fala culta carioca*. 1993. 248f. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

ESTRUTURA PROSÓDICA E FOCALIZAÇÃO: DADOS DO PORTUGUÊS DO BRASIL

Manuella Carnaval (UFRJ)

João Antônio de Moraes (UFRJ)

Albert Olivier Blaise Rilliard (UFRJ/CNRS)

1 INTRODUÇÃO

Ao lado de sua copiosa produção abordando aspectos fonético-fonológicos de natureza segmental do português do Brasil (PB), Dinah Callou interessou-se também pela descrição de seus aspectos prosódicos (CALLOU; MORAES; LEITE, 1993; LEITE et al., 1996; CALLOU; MORAES, 2019) bem como pela relação entre fenômenos segmentais e suprasegmentais, em especial sobre a realização do rótico no PB (CALLOU; SERRA, 2012; SERRA; CALLOU, 2013; 2015; CALLOU; SERRA; CUNHA, 2015). Essas últimas análises foram embasadas na teoria da Fonologia Prosódica (SELKIRK, 1984; NESPOR; VOGEL, 1986), que postula a organização do fluxo da fala em domínios prosódicos hierárquicos. Adotando esse mesmo quadro teórico, como em alguns de nossos trabalhos recentes (MORAES; CARNAVAL; COELHO, 2015; CARNAVAL, 2017; CARNAVAL; MORAES; RILLIARD, 2019; CARNAVAL, 2021), prestaremos aqui nossa singela e afetuosa homenagem à Dinah, tecendo algumas considerações acerca do domínio da entoação no PB, utilizando o fenômeno da focalização como objeto de estudo.

2 A FOCALIZAÇÃO PROSÓDICA

A focalização é um fenômeno discursivo relacionado à veiculação de informação nova em um contexto comunicativo. Assim, o foco é uma categoria da Estrutura da Informação que permite a progressão da comunicação, tendo em vista seu *status* discursivo de NOVO, contrapondo-se à informação previamente veiculada no discurso, tradicionalmente referida como DADO. O estatuto dos referentes discursivos (HALLIDAY,

1967) é desenvolvido em diferentes quadros teóricos, como os da *Functional Sentence Perspective* (FIRBAS, 1964; DANEŠ, 1968), do Gerativismo (CHOMSKY, 1970; JACKENDOFF, 1972), do Cognitivismo (CHAFE, 1976), da Perspectiva Gradiente (PRINCE, 1981), da Pragmática (LAMBRECHT, 1994), dentre outros. Apesar de diferenças na definição do fenômeno em questão e, a partir disso, de uma grande variação terminológica das categorias envolvidas, tais abordagens costumam confluir em um ponto: a estreita relação entre a expressão do foco e a entoação. Desse modo, comumente o foco é definido como o centro entoacional de um enunciado, sendo realizado por uma proeminência prosódica.

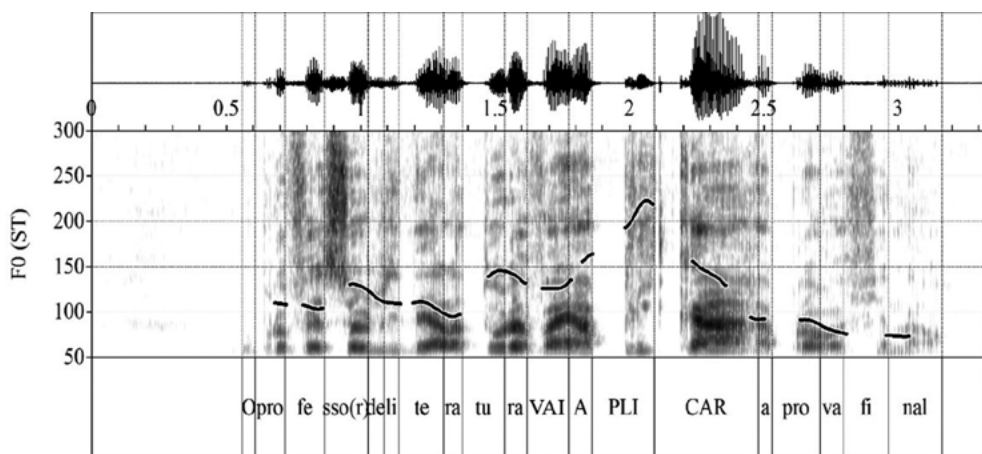
Para além do estatuto informacional de um referente, a prosódia contribui para a veiculação de diferentes valores semânticos-pragmáticos no processo de focalização. Gussenhoven (2006), por exemplo, identificou sete tipos de foco para o inglês, de acordo com sua atribuição semântico-pragmática. Em nossos mais recentes estudos sobre a focalização no português do Brasil (MORAES; CARNAVAL; COELHO, 2015; CARNAVAL, 2017), especialmente na tese de Carnaval (2021), descrevemos cinco tipos de foco, dentre os quais foram selecionados, para a presente proposta de reflexão sobre a estrutura prosódica do PB, três tipos: no modo assertivo, Foco Contrastivo (FC) e Foco Atenuado (FAT); no modo interrogativo, Foco com Estranheza (FE). O recorte aqui apresentado é proposto a partir de uma noção semântico-pragmática em comum entre as três categorias, a de contraste, a saber: o foco, constituinte que introduz a informação nova no discurso, se opõe a uma informação prévia, contrastando com ela. No entanto tais tipos de foco são particularizados pelas diferentes nuances de sentido veiculadas, como especificamos em seguida.

O Foco Contrastivo (FC) é tradicionalmente o foco de contraste abordado por inúmeros autores. Gussenhoven (2006) também o denomina como foco corretivo e Dik (1980) como foco contra-assertivo. Constitui, assim, uma correção explícita de uma informação prévia, já que esta é considerada como falsa no contexto discursivo. Em (1), temos a seguinte situação comunicativa: o falante A realiza uma proposição (“O professor de literatura vai cancelar a prova final”). O falante B, sabendo ser esta uma informação falsa, o corrige ao afirmar que “O professor de literatura vai aplicar a prova final”, implicando que o professor de literatura vai aplicar e não cancelar a prova final.

(1) A: O professor de literatura vai cancelar a prova final.

B: O professor de literatura [vai aplicar]_{FOCO CONTRASTIVO} a prova final.

Figura 1: Enunciado *O professor de literatura vai aplicar a prova final* pronunciado como Foco Contrastivo (FC) em VAI APLICAR por informante masculino



Fonte: Carnaval, 2021, p. 109.

A Figura 1 ilustra a realização prosódica desse enunciado de foco contrastivo. Percebe-se que a evolução de sua linha melódica apresenta uma configuração ascendente-descendente. O movimento ascendente localiza-se sobre a sílaba pretônica focal [pli], seguido pelo movimento descendente sobre a sílaba tônica focal ['kah], onde atinge o tom baixo no enunciado. A porção pós-focal é caracterizada por um *deaccenting*, a manutenção de um nível melódico global baixo nessa parte do enunciado que se segue ao movimento focal. Além disso, percebe-se um reforço expressivo da duração sobre a sílaba pretônica e, principalmente, sobre a tônica focal.

Já o Foco Atenuado (FAT) apresenta um contraste suavizado, tendo em vista que a informação prévia não é considerada falsa, mas uma potencial verdade simultânea à informação nova. É referenciado por Moraes (2006) e Elordieta e Irurtzun (2009) como foco contrastivo não exaustivo, tendo em vista que não há uma negação cabal da informação prévia. Em (2), o informante A afirma que “O professor de literatura vai corrigir a prova final”, ao que o informante B responde “O professor de literatura vai aplicar a prova final”, implicando que a informação que B possui é a de que o professor vai aplicar a prova, enquanto corrigir a prova não é uma informação que B possa confirmar ou negar. Talvez o professor corrija a prova também.

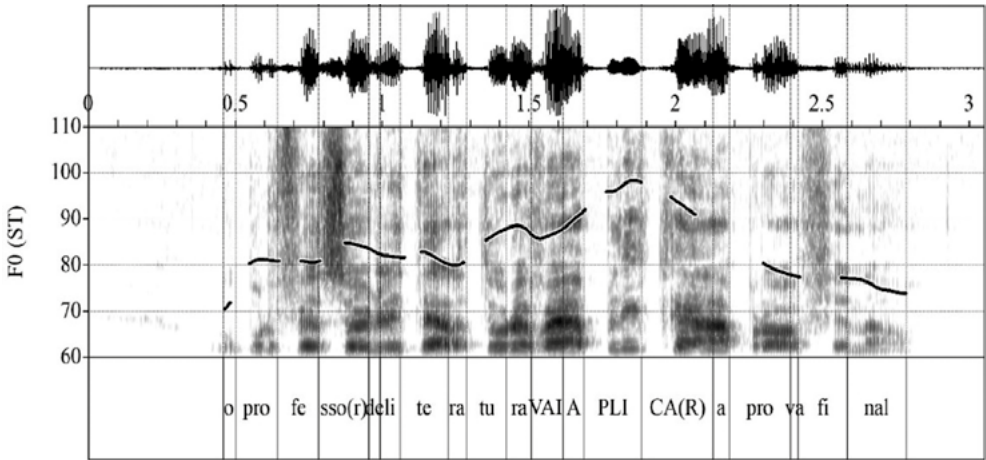
(2) A: O professor de literatura vai corrigir a prova final.

B: O professor de literatura [vai aplicar] FOCO ATENUADO a prova final.

Para esse tipo de foco, os dados de Carnaval (2021) mostram a realização de dois padrões melódicos, embora o primeiro tenha apresentado maior ocorrência do que o

segundo. O primeiro apresenta um movimento ascendente-descendente semelhante ao do FC sobre a pretônica e a tônica do vocábulo focalizado, embora com implementação um pouco diversa da porção descendente, realizada de forma mais gradual, em oposição à realização mais abrupta em FC. Enquanto em FC o tom melódico baixo é atingido na própria sílaba tônica focal, como pode ser percebido na Figura 1, em FAT essa descida realiza-se gradualmente, atingindo o tom baixo ao final do enunciado, como ilustrado na Figura 2. Além disso, observa-se que há um reforço duracional nas sílabas pretônica e tônica focais, porém menos expressivo do que aquele observado em FC.

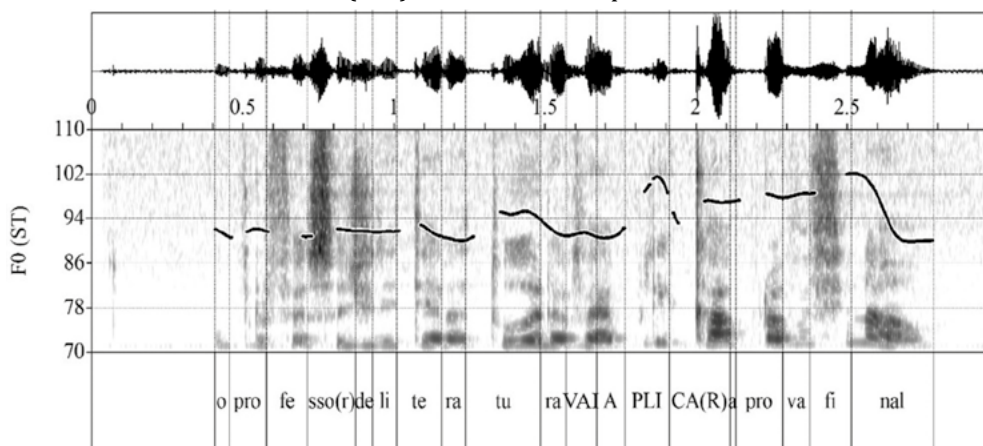
Figura 2: Enunciado *O professor de literatura vai aplicar a prova final* pronunciado como Foco Atenuado (FAT) em VAI APLICAR por informante masculino



Fonte: Carnaval, 2021, p. 106.

Já o segundo padrão, ilustrado na Figura 3, é caracterizado pela sustentação de um tom melódico alto, atingido na pretônica focal [pli] e mantido até o núcleo do enunciado, a última sílaba tônica ['naw].

Figura 3: Enunciado *O professor de literatura vai aplicar a prova final* pronunciado como Foco Atenuado (FAT) em VAI APLICAR por informante feminino



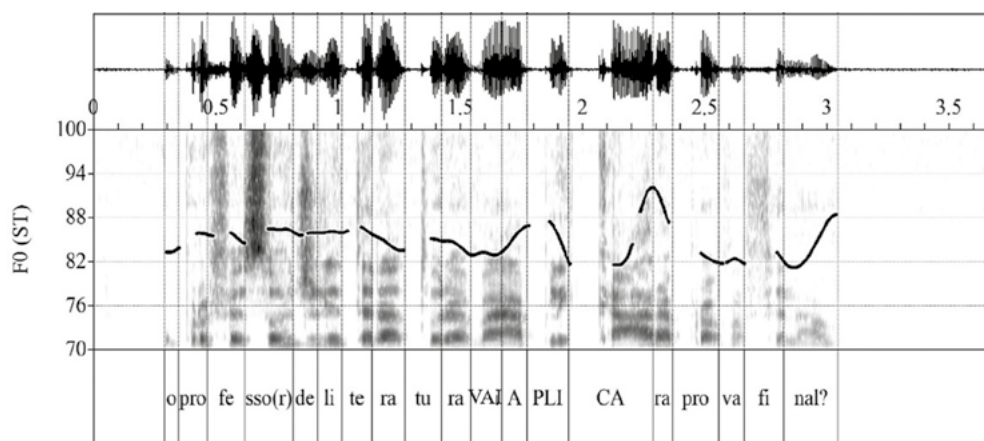
Fonte: Carnaval, 2021, p. 108.

Por fim, tratamos do foco de contraste na interrogação, denominando-o como Foco com Estranheza (FE). Referido como “pergunta surpresa” (*surprise question*) por Truckenbrodt, Sandalo e Abaurre (2008), esse tipo de foco estabelece um contraste em relação a uma informação prévia ao colocá-la em dúvida, buscando uma confirmação da proposição em questão. Em (3), temos o seguinte contexto: o falante A afirma que “O professor de literatura vai aplicar a prova final”. O interlocutor B desconfia da credibilidade dessa informação e, sob uma forma interrogativa, coloca-a em xeque, assumindo, portanto, uma atitude de estranheza em relação à porção de informação nova, que, no caso, corresponde a “vai aplicar”.

(3) A: O professor de literatura vai aplicar a prova final.

B: O professor de literatura [vai aplicar]_{FOCO COM ESTRANHEZA} a prova final?

Figura 4: Enunciado *O professor de literatura vai aplicar a prova final?* pronunciado como Foco com Estranheza (FE) em VAI APLICAR por informante masculino



Fonte: Carnaval, 2021, p. 117.

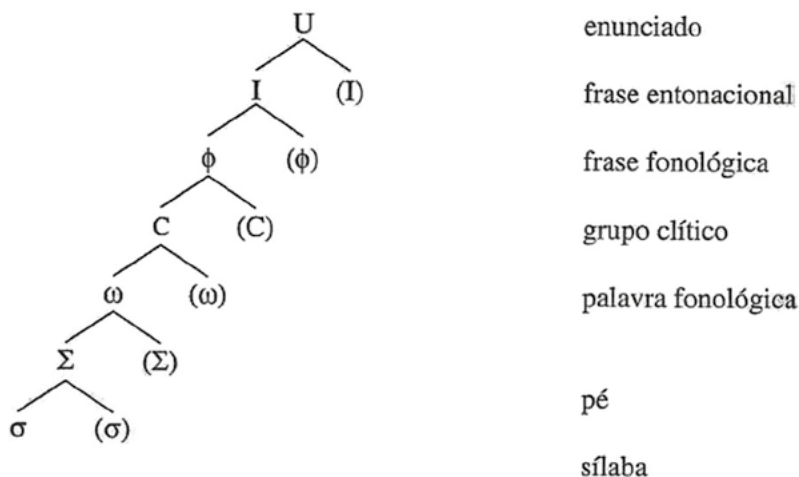
Como observado na Figura 4, o padrão melódico de FE é caracterizado por uma dupla subida melódica sobre o domínio focal, com o primeiro pico sobre a pretônica [pli] e o segundo sobre a tônica ['ka], alinhado ao final da sílaba. Também podemos destacar o reforço duracional expressivo sobre a tônica focal. Além disso, o movimento ascendente sobre a tônica nuclear ['naw] marca o modo interrogativo no PB.

Apresentados os tipos de foco de contraste aqui analisados, descreveremos em seguida suas realizações em diferentes domínios prosódicos.

3 DOMÍNIOS PROSÓDICOS DA FOCALIZAÇÃO

A teoria da Fonologia Prosódica postula que o fluxo da fala é organizado em domínios prosódicos hierárquicos, a saber: sílaba (σ), pé (Σ), palavra fonológica (ω), grupo clítico (C), sintagma fonológico ou frase fonológica (φ), sintagma entoacional ou frase entoacional (I) e enunciado fonológico (U). A hierarquia entre esses domínios pode ser observada no diagrama arbóreo apresentado na Figura 5, em que são demonstradas as relações de dominância entre tais domínios, com o domínio imediatamente superior contendo o(s) inferior(es):

Figura 5: Diagrama hierárquico de constituintes prosódicos estabelecidos na teoria da Fonologia Prosódica

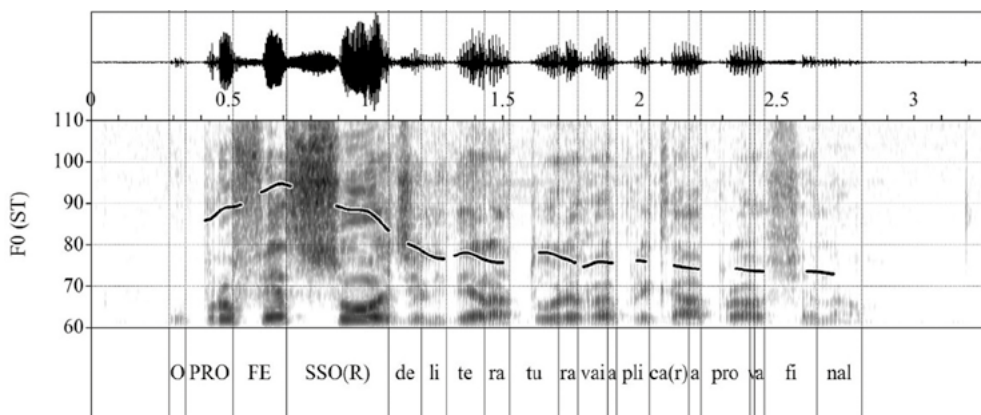


Fonte: Bisol, 2005, p. 230.

Em trabalhos anteriores (MORAES; CARNAVAL; COELHO, 2015; CARNAVAL, 2017; CARNAVAL, 2021), nossa análise nos conduziu à conclusão de que a palavra fonológica (ω), já investigada como domínio da entoação no PB por Fernandes (2007), é o domínio preferível de aplicação da focalização no PB. No entanto a acomodação dos padrões melódicos e a adoção de estratégias alternativas para a marcação do foco em domínio superior ao da palavra, a saber, o do sintagma fonológico (φ), investigado em Frota e Vigário (2000) e Tenani (2002, 2004a, 2004b), fornecem interessante material para reflexão.

Primeiramente, na realização do Foco Contrastivo (FC), descrevemos a ocorrência de um *deaccenting* na porção pós-focal, como ilustrado na Figura 1, em que a palavra fonológica focalizada “vai aplicar” encontra-se em posição medial no enunciado. Essa diferença de nível melódico torna-se ainda mais clara quando o foco ocorre ao início do enunciado, por exemplo, sobre a palavra “O professor”, como mostra a Figura 6, em que o domínio focal é bem demarcado e isolado do restante do enunciado.

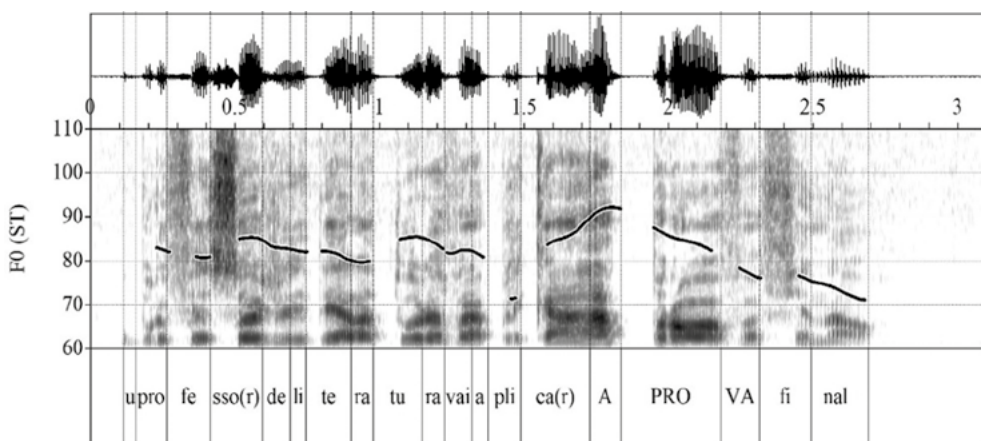
Figura 6: Enunciado *O professor de literatura vai aplicar a prova final* pronunciado como Foco Contrastivo (FC) em O PROFESSOR por informante masculino



Fonte: Carnaval, 2021, p. 121.

No entanto, quando a palavra focalizada se encontra mais à direita do enunciado, como no caso de “a prova”, em que a porção pós-focal torna-se bastante reduzida, existe uma limitação de acomodação melódica de tal sorte que não é possível produzir o *deaccenting* na porção pós-focal, que, neste caso, limita-se à palavra “final”. Assim, no nível da palavra fonológica (ω), a depender da posição do item focalizado, a realização dos padrões melódicos pode sofrer alteração, por questões estruturais. Isso pode ser observado na Figura 7.

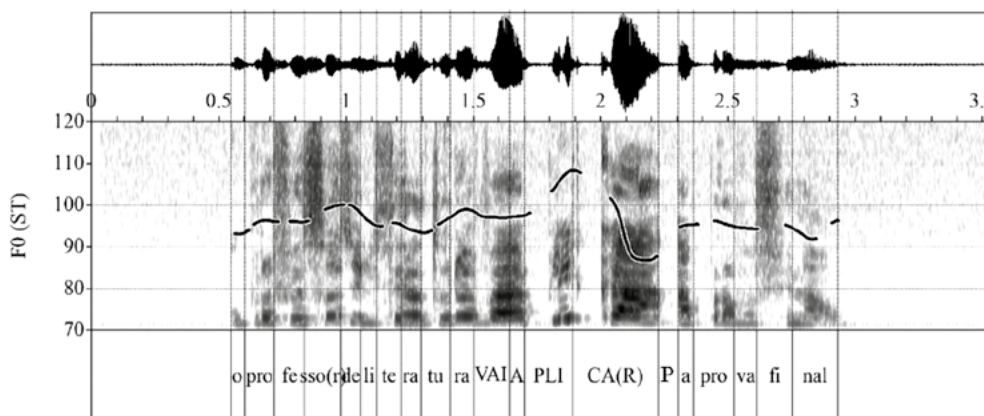
Figura 7: Enunciado *O professor de literatura vai aplicar a prova final* pronunciado como Foco Contrastivo (FC) em A PROVA por informante masculino



Fonte: Carnaval, 2021, p. 135.

Em relação ao Foco Atenuado (FAT), destacamos que frequentemente não há uma estratégia de isolamento do domínio focal, como realizado pelo *deaccenting* no FC. Isso pode ser observado na Figura 2, que ilustra o primeiro padrão melódico de FAT. No entanto foi possível observar a utilização de outros recursos para a demarcação da fronteira do foco, como a inserção de pausa entre o elemento focalizado e a porção pós-focal, ilustrado na Figura 7. O foco recai sobre a palavra “vai aplicar”, seguido por uma breve pausa que se encontra entre o foco e o restante do enunciado. Assim, a fronteira do domínio focal de (ω) é demarcada por uma pausa, que o destaca da porção pós-focal, constituída pelo (φ) “a prova final”. Há aqui a conjunção de uma estratégia melódica (o padrão melódico descrito) e a inserção de uma pausa silenciosa para a expressão do foco, indicada por um “P” maiúsculo na Figura 8.

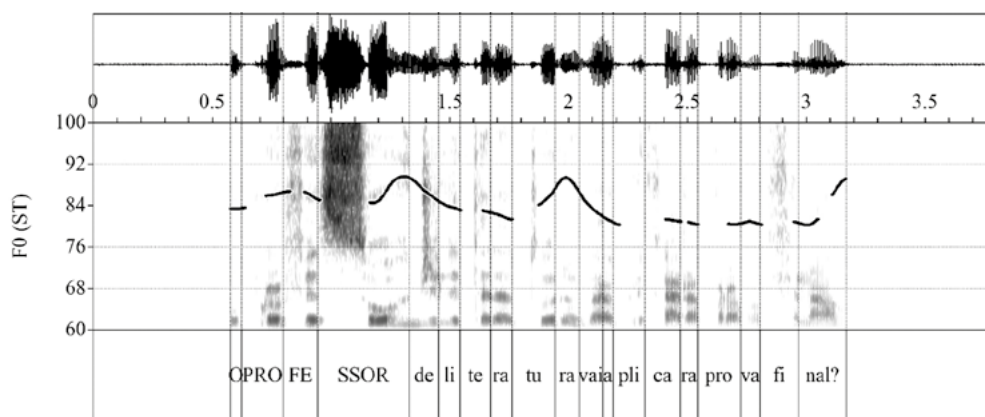
Figura 8: Enunciado *O professor de literatura vai aplicar a prova final* pronunciado como Foco Atenuado (FAT) em VAI APLICAR por informante masculino



Fonte: Carnaval, 2021, p. 108.

No que diz respeito ao Foco com Estranheza (FE), que pode ser visto como um foco contrastivo no modo interrogativo, podemos também observar, na realização ilustrada na Figura 9, uma demarcação melódica clara não somente da fronteira da palavra fonológica “O professor”, que constitui o foco do enunciado, com o padrão de dupla subida melódica descrito para FE anteriormente, como também do domínio superior a que pertence o foco, o do sintagma fonológico (φ) “O professor de literatura”, com uma subida reduplicada sobre “de literatura” (fronteira de φ) e, ainda, do domínio do enunciado (U), com a subida modal para a interrogação na fronteira final.

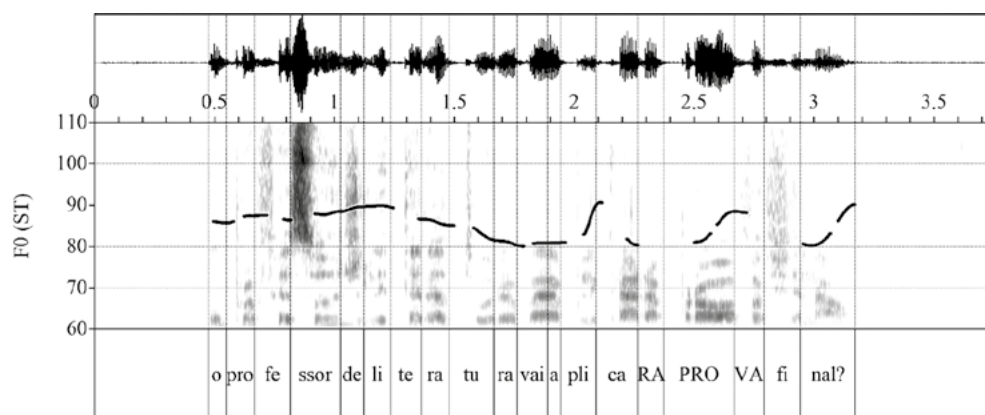
Figura 9: Enunciado *O professor de literatura vai aplicar a prova final?* pronunciado como Foco com Estranheza (FE) em O PROFESSOR por informante masculino



Fonte: Carnaval, 2021, p. 123.

Ainda para FE, pode-se observar a adaptação de seu padrão melódico complexo, descrito anteriormente como uma subida melódica dupla, com um primeiro pico sobre a pretônica focal e um segundo pico alinhado com o final da sílaba tônica focal. Em contextos em que a porção pretônica apresenta reduzido material textual, como quando o foco recai em “a prova”, por exemplo, podemos observar uma acomodação desse padrão, que utiliza a sílaba pretônica [pli], da palavra anterior ao foco, para realizar a primeira subida melódica do padrão, como mostra a Figura 10.

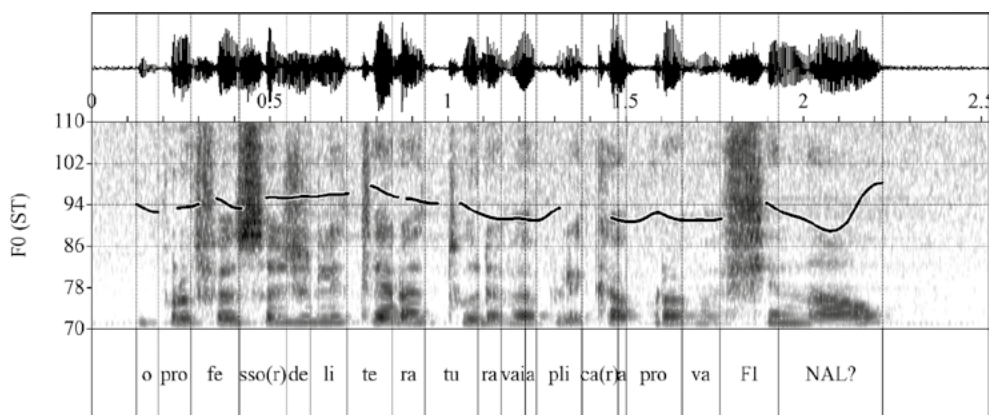
Figura 10: Enunciado *O professor de literatura vai aplicar a prova final?* pronunciado como Foco com Estranheza (FE) em A PROVA por informante masculino



Fonte: Carnaval, 2021, p. 136.

Também é interessante destacar o contexto de foco ao final do enunciado para o modo interrogativo, tendo em vista que esta se torna uma posição ambígua, que carrega simultaneamente as inflexões focal e modal. Assim, como ocorre no contorno da Figura 11, com o foco sobre a palavra “final”, essa ambiguidade é resolvida por outra estratégia, que não a melódica, a saber, uma estratégia duracional. O reforço na duração, principalmente, da sílaba tônica focal e, neste caso, também nuclear permite que a demarcação do domínio focal seja realizada, independentemente da demarcação melódica modal.

Figura 11: Enunciado *O professor de literatura vai aplicar a prova final?* pronunciado como Foco com Estranheza (FE) em FINAL por informante feminino

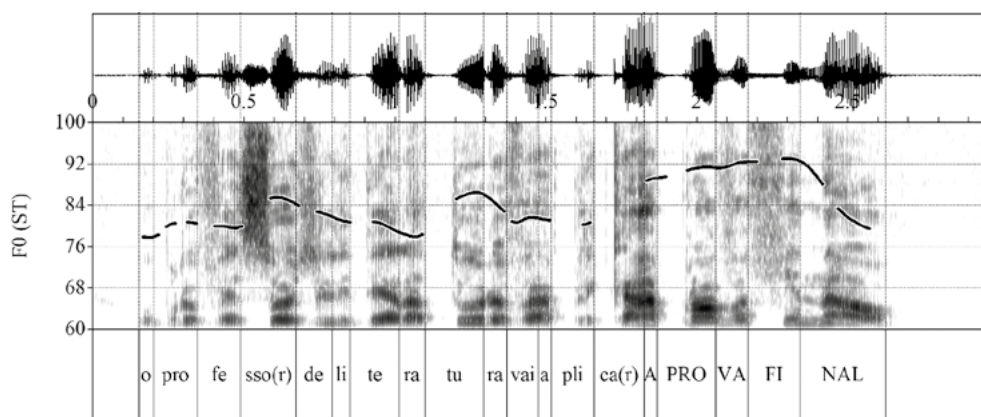


Fonte: Carnaval, 2021, p. 139.

Essa adoção de duas estratégias em conjunto pode ser observada também quando a focalização ocorre sobre um domínio maior, o do sintagma fonológico (φ). Além da acomodação do padrão melódico focal, também é comumente associado a ele um reforço duracional sobre as sílabas do domínio focalizado, especialmente as tônicas. Utilizaremos aqui exemplos em que a focalização recai sobre o sintagma “a prova final”, em que tais estratégias podem ser claramente percebidas.

A realização de FC sobre a extensão do sintagma fonológico “a prova final” revela, primeiramente, a acomodação melódica, em que o padrão ascendente-descendente é reproduzido sobre o domínio de (φ), com subida a um nível alto sobre a pretônica [a], que se espalha por toda a extensão de (φ), seguida por queda sobre a tônica focal e nuclear [‘naw]. Além disso, observa-se o reforço duracional sobre as sílabas de todo o domínio, mas especialmente sobre as tônicas [‘prɔ] e [‘naw], sílabas tônicas das duas palavras que constituem o sintagma focalizado.

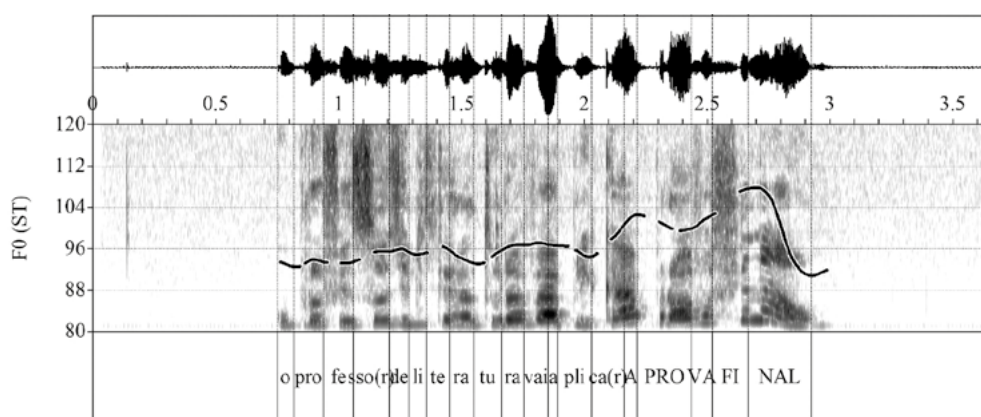
Figura 12: Enunciado *O professor de literatura vai aplicar a prova final* pronunciado como Foco Contrastivo (FC) em A PROVA FINAL por informante masculino



Fonte: Carnaval, 2021, p. 141.

Para o Foco Atenuado (FAT), a acomodação do padrão melódico ocorre de modo a produzir dois picos melódicos sobre o sintagma focalizado, o primeiro sobre a pretônica [a] e o segundo sobre a tônica nuclear ['naw], provavelmente em uma tentativa de reproduzir o segundo padrão descrito para FAT, em que a manutenção de um tom melódico alto sobre a extensão do domínio focal é realizada. Neste caso, ilustrado na Figura 13, também pode ser observado um reforço duracional, principalmente sobre as sílabas tônicas de cada palavra que constitui o sintagma focalizado.

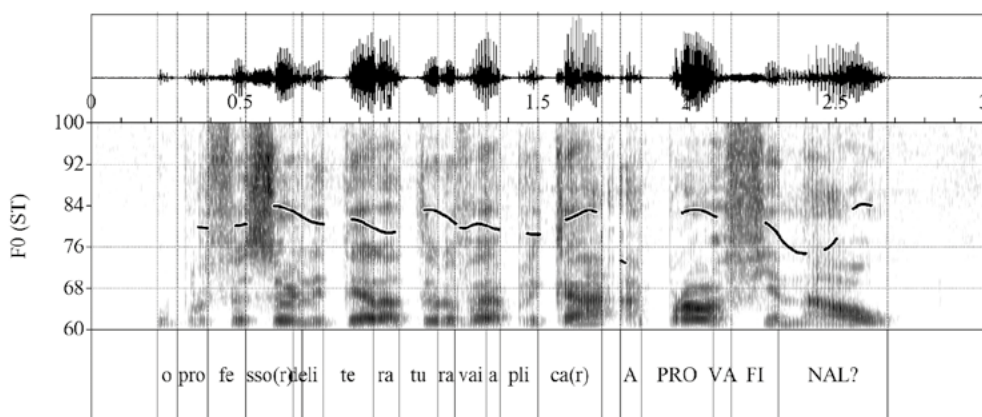
Figura 13: Enunciado *O professor de literatura vai aplicar a prova final* pronunciado como Foco Atenuado (FAT) em A PROVA FINAL por informante feminino



Fonte: Carnaval, 2021, p. 143.

Em relação ao Foco com Estranheza (FE), pode ser percebido no contorno da Figura 14 que há também uma tentativa de reprodução, sobre o domínio do sintagma, do padrão melódico realizado no domínio da palavra fonológica: uma subida melódica dupla sobre o constituinte focalizado. Neste caso, como o sintagma “a prova final” é composto por duas palavras, esse padrão complexo foi reproduzido sobre esta extensão: o primeiro pico melódico sobre a tônica [ˈprɔ], da primeira palavra “a prova”, e o segundo pico melódico sobre a tônica [ˈnaw] (focal e nuclear) da segunda palavra “final”. Também sobre estas duas sílabas observa-se claramente um reforço duracional, coocorrendo novamente uma estratégia melódica e uma estratégia duracional.

Figura 14: Enunciado *O professor de literatura vai aplicar a prova final* pronunciado como Foco Atenuado (FAT) em A PROVA FINAL por informante feminino



Fonte: Carnaval, 2021, p. 145.

4 CONCLUSÃO

Foi possível particularizar os três tipos de foco de contraste aqui abordados para o PB: o Foco Contrastivo (FC) e o Foco Atenuado (FAT), no modo assertivo; e o Foco com Estranheza (FE), no modo interrogativo. A nuance semântico-pragmática de contraste atribuída por cada tipo de foco foi delimitada pela determinação de seus contextos de produção e da descrição de suas realizações prosódicas. A partir da descrição da evolução de suas linhas melódicas e da observação da expressão da duração, pudemos sistematizar alguns pontos em relação à realização do foco na estrutura prosódica do PB.

No domínio da palavra fonológica (ω), foram observadas estratégias pós-focais, que contribuem para o maior destaque da porção focalizada do enunciado, como o *deaccenting* para o Foco Contrastivo (FC) e a inserção de uma pausa silenciosa em uma das ocorrências de Foco Atenuado (FAT). Nas produções de Foco com Estranheza (FE), pudemos

destacar a demarcação das fronteiras de três domínios prosódicos aos quais o foco pertence, a palavra fonológica (ω), o sintagma fonológico (φ) e o enunciado (U), bem como a coocorrência das estratégias que desfazem ambiguidades (melódica e duracional), como no contexto final de enunciado, que carrega a posição focal e modal simultaneamente.

Já no domínio do sintagma fonológico (φ), foi possível descrever a acomodação melódica dos diferentes tipos de foco ao domínio superior em que passa a ser realizado, sendo auxiliado pela expressão da duração para demarcar uma extensão focal maior. Tais descrições nos permitem afirmar que o falante dispõe de uma gama de recursos para a expressão do foco naquele que afirmamos ser o domínio preferível de aplicação da focalização no PB, a palavra fonológica (ω), mas também uma grande capacidade de adaptação à extensão maior do domínio superior do sintagma fonológico (φ).

Desse modo, esperamos que tais descrições possam ter contribuído para o conhecimento da realização prosódica do PB, com base no processo de focalização. As reflexões sobre os recursos de que lançam mão os falantes para demarcar as fronteiras dos domínios prosódicos ou para adaptar as realizações prosódicas à extensão de cada domínio nos permitiram vislumbrar, com base em uma descrição qualitativa, a complexidade do processo de focalização na estrutura hierárquica prosódica do português do Brasil.

REFERÊNCIAS

- BISOL, L. *Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro*. 4. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.
- CALLOU, D.; MORAES, J.; LEITE, Y. Topicalização no português do Brasil: sintaxe e prosódia. In: HITLY, G. (ed.). *Actes du XX Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes*. Tubingen: Gunter Narr Verlag / A. Francke Verlag / Satuffenburg Verlag, 1993. p. 101-107.
- CALLOU, D.; MORAES, J. A. Reflexões sobre o Projeto NURC no Rio de Janeiro: aspectos segmentais e suprasegmentais. In: OLIVEIRA JR., M. (org.). *NURC 50 anos*. São Paulo: Parábola, 2019. p.55-86.
- CALLOU, D. M. I.; SERRA, C. R. Variação do rótico e estrutura prosódica. *Revista do GELNE*, Fortaleza, v. 1, p. 41-57, 2012.
- CALLOU, D. M. I.; SERRA, C.; CUNHA, C. Mudança em curso no português brasileiro: o apagamento do R no dialeto nordestino. *Revista da ABRALIN*, v. 14, n. 1, p. 195-219, 2015.
- CARNAVAL, M. *Foco informacional e foco contrastivo no português do Brasil: uma abordagem prosódica*. 2017. 153f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.
- CARNAVAL, M. *Focalização no português do Brasil: um estudo multimodal*. 2021. 303f. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.
- CARNAVAL, M.; MORAES, J. A.; RILLIARD, A. Marcação de foco estreito e o acento secundário em interrogativas totais no português do Brasil. *Working Papers em Linguística*, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 136-167, 2019.
- CHAFE, W. L. Givenness, contrastiveness, definiteness, subjects, topics, and point of view. In: LI, C. N. (ed.). *Subject and topic*. New York: Academic Press, 1976. p. 25-55.

- CHOMSKY, N. Deep structure, surface structure and semantics interpretation. In: STEINBERG, D.; JAKOVITS, L. (ed.). *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1970. p. 183-216.
- DANEŠ, F. Some thoughts on the semantic structure of the sentence. *Lingua*, v. 21, p. 55-69, 1968.
- DIK, S. C. *The theory of functional grammar*. Part 1: The structure of the clause. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 1980.
- ELORDIETA, G.; IRURTZUN, A. The prosody and interpretation of non-exhaustive narrow focus in Basque. *Anuario del Seminario de Filología Vasca Julio de Urquijo*, v. 43, p. 205-230, 2009.
- FERNANDES, F. R. *Ordem, focalização e preenchimento em português: sintaxe e prosódia*. 2007. 444f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.
- FIRBAS, J. On defining the theme in functional sentence analysis. *Linguistics de Prague*, v. 1, p. 267-280, 1964.
- FROTA, S.; VIGÁRIO, M. Aspectos de prosódia comparada: ritmo e entoação no PE e no PB. In: CASTRO, R. V.; BARBOSA, P. (ed.). *Actas do XV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. v. 1. Coimbra: APL, 2000. p. 533-555.
- GUSSENHOVEN, C. Types of focus in English. In: LEE, C.; GORDON, M.; BURING, D. (ed.). *Topic and focus*. Cross-linguistic perspectives on meaning and intonation. Dordrecht: Springer, 2006. p. 83-100.
- HALLIDAY, M. A. K. Notes on transitivity and theme in English Part 2. *Journal of Linguistics*, v. 3, p. 199-244, 1967.
- JACKENDOFF, R. *Semantic interpretation in generative grammar*. Cambridge: MIT Press, 1972.
- LAMBRECHT, K. *Information structure and sentence form*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- LEITE, Y. et al. Tópicos e adjuntos. In: CASTILHO, A. T.; BASÍLIO, M. (org.). *Gramática do português falado*. v. IV: Estudos descritivos. Campinas: Unicamp/Fapesp, 1996. p. 321-339.
- MORAES, J. A. Variações em torno de tema e rema. *Cadernos do CNLF* [Cadernos do IX Congresso Nacional de Linguística e Filologia], Rio de Janeiro, v. IX, n. 17, p. 279-289, 2006.
- MORAES, J. A.; CARNAVAL, M.; COELHO, A. B. B. A manifestação prosódica do foco em interrogativas totais no português do Brasil e sua percepção. *ReVEL*, ed. especial, n. 10, p. 170-194, 2015.
- NESPOR, M.; VOGEL, I. *Prosodic phonology*. Dordrecht: Foris, 1986.
- PRINCE, E. F. Toward a taxonomy of given-new information. In: COLE, P. (ed.). *Radical pragmatics*. New York: Academic Press, 1981. p. 223-254.
- SELKIRK, E. *Phonology and syntax: the relation between sound and structure*. Cambridge: MIT Press, 1984.
- SERRA, C.; CALLOU, D. A inter-relação de fenômenos segmentais e prosódicos: confrontando três comunidades. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGÜÍSTICA, 28., 2013, Coimbra. *Textos selecionados...* Coimbra: APL, 2013. p. 585-594.
- SERRA, C.; CALLOU, D. Prosodic structure, prominence and /r/-deletion in final coda position: Brazilian Portuguese and European Portuguese contrasted. In: DE DOMINICIS, A. (org.). *pS-prominenceS: prominences in linguistics international conference*. v. 1. Viterbo: Disucom Press, 2015. p. 96-113.
- TENANI, L. *Domínios prosódicos do português do Brasil: implicações para a prosódia e para a aplicação de processos fonológicos*. 2002. 317f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

TENANI, L. O bloqueio do sândi vocálico em PB e em PE: evidências da frase fonológica. *Organon*, Porto Alegre, v. 18, n. 36, p. 17-30, 2004a.

TENANI, L. A importância da proeminência da frase fonológica no português brasileiro. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p. 289-318, 2004b.

TRUCKENBRODT, H.; SANDALO, M. F. S.; ABAURRE M. B. M. Elements of Brazilian Portuguese intonation. *Journal of Portuguese Linguistics*, v. 8, p. 75-114, 2008.

TER E HAVER NA NORMA CULTA ESCRITA E A QUESTÃO DA NORMA PADRÃO NO BRASIL

Dante Lucchesi (UFF/UFBA)

1 INTRODUÇÃO

O item lexical empregado nas construções existenciais é um dos aspectos gramaticais que distinguem as variedades da língua no Brasil e em Portugal. No Brasil, predomina o emprego do verbo *ter*, uma inovação brasileira; enquanto o *haver*, variante conservadora, ainda é majoritário em Portugal. Como o padrão normativo brasileiro, desde a segunda metade do século XIX, é fortemente influenciado pelos usos linguísticos da antiga metrópole portuguesa, as gramáticas normativas tradicionais não cancelam o uso do *ter* como verbo existencial, conquanto algumas gramáticas pedagógicas elaboradas por linguistas, nos últimos anos, já incorporem esse uso típico do português brasileiro (PB).

Lucchesi (2015), entre outros linguistas, tem chamado a atenção para a importância de se colocar em questão uma atualização da norma de referência linguística no Brasil, até como forma de alterar a visão hegemônica de uma língua homogênea e unitária. E, desde a década de 1970, grandes projetos de pesquisa têm sido desenvolvidos para descrever a chamada norma culta brasileira. Não obstante as expressões *norma culta* e *norma padrão* sejam empregadas amiúde como sinônimas, é preciso fazer uma distinção conceitual entre ambas (LUCCHESI, 2002; FARACO, 2008; entre outros). A *norma padrão* define a variedade de língua descrita e prescrita pela tradição gramatical, ao passo que a *norma culta* se refere à variedade linguística efetivamente empregada pelas pessoas denominadas *cultas*, em uma tradição terminológica que traz embutida em si uma boa dose de preconceito socioeconômico e cultural. A tradição gramatical baseia-se no cânone literário para fixar as formas da norma padrão. Apesar de escritores e poetas serem pessoas cultas (no sentido hegemônico desse adjetivo), nem todas as pessoas consideradas cultas são escritores ou poetas. O grande Projeto da Norma Urbana Culta, o Projeto NURC, implementado a partir da década de 1970 e que marca a pesquisa linguística no Brasil

nas últimas décadas do século XX, definiu como cultas as pessoas com curso universitário completo. Em que pese esse parâmetro ter sido por vezes questionado (cf. FARACO, 2008), a pesquisa linguística tem mantido esse princípio para definir essa variedade de língua, que, por suposto, deveria ser tomada como a base para a padronização linguística.

Com efeito, um dos principais objetivos do Projeto NURC seria fornecer fundamentos empíricos mais consistentes para a normatização da língua. Contudo ocorreu uma contradição entre esse objetivo e o *zeitgeist* da pesquisa linguística nas décadas de 1960 e 1970. Profundamente marcados pelos princípios do estruturalismo saussuriano, os pesquisadores do NURC compartilhavam do primado da análise sincrônica da língua falada. Porém, apesar de as gramáticas normativas se proporem a fixar as regras de como “falar e escrever corretamente”, a normatização dos usos linguísticos está precipuamente voltada para a escrita, mesmo que as fronteiras entre o oral e o escrito se tenham esbatido com o avanço do progresso tecnológico (MARCUSCHI, 2001). Assim, a pesquisa empírica para fundamentar uma necessária atualização da norma de referência linguística no Brasil deverá contemplar não apenas os estudos da modalidade falada da língua mas sobretudo a modalidade escrita, já que é na escrita que se concentram os usos mais formais da língua e que demandam *a fortiori* uma maior padronização.

Com o intuito de contribuir com os esforços que se vêm desenvolvendo para descrever a modalidade escrita do português brasileiro culto, tem sido implementado desde o ano de 2019, na Universidade Federal Fluminense (UFF), sob a coordenação de Dante Lucchesi, o Projeto de Estudo da Norma Culta Escrita (PENCE). Para fundamentar a pesquisa empírica do PENCE foi constituída uma amostra linguística contemplando tanto a linguagem jornalística quanto a escrita acadêmica. No primeiro caso, foram colhidos extratos de textos do portal do *Jornal do Brasil* na Internet (<https://www.jb.com.br/>), contemplando os seguintes gêneros do texto jornalístico: editorial, coluna assinada, reportagem e caderno cultural. Para cada gênero, foram recolhidas 40 mil palavras, perfazendo um total de 160 mil palavras para a linguagem jornalística. Para a escrita acadêmica, foram colhidos trechos de artigos de revistas acadêmicas indexadas no sistema QUALIS da CAPES de quatro diferentes ciências: Direito, História, Biologia e Medicina. Também foram recolhidas 40 mil palavras nos trechos extraídos dos artigos acadêmicos de cada uma das quatro ciências escolhidas. Portanto o *corpus* de língua culta escrita do PENCE contém cerca de 320 mil palavras. A escolha dessas duas variedades da escrita culta justifica-se, por um lado, pelo poder irradiador da linguagem jornalística no universo do letramento e, por outro lado, pela alta formalidade da escrita acadêmica, de modo que o *corpus* do PENCE recobre um escopo significativo da norma culta escrita, com um nítido gradiente de formalidade, o que é absolutamente necessário, em face do papel crucial na seleção das formas linguísticas do crescente monitoramento da produção linguística que reflete o aumento gradativo do nível de formalidade da situação de interação verbal. A constituição dessa amostra com esse gradiente de formalidade visou a fornecer base

empírica para análises quantitativas, com o enquadramento teórico e metodológico da Sociolinguística Variacionista (WEINREICH; HERZOG; LABOV, 2006 [1968]; LABOV, 2008 [1972]; 1982; 1994; 2001; 2003), de aspectos críticos da normatização linguística no Brasil, no nível da morfossintaxe, para fornecer subsídios para uma atualização da norma padrão brasileira.

As análises sociolinguísticas focalizam precipuamente o chamado *vernáculo*, ou seja, as manifestações mais espontâneas do fenômeno linguístico (LABOV, 2008 [1972]). Essa opção se justifica porque é no vernáculo que se pode observar a variação linguística em seu espectro mais amplo, pois, na medida em que o falante passa a monitorar a sua produção linguística, ele busca selecionar as formas linguísticas fixadas como modelares em sua comunidade de fala. É fato que, na média, o monitoramento da produção verbal na escrita é bem superior ao dos atos de fala. Contudo, mesmo na produção escrita mais formal, a variação linguística ocorre, como as pesquisas do PENCE intentam demonstrar de forma sistemática. Assim, as análises conduzidas no PENCE vão ao encontro de uma concepção que se impõe cada vez mais em uma sociedade regida pelo pluralismo e pela tolerância, segundo a qual a norma padrão deve contemplar as diversidades de uso linguístico, observáveis inclusive no universo da chamada *alta cultura* (LUCCHESI, 2015; VIEIRA, 2018; entre outros).

Dentro dessa perspectiva de análise, um dos primeiros fenômenos variáveis investigado no âmbito do PENCE foi exatamente a forma do verbo nas construções existenciais, como exemplificado abaixo:

(1) *Havia* muitos jornalistas assistindo à audiência.

(2) *Tinha* muitos jornalistas assistindo à audiência.

Este texto é baseado na análise dos resultados quantitativos dessa variável linguística numa amostra da norma escrita culta e está dividido em duas grandes seções. A primeira faz uma revisão da forma com a variação entre *ter* e *haver* é tratada, tanto pela tradição gramatical quanto pelos estudos variacionistas. Na segunda seção, são apresentados e analisados os resultados quantitativos da variação na forma do verbo empregado nas construções existenciais na norma culta escrita, considerando as linguagens acadêmica e jornalística. Na conclusão, são discutidas as implicações dos achados dessa análise para a fixação de uma norma padrão mais atualizada.

2 A VARIAÇÃO NA FORMA DO VERBO EXISTENCIAL NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Embora haja registro de ocorrências do emprego do verbo *ter* em orações existenciais em textos literários portugueses do século XVI, como no exemplo (3), do livro

Peregrinação, de Fernão Mendes Pinto (cf. BAGNO, 2012, p. 625)¹, esse uso não se fixou em Portugal, passando o uso do *ter* existencial a ser visto como uma inovação dos brasileiros, como se pode inferir da afirmação do gramático e escritor brasileiro Júlio Ribeiro, no final do século XIX, de que o uso do *ter* vinha “se tornando geral no Brasil, até mesmo entre as pessoas ilustradas” (apud CALLOU; AVELAR, 2000, p. 86).

(3) no mais alto desses arcos *tem* sinos de vigia.

Em Portugal, o *haver*, que já concorria com o verbo *ser*, como variante inovadora de verbo existencial, no português arcaico (MATTOS E SILVA, 1989; 1993), se generalizou como forma praticamente exclusiva para indicar a existência de algo ou a sua ocorrência, como exemplificado, respectivamente, em (4) e (5):

(4) *Há* muitas oliveiras no Algarve.

(5) *Houve* um congresso de Filologia em Lisboa, na semana passada.

Na medida em que a tradição gramatical brasileira adotou o português de Portugal como modelo para a normatização da língua no Brasil, somente o uso do verbo *haver* foi chancelado com valor existencial. Porém, nas últimas décadas, o uso corrente do verbo *ter* com valor existencial tem sido registrado pelas gramáticas normativas brasileiras como uma característica da língua popular ou coloquial, que tem sido acolhida pelos escritores modernos (CUNHA; CINTRA, 1985; AZEREDO, 2011; entre outros). E as pesquisas variacionistas têm confirmado o generalizado uso do *ter* como verbo existencial na língua falada no Brasil.

As análises de Dinah Callou, individualmente ou em parceria, tiveram um papel pioneiro no estudo da variação na forma do verbo existencial no português brasileiro e contribuíram sobremaneira para a compreensão do fenômeno. Em um artigo que resulta de dois anos de pesquisa, Callou e Avelar (2000, p. 87) chamam a atenção para a dificuldade em “delimitar o universo das construções existenciais”, já que a noção de existência mobilizaria tanto um domínio semântico quanto um domínio pragmático-discursivo. Com base em Franchi et al. (1998), definem *ter* e *haver* como verbos funcionais, de modo que, “numa estrutura existencial, a predicação viria a se estabelecer entre os dois elementos da ‘coda’ das orações existenciais, e não pelo próprio verbo” (CALLOU; AVELAR, 2000, p. 87)². Observam também a estreita relação que existe entre as construções de posse e as existências, pois muitas vezes a expressão locativa na construção existencial pode se converter em sujeito na construção de posse correspondente³:

¹ Deve-se ressaltar, entretanto, que Mattos e Silva (1989; 1993), em seus estudos do português arcaico, não encontrou construções existenciais com o verbo *ter*.

² Essa visão também é adotada por Castilho (2010) e Bagno (2012).

³ Exemplos de Callou e Avelar (2000, p. 89).

(6) Nessa rua *tem* apenas uma casa.

(7) Essa rua *tem* apenas uma casa.

Essa proximidade estrutural poderia ser um fator a explicar a tendência de o verbo que expressa posse migrar para o plano das construções existenciais, como aconteceu com *haver*, que no passado substituiu o verbo *ser* nessa função, e está acontecendo com o verbo *ter*, que está sobrepujando o próprio *haver*, pelo menos no português brasileiro.

Como condicionadores estruturais desse processo de substituição de *haver* por *ter*, Callou e Avelar (2000, p. 90-93) identificaram o tempo do verbo existencial e a caracterização semântica do seu argumento. A análise do tempo verbal se concentrou no presente, pretérito perfeito e imperfeito do indicativo, já que 94% das ocorrências de verbos existenciais da amostra linguística analisada por Callou e Avelar (2000, p. 91-92) se apresentavam em um desses três tempos. Os resultados dos percentuais e principalmente dos pesos relativos indicaram que o presente favoreceria o uso do *ter* e os tempos do passado favoreceriam o uso do *haver*, o que levou os autores a concluir que “*haver*, no português oral, tornou-se um verbo típico de narração, modalidade discursiva que privilegia o emprego de tempos do sistema ‘passado’” (CALLOU; AVELAR, 2000, p. 91). A caracterização semântica do argumento verbo existencial foi feita com base nos seguintes fatores: animado, inanimado material, espaço, abstrato e evento. Os resultados quantitativos indicaram os argumentos com valor animado, inanimado e espaço favoreciam o uso do *ter*, enquanto evento e abstrato desfavoreciam-no. Os autores interpretaram esses resultados com a generalização de que as referências com o traço semântico [+material] favoreceriam o uso do *ter* e o traço [-material], o emprego do *haver* (CALLOU; AVELAR, 2000, p. 92). Em estudo posterior, Martins e Callou (2003) confirmaram esses condicionamentos, com o passado e o traço [-material] do argumento favorecendo o uso do *haver* e o presente e o traço [+material], o emprego do *ter*. Batista (2012) também observou que o *haver* era mais empregado quando o verbo estava no pretérito perfeito e a referência do argumento continha os traços [+abstrato] e [+evento]. A análise variacionista de Vitória (2010, p. 83-84) também confirmou as correlações entre o passado e *haver* e o presente e *ter*.

Já Viana e Araújo (2020) analisaram o conteúdo semântico do argumento em quatro fatores: [-animado -concreto], [-animado +concreto], [+animado -humano], [-animado +humano]. E observaram que, nessa escala que vai do abstrato ao humano, o uso do *ter* aumenta progressivamente na proporção em que se avança em direção ao [+humano], como se pode ver nestes valores dos pesos de *haver*, que decaem progressivamente nesse mesmo vetor: 0,667, 0,435, 0,428, 0,263 (VIANA; ARAÚJO, 2020, p. 175). Esses números relevam que: (i) a referência a entes abstratos favorece o emprego do *haver*; (ii) a referência a coisas concretas e a animais favorece um pouco o emprego do *ter*; e

(iii) o traço [+humano] do argumento do verbo existencial favorece sobremaneira o uso do *ter*. Como observaram as autoras, seus resultados vão ao encontro do atestado em estudos anteriores, destacando apenas uma forte correlação entre o emprego do *ter* e o traço semântico [+humano] do antecedente. No que concerne ao tempo verbal, em uma escala mais detalhada, as autoras observaram que o pretérito perfeito do indicativo e o pretérito imperfeito do subjuntivo favoreceriam bastante o emprego do *haver*, que seria também favorecido pelo emprego das formas nominais do verbo, em uma escala menor; enquanto o *ter* seria favorecido, em ordem crescente, pelo emprego do presente do indicativo, presente do subjuntivo, futuro do pretérito do indicativo e futuro do presente do indicativo; já o futuro do subjuntivo e o pretérito imperfeito do indicativo seriam fatores neutros (VIANA; ARAÚJO, 2020, p. 177). Não obstante as nuances de uma escala mais detalhada, esses resultados se coadunam com a generalização de que o passado favorece o *haver* e o presente favorece o *ter*.

Considerando a frequência geral do fenômeno, os percentuais de *ter* na fala culta oscilam entre 60 e 80% (*circa*). Callou e Avelar (2000), com base nos materiais do Projeto NURC do Rio de Janeiro, das décadas de 1970 e 1990, obtiveram um índice geral de emprego do *ter* de 69%, considerando os dados totais das duas sincronias. Já Dutra (2000), também em uma análise variacionista com materiais do NURC de Salvador, encontrou uma frequência geral de quase 62% de *ter* na fala dos baianos com nível universitário completo. E na fala culta de Fortaleza, a frequência geral de *ter* sobe para 80% (VIANA; ARAÚJO, 2020). Esse aumento da frequência em Fortaleza pode ser devido ao tempo que separa esta análise das anteriores e o seu percentual de 80% pode refletir um estágio mais avançado no processo em curso de substituição do *haver* pelo *ter*.

E essa hipótese de uma mudança em curso em favor do uso do *ter* se confirma nos diversos estudos em *tempo real de curta duração* (cf. LABOV, 1994). Na fala culta carioca, o uso de *ter* sobe de 63%, na década de 1970, para 76%, na década de 1990 (CALLOU; AVELAR, 2000, p. 90). Martins e Callou (2003) observaram um aumento de 74% para 85% na frequência de emprego do *ter* na fala culta de Salvador, também com *corpora* do NURC. Na fala culta de Porto Alegre, a análise de Batista (2012), também com base nos materiais do NURC, verificou um aumento na frequência do *ter* de 69% para 78%, entre as décadas de 1970 e 1990.

Os dados das variáveis sociais, nas análises em tempo aparente (LABOV, 2008 [1972]; 1994), no geral, também apontaram para um cenário de mudança em progresso em favor do *ter*. Callou e Avelar (2000, p. 94), constataam que “a frequência de uso do *ter* aumenta, de uma década para outra, em todas as faixas, chegando a 98% entre os falantes mais jovens em 90, o que parece indicar uma mudança em progresso” e tanto na década de 1970 quanto na década de 1990, “quanto mais jovem o falante, maior a frequência de uso do *ter*”, o que também é indicativo da mudança em progresso. Os

resultados da faixa etária, na análise em tempo aparente de Martins e Callou (2003), também são sugestivos de um cenário de mudança em curso na fala culta de Salvador, sobretudo na amostra da década de 1990 e na fala dos homens nas décadas de 1970 e 1990. Na análise de Batista (2012), considerando os resultados de Porto Alegre, Rio de Janeiro e Salvador, os maiores índices de uso do *haver* se encontram na faixa dos falantes mais velhos, com mais de 50 anos, o que também sugere uma mudança em detrimento do uso da variante padrão. Na análise de Viana e Araújo (2020), utilizando o *corpus* de Projeto Português Oral Culto de Fortaleza – PORCUFORT, desenvolvido com a mesma metodologia do NURC, os mais velhos (com mais de 50 anos) também apresentaram os maiores índices de uso do *haver*, o que também pode sugerir que o uso dessa variante esteja decaindo, mesmo na fala culta.

No que concerne ao nível de formalidade do discurso, os resultados também indicam que o *haver*, a variante padrão, seria também a variante de prestígio, pois a frequência de seu uso aumenta nas situações de maior formalidade, que levam a um maior monitoramento dos atos de fala. Dessa forma, o *haver* com sentido existencial assume no português brasileiro a condição do que Labov (2008 [1972]) definiu como um *marcador*. Em sua análise com materiais do NURC de Salvador, Dutra (2000) observou um aumento do uso de *haver* nas Elocuções Formais (EFs), com a frequência de 37,3%, frente a uma frequência de apenas 23,5% de *haver* nas entrevistas semi-informais, denominadas Diálogo entre Informante e Documentador (DID). Essa variação estilística também foi observada por Viana e Araújo (2020) em uma amostra constituída com o mesmo molde do NURC, com a frequência de *haver* subindo de 13,7% nos DIDs para 36,7% nas EFs, com os pesos relativos do cálculo estatístico multivariado confirmando essa expressiva diferença percentual. O mesmo gradiente estilístico foi observado também na escrita.

Na modalidade escrita, o estudo de Vitório (2010, p. 82) revelou que o emprego da variante canônica aumenta progressivamente na escrita dos alunos do segundo ciclo do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, com a frequência média de emprego do *haver* elevando-se de 9% na 5ª série do Ensino Fundamental para 55% no 3º ano do Ensino Médio. No outro lado desse universo do letramento, ou seja, no desempenho escrito de utentes da língua já plenamente formados, Avelar (2006) descortinou um cenário bem interessante, confrontando dados de fala, extraídos da amostra da década de 1990 do NURC-RJ e da amostra do PEUL⁴, também do Rio de Janeiro, da década de 1980 (ou seja, de falantes plenamente escolarizados do NURC e de falantes com 1 a 12 anos de escolaridade do PEUL), e da escrita, extraídos, no ano de 2005, de textos dos jornais *O Globo* e *Extra*, de anúncios da revista *Veja*, *Isto É*, *Época* e *Super Interessante*, de livros de divulgação científica, crônicas, romances, humor e autoajuda. Os resultados das modalidades oral e escrita se mostraram diametralmente opostos no que concerne à escolha do verbo existencial. Na fala, foram 87% de uso do *ter* e 13% de *haver*; na escrita, foram

⁴ Programa de Estudo dos Usos da Língua.

86% de emprego do *haver* contra apenas 14% de *ter*. O uso de *haver* foi categórico em um romance, nos livros de crônicas, autoajuda e divulgação científica bem como no jornal *O Globo*. O uso do *ter* ocorreu numa frequência inferior a 20% no outro romance analisado e no jornal *Extra*; e superou a frequência de 40% nos anúncios e no livro de humor. Ou seja, também se nota na escrita uma variação estilística, em que o uso do *ter* aumenta nos textos mais informais e, em contrapartida, o emprego do *haver* cresce na proporção em que aumenta a formalidade do texto, refletindo a influência do padrão normativo.

Os resultados obtidos com o *corpus* do PENCE corroboram esse cenário, agregando informações de textos escritos ainda mais formais.

3 A VARIAÇÃO ENTRE *TER* E *HAVER* NA NORMA CULTA ESCRITA

A análise variacionista da forma do verbo empregado nas orações existenciais nas amostras linguísticas do PENCE identificou um fenômeno fortemente determinado por fatores extralinguísticos. Em um *corpus* de cerca de 320 mil palavras extraído do portal do *Jornal do Brasil online*, no segundo semestre de 2019, e de revistas acadêmicas indexadas no Sistema QUALIS, da CAPES, de quatro ciências diferentes (Direito, História, Biologia e Medicina), no mesmo período, foram elicitadas 498 ocorrências de *ter* e *haver*, com valor existencial, como exemplificado, respectivamente, em (8) e (9)⁵:

(8) se este mundo não der certo, não *tem* outro e nós precisamos fazer alguma coisa. (LJ)

(9) *Há* também uma grande especulação sobre o uso de produtos transgênicos. (LA)

E, como se pode ver na Tabela 1, houve um largo predomínio do emprego do verbo *haver* sobre o verbo *ter*, nas construções existenciais, com uma frequência geral de 87,3% da forma padrão⁶.

Tabela 1: *Ter* e *haver* como verbos existenciais na norma culta escrita

Item lexical	Nº oc./Total	Frequência
<i>Haver</i>	435/498	87,3%
<i>Ter</i>	63/498	12,7%

Fonte: Elaboração própria.

⁵ De agora em diante os exemplos serão extraídos da amostra linguística aqui analisada. Entre parênteses, LJ significa ‘linguagem jornalística’ e LA, ‘linguagem acadêmica’.

⁶ O levantamento e a codificação dos dados desta análise foram feitos pelas estudantes de graduação da UFF Alice Massari Navega e Vera Lourenço Castelló, sob a supervisão do autor deste capítulo.

As frequências absolutas de *haver* e *ter* são praticamente as mesmas das encontradas por Avelar (2006, p. 108) em seu *corpus* de língua escrita. A pequena diferença deve ser atribuída à presença de textos mais formais na amostra do PENCE, particularmente os acadêmicos. De qualquer forma, confirma-se a situação diametralmente oposta entre fala e escrita, já que na fala haveria uma média de 80% de ocorrência de *ter* como verbo existencial. Essa seria a clivagem fundamental na estruturação da variação entre *ter* e *haver*. Contudo não se pode deixar de ter em conta que a clivagem essencial é a resultante do maior monitoramento que ocorre na escrita, fazendo valer mais a influência da padronização da língua. Para além dessa determinação fundamental, é preciso deslindar também os condicionamentos mais específicos do fenômeno variável.

Assim, seguindo os postulados teóricos e metodológicos da Sociolinguística Variacionista (WEINREICH; HERZOG; LABOV, 2006 [1968]; LABOV, 2008 [1972]; 1982; 1994; 2001; 2003), a alternância de uso entre *ter* e *haver* foi formalizada como uma variável dependente, concebida como uma função de variáveis independentes linguísticas e extralinguísticas, pois, dentro do modelo teórico adotado, a variação linguística não é um fenômeno aleatório, mas um fenômeno condicionado, tanto por fatores internos à estrutura da língua quanto por fatores externos, formalizados em termos de variáveis explanatórias sociais ou extralinguísticas.

Na amostra de língua escrita analisada, a primeira variável extralinguística opôs a linguagem jornalística à linguagem acadêmica. No caso da primeira, uma segunda variável extralinguística foi estabelecida com base nos seguintes gêneros do texto jornalístico: editorial, coluna assinada, reportagem e textos do caderno cultural. No caso da linguagem acadêmica, foi feita a distinção entre as quatro ciências definidas na constituição da amostra: Direito, História, Biologia e Medicina. E no caso dos textos assinados por uma pessoa ou por autores do mesmo sexo, a variável sexo do autor foi considerada. Foi considerada ainda uma variável definida em função da oposição entre a linguagem do próprio autor do texto (incluindo citações, no caso dos textos acadêmicos) e a reprodução de atos fala nos textos analisados (particularmente os jornalísticos).

Para análise do encaixamento do fenômeno variável na estrutura linguística, foram consideradas inicialmente as seguintes variáveis explanatórias estruturais: estrutura sintagmática do argumento do verbo existencial; estrutura da oração existencial; tempo verbal; caracterização semântica do argumento; nível de referencialidade do argumento; tipo de frase; posição do argumento em relação ao verbo; e presença de um constituinte em relação ao verbo. Os dados da fatoração das ocorrências elicitadas na amostra pelas variáveis independentes linguísticas e extralinguísticas foram processados com o programa de cálculo estatístico GoldVarb X, que fornece as frequências brutas de cada variante por cada fator definido na análise, seleciona os grupos de fatores cujos resultados são considerados estatisticamente relevantes e fornece o peso da influência de cada fator de cada

grupo selecionado sobre o fenômeno variável em tela, fazendo a ponderação da influência simultânea dos demais fatores selecionados, o peso relativo (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005). Os resultados desse processamento estatístico dos condicionamentos estruturais da variação entre *ter* e *haver* existenciais na escrita culta serão analisados a seguir, encerrando-se esta seção com a análise dos seus condicionamentos extralinguísticos. A variante *ter* foi tomada como valor de aplicação no cálculo multivariado do GoldVarb X porque se focalizou a penetração desse verbo na linguagem culta escrita formal.

3.1 Os condicionamentos estruturais da variação entre *ter* e *haver* existenciais na escrita culta

As variáveis linguísticas independentes selecionadas como estatisticamente significativas pelo GoldVarb X confirmaram os condicionamentos estruturais já identificados em análises anteriores, definindo o tempo do verbo e a caracterização semântica do argumento como fatores que atuam sobre a escolha lexical do verbo que indica existência. Porém a novidade desta análise é a consideração da estrutura sintagmática do argumento como fator que atua sobre a variação na forma do verbo existencial, cujos resultados quantitativos serão analisados após os resultados das variáveis tempo do verbo e caracterização semântica do argumento.

Os tempos do verbo existencial foram amalgamados em função do número de ocorrências e também em função dos resultados das análises anteriores, que identificaram as correlações entre o passado e *haver* e entre o presente e *ter*. Assim, esse grupo de fatores ficou estruturado da seguinte maneira: presente do indicativo, tempos relativos ao passado (pretérito perfeito, pretérito imperfeito, pretérito mais que perfeito e passados compostos), tempos relacionados ao modo *irrealis* (os futuros do indicativo e os tempos do subjuntivo) e formas nominais do verbo. Os resultados quantitativos dessa variável são apresentados na Tabela 2:

Tabela 2: O uso do verbo *ter* como verbo existencial em função do tempo verbal (Nível de significância 0,024)

Tempo do verbo	Nº oc./Total	Frequência	PR
Presente	39/306	12,7%	0,516
Passado	9/93	9,7%	0,393
<i>Irrealis</i>	3/65	4,6%	0,231
Formas nominais	12/34	35,3%	0,948
Total	63/498	12,7%	-

Fonte: Elaboração própria.

Os pesos relativos corresponderam às frequências brutas e confirmaram em parte os resultados das análises anteriores, já que o passado favoreceu o uso do *haver* e desfavoreceu o uso do *ter*, com peso relativo (PR) de 0,393⁷. Já o presente se revelou um fator próximo à neutralidade com PR de 0,516 para o uso do *ter* e com uma frequência de uso dessa variante, nesse contexto, idêntica à frequência geral (12,7%). Assim, pode-se reformular um pouco a generalização assente até então. De fato, haveria uma relação entre o *haver* e o passado, o que remete a uma relação entre este verbo e o texto narrativo. Contudo isso não implicaria que o presente favoreceria o emprego do *ter*, sendo mais plausível pensar na neutralidade desse fator, até porque o presente se afigura como tempo preponderante nas construções existenciais. Nesta base de dados, as ocorrências desse tempo verbal corresponderam sozinhas a mais de 60% do total (61,4%).

Mas a maior novidade encontrada nos resultados desta análise é o largo favorecimento do *ter* quando o verbo está em uma de suas formas nominais, como exemplificado em (10), e o grande favorecimento de *haver* com os tempos do subjuntivo e do futuro do presente e futuro do pretérito – cf. exemplo (11). O peso relativo para o *ter* com as formas nominais do verbo é 0,948, o que indica um altíssimo favorecimento dessa variante nesse contexto. Já com os tempos relacionados ao modo *irrealis*, o PR cai para 0,231, indicando um grande favorecimento do *haver* nesse contexto.

(10) É preciso *ter* espaço na agenda do próximo governo. (LJ)

(11) Das causas para que não *houvesse* comida suficiente nos cerca de 35 dias de viagem até a Baía de Todos os Santos, ou os 50 dias até o Rio de Janeiro, valem ser ressaltadas as dificuldades climáticas que poderiam acometer as frotas no caminho – alongando as viagens –, o indesejado encontro com corsários e piratas, além de, com certa frequência, a colocação de uma vantagem econômica imediata pelos negociantes em detrimento das vidas dos cativos. (LA)

Esses resultados quantitativos permitem iluminar um outro aspecto da relação entre a escolha do verbo existencial e o tempo desse verbo, que tem a ver não com a relação entre o texto narrativo e o *haver*, como já estabelecido nas análises anteriores, mas com a complexidade do texto. Enquanto variante padrão, o *haver* seria mais escolhido nos períodos mais elaborados, de maior complexidade. O emprego das formas do modo *irrealis* estão relacionadas à formulação de hipóteses e ao estabelecimento de relações lógicas de causa e efeito, contradição, condição e dependência etc., o que denota um raciocínio mais complexo, o qual requer uma linguagem mais formalizada, como observado no exemplo (11), que mobiliza mais a atenção do autor, favorecendo o emprego da variante

⁷ Os resultados dos PR são lidos da seguinte maneira: os valores acima de 0,500 favorecem a variante tomada como valor de aplicação; os valores abaixo de 0,500 desfavorecem-na; e os valores próximos a 0,500 não interferem na seleção da variante.

padrão *haver*. Já as formas nominais figuram em orações reduzidas, que se ajustam a uma linguagem mais dinâmica e imediata, como no exemplo (10), o que favoreceria o uso do *ter*, a variante inovadora, não-padrão.

Como no grupo de fatores anterior, os valores da variável caracterização semântica do argumento do verbo existencial foram amalgamados, em função do número de ocorrências e dos achados das análises anteriores, de modo que os valores finais dessa variável linguística independente ficaram assim: [+humano], [-animado +concreto] e [-animado -concreto]. Os resultados dessa variável, assim configurada, são apresentados na Tabela 3 e revelam que os argumentos que se referem a seres humanos favorecem sobremaneira a escolha do *ter* como verbo existencial, enquanto a referência a coisas concretas ou abstratas favorece o *haver*. Esse resultado replica o resultado da análise de Viana e Araújo (2020) e possibilita a inferência de que essa relação entre *ter* e referentes humanos estaria correlacionada ao emprego de uma linguagem mais pessoal, portanto menos formal; já os referentes não humanos estariam mais relacionados a uma linguagem mais abstrata, analítica e mais formal, favorecendo o uso da variante padrão. Corrobora essa relação o fato de que mais de três quartos das ocorrências foram de referentes abstratos. Considerando que boa parte dessas ocorrências foi extraída de artigos científicos, isso reforça a relação entre referentes abstratos e textos complexos e analíticos.

Tabela 3: O uso do verbo *ter* como verbo existencial em função da caracterização semântica do argumento (Nível de significância 0,024)

Tempo do verbo	Nº oc./Total	Frequência	PR
[+humano +animado]	13/40	32,5%	0,754
[-animado +concreto]	10/75	13,3%	0,487
[-animado -concreto]	40/383	10,4%	0,473
Total	63/498	12,7%	-

Fonte: Elaboração própria.

A visão de que o verbo existencial seria um verbo funcional implica a ocorrência de uma predicação entre o argumento e outro constituinte, geralmente um constituinte locativo ou temporal, “tanto é assim que, em várias línguas indo-europeias, essas construções vêm acompanhadas de um advérbio locativo, como no inglês **there is/are**, francês **il y a**, italiano **ci sono**” (LYONS, 1979, p. 410). Com efeito, no geral, uma frase existencial precisa de um adjunto locativo ou temporal ou ambos para se completar, como se pode ver na comparação entre (12) e (13). Porém um argumento com uma estrutura mais complexa pode saturar a predicação requerida pela frase existencial – cf. (15) *vis-à-vis* (16):

(12) ?*Havia* dezenas de pessoas.

(13) *Havia* dezenas de pessoas no bar no momento da explosão.

(14) ?*Tem* muita gente.

(15) *Tem* muita gente que pensa que a Terra é plana.

É claro que fatores de vária ordem (como os de ordem pragmática, por exemplo) podem possibilitar a ocorrência de frases existenciais com argumento simples, além, obviamente, da presença de um outro constituinte na oração. Diante disso, foi verificado, nesta análise, um potencial efeito de um argumento mais complexo na escolha do verbo existencial. A hipótese geral seria a de que a presença de um argumento mais complexo favoreceria o emprego do *haver*. Na amostra analisada, os argumentos do verbo existencial foram classificados da seguinte maneira: argumento simples (no máximo, um determinante e núcleo), argumento com um modificador à direita (um sintagma adjetival, um sintagma preposicionado, uma oração relativa, uma oração completiva nominal), argumento com dois ou três desses modificadores e argumento formado por uma oração introduzida por uma palavra interrogativa, exemplificados, respectivamente, de (16) a (19):

(16) mas ele dizia que não tinha *ninguém* lá. (LJ)

(17) Também tem *muito músico ruim* por aí. (LJ)

(18) Importa observar que, dentre os critérios estabelecidos originalmente pela Constituição de 1988 [...] há *conceitos estruturantes que não encerram pleno sentido prático em sua mera estipulação formal*. (LA)

(19) Não há *como analisar o momento atual da segurança pública e da justiça criminal no Brasil*, sem pesquisar a questão do sistema penitenciário atual. (LA)

Os resultados do processamento quantitativo dessa variável estão apresentados na Tabela 4:

Tabela 4: O uso do verbo *ter* como verbo existencial em função da configuração sintagmática do argumento (Nível de significância 0,024)

Estrutura sintagmática	Nº oc./Total	Frequência	PR
Simples	20/95	21,1%	0,715
Com um modificador à direita	23/191	12%	0,547
Com 2 ou mais modificadores	18/164	11%	0,408
Oracional	02/48	4,2%	0,213
Total	63/498	12,7%	-

Fonte: Elaboração própria.

Os resultados dos pesos relativos indicam que o *ter* é muito favorecido quando a estrutura sintagmática do argumento é a mais simples (PR 0,715); é ligeiramente favorecido quando só há um modificador à direita do núcleo nominal (PR 0,547); é desfavorecido quando são dois argumentos à direita do núcleo (PR 0,408); e é bastante desfavorecido quando o argumento é uma oração encaixada (PR 0,213). Desse modo, uma generalização se impõe: a preferência por *haver* aumenta à medida que aumenta a complexidade estrutural do argumento do verbo existencial. Isso possibilita correlacionar mais uma vez o emprego do *haver* a textos mais complexos e *a fortiori* mais refletidos.

Tanto na variável que constitui uma novidade desta análise quanto nas que confirmaram os estudos anteriores, é possível correlacionar o emprego do verbo *haver* a estruturas linguísticas mais complexas, que demandam uma maior atenção por parte do autor do texto. Isso reflete a influência da prescrição do *haver* como verbo existencial canônico, o que faz dessa variante um *marcador sociolinguístico*, nos termos de Labov (2008 [1972]). Os resultados das variáveis extralinguísticas vão corroborar esse valor social atribuído ao *haver* como verbo existencial.

3.2 Os condicionamentos extralinguísticos da variação entre *ter* e *haver* existenciais na escrita culta

No processamento quantitativo dos dados, o GoldVarb X selecionou todas as variáveis extralinguísticas propostas na análise, o que reforça a ideia de um fenômeno fortemente condicionado por fatores externos. Esse condicionamento social decorreria da prescrição normativa, que indica o *haver* como verbo existencial canônico, de modo que quanto mais formal for o texto escrito menor será o uso da variante inovadora brasileira, o emprego do *ter* como verbo existencial.

A primeira variável selecionada pelo GoldVarb X, dentre todas, como a mais significativa em termos estatísticos, foi a oposição entre a linguagem acadêmica e a linguagem jornalística, sendo aquela mais formal e restrita a um público mais erudito e esta mais dinâmica e voltada para um público mais amplo. Os resultados quantitativos refletiram essa dicotomia:

Tabela 5: O uso do verbo *ter* como verbo existencial em função do tipo de linguagem (Nível de significância 0,024)

Tipo de linguagem	Nº oc./Total	Frequência	PR
Acadêmica	02/168	1,2%	0,065
Jornalística	61/330	18,5%	0,796
Total	63/498	12,7%	-

Fonte: Elaboração própria.

Os resultados, tanto dos percentuais quanto dos pesos relativos, indicam que o uso de *ter* está praticamente ausente na linguagem acadêmica. Foram apenas duas ocorrências, em um total de 168, o que corresponde a apenas 1,2%, o que se refletiu no peso relativo baixíssimo de 0,065. Deve-se ressaltar ainda que as duas ocorrências, apresentadas em (20) e (21), se situam no limite entre a posse e a existência, admitindo, sobretudo em (21), uma interpretação dupla.

(20) A resposta ao caminho certo a ser tomado sobre rumos, tendências e mudanças da justiça criminal sempre traz ao debate o clamor público a *ter* leis mais penalizantes. (LA)

(21) Assim como ela, outras mulheres cativas cruzaram a fronteira entre a escravidão e a liberdade sem que, no entanto, *tivessem* mudanças sociais e econômicas significativas em suas vidas. (LA)

Já na linguagem jornalística, o *ter* corresponde a quase 1/5 das ocorrências de verbos existenciais. Porém, observa-se nesse universo também uma variação estilística, na qual o emprego do *ter* decai nos textos mais formais, como os editoriais, concentrando-se nos textos que buscam uma linguagem mais descontraída, como é caso dos textos do caderno cultural, como se pode ver nos resultados da Tabela 6:

Tabela 6: O uso do verbo *ter* como verbo existencial em função do gênero da linguagem jornalística (Nível de significância 0,024)

Gênero jornalístico	Nº oc./Total	Frequência	PR
Editorial	06/74	8,1%	0,274
Artigo de opinião	15/93	16,1%	0,280
Reportagem	20/105	19%	0,677
Caderno cultural	20/58	34,5%	0,806
Total	63/498	12,7%	-

Fonte: Elaboração própria.

Considerando os resultados ponderados dos pesos relativos, o editorial e artigo de opinião de colunistas do *Jornal do Brasil* foram os gêneros da linguagem jornalística que se mostraram mais refratários ao uso do *ter* como verbo existencial. No caso do editorial, isso se explica porque o editorial apresenta a posição do jornal frente a temas relevantes, de modo que o editorialista vai buscar uma linguagem mais vetusta, que reforce a imagem de credibilidade, ponderação e maturidade que se quer transmitir. No caso dos artigos de opinião, o colunista quer fazer valer sua autoridade sobre os temas tratados, o que o leva em direção a uma linguagem mais canônica. Já o uso do *ter* é favorecido nas

reportagens e, sobretudo, nos textos publicados no caderno cultural. Na reportagem, o jornalista busca uma linguagem mais direta, imediata e de fácil assimilação, favorecendo o emprego da forma mais familiar ao leitor. Mas é no caderno cultural que a variante coloquial alcança sua maior frequência de uso, já que a linguagem desse caderno é caracterizada pela informalidade e descontração, especialmente nas matérias que tratam do entretenimento e da vida pessoal de artistas e celebridades.

A percepção de que o *ter* é a variante típica da fala se confirmou nos resultados da variável que destacou as ocorrências extraídas de trechos em que atos de fala são reportados nas matérias jornalísticas, como se pode ver nos seguintes resultados:

Tabela 7: O uso do verbo *ter* como verbo existencial em função da fala reportada (Nível de significância 0,024)

Tipo de Linguagem	Nº oc./Total	Frequência	PR
Fala reportada	18/45	40%	0,801
Linguagem do próprio autor	45/453	9,9%	0,465
Total	63/498	12,7%	-

Fonte: Elaboração própria.

Vale destacar que foi na fala reportada que se observou a maior frequência de emprego do *ter* (40%), embora não tenha sido nesse fator o maior peso relativo (0,801). Esse resultado confirma o *ter* como uma variante típica da oralidade. E o fato de a frequência aqui ser menor do que a frequência observada nas quantificações feitas diretamente sobre amostras de fala se deve, obviamente, à filtragem ou edição que o jornalista sempre faz do texto falado bruto.

Por fim, os resultados da variável sexo negaram, em princípio, uma generalização tradicionalmente feita na pesquisa sociolinguística de que as mulheres tendem a empregar mais a variante padrão do que os homens, como se pode ver nos seguintes resultados:

Tabela 8: O uso do verbo *ter* como verbo existencial em função do sexo do autor do texto (Nível de significância 0,024)

Sexo do autor	Nº oc./Total	Frequência	PR
Feminino	12/92	13%	0,622
Masculino	09/159	5,7%	0,428
Total	21/251	8,4%	-

Fonte: Elaboração própria.

Os resultados da Tabela 8 apontam para uma predominância do uso do *haver* nos textos escritos por homens, pois a frequência de emprego do *ter* mais que dobra nos textos escritos por mulheres, comparada a essa frequência nos textos dos homens (CHAMBERS, 1995), o que se reflete nos pesos relativos: 0,622 para a mulheres e 0,428 para os homens⁸. A tradicional generalização de que as mulheres tendem a usar mais as formas de prestígio é baseada, em grande medida, nas análises sociolinguísticas realizadas entre as décadas de 1960 e 1980 e tem sido muito questionada neste século (FREITAG; SEVERO, 2015). Nesse sentido, Lucchesi (2015) tem argumentado que o efeito da variável sexo nos processos de variação e mudança deve ser analisado considerando o papel exercido pelas mulheres em cada contexto sociocultural específico e historicamente determinado. No caso em tela, pode-se pensar que, em função do machismo ainda dominante na sociedade brasileira, os homens seriam imbuídos dos textos jornalísticos mais importantes e considerados mais sérios, que demandariam uma linguagem mais padrão; enquanto às mulheres seriam atribuídas mais pautas no caderno cultural e de matérias de entretenimento, que exibem uma linguagem mais descontraída. A hipótese explicativa é formulada apenas para o universo jornalístico, porque, como se viu acima, a variação entre *ter* e *haver* na linguagem acadêmica é irrelevante.

4 CONCLUSÃO

A análise variacionista da alternância entre *ter* e *haver* na norma culta escrita, com base em amostras da linguagem jornalística e acadêmica, revelou um cenário de predomínio do *haver*, a variante padrão, com quase 90% das ocorrências coletadas; predomínio este que aumenta na medida em que aumenta a formalidade do texto, até se tornar praticamente absoluto nos artigos científicos, que se caracterizam por sua complexa elaboração e por serem destinados a um público de especialistas e iniciados. Nesse universo acadêmico, a prescrição normativa é totalmente atendida e o uso do *haver* como verbo existencial é praticamente exclusivo.

A prescrição gramatical deve ser seguida precipuamente nos textos escritos formais. Nesse sentido se poderia pensar que as prescrições normativas no que concerne à forma do verbo existencial não careceriam atualmente de revisão. Contudo, se o padrão normativo se basear nos usos de textos que têm como pré-requisito empregar somente a norma padrão, como é o caso dos textos acadêmicos, pode-se pensar na metáfora do cachorro correndo atrás do rabo.

Além disso, um dos objetivos estratégicos da proposta de atualização da norma padrão brasileira que os linguistas devem encampar é exatamente mudar os parâmetros

⁸ O total de ocorrências desta variável é menor do que o total geral, por conta dos muitos textos jornalísticos que não informam o autor e dos artigos científicos, cujos autores eram homens e mulheres; ou seja, só foram computadas aqui as ocorrências de textos de um único autor informado ou de mais de um autor do mesmo sexo.

da padronização linguística e com isso mudar a própria visão de língua hegemônica na sociedade (LUCCHESI, 2015). Uma padronização linguística coerente com o reconhecimento e o respeito à diversidade que devem predominar na sociedade contemporânea não pode deixar de partir da realidade plural da língua, levando em conta os diversos gêneros discursivos bem como a dicotomia oral/escrito, com base nas descrições empiricamente fundamentadas da língua atual, particularmente as análises sociolinguísticas.

Essas análises sociolinguísticas têm revelado que a substituição do *haver* pelo *ter* se encontra em um estágio muito avançado na fala, do que se pode inferir que o *ter* é o verbo existencial na gramática natural dos brasileiros. Entretanto o *haver* ainda tem uma presença significativa nos textos escritos, predominando nos textos de maior formalidade e de elaboração mais reflexiva e complexa. Nesse sentido, o tratamento da forma do verbo existencial nos compêndios destinados à padronização linguística poderia se esboçado da seguinte maneira: **O *ter* é o verbo empregado nas construções existenciais na linguagem natural dos brasileiros, predominando tanto na fala quanto na escrita informal ou com uma linguagem mais direta e mais acessível (e.g. *Nos dias de hoje, ainda tem muita gente que acredita que a Terra é plana.*). Contudo, seguindo a tradição, o verbo *haver* é predominante na linguagem formal e nos textos mais complexos e mais reflexivos (e.g. *Na atualidade, ainda há muitas pessoas dominadas por concepções obscurantistas e negacionistas.*). Tanto o *haver* quanto o *ter* são, nessas construções, verbos impessoais, não devendo se flexionar em pessoa e número, sendo usados na forma não marcada da 3ª pessoa do singular.**

Com base nesses parâmetros, pode-se lograr uma padronização linguística não apenas mais adequada à realidade atual da língua no Brasil mas sobretudo mais eficiente e profícua. Portanto, neste artigo, ao analisar a variação entre *ter* e *haver* na norma culta escrita, procuramos não apenas sistematizar subsídios para uma atualização da norma padrão brasileira mas sugerir igualmente linhas de ação para o enfrentamento dessa questão, que se coloca hoje como central para que os linguistas possam começar a romper o isolamento social em que se encontram, com a visão de língua hegemônica na sociedade sendo plasmada sobretudo pelos princípios da tradição gramatical.

REFERÊNCIAS

- AVELAR, J. O. Gramática, competição e padrões de variação: casos com *ter/haver* e *de/em* no português brasileiro. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 99-143, 2006.
- AZEREDO, J. C. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2011.
- BAGNO, M. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2012.
- BATISTA, P. G. *Ter e haver existenciais na fala culta de Rio de Janeiro Salvador e Porto Alegre: do social ao linguístico*. 2012. 194f. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- CALLOU, D.; AVELAR, J. O. Sobre *ter* e *haver* em construções existenciais: variação e mudança no português do Brasil. *Revista Gragoatá*, Niterói, n. 9, p. 85-100, 2000.
- CASTILHO, A. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.
- CHAMBERS, J. *Sociolinguistic theory: linguistic variation and its social significance*. Oxford: Blackwell, 1995.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- DUTRA, C. *Ter e haver na norma culta de Salvador*. 2000. 186f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.
- FARACO, C. A. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola, 2008.
- FRANCHI, C. et al. Sobre a gramática das orações impessoais com *ter/haver*. *D.E.L.T.A.*, v. 4, p. 105-131, 1998.
- FREITAG, R. M. K.; SEVERO, C. G. (org.). *Mulheres, linguagem e poder: estudos de gênero na sociolinguística brasileira*. São Paulo: Blucher, 2015.
- LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. Trad. de Marcos Bagno, Marta Scherre e Caroline Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].
- LABOV, W. Building on empirical foundations. In: LEHMANN, W. P.; MALKIEL, Y. (ed.). *Perspectives on historical linguistics*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1982. p. 17-92.
- LABOV, W. *Principles of linguistic change: internal factors*. Oxford; Cambridge: Blackwell, 1994.
- LABOV, W. *Principles of linguistic change: social factors*. Oxford: Blackwell, 2001.
- LABOV, W. Some sociolinguistic principles. In: PAULSTON, C. B.; TUCKER, G. R. (ed.). *Sociolinguistics: the essential readings*. Oxford: Blackwell, 2003. p. 235-250.
- LUCCHESI, D. Norma linguística e realidade social. In: BAGNO, M. (org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002. p. 63-92.
- LUCCHESI, D. *Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.
- LYONS, J. *Introdução à linguística teórica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.
- MARCUSCHI, L. A. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- MARTINS, L.; CALLOU, D. Mudança em tempo aparente e em tempo real: construções *ter/haver* existenciais. In: ENCONTRO DO CÍRCULO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO SUL, 6., 2003, Curitiba. *Anais [...]*. Curitiba: Mídia Curitibana, 2003. p. 820-825.
- MATTOS E SILVA, R. V. *Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1989.

- MATTOS E SILVA, R. V. *O português arcaico: morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 1993.
- SANKOFF, D.; TAGLIAMONTE, S.; SMITH, E. *GoldVarb X: a variable rule application for Macintosh and Windows*. Toronto: Department of Linguistics, University of Toronto, 2005.
- VIANA, R. B. M.; ARAÚJO, A. A. Os verbos *haver* e *ter* existenciais em dados de fala culta fortalezense: uma análise variacionista. *Diálogos Pertinentes – Revista Científica de Letras*, v. 16, n. 2, p. 166-194, 2020.
- VIEIRA, S. R. (org.). *Gramática, variação e ensino: diagnose & propostas pedagógicas*. São Paulo: Blucher, 2018.
- VITÓRIO, E. Um estudo sobre a variação *ter* e *haver* existenciais na escrita de alunos dos ensinos fundamental e médio da cidade de Maceió. *Revista Eletrônica Via Litterae*, Anápolis, v. 2, n. 1, p. 75-87, 2010.
- WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Trad. de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].

A INFLUÊNCIA DAS REDES SOCIAIS NA PRODUÇÃO ESCRITA DE BRASILEIROS CULTOS: REFLEXÕES ACERCA DA HISTÓRIA DO *VOCÊ*

Márcia Cristina de Brito Rumeu (UFMG)

Célia Regina dos Santos Lopes (UFRJ)

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Neste texto, buscamos revisitar os resultados do estudo de painel para sincronias passadas proposto por Rumeu (2008; 2013), a partir de um prisma distinto: o das redes sociais (MILROY; MILROY, 1980/1987; BERGS, 2005). Naquela ocasião, a autora mostrou que a difusão de *você* no lugar de *tu* deu-se mais rapidamente na escrita de remetentes femininos, acompanhando a distribuição das duas formas nas cartas produzidas pelos membros da família Pedreira Ferraz-Magalhães em diferentes faixas etárias/gerações (jovem, adulto, idoso).

Na proposta aqui apresentada, pretendemos reanalisar os resultados de Rumeu (2008; 2013), observando se a mobilidade espacial das figuras femininas ampliou o seu contato com redes sociais mais abertas, propiciando a mudança de comportamento ao longo de suas vidas. Para tanto, serão retomados os painéis individuais de três informantes (um homem e duas mulheres) que apresentaram divergências em relação à velocidade de implementação do *você* nessas missivas trocadas por redatores cujos laços familiares os aproximam. Dessa forma, consideramos como hipótese que a distinção entre o ritmo da inserção do *você* acionada por tais redatores pode estar fortemente motivada por suas redes sociais (CONDE SILVESTRE, 2007; BERGS, 2005; 2012), que se apresentam densas e flexíveis, tendo em vista, respectivamente, a permanência e a impermanência dos informantes em distintos espaços no decorrer de suas vidas (séculos XIX e XX).

Optamos por estruturar este texto em duas seções. Na primeira, apresentamos o estudo de painel de Rumeu (2008; 2013), passamos pela discussão das questões e métodos do trabalho no âmbito da sociolinguística histórica, pela descrição das amostras de cartas da família Pedreira Ferraz-Magalhães em relação à descrição dos perfis sociais dos três redatores em análise e pela apresentação da noção de *redes sociais* densas (*close-knit*) ou difusas (*loose-knit*) apresentada por Bergs (2005; 2012) e Conde Silvestre (2007), inspirados em Milroy e Milroy (1980/1987). Na segunda, passamos à discussão dos resultados do estudo painel de três redatores da família Pedreira Ferraz-Magalhães em correlação com as redes sociais identificadas através dos redatores que se deslocaram ou se fixaram, impulsionando ou restando, respectivamente, o ritmo de implementação do *você* no sistema do português brasileiro (PB) (RUMEU; CALLOU, 2021).

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

2.1 Sobre a sociolinguística histórica: questões e método

No âmbito da sociolinguística histórica, as análises são conduzidas por uma metodologia específica, uma vez que lidamos com as fontes históricas que resistem à ação do tempo como amostras “[...] fragmentárias, escassas e dificilmente vinculáveis à produção real de seus falantes” (CONDE SILVESTRE, 2007, p. 35, tradução nossa)¹. Nesse sentido, temos de nos voltar ao levantamento, tratamento e organização das fontes históricas, conduzindo-nos atentamente às questões da *autoria*, da *autenticidade* e da *validade social e histórica* (HERNÁNDEZ-CAMPOY; SCHILLING, 2012) da fonte histórica. Assim sendo, assumimos que o trabalho com fontes históricas deva necessariamente se deixar guiar pela expansão e aprimoramento de “[...] seus próprios objetivos, metodologias e teorias [...]” (BERGS, 2005, p. 21, tradução nossa)², tendo sempre em vista as especificidades das fontes históricas, a fim de atestarmos a confiabilidade aos resultados das análises linguísticas.

Considerando o fato de as fontes históricas poderem ser manuscritas, faz-se necessária a identificação da *autoria* do texto histórico também à luz da caracterização dos traços da escrita do seu redator. A ideia é identificarmos se a letra daquele que assina o texto é a mesma letra do redator do texto (*testemunho autógrafo*), se diz respeito à um traçado distinto daquele que o assinou (*testemunho apógrafo*) e se ainda foi escrito por um outro escrevente (*testemunho idiógrafo*), mesmo que à luz da orientação do autor (*autoria intelectual*). Entendemos que o reconhecimento de traços paleográficos do período

¹ Do original: “En comparación con la diversidad, cantidad y autenticidad de los datos a disposición del investigador en sociolingüística sincrónica o en lingüística descriptiva, la información de que dispone quien intenta desarrollar su investigación en el ámbito de la lingüística o la sociolingüística histórica es fragmentaria, escasa y difícilmente vinculable con la producción real de sus hablantes”.

² Do original: “Instead, historical sociolinguistics must be bold enough to loosen its ties with present-day sociolinguistics and traditional historical linguistics, and to develop its own methodologies, aims, and theories”.

em que se inserem as fontes é fundamental na promissora perspectiva de um trabalho interdisciplinar para o reconhecimento e comprovação da *autoria* das fontes históricas. Isso posto, encaminhamos, neste texto, alguns resultados relativos ao estudo de painel nos contextos dos séculos XIX e XX fundamentado na análise de cartas autógrafas de indivíduos que apresentam um forte domínio dos modelos de escrita e que se mantinham unidos pelos laços familiares (RUMEU, 2013).

A *autenticidade*³ de uma dada amostra histórica é outra questão indispensável às análises no âmbito da sociolinguística histórica (HERNÁNDEZ-CAMPOY; SCHILLING, 2012, p. 162). A ideia é identificarmos se um dado documento histórico se aproximaria ou não (e em qual nível) da norma-padrão. Nas cartas da família Pedreira Ferraz-Magalhães, temos a produção escrita de representantes da elite letrada carioca, o que nos permite entender tais fontes históricas como fortemente inspiradas numa escrita mais erudita. Nesse contexto, cabe voltarmos também o foco ao “problema dos filtros” (ROMAINE, 1982), que consiste na dissociação dos possíveis traços da língua oral em relação às especificidades da língua escrita (AGUILLAR, 1998), tendo sempre em vista a recuperação dos reflexos de traços do vernáculo do redator. As cartas da família Pedreira Ferraz-Magalhães evidenciam não só uma escrita potencializada pelo alto nível de escolarização dos missivistas (Secretário do Supremo Tribunal Federal, Engenheiro Civil, religiosos e religiosas que se voltaram, no interior dos Mosteiros, ao magistério) mas também as relações de intimidade entre os redatores, impulsionando as análises sobre aspectos da escrita culta do PB em sincronias passadas (séculos XIX e XX).

Considerando a identificação da *autoria* e da *autenticidade* das amostras aliada à reconstituição dos perfis sociais dos escreventes, dos seus respectivos contextos de produção e da estrutura social da comunidade (LABOV, 1994), evidenciamos a validade sócio-histórica das cartas da família Pedreira Ferraz-Magalhães, que, conseqüentemente, consolidam os resultados das pesquisas linguísticas. As questões da *autoria* e da *autenticidade* das amostras históricas encaminham para a interpretação da *validade social e histórica* de uma dada fonte.

Em síntese, acreditamos que o fato de as missivas dos Pedreira Ferraz-Magalhães terem sido redigidas e assinadas por punhos comprovadamente identificados como brasileiros (cariocas) permite assumi-las como uma amostra *sui generis* para o estudo de fenômenos linguísticos que se deixam sobressair na produção escrita brasileira de sincronias passadas. A identificação da *autoria* e da *autenticidade* das cartas combinada à reconstrução dos perfis sociais dos missivistas, inclusive através de fontes bibliográficas que nos relatam a história da família em questão (PEDREIRA DE CASTRO, 1960), permite-nos identificar o perfil social desses brasileiros unidos por vínculos familiares.

³ O termo “autenticidade” é usado no sentido de fidedignidade do registro escrito em relação ao vernáculo de uma dada realidade linguística pretérita em conformidade, pois, com a perspectiva de análise da sociolinguística histórica (ELSPASS, 2012).

2.2 A missivas familiares trocadas entre os Pedreira Ferraz-Magalhães: a produção escrita de brasileiros cultos entre a 2ª metade do século XIX e a 1ª metade do século XX

Zélia Pedreira de Abreu Magalhães e Jerônimo de Castro de Abreu Magalhães casaram-se e tiveram nove filhos que optaram pela vida religiosa através da qual desenvolveram atividades voltadas também ao ensino dos jovens e à evangelização católica em distintos conventos brasileiros (cf. PEDREIRA DE CASTRO, 1960). Nesse contexto, *Zélia* se responsabilizou, em um primeiro momento, pelo ensino de línguas (inglês), das ciências, da música, da literatura e à propagação, em um sentido mais amplo, da cultura, atuando como mãe zelosa, uma verdadeira “guardiã do lar e da família” (cf. D’INCAO, 2007, p. 230). Assumiu, pois, inicialmente o compromisso de educar os seus filhos, conduzindo-os e consagrando-os aos princípios do catolicismo. Na amostra dos Pedreira Ferraz-Magalhães, temos cartas redigidas por homens que concluíram o curso superior (*João Pedreira, Jerônimo de Castro, Fernando, Jerônimo Pedreira*) e mulheres (*Maria Bárbara, Maria Elisa, Maria Joana, Maria Leonor e Maria Rosa*) que também se dedicaram à vida religiosa no interior dos conventos, mas conquistaram um elevado nível cultural no convívio familiar.

Nas cartas da família Pedreira Ferraz-Magalhães, trazemos à cena a história da vida privada de uma abastada família brasileira, nascida no Rio de Janeiro, que se moveu entre capital carioca e outros espaços sócio-geográficos internos e externos ao Brasil, no período de 1877 a 1948. Apesar de os filhos do casal *Zélia e Jerônimo Magalhães* terem se deslocado intensamente em função dos seus compromissos profissionais e missionários, mantiveram, através das cartas ativas e passivas, vínculos de afetividade nutridos nas relações familiares. O caráter *sui generis* dessa amostra de missivas familiares reside ainda no fato de através dela podermos detectar as redes sócio-familiares desenvolvidas no Brasil oitocentista e novecentista.

Os redatores das cartas dos Pedreira Ferraz-Magalhães apresentam-nos à intimidade de brasileiros habilidosos em relação aos modelos de escrita. A proximidade entre os redatores vinculados a um mesmo núcleo familiar (*pais e filhos, avô e netos, irmãos, tia e sobrinhos*) aliada à intimidade das missivas nos leva a interpretá-las como menos “cuidadas” e, conseqüentemente, dotadas de uma maior proximidade comunicativa. Nesse sentido, podemos ilustrar não só o nível de intimidade entre os missivistas, em (1) e (2), mas também evidências morfosintáticas do PB tais como a próclise em início de sentença e a ausência de concordância verbal (3) e (4).

- (1) “Pasei a manhã muito agradável escrevendo a Você parece que estavas aqui”.
(Carta de Maria Rosa, com 70 anos, ao irmão Pe. Jerônimo, com 67 anos. MR. La Plata, 01.02.1948).

- (2) “Tal é o consaço, que me accomette, que devera já estar deitado afim de ver si concilio osonno e mesmo porque as 2 horas de amanha pela manhã devo estar já de pé tomando algum alimento e logo apoz descendo a serra da Tijuca, porem o *desejo de escrever-te e fingir que estou conversando contigo* são incentivos mais poderosos de que os meios hygienicos para eu não passar tão mal”. (Carta de João Pedreira do Couto Ferraz, com 51 anos, a sua filha Zélia, com 20 anos. RJ, 11.08.1877)
- (3) “[...] Minha saude é sempre pouca. *Te abraço com o maior carinho como tua tia e madrinha muito grata e amiga Mimi*”. (Carta de Maria Teresa de Jesus Bulhões Pedreira, Viscondessa de Duprat, com 49 anos, ao sobrinho Pe. Jerônimo, com 31 anos. RJ, 16.10.1912)
- (4) “[...] *É muitas graças do Céu não é verdade? Logo que possa lhe escreverei*”. (Carta de Maria Leonor, com 40 anos, a irmã Maria Joana, Jane, com 34 anos. PE, Olinda, 11.07.1920)

Considerando a reconstituição do perfil histórico-social de todos os redatores das missivas aliada ao fato de as cartas em questão serem íntimas, entendemos que seja possível a apreensão de traços da oralidade na produção escrita dos brasileiros cultos da família Pedreira Ferraz-Magalhães. Inspirados em Aguillar (1998), entendemos que seja possível descortinar aspectos da oralidade através da escrita, ainda que tenhamos de atentar aos traços da escrita que possam estar misturados aos da língua oral, o que conduz o linguista-pesquisador não só à apreensão do oral através da escrita mas também à descrição de traços da escrita informal de redatores letrados entre os séculos XIX e XX.

[...] A presença do oral na escrita é inegável, se intui, e às vezes é possível inclusive demonstrar-se: mas todo discurso é misto, impuro e do mesmo modo que a oralidade pode impregnar certos tipos de escrita, também as práticas de escrita podem infiltrar-se na oralidade [...]. (AGUILLAR, 1998, p. 239-240, tradução nossa)⁴

Nesse sentido, assumimos que as cartas dos Pedreira Ferraz-Magalhães, representantes de uma amostra criteriosamente organizada, possam conduzir e embasar análises voltadas à descrição da expressão escrita de brasileiros cultos nas realidades históricas oitocentista e novecentista. Passamos a uma breve síntese das amostras de cartas em análise neste texto (Quadro 1).

⁴ Do original: “[...] La presencia de lo oral en lo escrito es innegable, se intuye, y a veces puede incluso demostrarse: pero todo discurso es mixto, impuro, y del mismo modo que la oralidad puede impregnar ciertos tipos de escritura, también los modos escriturarios pueden infiltrarse en la oralidad [...]”.

Quadro 1: Síntese das amostras de cartas da Família Pedreira Ferraz-Magalhães em análise

Produção escrita (eixos de análise)	Dr. Pedreira (entre 50 e 70 anos)	Maria Elisa (entre 38 e 47 anos)	Maria Leonor (entre 33 e 46 anos)
Intervalo temporal	1876 a 1896 (20 anos)	1915-1924 (23 anos)	1913 a 1933 (20 anos)
Número de cartas	13 cartas	14 cartas	15 cartas
Díades sociais	pai-filhos	irmãos	irmãos

Fonte: Elaboração própria.

Trazemos à discussão parte das cartas da família Pedreira Ferraz-Magalhães que conduziu Rumeu (2013) ao trabalho de estruturação do seu estudo de painel (*panel study*) voltado às sincronias passadas (séculos XIX e XX) (cf. LABOV, 1994). A autora analisou o comportamento linguístico individual dos membros da família Pedreira Ferraz-Magalhães quanto ao emprego de *tu* e *você* a partir do estudo da produção escrita de cada um dos missivistas ao longo de suas vidas. Encaminhamo-nos assim pela análise contrastiva dos resultados desse estudo de painel em relação à dinâmica *tu/você* correlacionando-os às discussões das redes sociais (BERGS, 2012; CONDE SILVESTRE, 2007) dos redatores Dr. Pedreira (DP), Maria Elisa (ME) e Maria Leonor (ML). As netas do patriarca da família Pedreira Ferraz-Magalhães, ME e ML, mantiveram, no decorrer dos primeiros trinta anos do século XX, intensa comunicação através de cartas aos seus irmãos, atuando, pois, como redatoras adultas e idosas.

Em fins do século XIX, temos o testemunho escrito de *João Pedreira do Couto Ferraz*, que se correspondeu, entre 50 e 70 anos (velhice), com os seus filhos. O redator em questão, também chamado por *Dr. Pedreira* ou *Conselheiro Pedreira*, nasceu no Rio de Janeiro, a 10 de agosto de 1826. Concluiu, em 1848, na Academia de Olinda, o Curso Superior de Ciências Jurídicas. Encaminhou-se, a partir da indicação do Imperador Dom Pedro II, como *Môço da Câmara*, tendo sido promovido a *Veador da Casa Imperial* (Veador de Sua Majestade da Imperatriz e Conselheiro do Paço) e assumindo ainda, por mais de cinquenta anos, a função de *Secretário do Supremo Tribunal Federal* (cf. PEDREIRA DE CASTRO, 1960). Contraíu matrimônio com *Elisa Amália de Oliveira Bulhões*, também nascida no Rio de Janeiro, a 20 de março de 1834, com quem teve seis filhos. Dentre eles, temos *Zélia Pedreira de Abreu Magalhães*, que se casou com *Jerônimo de Castro Abreu Magalhães*. Do enlace matrimonial dos jovens *Zelia*⁵ e *Jerônimo*⁶, ambos nascidos no Rio de Janeiro, temos a geração de treze filhos, dentre os quais nove deles se encaminharam pela vida religiosa, em distintas ordens católicas do Brasil voltadas à “formação da mocidade” (cf.

⁵ A informante *Zélia* nasceu na casa dos avós paternos, Ingá (RJ), a 05 de abril de 1857.

⁶ O informante *Jerônimo* nasceu em Magé (RJ), a 26 de junho de 1851.

PEDREIRA DE CASTRO, 1960). De (5) a (7), ilustramos as menções nas cartas à vinculação das missivistas ao ensino no interior dos conventos.

- (5) “Querido Fernando. Ainda em Novembro, recebi sua cartinha em resposta a minha ultima e não lhe escrevi mais porque *estive passando alguns pontos dos exames finais* que deveriam ser prestados perante o Inspetor do Governo. Graças a Deus sahiram-se todos muito bem”. (Carta de ME, com 42 anos, ao irmão Fernando, com 26 anos, em 14.12.1919)
- (6) “Felizmente você está satisfeita com o *resultado dos estudos das alumnas*, e passa bem de saude”. (Carta de Fernando, com 28 anos, a irmã ME, com 44 anos, em Vals, 10.04.1921)
- (7) “Se achares bem me mande os nomes de *sua allunnas* para Nossa Senhora das Victorias [...]”. (Carta de Maria Leonor, com 41 anos, a irmã Maria Joana, com 35 anos, em Olinda, Pernambuco, 02.03.1921)

As redatoras *Maria Elisa Pedreira de Castro Abreu Magalhães* (ME) e *Maria Leonor Pedreira de Castro Abreu Magalhães* (ML) nasceram no Rio de Janeiro de fins do século XIX (1877 e 1880) e tornaram-se religiosas da Congregação Santa Dorotéia. Ambas tiveram a mãe (*Zélia*) como a responsável, em um primeiro momento, pela aprendizagem de línguas e ciências, passando, em um segundo momento, ao ensino formal no Instituto Santa Dorotéia, em Friburgo, cidade próxima a uma das residências da família (Petrópolis) (cf. PEDREIRA DE CASTRO, 1960, p. 8). A partir da 2ª metade do século XIX no Brasil (entre 1872 e 1920), dentre as “4600 escolas secundárias existentes, 60% pertenciam à Igreja e gozavam de enorme prestígio” (cf. NUNES, 2007, p. 492), como evidência de uma intensiva inserção de congregações católicas europeias na realidade brasileira da época.

2.3 Sobre as redes sociais: uma perspectiva de análise no âmbito da sociolinguística histórica

Para a análise proposta neste capítulo, considera-se relevante incorporar aos preceitos da Sociolinguística Histórica o conceito de *redes sociais*, discutidos desde Milroy e Milroy (1980/1987), a partir da releitura feita por Bergs (2005) para dados do passado. A ideia básica que permeia o conceito de redes sociais é a de que os usos linguísticos não são determinados apenas por fatores razoavelmente estáveis relacionados ao falante, como *gênero*, *idade*, *classe*, *educação* ou fatores relacionados à fala, como *registro*, *gênero* ou *estilo*. Os falantes também mantêm relacionamentos, formando sua *rede social pessoal* (cf. MILROY; MILROY, 1980/1987), pois estabelecem contatos com outras pessoas na comunidade em que vivem. Essas redes não são entidades fixas e estáveis, mas

agregados de relacionamentos relativamente flexíveis pelo número de contatos entre os seus membros e pela qualidade desses contatos na comunidade.

Adotar tal perspectiva é relevante se for levado em conta o princípio do *uniformitarismo*, que prevê a dinamicidade e a constância dos processos de variação e mudança, pois considera que processos observados no presente podem ajudar a entender sobre os processos no passado. Dito de outra forma, tem-se em mente que tudo o que acontece hoje, possivelmente, também aconteceu no passado e, do mesmo modo, tudo o que é impossível hoje deve ter sido impossível no passado. Obviamente é preciso reiterar que estamos conscientes – como mencionado anteriormente – de que não se pode transpor literalmente para realidades pretéritas um modelo teórico proposto para fatos do presente: alguns aspectos precisam ser revistos e adaptados.

O conceito de rede prevê diferentes padrões estruturais organizados a partir da sua *densidade* e dos *laços* que podem influenciar no comportamento de seus membros individuais nos processos de difusão de mudanças linguísticas. Se essa proposta é pertinente para o presente, certamente falantes/escrevantes do passado também participariam de diferentes estruturas de rede que poderiam influenciar no desenvolvimento de algumas mudanças historicamente comprovadas (TIEKEN-BOON VAN OSTADE, 2000, p. 211–212).

No que se refere à densidade, as redes sociais são tidas como **compactas** ou **densas** (*close-knit*) quando a maioria de seus membros se conhece mutuamente e mantém algum tipo de interação entre si em algum ponto da rede. Outras redes podem ser **menos trançadas** ou **mais difusas** (*loose-knit*), quando o conhecimento mútuo de todos os seus membros não é tão generalizado, ou seja, alguns indivíduos se relacionam entre si, mas nem todos se conhecem (CONDE SILVESTRE, 2007, p. 168).

Os tipos de *laços*, por sua vez, podem ser tidos como múltiplos (*multiplex*) ou únicos (*uniplex*). No primeiro caso, o indivíduo se relaciona com outra pessoa através de vários laços; no segundo, o indivíduo só estabelece um tipo de vínculo com outro indivíduo. A *multiplexidade* dos laços ocorre, por exemplo, quando um mesmo indivíduo X está ligado a outro em um lugarejo como sócio em um pequeno estabelecimento comercial, como seu vizinho e, ao mesmo tempo, pode ter uma relação de parentesco com o tal *sócio-vizinho*. Por hipótese, neste caso de redes muito unidas com vínculos fortes entre os indivíduos, a pressão normativa pode ser mais forte: os indivíduos recebem maior pressão dos membros da sua própria rede para manter a variedade linguística que utilizam normalmente, sendo hostis a influências externas (TIEKEN-BOON VAN OSTADE, 2006, p. 251). As redes como laços mais soltos (*monoplexas*, *uniplexas*) seriam mais comuns nas grandes cidades com indivíduos que conhecem muitas pessoas, mas cada uma delas atua em uma só função ou papel na rede. Isso ocorre, por exemplo, quando duas pessoas são apenas amigas de trabalho e não têm outros vínculos entre si, ou seja, não moram

no mesmo bairro, não são parentes e/ou não convivem fora do ambiente laboral. Neste último caso, os indivíduos estariam mais expostos a inovações linguísticas advindas de fora de seu grupo, fomentando a variação e a mudança linguísticas. A mobilidade dos membros acaba por propiciar o contato com outras redes sociais e, consequentemente, com outras normas de uso que influenciam a sua variedade linguística (TIEKEN-BOON VAN OSTADE, 2006, p. 251).

Em suma, redes de “laços soltos” facilitariam a mudança, enquanto “laços apertados” reforçam a manutenção da norma com os membros centrais da rede assumindo um comportamento mais conservador do que membros “pontes” ou periféricos.

No âmbito da linguística histórica, Bergs (2005, p. 44-47) distingue duas dimensões das redes sociais: a *dimensão estrutural* e a *transacional/atitudinal*. A primeira seria mais fácil de reconstruir do que a segunda, desde que se possa identificar “quem faz parte de uma determinada rede e quem está em contato com quem” (BERGS, 2005, p. 46). A dimensão estrutural captura a presença ou ausência das relações para observar se a rede é unida/compacta (*close-knit*) ou frouxa/difusa (*loose-knit*), além da densidade e da situação dos falantes no centro ou na periferia da rede. A dimensão transacional apresenta maior dificuldade analítica porque não é simples recuperar informações sobre as relações pessoais do passado, tais como periodicidade, intensidade, reciprocidade entre os falantes (escrevintes). Esses aspectos “dependem de facetas particulares ou íntimas e são baseados em noções, como família, parentesco, vizinhança, amizade, conhecimento, intimidade, que diferem de sociedade para sociedade e de período a período” (BERGS, 2005, p. 46).

Mesmo que tenhamos que adaptar tais noções para comunidades mais antigas em que o conceito de *norma* não é tão claro como na contemporaneidade, a perspectiva geral das redes pode ser importante para a compreensão da variação e da mudança. Por hipótese, como mostrou Bergs (2005), indivíduos que, por exemplo, viajam mais intensamente e que não pertencem fixamente a nenhuma comunidade seriam propícios a desenvolver sistemas linguísticos mais pessoais e inovadores. Eles poderiam mudar ou adotar seus comportamentos verbais em deliberados atos de identidade.

Assim, o estudo de Bergs (2005), feito com base nas cartas da família Paston de Norfolk (1421-1503) escritas em inglês medieval, nos dá pistas relevantes sobre a atuação das *redes sociais* em processos de mudança com dados do passado, como é o caso da proposta aqui apresentada. O autor estabelece uma “lista de verificação provisória” para o estudo das redes sociais em sincronias pretéritas que pretendemos utilizar. E mostra que os aspectos biográficos dos remetentes-destinatários das cartas analisadas por ele poderiam ser relevantes para a análise das estruturas prototípicas da rede (*unidas vs. soltas; laços fracos vs. fortes*) de cada membro da família Paston, favorecendo assim os processos de mudança. Entre os aspectos levantados, o autor elenca os seguintes

fatores que, associados à questão das redes, poderiam ser pertinentes na análise de um *corpus* constituído por cartas, como é o caso do estudo de Rumeu (2013). Os aspectos considerados são:

- a) Gênero do remetente: assim como ocorria no final da Idade Média inglesa, os homens que viveram nos anos oitocentos viajavam com mais frequência do que as mulheres e podiam estabelecer laços mais fracos e *uniplexos* em redes menos densas. Os homens poderiam assim estar mais expostos a inovações que se originam fora da comunidade;
- b) Educação e grau de alfabetização/letramento: quanto mais letrado o indivíduo, mais contatos e papéis sociais desempenha. O maior nível de escolaridade do indivíduo envolveria elos mais fracos e em redes menos densas;
- c) Local de residência: “quanto maior o local da vida, quanto mais relações o interlocutor tem, menos densa a rede parece ser e menos *multiplexa*” (BERGS, 2005, p. 73);
- d) Estado civil e grupo de referência: para ambos os sexos, o casamento provavelmente significaria menos vínculos, maior densidade e redes *multiplexas*, principalmente entre as mulheres, com maior tendência à manutenção da variedade linguística utilizada normalmente;
- e) Frequência e destinos de viagem: a mobilidade espacial pode ter sido muito maior do que geralmente se supõe. O *continuum* espacial (local-nacional-internacional) dos viajantes pode aumentar o número de elos (fracos) estabelecidos por um indivíduo bem como diminuir a densidade e a *multiplexidade* de suas redes, favorecendo o uso de formas inovadoras;
- f) Cargos profissionais assumidos e grupos temáticos. O primeiro refere-se ao “número de cargos de prestígio ou oficiais ocupados por determinada pessoa” (BERGS, 2005, p. 74): os laços aumentariam e a densidade da rede diminuiria proporcionalmente ao prestígio e à posição social. O segundo aspecto denota o pertencimento do falante a um ou mais grupos sociais ou institucionais, correlacionando-se com um maior número de elos de maior densidade;
- g) O contato com indivíduos de alto prestígio e líderes de inovações linguísticas aumentaria o número de elos (laços) unívocos fracos, enquanto o contato com indivíduos de baixo prestígio e falantes conservadores aumentaria o número de elos fortes e dificultaria a adoção de inovações linguísticas.

Em suma, tais aspectos levantados por Bergs (2005) para a análise do comportamento mais inovador ou conservador dos membros da família Paston nos parecem

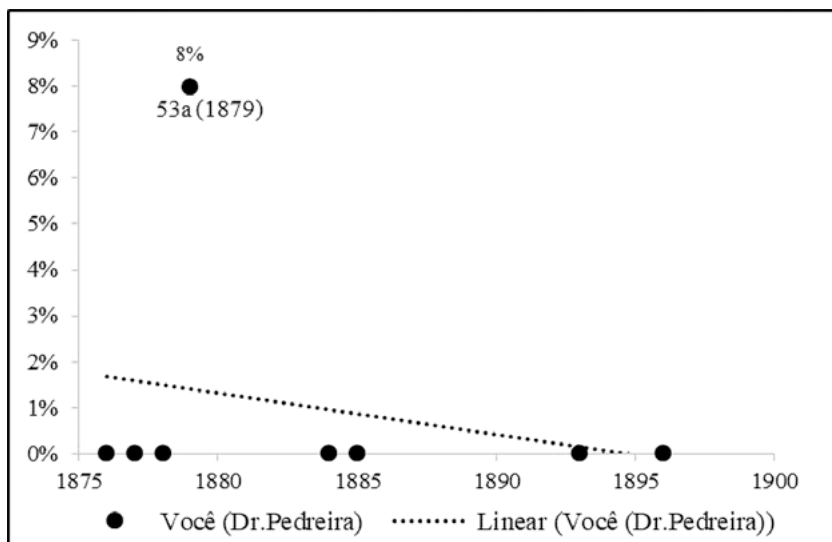
pertinentes à análise do tratamento em cartas escritas por membros da família Pedreira Ferraz-Magalhães. Nesse sentido, conjecturamos que os redatores em análise (DP, ME e ML) possam evidenciar, a partir de uma análise contrastiva dos seus comportamentos linguísticos, no decorrer de suas vidas, o encaminhamento das redes sociais densas (*close-knit*) ou difusas (*loose-knit*) como um fator influenciador da velocidade de inserção do *você* no sistema do PB.

3 ESTUDO DE PAINEL EM SINCRONIAS PASSADAS: O FOCO ESTÁ VOLTADO AO INDIVÍDUO E ÀS SUAS REDES SOCIAIS

O objetivo central do estudo realizado por Rumeu (2008) com os missivistas da família Pedreira-Ferraz era, naquele momento, mostrar a implementação de *você* no lugar de *tu* no PB, observando se os remetentes analisados se mantiveram estáveis ou instáveis ao longo de suas vidas quanto à difusão da forma inovadora. Para tanto, a autora acompanhou a distribuição das duas formas nas cartas produzidas pelos membros da família nas fases da vida identificadas em cada caso: juventude, adultez e/ou velhice. O nosso intuito, neste capítulo, entretanto, é observar os comportamentos linguísticos de alguns redatores (DP, ME e ML) estudados por Rumeu (2008) para identificar as possíveis motivações para a mudança de comportamento desses indivíduos no que se refere à alternância *tu/você*, observando outros aspectos não contemplados naquele estudo. Por sugestão da homenageada, Dinah Callou, o nosso objetivo é verificar se o local, a data das cartas, os destinatários e as idades dos redatores poderiam ter influenciado, de alguma forma, na mudança de comportamento identificada por Rumeu (2008). A proposta é observar se esses contextos permitem-nos depreender não só a dinâmica *tu/você* mas também as redes sociais densas (*close-knit*) ou difusas (*loose-knit*) nutridas entre os missivistas (cf. CONDE SILVESTRE, 2007, p. 167).

O primeiro missivista analisado na perspectiva das redes sociais das quais participava era DP, o patriarca dos Pedreira Ferraz-Magalhães. O Dr. Pedreira era um homem público e bastante letrado. Conduziu a sua trajetória acadêmica a partir da sua formação em Ciências Jurídicas (Curso Superior), em 1848, na Academia de Olinda, ingressando na esfera pública como *Môço da Câmara*, *Veador da Casa Imperial* e, por mais de cinquenta anos, como *Secretário do Supremo Tribunal Federal*. Em análise, temos 13 cartas desse redator à sua filha “Zélia” e, de um modo geral, aos seus “filhos”, produzidas tão somente no Rio de Janeiro, entre os anos de 1876 e 1896, período apenas de sua velhice. Nesse conjunto de cartas oitocentistas, observamos a preferência desse redator por *tu*, em 89% dos dados (39/44). No Gráfico 1, é possível visualizarmos panoramicamente o comportamento de DP em relação ao uso do *você* no decorrer de 20 anos da sua vida.

Gráfico 1: Produtividade de *você* na produção escrita de DP



Fonte: Elaboração própria.

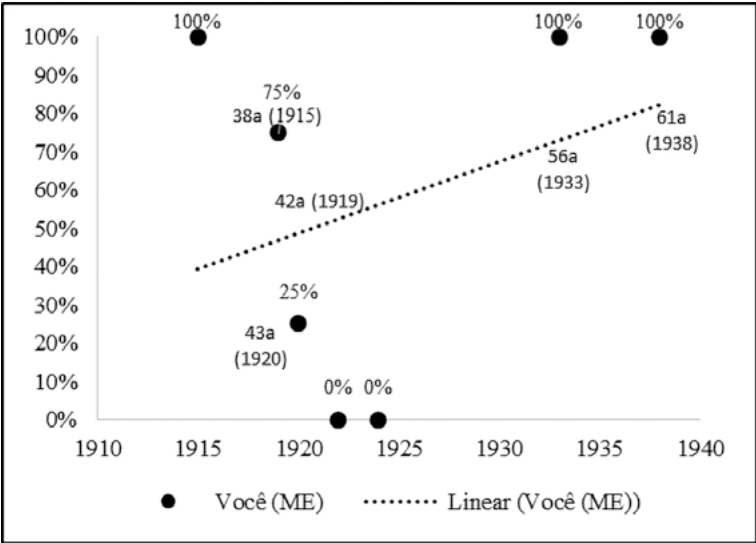
De um modo geral, observamos a estabilidade do redator, que se manteve propenso ao uso do *tu* para a referência ao sujeito de 2SG, confirmando os resultados de Lopes e Machado (2005), embasadas em cartas de brasileiros idosos da família Ottoni, que, nas relações íntimas familiares, em fins do século XIX, também preferiram o *tu*. Em (8), observamos que o redator, ao escrever exclusivamente à sua filha Zélia, fez uso do *você*, no contexto da intimidade da relação entre pai e filha em que tratou, por exemplo, do envio de encomendas a sua neta Maria Rosa (Rozinha).

- (8) “Desta vez como não foi remetida ou recém mandada por mim a caixinha de encomendas que tua Mãe mandou para festejar a Rozinha tem havido demora sendo provável que a esta ora já *Você* tenha recebido”. (Carta do DP, com 53 anos, a filha Zélia, com 22 anos. RJ, 16.07.1879)

A análise do desempenho linguístico do missivista DP, por um período de 20 anos (Gráfico 1), evidencia a retração do *você*. Tendo em vista o fato de que a produção textual de DP recobre tão somente o período da sua velhice, momento em que o autor parece ter se conservado mais recolhido ao espaço do Rio de Janeiro (local da produção das 13 cartas), é possível interpretarmos que a sua preferência pelo *tu* possa ter sido condicionada pelas suas redes sociais mais densas ao longo de sua velhice. Isso quer dizer que a ausência de deslocamentos territoriais e, consequentemente, a consolidação de redes sociais restritas a um mesmo núcleo de pessoas (*close-knit*) parece ter orientado o conservadorismo desse redator em relação ao *tu*, ao longo da sua velhice. Vejamos na

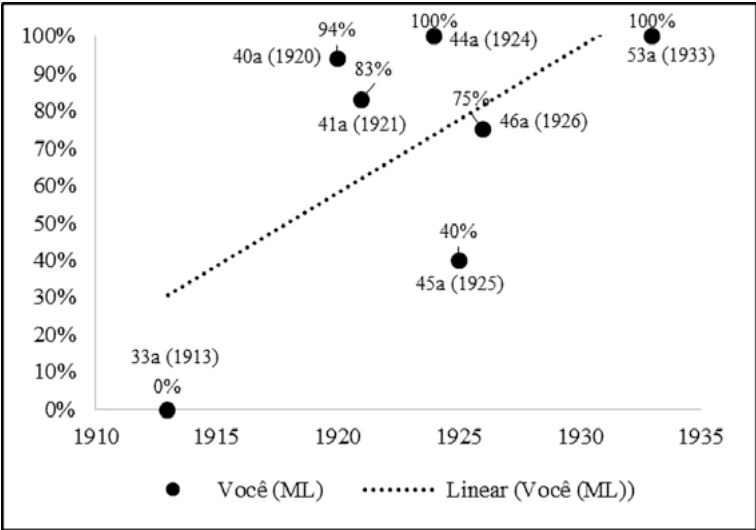
sequência o comportamento de duas mulheres pertencentes à família: ME (Maria Elisa) e ML (Maria Leonor):

Gráfico 2: Produtividade de *você* na produção escrita de ME



Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 3: Produtividade de *você* na produção escrita de ML



Fonte: Elaboração própria.

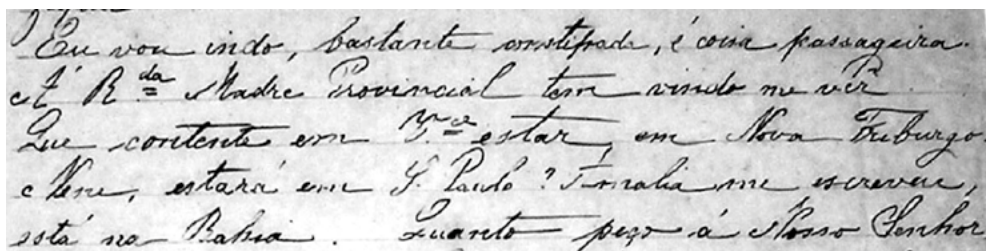
Diferentemente do que foi observado nas cartas do patriarca DP, as missivistas ME e ML mostraram-se propensas à expansão do *você* nas cartas aos irmãos. A

informante ME, durante a fase adulta (1915-1924), evidencia, entre os 38-47 anos, a sua preferência pelo *tu*, em 82% dos dados (51/62), voltando-se categoricamente ao *você* (10/10) na velhice, entre 56-61 anos de idade (1933-1938). Temos, em um intervalo de 14 anos da produção textual de ME (Gráfico 2), entre os anos de 1915 e 1938, um perfil de alternância *tu/você*, no momento de sua adultez, 100% (1915 - 38 anos), 75% (1919 - 42 anos), 25% (1920 - 43 anos), seguido pelo avanço progressivo do *você*, 100% (1933 - 56 anos) e 100% (1938 - 61 anos). Os contextos dessas produções textuais de ME estão orientados pela sua presença nos estados do Pará e Minas Gerais (Pouso Alegre), em sua adultez, e de Friburgo (Rio de Janeiro), em sua velhice, o que parece também impulsionar o fato de se tratar uma informante propensa às relações sociais mais difusas (*loose-knit*) em virtude dos contatos angariados pelos distintos deslocamentos em missões pelo Brasil.

Um encaminhamento semelhante é seguido pela redatora ML, que evidencia a implementação do *você* (Gráfico 3). Em um lapso temporal de 20 anos, através da análise de 15 cartas, observamos o avanço progressivo do *você* no decorrer da produção escrita de ML desde a adultez, em 78% dos dados (36/46), até a velhice, em seu uso categórico (4/4): 94% (1920 - 40 anos), 83% (1921 - 41 anos), 100% (1924 - 44 anos), 40% (1925 - 45 anos), 75% (1926 - 46 anos), 100% (1933 - 53 anos). Assim como observado em relação a ME, também ML tem as suas cartas produzidas nos distintos espaços brasileiros: Rio de Janeiro (Niterói) e Pernambuco (Olinda e Tamarineira). A opção pelo *você* para se referir aos irmãos coincide com suas redes sociais difusas e flexíveis (*loose-knit*), uma vez que essa missivista, diferentemente de seu avô, demonstrou ter transitado por distintos espaços brasileiros. Queremos assim dizer que as redadoras ME e ML parecem ter alargado as possibilidades de suas interações sociais, ao se deslocarem em viagens pelo Brasil, assumindo relações sociais difusas (*loose-knit*). Como já mencionado, as duas irmãs desempenharam atividades profissionais voltadas ao ensino em conventos fora do local de nascimento. Essa mobilidade espacial e profissional propicia um contato com outras redes sociais e, por consequência, com novas normas de uso que podem ter influenciado o seu comportamento linguístico.

A título de ilustração, trouxemos à análise o excerto (1) de trecho da carta de ML através do qual a redatora, ao escrever a ME, comenta sobre os deslocamentos das irmãs por distintos espaços brasileiros (Nova Friburgo, São Paulo e Bahia). Igualmente observamos, no excerto (2), o comentário de ML em relação aos destinos alcançados por seus irmãos em missão: Jane (São Luiz do Maranhão), Fernando (Bélgica), João Maria (Petrópolis), Jerônimo (Ceará).

Excerto 1: Fac-símile de trecho da carta de ML a ME e a sua transcrição

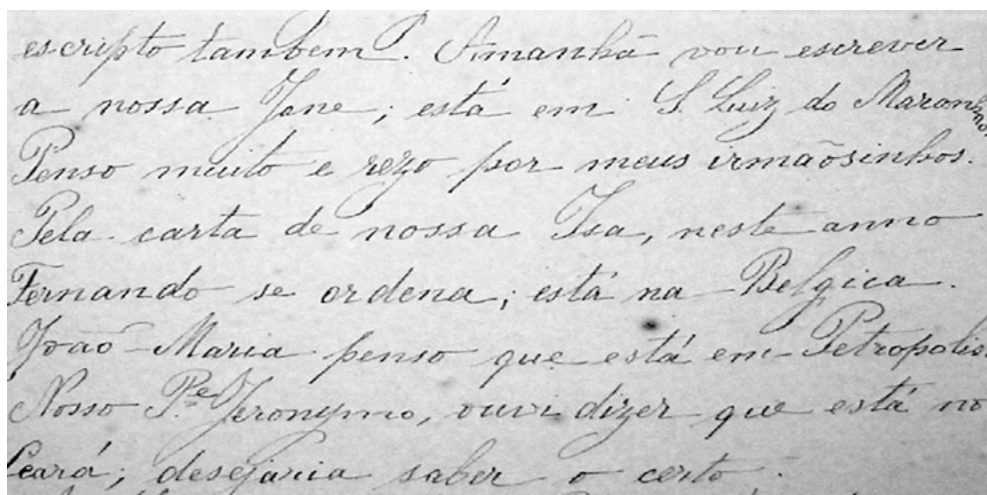


Eu vou indo, bastante constipada, é coisa passageira.
A R^{da} Madre Provincial tem vindo me vê.
Que contente em ^{me} estar em Nova Friburgo.
e Nene, estará em S. Paulo? Tinha me escrito,
está na Bahia. Quanto peço a Nosso Senhor.

Fonte: Acervo pessoal das autoras.

“[...] Eu vou indo, bastante constipada, é coisa passageira. | Á Reverenda Madre Provincial tem vindo me vê. | Que contente em Você estar, em Nova Friburgo. | e Nene, estará em São Paulo? Amalia me escreveu. | está na Bahia. [...]”. (Carta de ML a ME. Tamarineira (PE), 07.03.1933)

Excerto 2: Fac-símile de trecho da carta de ML à sua irmã MA e a sua transcrição



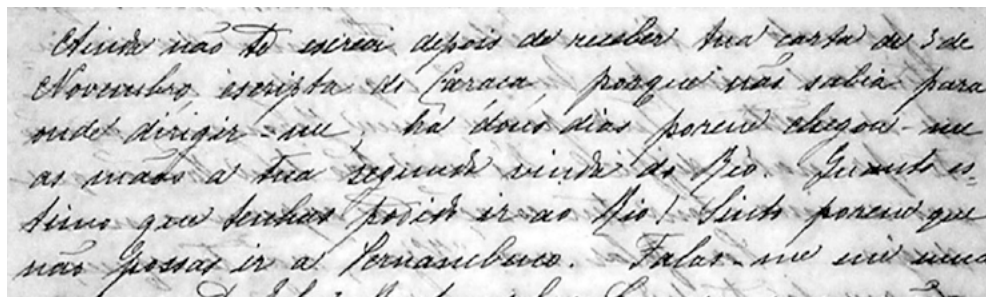
escripto também. Amanhã vou escrever
a nossa Jane; está em S. Luiz do Maranhão.
Penso muito e rezo por meus irmãosinhos.
Pela carta de nossa Isa, neste anno
Fernando se ordena; está na Belgica.
João Maria penso que está em Petropolis.
Nosso P. Jeronymo, ouvi dizer que está no
Ceará; desejaria saber o certo.

Fonte: Acervo pessoal das autoras.

“[...] Amanhã vou escrever | a nossa Jane; está em São Luiz do Maranhão. | Penso muito e rezo por meus irmãosinhos. | Pela carta de nossa Isa, neste anno | Fernando se ordena; está na Belgica. | João Maria penso que está em Petropolis. | Nosso Padre Jeronymo, ouvi dizer que está no | Ceará; desejaria saber o certo. [...]”. (Carta de ML a MA. Recife (PE), 13.01.1925)

No excerto (3), também verificamos que ME comenta sobre os deslocamentos do irmão Jerônimo em relação ao Caraça (Minas Gerais) e ao Rio de Janeiro, lastimando a impossibilidade da sua ida a Pernambuco.

Excerto 3: Fac-símile de trecho da carta de ME ao seu irmão Jerônimo e a sua transcrição



Fonte: Acervo pessoal das autoras.

“[...] Ainda não te escrevi depois de receber tua carta de 3 de | Novembro escripta do Caraça, porque não sabia para | onde dirigir-me; ha dous dias porem chegou-me | as mãos a tua segunda vinda do Rio. Quanto es- | timo que tenhas podido ir ao Rio! Sinto porem que | não possas ir a Pernambuco. [...]”. (Carta de ME ao irmão Jerônimo. Pouso Alegre (MG), 08.12.1922)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo de painel proposto por Rumeu (2008; 2013) volta-se ao acompanhamento do comportamento linguístico individual de um grupo de informantes unidos por laços familiares que mantiveram correspondências pessoais no decorrer de suas vidas (séculos XIX e XX). A peculiaridade da amostra permite um estudo de painel (LABOV, 1994) acerca da alternância *tu/você* em sincronias passadas, conduzindo à interpretação do 2º quartel do século XX (entre os anos 1925 e 1945) como o período em que o *você* se mostra mais produtivo, o que está em consonância com Duarte (1995) e Lopes e Duarte (2007). Nesse sentido, a autora também corrobora a hipótese de Soto (2007 [2001]), testada por Machado (2006) e Souza (2012), em relação ao século XX como o momento em que *tu* e *você* passam a competir deliberadamente no âmbito da informalidade. O estudo em questão evidencia o avanço do *você* no sistema pronominal e o recuo do *tu* entre os séculos XIX e XX. Nesse caminho, observamos atualmente a prevalência do *você* no espaço geográfico brasileiro e a vigência do *tu* não só em sua expressão oral (SCHERRE et al., 2015 [2009]) mas também em sua expressão escrita de sincronias passadas (COELHO et al., 2021).

Assim sendo, voltamos aos dados do estudo de painel de Rumeu (2008; 2013), que evidenciam, no período em questão, o encaminhamento da mudança linguística em favor da implementação do *você* com distintos padrões de comportamentos linguísticos individuais: ME, um padrão curvilíneo – uso de *tu/você* na adultez e de *você*, na velhice; ML, um padrão mais linear – prevalência do *você* na adultez e na velhice –, encaminhando-se em direção à incorporação do *você* no desenrolar do tempo. Por outro lado, DP evidencia um comportamento linguístico mais resistente em relação ao *você*, sobretudo em sua velhice.

A hipótese de que a velocidade da inserção do *você* poderia estar ligada às redes sociais dos redatores parece ser comprovada, visto que os redatores das sincronias passadas em análise apresentam comportamentos linguísticos distintos. À proporção que DP, missivista idoso, prefere o uso etimológico do *tu*, contextualizado por redes sociais mais densas (*close-knit*) tão somente marcadas pelos seus contatos restritos ao espaço do Rio de Janeiro, as missivistas ME e ML, por outro lado, evidenciam-se, em distintos níveis, propensas ao *você*, condicionadas por relações sociais ampliadas em redes sociais difusas (*loose-knit*) através das suas viagens em missões pelos conventos brasileiros em distintos estados (Minas Gerais, Rio de Janeiro, Pernambuco).

Por fim, acreditamos, instigadas por Milroy e Milroy (1980/1987), ter sido comprovada a conjectura inicial de que as redes sociais tendem a impulsionar ou frear a velocidade do encaminhamento de fenômenos de mudança linguística (cf. BERGS, 2005; 2012 e CONDE SILVESTRE, 2007), como é o caso da implementação do *você* em terras d'aquém mar.

REFERÊNCIAS

- AGUILLAR, R. C. Presencia de lo oral en lo escrito: la transcripción de las declaraciones en documentos indios del siglo XVI. In: OESTERREICHER, W.; STOLL, E.; WESCH, A. (ed.). *Competencia escrita, tradiciones discursivas y variedades lingüísticas: aspectos del español europeo y americano en los siglos XVI y XVII*. Tübingen: Narr, 1998. p. 219-242.
- BERGS, A. *Social network analysis and historical sociolinguistics*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2005.
- BERGS, A. The uniformitarian principle and the risk of anachronisms in language and social history. In: HERNÁNDEZ-CAMPOY, J. M.; CONDE-SILVESTRE, J. C. *The handbook of historical sociolinguistics*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2012. p. 80-98.
- COELHO, I. L. et al. Para a história do português brasileiro em Santa Catarina. In: COELHO I. L. et al. (org.). *Aspectos sócio-históricos e linguísticos do português escrito em Santa Catarina nos séculos XIX e XX*. 1. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2021. p. 27-75.
- CONDE SILVESTRE, J. C. *Sociolinguística histórica*. Madrid: Gredos, 2007.
- D'INCAO, M. Â. Mulher e família burguesa. In: PRIORE, M. D. (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 223-240.
- DUARTE, M. E. L. *A perda do princípio 'evite pronome' no português brasileiro*. 1995. 140f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

- ELSPASS, S. The use of private letters and diaries in sociolinguistic investigation. In: HERNÁNDEZ-CAMPOY, J. M.; CONDE-SILVESTRE, J. C. *The handbook of historical sociolinguistics*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2012. p. 156-169.
- HERNÁNDEZ-CAMPOY, J. M.; SCHILLING, N. The application of the quantitative paradigm to historical sociolinguistics: problems with the generalizability principle. In: HERNÁNDEZ-CAMPOY, J. M.; CONDE SILVESTRE, J. C. *The handbook of historical sociolinguistics*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2012. p. 63-79.
- LABOV, W. *Principles of linguistic change*. v. 1: Internal factors. Cambridge: Blackwell, 1994.
- LOPES, C. R. S.; DUARTE, M. E. L. Notícias sobre o tratamento em cartas escritas no Brasil dos séculos XVIII e XIX. In: RAMOS, J. M.; ALKIMIM, M. A. (org.). *Para a história do português brasileiro: estudos sobre mudança linguística e história social*. v. 5. Belo Horizonte: UFMG, 2007. p. 329-357.
- LOPES, C. R. S.; MACHADO, A. C. M. Tradição e inovação: indícios do sincretismo entre a segunda e a terceira pessoas nas cartas dos avós. In: LOPES, C. R. S. (org.). *A norma brasileira em construção*. Fatos linguísticos em cartas pessoais do século 19. Rio de Janeiro: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, 2005. p. 45-66.
- MACHADO, A. C. M. *A implementação de “você” no quadro pronominal: as estratégias de referência ao interlocutor em peças teatrais no século XX*. 2006. 237f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- MILROY, J.; MILROY, L. *Language and social networks*. Oxford: Blackwell, 1980/1987.
- NUNES, M. J. R. Freiras no Brasil. In: PRIORE, M. D. (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 482-509.
- PEDREIRA DE CASTRO, Pe. J. *Zélia ou Irmã Maria do SS. Sacramento*. Vida exemplar de uma mãe cristã, que terminou seus dias junto a Jesus Sacramentado. 7. d. Petrópolis: Vozes, 1960.
- ROMAINE, S. *Socio-historical linguistics: its status and methodology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.
- RUMEU, M. C. B. *A implementação do ‘você’ no português brasileiro oitocentista e novecentista: um estudo de painel*. 2008. 276f. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- RUMEU, M. C. B. *Língua e sociedade: a história do pronome “você” no português brasileiro*. Rio de Janeiro: Ítaca, 2013.
- RUMEU, M. C. B.; CALLOU, D. M. I. A implementação do “você” no português brasileiro: evidências da língua escrita. *Working Papers em Linguística (online)*, v. 22, p. 192-211, 2021.
- SCHERRE, M. M. P. et al. Variação dos pronomes “tu” e “você”. In: MARTINS, M. A.; ABRAÇADO, J. (org.). *Mapeamento sociolinguístico do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2015 [2009]. p. 133-172.
- SOTO, E. U. M. S. *Cartas através do tempo: o lugar do outro na correspondência brasileira*. Niterói: Ed. da UFF, 2007 [2001].
- SOUZA, J. P. F. *Mapeando a entrada do “você” no quadro pronominal: análise de cartas familiares dos séculos XIX-XX*. 2012. 148f. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- TIEKEN-BOON VAN OSTADE, I. Social network analysis and the history of English. *European Journal of English Studies*, v. 4, n. 3, p. 211-16, 2000.
- TIEKEN-BOON VAN OSTADE, I. English at the onset of the normative tradition. In: MUGGLESTONE, L. (ed.). *The Oxford history of English*. Oxford: Oxford University Press, 2006. p. 240-73.

CHANGES OR FOSSILS IN THE PRONOMINAL SYSTEM IN BRAZILIAN PORTUGUESE: THE CASE OF THE THIRD PERSON

Maria Eugênia Lammoglia Duarte (UFRJ/CNPq)

Mary Aizawa Kato (UNICAMP/CNPq)

1 INTRODUCTION

The variety of Portuguese spoken in Brazil (BP) has been shown to be undergoing substantive changes in its grammar since the beginning of the nineteenth century. Three of them involve the pronominal system:

(a) substantial decrease of referential null subjects (DUARTE, 1993; 1995):

(1) Ø chegou tarde → **Ele** chegou tarde

arrived late → He arrived late

'He arrived late'

(b) loss of third person accusative clitic *o/a* and the consequent introduction of non-clitic suppletive forms *ele/ela* (he/she) (KATO, 1993; CYRINO, 1994):

(2) O Pedro não **o/a** viu → O Pedro não viu **ele/ela**

the Pedro not him/her saw → the Pedro not saw he/she

'Pedro hasn't seen him/her'

(c) loss of third person dative clitic (**lhe**), with its replacement by non-clitic suppletive forms:

(3) O Pedro *lhe* deu um carro novo → O Pedro deu um carro novo *pra ela*
the Pedro her gave a car new → the Pedro gave a car new to she
'Pedro gave her a new car/gave a new car to her'

and (d) the replacement of the weak pre-nominal possessive **seu/sua** for the post-nominal forms **dele/dela** (OLIVEIRA E SILVA, 1982; 1996; CERQUEIRA, 1993) when the possessor is the referential third person¹:

(4) O Pedro trouxe **sua** mala → Pedro trouxe a mala **dele**
the Pedro brought his bag → Pedro brought the bag of he
'Pedro brought his bag'

Four distinct forms ($\emptyset$, **o/a**, **lhe**², and **seu/sua**) can be said to have been collapsed into a single form (**ele/ela**), with referential antecedents³. The change did not affect only the 3rd person singular, but also the plural persons. We abstain from adding the plural forms here since they are parallel.

In this paper we will study these changes, which affected the third person referential pronouns, and will claim that they may be 'embedded' in the change that affected BP regarding the setting of the null subject parameter and the clitic system (KATO, 1999). But before we present our analysis, based on the "change hypothesis", we will examine a different possibility, namely, of considering the pronouns **ele/ela/dele/dela** as originated from a much older period. This line finds support in studies that claim that instead of innovation in BP, what we have is the preservation of much older forms, which belonged to popular or rural dialects brought by the Portuguese (see NARO; SCHERRE, 2003).

In the second section, we will present previous empirical description of the changes observed in the 19th and 20th centuries. The third part contains our theoretical assumptions. We will consider the possibility of tracing the pronouns **ele/ela/dele/dela** to Old Portuguese (OP) using historical studies by Said Ali (1964 apud CASTILHO, 2005), Huber (1933 apud CASTILHO, 2005) and Castilho (2005).

¹ The possessive *seu/sua* have been preserved for the indirect second person, which is grammatically third person: *Você trouxe sua mala?* 'Have you brought your bag?'.

² A diachronic analysis of the loss of 3rd person dative **lhe** can be seen in Fernandes (2017).

³ However, the old forms, except for the clitic, can be said to have been retained with non-referential antecedents: null subjects for non-referential subjects (DUARTE, 1995), and the weak forms for non-referential possessors (OLIVEIRA E SILVA, 1982; MENUZZI, 1996).

The fourth section will contain our theoretical analysis. Our claim will be that the forms **ele/ela** in object position are related to the change in the null subject parameter, but the possessive forms **dele/dela** are part of the grammar of older periods.

2 CHANGES IN THE RECENT PAST

The Theory of Parameters is today a strong tool to describe and explain diachronic change since it predicts that the change in one property of a parameter may also trigger changes in the other properties of the same parameter (CHOMSKY, 1981). BP grammar provides evidence for the change in the Null Subject Parameter (NSP), as three of its properties have been shown to have started changing in the second half of the 19th century: a) the loss of the “avoid pronoun” principle, b) the loss of free inversion⁴, and c) the loss of the long movement of clitics (see KAYNE, 1984)⁵.

- | | |
|--|--|
| <p>(5) a. O João_i disse que Ø_i vai telefonar
 <i>'the João said that (he) will call'</i></p> <p>b. Vai telefonar um cliente
 <i>'will call a client'</i></p> <p>c. A Maria não me vai telefonar
 <i>'the Maria not me-1pcl will call'</i></p> | <p>(5') a. O João_i disse que ele_i vai telefonar
 <i>'the João said that he will call'</i></p> <p>b. Um cliente vai telefonar
 <i>'a client will call'</i></p> <p>c. A Maria não vai me telefonar
 <i>'the Maria not will me-1pcl call'</i></p> |
|--|--|

However, in Tarallo's (1983) seminal work, he observed a strange change correlation in BP, starting in the 19th century: while null subjects started to decrease, object clitics started to be dropped.

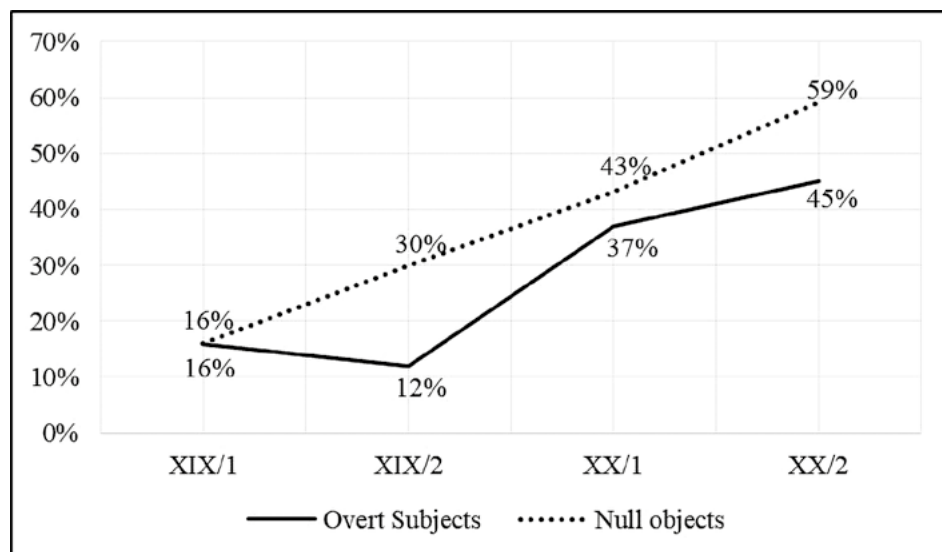
- (6) a. O que é que o Pedro fez com o carro?
what is that the Pedro did with the car?
'What has Peter done with the car?'
- b. Ø levou-o para consertar ⇒ b'. **Ele** levou Ø para consertar
Ø took-3p. clitic to repair *he took Ø to repair*
'He took it to the mechanic'

⁴ Like the decrease of null subjects, this change is also selective, still attested with unaccusative verbs (BERLINCK, 2000). However, more recent research shows that SV is preferred with definite/human referents even to expressthetic judgement (see SANTOS; SOARES DA SILVA, 2012).

⁵ Here again we have one exceptional context: the complex verb constructions with auxiliaries *ter/ser* and a participle, where we still have the long movement of the clitics (see CYRINO, 1993; PAGOTTO, 1993). However, newspaper writing already shows the clitic pre-posed to the thematic verb, a Brazilian innovation “Até agora ele tem [o convencido] a não mexer em nada” (*So far, he has [him convinced] to not change anything*).

Figure 1 (adapted from Duarte, 1993 and Cyrino, 1993, both works based on popular plays) shows the increase of overt referential subjects parallel to the increase of referential null objects:

Figure 1: Overt subjects and null objects in popular theatre plays across two centuries



Source: Own creation, adapted from Duarte (1993) and Cyrino (1993).

The correlation found is strange because the Null Subject Parameter (NSP) says nothing about the phonological spelling or non spelling of the objects. On the other hand, the Null Object Parameter (NOP), as formulated by Huang (1984), predicts that Null Object (NO) languages may also have null subjects. What happened in BP was something unpredicted: as it started to become a non NS language, it became a NO language⁶.

But that was not the only change in the type of objects that BP innovated. In the same period, we observe the emergence of the non-clitic pronouns **ele/ela/eles/elas**, as objects, in variation with the null object.

⁶ Nunes (1993) provides an explanation for the correlation between the loss of long distance movement of clitics and the appearance of the null object in BP. During the NS period, cliticization was phonologically to the left, with no restriction to the type of word-negation, wh-word, quantifier, etc. When none of these attractors was present, the clitic appeared enclitic to the main verb, thus obeying the cliticization direction. Direction of cliticization changes to the right in the 19th century and the clitic appears prefixed to the main verb. When there is nothing to the left of the verb, the clitic has to appear in sentence initial position, which poses no problem when the clitic has the CV pattern. With the third person clitic **o/a**, which has no *onset*, what happened was that it became null. The reason why the other Romance languages which are generally proclitic have no Null Object can be explained by the fact that their third person clitics have the consonantal *onset* **lo/la/le**. This hypothesis should, however, be reviewed, because third person dative clitic **lhe(s)** and the indefinite clitic **se**, in spite of the presence of a consonantal *onset*, have also collapsed, along the 19th and the 20th century, at the same rates attested for the accusative clitic (DUARTE et al., 2021).

(7) a. O que aconteceu com esse carro?

'what happened to this car?'

b. O dono encontrou (**ele**) abandonado no parque

'the owner found (it) abandoned in the park'

Table 1, adapted from Cyrino (1993), shows that the tonic pronoun (nominative *ele* in accusative function) appears in the middle of the 19th century, begins to increase in the turn of the century, reaching 44% in the play written in 1973, against 4% of occurrences of the third person clitic *o*.

Table 1: Clitics and tonic pronouns across the time (%)

Period	clitic 1st. p.	clitic 2nd. p.	clitic 3rd. p.	clitic neutral	tonic 1st. p.	tonic 2nd. p.	tonic 3rd. p.
16th/I	29	29.4	34.8	6.8	-	-	-
16th/II	30.6	12.6	43.3	13.5	-	-	-
17th	20.3	16.4	52.3	11	-	-	-
18th/I	36.5	19.3	37.8	6.4	-	-	-
18th/II	40.1	15.8	37	7.1	-	-	-
1838-44	32.5	10.7	51.2	5.1	-	-	0.5
1857	23.3	11.4	57.9	2.8	0.6	-	4
1891	15.9	12.1	48.1	2.8	-	-	11.1
1940	49.1	22.4	26.7	-	0.9	-	0.9
1960	51.1	-	16.3	-	2.2	11.9	18.5
1973	28	24	4	-	-	-	44

Source: Own creation, adapted from Cyrino (1993, p. 175, Table 10).

However, no theoretical account has appeared about the correlation between the loss of the null subject and the appearance of the non-clitic pronouns in object position, presuming that there is such a correlation.

The third “change” in BP that we want to account for is the replacement of the postnominal prepositional forms **dele/dela** by the pronominal possessives **seu/sua/seus/suas**. Oliveira e Silva (1982) shows that in the 17th century **seu/sua** and **dele/dela** were already in variation for the third person reference, which suggests that Modern BP possessive **dele/dela** is independent of **ele/ela** in object position.

Table 2: Use of **dele/dela** vs **seu/sua**

17th	18th	19th	20th
48/236 (20%)	55/219 (25%)	23/325 (7%)	314/2228 (14%)

Source: Own creation, adapted from Oliveira e Silva (1982, p. 180; 185).

(8) **a.** ... em Camara se juntarão os oficiais della (17th century)

... in *Chamber self-cl will-join the officials of it-fem*

b. então você não passou de uma aventura na vida dele (20th century)

so you not passed of an adventure in-the life of-he

Oliveira e Silva's (1982) data also show that the possessive *dele/dela* already exhibited a change that would progress in Modern BP, contrary to what would be observed with respect to non-animate referents in object position, still resistant, but not rare, with overt pronouns.

3 THE THEORETICAL ASSUMPTIONS

3.1 Strong and weak pronouns

Following Cardinaletti and Starke (1994) and Kato (1999), we will propose that all languages have strong pronouns, which can present different case forms – dative in French, accusative in English, and nominative in Spanish and other null subject languages.

The following are properties of strong pronouns: a) they can be modified; b) they can participate in a coordination relation; c) they cannot appear in Spec,TP; d) they can occupy a peripheral A'-position:

(9) **a.** Only HIM has declared his vote

b. John and HIM have arrived

c. *HIM has arrived

d. HIM, people said he arrived

Kato (1999) adds the predicative position and the second term of a comparison as additional structures for the exclusive contexts for strong pronouns.

(10) **a.** It's HIM

b. I am bigger than HIM

Cardinaletti and Starke (1994) distinguish three types of pronouns: strong, weak and clitic. Null subjects (NS), considered a *pro*, would be the weak pronoun in NS languages. Kato (1999; 2002) makes an initial split between strong and weak forms and claims that weak pronominals can be one of three types: a) free pronouns, like in German or English⁷; b) clitics like in Northern Italian dialects; or c) agreement affixes, as in Italian and Spanish, or the so-called NS languages. As in NS languages the weak subject pronoun is the agreement affix itself, when there is a subject it is a strong pronoun and it is placed in the periphery just like the strong pronouns in non-NS languages. This becomes clear when we have subject doubling:

(11) **a.** MOI_i [je_i l'ai vu hier]

b. ME_i [I_i saw him yesterday]

c. EU [v-i_i o ontem]

When doubling occurs with the object, French and English retain the same form of strong pronouns, but European Portuguese resorts to the oblique forms⁸:

(12) **a.** MOI [il m'a vu hier]

b. ME [he saw me yesterday]

c. A MIM [ele viu-me ontem]

Cardinaletti and Starke (1994) and Britto (2000) consider that strong pronouns are always [+animate], as opposed to weak pronouns, which can be [+animate] or [-animate], as can be seen in French, a language that has different forms for strong and weak pronouns.

(13) **a.** LUI, je l'ai vu

b. *IL, je l'ai vu

As in BP the strong and weak forms are quasi-homophonous, the type of pronoun is not immediately visible.

(14) **a.** ELA, eu vi (ela) na Sears (ela = Maria)

'SHE, I saw (she) in the Sears'

⁷ Cardinaletti and Starke (1994) consider that the nominative form is the case of English strong pronouns, but looking at the vernacular forms, what we really have is the accusative.

⁸ Brazilian Portuguese would prefer: 'EU, ele me viu ontem'.

- b. *ELA**, eu vi (ela) na Sears (ela = table)
'SHE, I saw (she) in the Sears'

3.2 Residual forms from the remote past?

Recent developments in Brazilian sociolinguistics have brought into discussion the possibility of attributing the so-called innovative aspects of Brazilian grammar to features that were brought by speakers of European Portuguese (EP) popular or rural dialects (see NARO; SHERRE, 1996).

In order to check whether the changes that we are focusing on cannot have their eventual origin in older phases of Portuguese, we decided to check with historical grammarians whether the contemporary facts, or their seeds, could not be found in old texts. We will call this perspective as the “non-innovative” hypothesis.

Said Ali (1964 apud CASTILHO, 2005) shows us that Medieval Portuguese allowed the non-clitic pronoun *elle/ella* to appear as **emphatic** direct objects. Notice, moreover, that in the third example the object is governed by a preposition.

(15) **a. Leixarei *elle***

(I) will leave he

b. El, amiga, achei eu

he, friend, found I

c. Viu-me a *mim* e não a *ele*

(You/she/he) saw-me to me and not to he (SAID ALI, 1964 apud CASTILHO, 2005)

But in a context with coordination, shown in example (16), we often find **ele/ela** as object⁹:

(16) **a. Senhor, por Santa Maria / mandad' ante vós chamar / *ela e min* algum dia**

Mylord, for Saint Mary / order before you to call / she and me-obl some day

b. Contando como cativarom *elle* e os outros oito

telling how attracted he and the other eight

Castilho (2005)¹⁰ finds non-clitic forms as objects, in variation with clitics:

⁹ We thank Ilza Ribeiro for the examples in (16).

¹⁰ Castilho's study was centered on locative clitics in Medieval Portuguese, and their role in the formation of periphrastic forms in Portuguese.

(17)... doulas en tal condizõ a Sancta Maria que eu tena **ellas** en mina vida (13th century)

... (*I*) *give-them in such condition to Saint Mary so that I have they in my life*

Though a construction with **ele/ela** as direct object was possible before the 15th century, they often seem to have appeared in contrast with other tonic pronouns without the preposition, a phenomenon we do not find in BP¹¹:

(18)a. Segure **mim** e meus portos (SAID ALI, 1964 apud CASTILHO, 2005)

hold me-obl and my harbors

b. Eu non temo **ty** (HUBER, 1933 apud CASTILHO, 2005)

I not fear you-obl

c. E o senhor disse... que enforcariam **ell** (HUBER, 1933 apud CASTILHO, 2005)

and the man said... that woul-hang he

According to Castilho (2005), from the 15th century on, these constructions would require a preposition just like in Modern EP:

(19)a. Segure **a mim** e meus portos

hold to me-obl and my harbors

b. Eu não temo **a ti**

I not fear to you-obl

c. E o senhor disse que enforcariam **a ele**

and the man said that would-hang to he

Another context where the tonic forms, except for **ele/ela** in Medieval Portuguese in (20a), are different from Modern Portuguese is the comparative clause (20b):

(20)a. Porque mataste aquele mouro que era melhor que **ti (mim, ell)** (SAID ALI, 1964 apud CASTILHO, 2005)

... *because (you) killed that Moor who was bether than you-obl (me-obl, he-nom)*

b. Porque você matou aquele mouro que era melhor que **tu/eu/ele** (BP/EP)

... *because you killed that Moor who was better than you/I/he*

¹¹ In some dialects, BP has the possibility of preposition drop of the indirect object, in a phenomenon similar to dative shift in English, which may be a residue of the Medieval phenomenon: (i) *Eu dei o papai um livro* ('I gave Daddy a book'); (ii) *Eu dei ele um livro* ('I gave he a book').

Summing up, **ele** and **ela** in Medieval Portuguese seem to differ from Modern BP because: a) they are often emphatic; b) they could enter into a paradigm with **mim/ti**, and could optionally drop the preposition, a possibility that disappears in the 15th century; and c) they could appear in coordination and as the second member of a comparison, which are contexts of strong pronouns.

The only case that we may consider **ele** as a weak form is in example (15a). In Modern BP, on the other hand, **ele/ela** have an unrestricted distribution, appearing as both strong and weak pronouns.

As for possessive **seu/sua** and **dele/dela**, we found the following facts in OP:

a) the weak forms **seu/sua** are the regular 3rd person forms used for possessives:

(21) a. E ao terceiro dia partio-se a **sa** alma do **seu** corpo. (Flos)
and on the third day left-cl the its soul of its body

b. Em outro dia, soterraram o **seu** corpo assi como era de costume
on another day (they) buried the its body as how was usual

c. E disserom **seu** padre e **sa** madre (Flos)
and said his/her father and his/her mother

b) **dele(s)/dela(s)** appear in doubling constructions with the weak **seu/sua**, in which case, the possessor is [+human]:

(22) a. E porque ele nunca quis consentir a **seu** rogo **deles** que a visse
and because he never wanted to consent on their request of them that her saw

b. ca salvam **sas** almas **deles** e o outro porque... (Flos)
because save their souls of-them and the other because...

c. **dele(s)/dela(s)** appear without doubling when an adverbial complement, with *d-* as the governing preposition like any other preposition:

(23) a. Que vos direy tantas havia de boas manhas
that (to) you (I) will say so many there-were of good ways

que nō havia frade **derredor dele**
that not were priests around of-him

b. e fez em ela sa morada (Flos)
and made in it its (or his?) dwelling

These findings show that in OP **dele/dela** appeared in contexts of strong pronouns, except when it was an adjunct PP. However, according to Oliveira e Silva's (1982) data,

in Classic Portuguese, **dele(s)/dela(s)** could already appear in variation with **seu(s)/sua(s)**, a finding that excludes treating them on a par with the object pronouns **ele/ela**.

4 OUR ANALYSIS

4.1 Our empirical findings for Modern BP

The results of our comparative studies for the use of overt subject **ele** vs null subject, object **ele** vs null object, and possessive **dele** vs **seu/sua** are shown in the tables in the Appendix. Percentual results confirm the preference for **ele** subject, null objects, and possessive **dele**. Animacy and definiteness, however, play an important role in each choice. The pronoun **ele** is strongly favored by [+animate] referents, either as subject:

(24) a. **Ela** ganha bem, mas eu acho que **ela** devia ganhar mais porque **ela** merece
(Dav42-80)

She earns well, but I think she should earn more because she deserves

b. Eu tinha um jipe de guerra. Ø Era o meu carrinho (Ago33-99)

I had a jeep of war. Was the my little car

or as object:

(25) a. Tem a Dona Elisa, professora de Inglês, não suporto **ela** (Adr63-80)

there is the Mr. Elisa, teacher of English, not stand she

b. A garota não sabe sequer ler Ø, recebe carta de colega, a mãe que tem que lê Ø para ela (San39-80)

the girl not can even read, gets letter from friend, the mother that has to read for her

In the same way, possessive **dele** prefers definite antecedents and **seu** quantified, indefinite referents:

(26) A Bárbara levantou, rasgou a prova **dela**. Cada um foi lá, procurando **sua** prova e rasgando! (Fat23-80)

the Bárbara stood, tore the test of-she. Each one went there looking for his test and tearing (it) into pieces!

Ele and **dele** can also appear with inanimate (27a, b) and indefinite antecedents (27c):

- (27) a. O time perdeu porque **ele** entrou muito displicente, de salto alto (JV26-99)
the team lost because he entered (the fiel) very unattentive, in high-heeled shoes
- b. Eu vou comprar um armário e colocá **ele** aqui
I go buy a closet and place he (it) here
- c. A pessoa vem, tenta te oferecê o serviço **dela** (San39-99)
the person comes, tries to you-cl offer the services of she

The most important innovation with regard to old uses of **ele/ela** is that they can be [$\pm$ animate]. With regard to **dele/dela** they are preferred for definite possessors, while **seu/sua** seem to become restricted to indefinite and quantified possessors, as has been already observed by Oliveira e Silva (1982; 1996) and Negrão and Müller (1996). However, younger generations already prefer **dele/dela**, even with quantified or indefinite DPs:

- (28) a. Cada aluno leva o material **dele**
each student takes the objects of-he
- b. Uma criança não gosta de emprestar os brinquedos **dela**.
a child not like of lend the toys of-she

4.2 Theoretical interpretation

With the loss of the agreement affix as a weak pronominal, BP creates a paradigm of weak pronouns (KATO, 1999), different from the agreement affixes¹², namely free pronouns, homophonous clones of the strong **ele/ela**, and as such without the restriction pointed above for the strong ones¹³. This shows why in Duarte's (1995) data the decrease of null subjects is accompanied not only by overt subject pronouns, but also by subject doubling of the sort in (29):

- (29) d. **ELE** [ele viu a Maria ontem].
'HIM, he saw Mary yesterday'

Instead of assuming, as in Kato (1999), that such weak pronouns have inherent nominative case, we claim that this new paradigm has no case features, and have any

¹² Even when they show some morphological distinction, they are inert for checking purposes.

¹³ This animacy restriction shown in Galves (2001) does not seem to be so clear-cut in BP, as in Italian, where LUI seems to have such restriction. **ELE/ELA**, on the other hand, can be a strong pronoun and designate non-human beings: (i) **É ELA!** (pointing to a motorcycle, which is feminine in Portuguese); (ii) **Só ELA** me consome todo o meu salário (speaking of one's motorcycle).

case added in the numeration, just like nouns. Recall that the change in the paradigm was triggered by the introduction of *você*, for the addressee, and *a gente*, for the first person plural, both nominal forms. If these pronouns have case attributed/checked structurally, like nouns, they can appear in any context where there is a case checker: a) in subject position; b) in object position; and c) as an object of a preposition:

(30) a. [_{IP} **Ele** vai [ver a criança]
he will see the child

b. [A Maria vai [ver **ele**]
the Maria will see he
'Maria will see him'

c. A Maria precisa [**dele**]
the Maria needs of he
'Maria needs him'

Moreover, being weak pronouns, they do not pose any restriction regarding animacy. This proposal shows that the collapsing of different weak forms (the agreement affix and the clitic) can be attributed to the creation of the new paradigm of weak pronouns in BP, which was triggered by the impoverishment of agreement in the system. A fact that points in this direction is that children use even the first person in the non-oblique form as an object pronoun, making subjects and objects absolutely symmetrical:

(31) a. **Eu** lembro
I remember

b. **Ocê** lembra
you remember

c. **Ele** lembra
he remembers

(31') a. Lembra **eu** hoje
remind I today

b. Lembra **ocê** hoje¹⁴
reminded you today / remembered you today

c. Lembra **ele** hoje
remind he today / remember he today

As for the possessive **dele/dela** what may have occurred was that the possessive forms entered to the same paradigm as Preposition Complements, which, since OP, was seen to have the non-clitic form. But more research is needed in this respect.

¹⁴ The genitive form: “a mãe d’**ocê**” is still stigmatized and speakers prefer the old second person possessive “**tua** mãe/sua mãe” (your mother). The structure is, however, attested in some regions (Os filhos d’ocês são teimosos – The children of you are stubborn).

5 APPENDIX

Table 3: Overt vs null subjects according to the semantic features of the referents

Features	[+ani +specific]	[-ani +specific]
Period	Overt/Total	Overt/Total
Circa 1840	28/99 (28%)	0/12 (0%)
Circa 1880	56/152 (37%)	1/16 (6%)
1935 – 1955	93/266 (35%)	5/72 (7%)
Circa 1975	61/103 (59%)	5/13 (38%)
Circa 1990	95/148 (64%)	6/25 (24%)

Source: Own creation, adapted from Duarte, Mourão and Santos (2012, p. 36, Table 2).

The implementation of overt subject pronouns increases from the 1950s on, when there is the full grammaticalization of the former address form **Vossa Mercê** (Your Grace), as a 2nd person pronoun used with the unmarked for inflection 3rd person verb form. From 1970s on, a new pronoun, **a gente**, also a result of the grammaticalization of a nominal expression (the people) and used with the 3rd person verb form, begins to win the competition with the conservative 2nd pronoun plural **nós** (with a distinctive verb ending), and overt pronouns outnumber null subjects. Propositional or neuter subjects continue to vary between a null category and the overt demonstrative **isso** (this/that).

Table 4: Null vs overt accusative complements (clitics and pronouns) according to the semantic features of the antecedents

Features	[+ani +specific]	[-ani +specific]	[proposition]
Period	Null/Total	Null/Total	Null/Total
XVI	1/78 (1.3%)	3/61 (4.9%)	23/99 (23.2%)
XVII	2/31 (6.5%)	2/69 (2.9%)	14/68 (20.6%)
XVIII	1/21 (4.8%)	8/99 (8.1%)	41/90 (45.6%)
XIX	1/46 (2.2%)	37/75 (49.3%)	81/93 (87.1%)
XX	0/21 (0%)	64/74 (86.5%)	97/97 (100%)

Source: Own creation, adapted from Cyrino (1994, p. 172, Table 3, and p. 177, Table 8).

The table shows the resistance of [+animate] referents in relation to [-animate] and propositional (sentential or predicative complements) to the implementation of null complements. Null [-animate] referents reach 86.5%, and propositional referents, 100% in the 20th century.

Table 5: The use of possessive **dele/dele** vs **seu/sua** in writing and speech

Writing (15th to 20th century)		Speech (sample Oliveira e Silva)	
Dele /Total	%	Dele /Total	%
314/2228	14.1%	485/647	75%

Source: Own creation, adapted from Oliveira e Silva (1982; 1996, p. 175).

Data coming from writing and speech exhibited categorical use of **seu** with a quantified referent. The use of **dele** was strongly constrained by the animacy of the referent as well as other factors, such as the degree of ambiguity, definitude and specificity. The results for speech, taking together Oliveira e Silva's (1982) sample and the Censo Sample (Rio de Janeiro), also recorded in the 1980s, show a sort of gradation. Considering only the animacy, the strength of a [+animate] referent is clear:

Table 6: The effect of animacy in the use of **dele/dela** vs **seu/sua**

Possessor	Dele /Total
Humans	768/771 (99.6%)
Animals	8/8 (100%)
Objects	50/56 (89.3%)

Source: Own creation, adapted from Oliveira e Silva (1996, p. 179).

Considering the gradation proposed by the author, we have the following results:

Table 7: Use of **dele/dela** vs **seu/sua** according to definitude/specificity

Possessor	Dele /Total
A quantifier	0/66 (0%)
Indefinite, non referential (a guy, a woman...)	10/23 (43.5%)
Definite, non referential (the guy, the human being...)	93/110 (84.5%)
A definite group, of ilimited size (the priests, the children)	43/46 (93.5%)
A definite group, of limited size (my grandchildren, my students)	38/40 (95%)
Totally definite (a proper name, the pronoun ele)	960/974 (98.6%)

Source: Own creation, adapted from Oliveira e Silva (1996, p. 178).

If we include the ellipsis of sentential or predicative complements, here referred as propositional complement, we have the following course of the change.

REFERENCES

- BERLINCK, R. A. Brazilian Portuguese vs order. In: KATO, M. A.; NEGRÃO, E. V. (ed.). *Brazilian Portuguese and the null subject parameter*. Frankfurt: Vervuert-LatinoAmericana, 2000. p. 175-194.
- BRITTO, H. Syntactic codification of categorical and thetic judgments in Brazilian Portuguese. In: KATO, M. A.; NEGRÃO, E. V. (ed.). *Brazilian Portuguese and the null subject parameter*. Frankfurt: Vervuert-LatinoAmericana, 2000. p. 195-222.
- CARDINALETTI, A.; STARKE, M. The typology of structural deficiency: on the three grammatical classes. In: VAN RIEMSDIJK, H. (org.). *Clitics in the languages of Europe*. Walter de Gruyter, 1994. p. 145-233.
- CASTILHO, C. M. M. *O processo de redobramento sintático no português medieval*. 2005. 278f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
- CERQUEIRA, V. A forma genitiva *dele* e a categoria de concordância (AGR) no português brasileiro. In: ROBERTS, I.; KATO, M. A. (ed.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993. p. 129-163.
- CHOMSKY, N. *Lectures on government and binding theory*. Dordrecht: Foris, 1981.
- CYRINO, S. M. L. *O objeto nulo no português do Brasil: um estudo sintático-diacrônico*. 1994. 217f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.
- CYRINO, S. M. L. Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos. In: ROBERTS, I.; KATO, M. A. (ed.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993. p. 163-184.
- DUARTE, M. E. L. Do pronome nulo ao pronome pleno. In: ROBERTS, I.; KATO, M. A. (ed.) *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993. p. 107-128.
- DUARTE, M. E. L. *A perda do princípio 'evite pronome' no português brasileiro*. 1995. 140f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.
- DUARTE, M. E. L.; MOURÃO, G.; SANTOS, H. Os sujeitos de 3a. pessoa: revistando Duarte 1993. In: DUARTE, M. E. L. (org.). *O sujeito em peças de teatro (833-1992): estudos diacrônicos*. São Paulo: Parábola, 2012. p. 21-44.
- DUARTE, M. L. et al. Redução no quadro de clíticos de terceira pessoa no português brasileiro: um estudo diacrônico. *Revista Laborhistórico*, Rio de Janeiro, v. 7, n. especial, p. 154-187, 2021.
- FERNANDES, U. S. B. *Realizações do dativo de 3a pessoa em peças de teatro brasileiras e portuguesas: uma análise diacrônica*. 2017. 86f. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.
- GALVES, C. A sintaxe pronominal do português brasileiro e a tipologia dos pronomes. In: GALVES, C. *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001. p. 153-179.
- HUANG, C-T. J. On the distribution and reference of the empty categories. *Linguistic Inquiry*, v. 15, p. 531-574, 1984.

- KATO, M. A. The distribution of null and pronominal objects in Brazilian Portuguese. In: LINGUISTIC SYMPOSIUM ON ROMANCE LANGUAGES, 21., 1993. *Selected papers...* Linguistic perspectives on the Romance languages (Currents Issues in Linguistic Theory Series). Amsterdam: John Benjamins, 1993. p. 225-235.
- KATO, M. A. Strong pronouns, weak pronominals and the null subject parameter. *PROBUS*, v. 11, n. 1, p. 1-38, 1999.
- KATO, M. A. Pronomes fortes e fracos na gramática do português brasileiro. *Revista Portuguesa de Filologia*, Coimbra, v. XXIV, p.101-122, 2002.
- KAYNE, R. Null subjects and clitic climbing. In: JAEGGLI, O.; SAFFIR, R. (ed.). *The null subject parameter*. Dordrecht: Reidel, 1984. p. 239-261.
- MENUZZI, S. 3rd. person possessives in Brazilian Portuguese: on the syntax-discourse relation. In: BOTLEY, S. (ed.). *Proceedings of the discourse anaphora and anaphora resolution colloquium* (Working Papers Collection). Leipzig: Lancaster University, 1996. p. 191-210.
- NARO, A. J.; SCHERRE, M. M. P. Disfluences in the analysis of speech data. *Language Variation and Change*, v. 8, p. 1-12, 1996.
- NARO, A. J.; SCHERRE, M. M. P. O conceito de transmissão lingüística irregular e as origens estruturais do português brasileiro: um tema em debate. In: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. (ed.). *Português brasileiro – contato lingüístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003. p. 285-302.
- NEGRÃO, E. V.; MÜLLER, A. L. As mudanças no sistema pronominal do português brasileiro: substituição ou especialização de formas? *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 125-152, 1996.
- NUNES, J. Direção de cliticização, objeto nulo e pronome tônico na posição de objeto em português brasileiro. In: ROBERTS, I.; KATO, M. A. (ed.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993. p. 207-222.
- OLIVEIRA E SILVA, G. M. *Estudo da regularidade na variação dos possessivos no português do Rio de Janeiro*. 1982. 230f. Tese (Doutorado em Lingüística) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1982.
- OLIVEIRA E SILVA, G. M. Estertores da forma SEU na língua oral. In: OLIVEIRA E SILVA, G. M.; SCHERRE, M. M. P. *Padrões sociolingüísticos: análise de fenômenos variáveis na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p. 169-181.
- PAGOTTO, E. G. Clíticos, mudança e seleção natural. In: ROBERTS, I.; KATO, M. A. (ed.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993. p. 185-206.
- SANTOS, D.; SOARES DA SILVA, H. A ordem V-DP/DP-V com verbos inacusativos. In: DUARTE, M. E. L. (org.). *O sujeito em peças de teatro (833-1992): estudos diacrônicos*. São Paulo: Parábola, 2012. p. 121-142.
- TARALLO, F. *Relativization strategies in Brazilian Portuguese*. 1983. 273f. Tese (Doutorado em Lingüística) – University of Pennsylvania, Philadelphia, 1983.

ORDEM VS RESTRITA E SUJEITO NULO PARCIAL ESTARIAM RELACIONADOS? EVIDÊNCIAS EM CARTAS PESSOAIS BRASILEIRAS DOS SÉCULOS XIX E XX

Silvia Regina de Oliveira Cavalcante (UFRJ)

Anna Beatriz Cavalcante de Melo da Cruz (UFRJ)

Anna Lyssa do Nascimento Donato Machado (UFRJ)

Crístian Quintanilha Ferreira (UFRJ)/CNPq-IC

Sarah Bastos Motta (UFRJ)

1 INTRODUÇÃO

Os textos escritos no Brasil oferecem terreno fértil para a análise da mudança linguística se considerarmos um quadro teórico que alia os pressupostos da Teoria Gerativa de Aquisição e Mudança Linguística (LIGHTFOOT, 1999; 2003) com a metodologia de análise da Teoria da Variação e Mudança (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968]), no sentido que faz Kroch (1989; 2001) nos estudos sobre a perda do V2 em inglês.

Por um lado, o modelo variacionista procura observar o caminho da mudança e, a partir do comportamento das formas variantes ao longo do tempo, conclui que a mudança ocorre de maneira gradual; por outro lado, o modelo gerativista associa a mudança linguística à fixação de parâmetros no período da aquisição da linguagem; como consequência, a mudança ocorre de forma abrupta: quando um determinado parâmetro é fixado diferentemente na geração seguinte, temos a mudança. O problema que se coloca ao analisar a mudança diacrônica é que, por um lado, não temos acesso aos julgamentos de gramaticalidade dos falantes e, por outro, os resultados estatísticos mostram que as formas variantes substituem umas às outras ao longo do tempo de maneira gradual, e não abrupta. Conciliar esses dois modelos teóricos para analisar a mudança linguística

requer um entendimento diferente do como e, principalmente, quando ocorre a mudança. Para Kroch (1989), a variação nos textos não pode ser confundida com variação nas gramáticas; i.e., as mudanças que aparecem nos documentos históricos como variação gradual são reflexos de mudanças gramaticais que ocorrem de modo abrupto. A variação entre formas antigas e novas na linha do tempo não pode ser conceituada como uma variação produzida por uma única gramática particular (uma única Língua-I), mas sim cada forma variante deve corresponder a diferentes fixações de um parâmetro. Assim, ocorre o que Kroch (1989) chama de “competição de gramáticas”, que é a variação que se vê como sendo fruto da convivência no uso de formas geradas por diferentes gramáticas.

Particularmente no caso do Português Brasileiro (PB), o padrão que aparece nos textos escritos pode ser considerado como sendo o resultado da gramática internalizada do falante e também um modelo de língua que o falante tem seja por escolarização seja pela exposição à escrita; i.e., um terreno onde se pode ver a competição de gramáticas. Aliado a isso, temos as análises seminais de Tarallo (1993) sobre a emergência da gramática brasileira em textos escritos ao longo dos séculos XIX e XX. O autor considera crucial a virada do século XIX para o século XX como ponto de inflexão da emergência da gramática brasileira nos textos. Tarallo (1993) considera que as mudanças no sistema pronominal são desencadeadoras de mudanças na posição do sujeito e na expressão de sujeitos, objetos e complementos preposicionados; além da mudança nas estratégias de relativização e na posição do sujeito. Interessam-nos aqui os resultados de mudanças em direção ao sujeito pleno (que sai de 23% na amostra escrita de 1725 e vai para 33% na amostra escrita de 1880 e chega a 79% na amostra de fala de 1981); e na direção da ordem VS (verbo-sujeito) (que, na pesquisa de Berlinck (1989), sai de 42% nos dados do século XVIII e vai para 21% nos dados do século XX).

Tarallo e Kato (1989) trazem uma contribuição importante ao nortear as pesquisas na área de mudança sintática no Brasil aliando os pressupostos teóricos gerativistas aos da sociolinguística laboviana. Com o avançar dos estudos na sintaxe diacrônica, principalmente dentro do quadro teórico gerativista, novas perguntas sobre os velhos fenômenos têm sido levantadas. Nesse sentido, os resultados que ora apresentamos vêm para responder perguntas sobre as características paramétricas, ou as mudanças (micro)paramétricas que podemos captar em uma amostra de cartas pessoais escritas por brasileiros nascidos nos séculos XIX e XX com relação à posição do sujeito e ao sujeito pronominal (nulo vs. pleno).

Analisar num mesmo *corpus* a mudança na posição do sujeito e na expressão do sujeito pronominal (nulo/pleno) nos permite testar as hipóteses e/ou análises que se têm desenvolvido do ponto de vista teórico sobre a remarcação do Parâmetro do Sujeito Nulo no PB. Kato (2000) argumenta que a ordem VS restrita do PB se deve à natureza do pronome: o PB perde a concordância afixal (em T) e é o pronome na posição de sujeito

que passa a ser a expressão de AGR. Isso se justifica na medida em que o sujeito nulo de 3ª pessoa é um pronome ligado ou então uma variável, diferentemente do sujeito nulo em línguas de sujeito nulo consistente (FIGUEIREDO SILVA, 1996; NEGRÃO; MULLER, 1996; MODESTO, 2000). Desse modo, a mudança na posição do sujeito (em direção a VS restrita a construções inacusativas) pode ser derivada da mudança no sujeito nulo. Nosso objetivo, portanto, é testar essa hipótese com base num *corpus* diacrônico: já sabemos que o PB tem a ordem VS restrita e já sabemos que o sujeito nulo no PB é menos frequente do que nas outras línguas de sujeito nulo (DUARTE, 2000). Queremos saber, entretanto, como isso ocorre ao longo do tempo: é possível captar duas mudanças relacionadas a uma única mudança paramétrica?

Este capítulo está organizado da seguinte forma: na seção 2, apresentamos a questão do encaixamento da mudança na ordem VS com o aumento dos sujeitos plenos; na seção 3, apresentamos brevemente o quadro teórico-metodológico e o *corpus* da pesquisa; na seção 4 apresentamos os resultados concernentes à evolução na posição de sujeito e do sujeito nulo e, por fim, apresentamos as considerações finais e as referências.

2 SOBRE A ORDEM VS RESTRITA E O SUJEITO PLENO

O PB se caracteriza por ser uma gramática com ordem VS restrita a construções inacusativas (“Chegou a encomenda”) e de inversão locativa (“Na esquina mora a Ana”), tal como ocorre em línguas de sujeito pleno, como o francês ou o inglês. Os trabalhos que têm sido desenvolvidos sobre o assunto, sobretudo as análises diacrônicas, têm revelado o caminho da mudança por que passa o PB: perda de VS em interrogativas (DUARTE, 1992; NICOLAU DE PAULA, 2018), perda de VS para marcar foco informacional ou contrastivo (BERLINCK, 1989; CAVALCANTE, 2018; CAVALCANTE; CRUZ; MACHADO, 2021), até chegar a uma VS restrita a contextos inacusativos (COELHO, 2000) e de inversão locativa (TARALLO, 1993; KATO, 2000; PILATI, 2017). Diferentemente do que ocorre em outras línguas, a ordem VS no PB não parece ser motivada por questões de status informacional do sujeito, mas sim é restrita a construções inacusativas. Podemos captar a mudança na posição do sujeito em diferentes contextos sintáticos e discursivos: de uma gramática que pode gerar ordem VS por motivação de marcar informação nova e/ou informação de foco, em diferentes construções verbais, para uma gramática que não gera mais VS, visto que é restrita a contextos inacusativos. De fato, vemos com os resultados anteriores sobre a evolução de VS na amostra de cartas pessoais que há uma mudança relacionada aos contextos favorecedores de VS (CAVALCANTE, 2018) e tanto ao estatuto informacional do sujeito (MACHADO, 2020) quanto aos sujeitos focalizados (CRUZ, 2020). Assim sendo, vamos considerar na nossa análise sobre a posição do sujeito contextos sintáticos específicos e também contextos discursivos, como o estatuto

informativo do sujeito (informação nova, inferível e evocada) e a questão da marcação de foco (foco informativo ou contrastivo).

Estamos trabalhando com a proposta de Prince (1981) sobre a diferença entre informação nova, inferível e evocada. Uma informação nova é carregada pela entidade que é introduzida pela primeira vez no discurso, que pode ser completamente nova – quando há a necessidade de criação da entidade no acervo mental do ouvinte/leitor –, como no exemplo (1), ou disponível, quando ela só precisa ser ativada, como no exemplo (2); e, se a entidade apresentar alguma ligação linguística com outra entidade, ela é nova ancorada, como ilustra o exemplo (3):

- (1) Hontem para ahi seguiu **uma caminha de ferres com grades lateraes e colção** para a Roza Maria. (D. P. F., P2)
- (2) Quero crer que **Nossa Senhora** fará o Milagre pois és temente a Deus assim como teu pae e tua mã (J. F. M., P3)
- (3) **A filha do Paulino** virá a Paris no fim de julho (A., P6)

Com relação ao estatuto informativo de evocado, trata-se das entidades que já estão presentes no discurso ou mesmo estão em pauta; caso a entidade seja evocada de forma textual (quando era nova ou inferível), essa entidade é classificada como evocada textualmente. Trata-se de participantes do discurso, elementos do contexto ou do próprio texto:

- (4) Disse-me **ela** que êle é muito magrinho (M. R., P4)
- (5) Vão **estas linhas** para comunicar-lhe a noticia, que recebi hoje, da sahida de Amalia da Bahia para o Recife. (M. R., P4)

As entidades inferíveis possuem identificação e categorização mais complexa, pois podem se aproximar tanto das entidades novas ou das evocadas e são entidades que podem ser inferidas pelo leitor por meio de outras já presentes no discurso, como vemos a seguir:

- (6) A missa foi celebrada pelo Arcebispo D. Alberto Ramos. **A igreja** estava toda decorada e lotada de pessoas amigas e parentes. (E. F. B., P5)
- (7) **Uma das minhas alumnas** cujo coração é realmente delicado ideou apresentar-me com este mimo para escrever aos meus irmãos... (M. J., P4)

Com relação à focalização, vamos tratar o tema de uma maneira um pouco diferente da que se vê nos trabalhos sobre estatuto informativo. Geralmente, a informação nova é associada a foco informativo e/ou contrastivo: a articulação foco-suposição e a

informação nova-informação dada são postas em paralelo, isto é, entende-se o foco como uma informação necessariamente nova e a pressuposição como uma informação dada. Entretanto este trabalho traz evidências de que podemos fazer diferença entre estatuto informacional e informação focal. Vejamos o diálogo a seguir, em que mostramos que o foco de uma sentença pode corresponder a uma informação dada do ponto de vista discursivo:

- (8) [Contexto: A e B estão conversando sobre dois amigos da faculdade: André e Daniel]

A: Quem não entregou o trabalho a tempo, André ou Daniel?

B: O DANIEL (não entregou o trabalho a tempo).

Pressuposição: x não entregou o trabalho a tempo.

Foco: Daniel.

No diálogo acima, a pergunta de A deixa uma variável em aberto, correspondente ao conteúdo não pressuposto, para a resposta de B (*quem*) e já direciona as duas informações possíveis (*André* ou *Daniel*). A partir da pergunta, pressupõe-se que, entre André e Daniel, alguém não entregou o trabalho a tempo. A resposta de B traz a confirmação de que o conteúdo não pressuposto, o foco da sentença, é Daniel, que é uma informação dada textualmente. Esse é um exemplo de que o foco da sentença não é necessariamente uma informação nova, pode ser uma informação dada (*Daniel*). Vejamos mais um exemplo retirado do *corpus* em análise – na carta, o pai explica à filha como plantar batatas:

- (9) Pra fazer brotar a batata:

você repara que a batata tem uns carocinhos

[F Dalí] é que vai sair o broto.

“Dali”, uma proforma, é um constituinte clivado que corresponde ao foco da sentença e faz referência a “uns carocinhos”, informação dada previamente, o que constitui uma informação dada focalizada.

Tendo em vista a distinção entre novo/dado x foco, seguimos na análise a proposta de Zubizarreta (1998), que considera foco como a parte não pressuposta da sentença, independentemente do seu estatuto de novo ou dado. A autora também utiliza a noção de contrastividade para distinguir tipos de foco: quando a informação não pressuposta apresenta o traço de contrastividade marcado negativamente, o foco é não contrastivo, como vemos em (10):

(10) A: O que Maria comeu?

B: Maria comeu [F maçã]

Pressuposição: Maria comeu alguma coisa.

Foco: maçã

Para o foco contrastivo, a informação não pressuposta pode, além de negar uma informação introduzida no discurso prévio, atribuir um novo valor a essa variável. Vamos considerar que, após a fala de B no exemplo em (10), um terceiro participante conteste sua resposta com a réplica observada em (11), em que a informação “uva”, além de negar que Maria tenha comido a maçã, atribui um novo valor à variável “o que” em A:

(11) C: Maria comeu [_F uva] (não maçã)

Além disso, consideramos também o traço de exaustividade, em que Kiss (1998) se baseou para distinguir tipos de focos. A autora assume dois tipos de foco: o identificacional e o informacional. O primeiro diz respeito ao elemento focalizado que representa um item de leitura exaustiva: *x e somente x*, dentre um grupo de elementos contextual ou situacionalmente dados que podem ser válidos como resposta para a variável pressuposição. O segundo diz respeito ao foco que corresponde à informação não pressuposta sem estar associada a uma leitura de identificação exaustiva. Vejamos os exemplos (12) e (13):

(12) A: O que Tolstoi escreveu?

B: Tolstoi escreveu [_F Guerra e Paz].

(13) A: Quem escreveu Guerra e Paz?

B: Foi [_F Tolstoi] que escreveu Guerra e Paz.

Em (12), “Guerra e Paz” não consiste em uma resposta de identificação exaustiva, uma vez que seria possível atribuir à variável outras obras de autoria de Tolstoi, como “Anna Karenina”. Em (13), por outro lado, ainda que não esteja explícito contextualmente, a leitura de identificação exaustiva é confirmada pelo seguinte fato: Tolstoi, e não qualquer outro autor, escreveu “Guerra e Paz”.

Dada a definição de foco, controlamos nossos dados de sujeito com base em quatro categorias: (i) informação nova não contrastiva/não exaustiva; (ii) informação dada não contrastiva/não exaustiva; (iii) informação nova contrastiva/exaustiva; e (iv) informação dada contrastiva/exaustiva. Consideramos como uma informação nova não exaustiva e/ou contrastiva as entidades que são mencionadas pela primeira vez no contexto da carta

e não apresentam leitura de exaustividade e/ou contraste, como podemos observar no exemplo a seguir. “O Aragão” é uma informação nova no discurso e, pelo contexto da carta, não se depreende leitura de contraste ou exaustividade.

- (14) Esteve no nosso camarote **o Aragão**, perguntou muito por ti e fallou em como havias de gostar dos discursos do Recife. (E. C., período 2)

Na categoria em que o sujeito codifica informação dada não contrastiva e/ou exaustiva, a entidade já foi mencionada anteriormente no contexto da carta, mas não há traços de contraste e/ou exaustividade associados a ela, como podemos ver no exemplo (15).

- (15) tem vindo aqui, Noemi e o Baptista. Quarta feira não fomos á casa de Sinhasinha pois tem chovido ag[ora to]rrencialmente, 3 dias e 2 noites sem parar. [...] Só esteve lá o Dr Barroso que convidou - os para um concerto muito intimo em casa delles, hoje domingo. **Elles** foram tambem a um concerto (por signal que não prestou) em casa do Imbassaluy[?]. (E. C., período 2)

Com relação à informação nova contrastiva e/ou exaustiva, o sujeito, além de ser uma informação nova no contexto discursivo, apresenta traços de leitura exaustiva e/ou contrastiva: no exemplo (16), o missivista identifica, dentre possíveis passeios, o da colina como o que mais o agrada; portanto essa nova entidade discursiva é focalizada por apresentar traços de exaustividade.

- (16) Dentre os passeios é **este da colina** o que mais me agrada, ha porém varios outros interessantes, e até instructivos. (P. F. M., período 2)

Por fim, exemplificamos a categoria informação dada contrastiva/exaustiva, na qual um referente já mencionado no discurso prévio está focalizado na sentença e apresenta traços de contraste e/ou exaustividade. Vejamos em (17) que a missivista fala sobre sua rotina com Mom e Dad e deixa a informação implícita de que Mom normalmente assume a tarefa de cozinhar. Em sua ausência, essa tarefa passa a ser não dela, mas da missivista e de Dad (*nós*).

- (17) Dad é uma pessoa maravilhosa, ele realmente se preocupa comigo, [...]. Quando geralmente Mon não está em casa à noite, ele sempre me telefona do serviço falando que vai chegar tarde, se não tenho muito que estudar, etc. Quando acontece de Mon sair, **nós** é que fazemos o nosso jantar. Sexta passada fizemos panquequas! (M. L., período 4)

Tendo visto o que estamos vendo sobre a ordem VS, vamos tratar do sujeito nulo. O PB também se caracteriza por ter propriedades de língua de sujeito nulo parcial: os índices de sujeito nulo são bem mais baixos do que nas línguas de sujeito nulo consistente – 29% na fala culta carioca, segundo Duarte (1995). O sujeito nulo sofre restrições sintáticas distintas das línguas de sujeito nulo consistente e o sujeito nulo de terceira pessoa singular pode ter um referente genérico ou arbitrário (GALVES, 1998; GALVES; KROCH, 2016).

Vejam as propriedades do sujeito nulo no PB em comparação com o português europeu (PE). O sujeito nulo no PB não pode estar separado de seu antecedente por fronteiras de ilhas fortes como uma oração relativa (18a), mas pode ocorrer no interior de adjuntos finitos (18b), que também são uma ilha forte:

(18) a. ?? João disse que as meninas que $\emptyset$ encontrou na rua eram estrangeiras.

b. João comeu um pastel quando $\emptyset$ foi na feira. (cf. FERREIRA, 2000, p. 102-103)

É possível ter um sujeito nulo no PB em uma oração interrogativa encaixada somente se o sintagma-QU que ocupa a periferia esquerda desta oração for um adjunto:

(19) a. João não sabe quando $\emptyset$ leu esse livro.

b. ?? João não sabe que livro $\emptyset$ leu na semana passada. (cf. FERREIRA, 2000, p. 103)

Devido a essas diferenças entre o PB e as outras línguas românicas, podemos dizer que o sujeito nulo no PB não apresenta comportamento de um pronome nulo, como ocorre no PE, por exemplo. Vejamos com os exemplos de Modesto (2000):

(20) a. O Pedro₁ disse que *pro*_{1/*2} ganhou na lota. (PB)

b. O Pedro₁ disse que *pro*_{1/2} ganhou na lota. (PE) (MODESTO, 2000, p. 149)

No PE, os sujeitos nulos são identificados pela concordância rica. Assim, o exemplo (20b) pode significar “Pedro disse que Paulo ganhou na lota”, se “Paulo” é saliente no contexto situacional. Podemos esperar que o pronome lexical do PB apresente comportamento igual ao do sujeito nulo *pro* do PE. *pro* no PB precisa ser c-comandado por um DP co-referente (21a), mas o pronome lexical no PB (21b) ou *pro* no PE (21c) não precisam, como mostram os dados a seguir de Modesto (2000, p. 151):

- (21) a. [O amigo do Pedro]_{2 1} disse que *pro*_{1/*2/*3} ganhou na loto. (PB)
 b. [O amigo do Pedro]_{2 1} disse que ele_{1/2/3} ganhou na loto. (PB)
 c. [O amigo do Pedro]_{2 1} disse que *pro*_{1/2/3} ganhou na loto. (PE)

O sujeito nulo no PB tem como antecedente um sujeito mais alto mais próximo, como em (22a), mas não um objeto mais alto, como em (23a). Já o pronome lexical no PB se comporta como *pro* no PE: eles podem ter como antecedente tanto um sujeito mais alto, não necessariamente mais próximo, como em (22b) e (22c), quanto um objeto, como em (23b) e (23c), como ilustram os exemplos de Modesto (2000, p. 152):

- (22) a. O Paulo₁ disse que o Pedro₂ acredita que *pro*_{*1/2/*3} ganhou. (PB)
 b. O Paulo₁ disse que o Pedro₂ acredita que ele_{1/2/3} ganhou. (PB)
 c. O Paulo₁ disse que o Pedro₂ acredita que *pro*_{1/2/3} ganhou. (PE)
- (23) a. O Paulo₁ convenceu o Pedro₂ que *pro*_{1/*2/*3} tinha que ir embora. (PB)
 b. O Paulo₁ convenceu o Pedro₂ que ele_{1/2/3} tinha que ir embora. (PB)
 c. O Paulo₁ convenceu o Pedro₂ que *pro*_{1/2/3} tinha que ir embora. (PE)

O sujeito nulo se torna obrigatório quando o antecedente é um quantificador (24), o que pode indicar que, apesar de haver uma forte tendência ao preenchimento do sujeito, não podemos ainda afirmar que o PB tenha se tornado uma língua de sujeitos plenos. Desse modo, uma consequência direta do preenchimento do sujeito no PB é que o sujeito nulo sofrerá mais restrições no PB do que no PE.

- (24) a. O Pedro₁ disse que *pro*₁ / ele₁ ganhou na loto.
 b. Ninguém₁ disse que *pro*₁ / ele_{*1} ganhou na loto.

Segundo Duarte (2000), a preferência pelo pronome pleno no PB se deve principalmente a uma mudança na morfologia flexional verbal e à inserção de novas formas pronominais de primeira e segunda pessoas com morfologia de terceira, como *a gente* e *você*. Há o preenchimento do sujeito de referência definida mesmo quando seu antecedente é um elemento com traço [-animado], como vemos em (25):

- (25) a. **A casa** virou filme quando **ela** teve de ir abaixo.
 b. **Nova Trento** é do tamanho da rua São Clemente de Botafogo. **Ela** é desse tamanho. **Ela** não tem paralelas. (DUARTE, 2000, p. 22)

Acompanhando o aumento nos índices de preenchimento do sujeito de referência definida, ocorre também no PB o aumento do preenchimento do sujeito de referência arbitrária ou indeterminada, com todas as formas pronominais, como mostraram Kato e Tarallo (1986) com entrevistas com informantes paulistanos. Além disso, Duarte (1995) mostra que no PB há preferência pelas formas *você* e *a gente* em detrimento da terceira pessoa do plural e do uso do *se* para indeterminação do sujeito:

- (26) a. Depois que **você** termina o comércio, **você** vai na área residencial.
b. Em primeiro lugar **nós** temos identificado claramente uma nova consciência crítica da classe média.
c. E se **a gente** falar que não tem?
d. E se **eu** pego aquela rua ali, então **eu** chego mais rápido. (KATO; TARALLO, 1986, p. 347)
- (27) a. **Você** quando você viaja, **você** passa a ser turista. Então **você** passa a fazer coisas que **você** nunca faria no Brasil.
b. Quando **eles** querem **eles** fazem. Quando **eles** querem **eles** acham dinheiro.
c. Hoje em dia, quando **a gente** levanta as coisas, é que **a gente** vê tudo o que aconteceu. Mas na época **a gente** não podia acreditar. **A gente** não acreditava nisso, primeiro porque **a gente** era novo. (DUARTE, 2000, p. 23)

Além disso, a terceira pessoa do singular pode ter interpretação arbitrária/genérica no PB (28a) e (28b), diferentemente do PE, em que uma sentença com sujeito nulo é interpretada como tendo um referente determinado, tal como (28c) é no PB:

- (28) a. Onde $\emptyset$ compra cartão postal por aqui?
b. $\emptyset$ Não usa mais saia.
c. *Ela* não usa mais saia.

Uma explicação para o sujeito nulo arbitrário no PB deve-se ao enfraquecimento da concordância no PB: a perda do traço [pessoa] em AGR vai fazer com que o sujeito nulo de 3ª pessoa não possa ter seu conteúdo referencial identificado, que recebe uma interpretação arbitrária, na ausência de um antecedente. Galves (2001) ainda acrescenta que somente no PB o sujeito nulo de uma sentença finita pode ser interpretado como tendo referência indeterminada, ao contrário do que ocorre nas outras línguas românicas, em que o clítico *se* é obrigatório para uma interpretação indeterminada, como no PE:

(29) a. Aqui Ø conserta sapatos.

b. Aqui conserta(m)-se sapatos. (cf. GALVES, 2001, p. 110)

Kato (2000) associa a ordem VS restrita no PB a propriedades de língua de sujeito nulo parcial. A explicação formal para tal propriedade recai no fato de em PB o T(ense) ser defectivo, e, assim, os traços *-phi* de pessoa são checados nos pronomes (donde os altos índices de sujeitos pronominais plenos) ou são checados na posição de sujeito (Spec, T), e isso explicaria a existência de sentenças com tópico-sujeito (“Essas janelas batem vento”).

Buscando verificar essa associação (VS restrita x sujeito nulo parcial), testamos na mesma amostra de cartas como se dá a evolução dos sujeitos pronominais nulos de 3ª pessoa ao longo do tempo. Por hipótese, esperamos que não só os índices de sujeito nulo diminuam ao longo do tempo mas também os contextos sintáticos do sujeito nulo mudem. Mostraremos esses resultados adiante, na seção 3, em comparação com os resultados da evolução de VS.

Para tanto, temos como objetivos: (a) mostrar a evolução da ordem VS em contextos sintáticos distintos ao longo do tempo; (b) mostrar os contextos discursivos (estatuto informacional e informação focal) atuantes na ordem VS; e (c) mostrar a evolução dos sujeitos pronominais ao longo do tempo (não só os índices mas os contextos sintáticos) na amostra de cartas pessoais que compõem o *Corpus* de História da Língua Portuguesa, *Corpus HistLing* (<https://histling.letras.ufrj.br/index.php/corpus>).

Por hipótese, esperamos encontrar uma relação estatística entre a diminuição dos índices de VS e do tipo de VS nas cartas com um aumento dos sujeitos pronominais plenos: se estamos diante de uma mudança paramétrica (que envolve o Parâmetro do Sujeito Nulo), as mudanças relacionadas a esse parâmetro estarão relacionadas estatisticamente, consoante Kroch (2001) e Lightfoot (2003). Assim, à medida que diminuem tanto os índices de VS quanto os contextos (sintáticos ou discursivos) em que ela aparece, aumentarão os índices de sujeitos pronominais plenos.

3 PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS E DESCRIÇÃO DO *CORPUS*

Partimos dos pressupostos teóricos da Teoria de Princípios e Parâmetros no tratamento da mudança linguística. Assumimos que os Princípios são invariantes e estão disponíveis, independentemente da experiência, e não precisam ser aprendidos. Já os Parâmetros são marcados a partir da experiência linguística e dão conta da variação entre gramáticas. Desse modo, a mudança linguística é interpretada como uma mudança nas *gramáticas*, ou uma remarcação de algum parâmetro. O estudo da mudança paramétrica está relacionado ao estudo da variação e da aquisição, uma vez que o parâmetro é

marcado no período de aquisição. Essa hipótese forte pode ser incoerente com o trabalho com *corpus*, porém vamos demonstrar que é possível desenvolver pesquisa em sintaxe diacrônica do ponto de vista gerativista. Vejamos como ocorre a remarcação de um parâmetro segundo Lightfoot (2003).

Cada nova marcação paramétrica se manifesta por um conjunto de mudanças superficiais simultâneas, o que caracteriza a natureza catastrófica da remarcação do parâmetro. Por exemplo, na mudança que ocorre no inglês da perda do movimento do verbo para T, pode-se observar a variação da posição do advérbio em relação ao verbo (*Kim always reads the Bible / Kim reads always the Bible* – Kim sempre lê a bíblia / Kim lê sempre a bíblia) bem como a inversão do sujeito nas interrogativas (*reads Kim the Bible?* – Lê Kim a bíblia?) e a negação pós-verbal (*Kim reads not the Bible* – Kim lê não a bíblia). A variação na frequência desses fenômenos aparentemente não relacionados ocorre numa Taxa Constante, o que Kroch (1989) chama de *Constant Rate Effect*, o que demonstra que são fenômenos relacionados a uma mesma mudança paramétrica. No caso em questão, trata-se da perda da subida do verbo.

Uma outra noção que importa é de encaixamento: a remarcação do parâmetro aparece como um conjunto de mudanças e desencadeia reações em cadeia. Por exemplo, a ordem SV rígida e VS restrita no PB é entendida como um dos encaixamentos da mudança na remarcação do Parâmetro do Sujeito Nulo no PB. Além disso, as mudanças envolvidas na remarcação de um parâmetro ocorrem mais rapidamente do que outras mudanças e apresentam uma curva em S (KROCH, 1989), muito parecida com um quadro de mudança gradual. O desaparecimento de uma forma indica que a remarcação no parâmetro pode ocorrer como um efeito dominó, uma consequência de algo que já desencadeou os dados positivos disponíveis para as crianças. Além disso, qualquer mudança de significado é um subproduto de uma nova marcação paramétrica, da mesma maneira que o fato de uma estrutura se tornar obsoleta é uma consequência indireta de uma mudança mais abstrata. Como exemplo, Lightfoot (2003) cita as mudanças que afetam os papéis temáticos de construções como “apples like me” (maças me agradam) para “I like apples” (eu gosto de maçãs).

E, por fim, Lightfoot (2003) defende que a remarcação do parâmetro ocorre em resposta a mudanças em dados simples, pistas que ocorrem em domínios não encaixados:

Domínios encaixados são tão prováveis quanto domínios não encaixados para refletir as idas e vindas do ambiente linguístico caótico, mas eles têm efeitos diferentes na marcação paramétrica. Isso segue da aprendibilidade grau-0 (“degree-0 learnability”), a assunção de que as gramáticas são aprendidas, ou seja, os parâmetros são fixados com base nos dados de domínios de ligação não-encaixados. (LIGHTFOOT, 2003, p. 498, tradução nossa)¹

¹ Do original: “Embedded domains are as likely as unembedded domains to reflect the usual toing and froing

Uma diferença importante que existe entre o estudo da mudança linguística no modelo gerativista e em outros modelos, principalmente os modelos baseados no uso, é que consideramos que a mudança ocorre abruptamente na gramática. Entretanto o que vemos é uma curva em S, que pode indicar que a mudança sintática é uma mudança gradual. Todavia entendemos que a substituição de uma gramática pela outra ocorre de forma gradual, uma vez que a mudança paramétrica ocorre via competição de gramáticas: as formas em competição são geradas por gramáticas distintas, e não na mesma gramática. Nas palavras de Pintzuk (2003):

Esta observação não é nova, claro. Mas quando a variação sintática é analisada como competição de gramáticas, o nosso entendimento do percurso de tempo e da natureza da mudança sintática deve ser revisado. [...] Quando a variação sintática e a mudança são entendidas dessa maneira, podemos ver que a nova opção gramatical não substitui simplesmente a antiga forma no final de um longo período de variação; mas sim a nova opção é adquirida e ambas as opções são usadas, com o desaparecimento da forma antiga no final do período de competição. A natureza gradual da mudança sintática é, portanto, simplesmente um reflexo da natureza gradual da competição de gramáticas. (PINTZUK, 2003, p. 510, tradução nossa)²

Além disso, os índices com que as formas em competição mudam ao longo do tempo passam pelo que Kroch (1989) chama de Efeito da Taxa Constante:

Os contextos mudam juntos porque eles são meramente manifestações de uma única mudança subjacente na gramática. As diferenças na frequência de uso de uma nova forma nos contextos refletem fatores funcionais e estilísticos, que são constantes ao longo do tempo e independentes da gramática. (KROCH, 1989, p. 199, tradução nossa)³

Para Kroch (1989), a variação nos textos não pode ser confundida com variação nas gramáticas; i.e., as mudanças que aparecem nos documentos históricos como variação gradual são reflexos de mudanças gramaticais que ocorrem de modo abrupto. A variação entre formas antigas e novas na linha do tempo não pode ser conceituada como uma

of the chaotic linguistic environment, but they have no effect on parameter setting. This follows from degree-0 learnability, the claim that grammars are learnable, that is, parameters are set on the basis of data from unembedded binding domains”.

² Do original: “This observation is of course not new. But when syntactic variation is analyzed as grammatical competition, our picture of the time course and the nature of syntactic change must be revised. [...] When syntactic variation and change is understood in this way, we can see that the new grammatical option does not simply replace the old one at the end of a long period of variation; rather the new option is acquired and both options are used, with the old option finally lost at the end of the period of competition. The gradual nature of syntactic change is thus simply a reflex of the gradual nature of grammatical competition”.

³ Do original: “Contexts change together because they are merely surface manifestations of a single underlying change in grammar. Differences in frequency of use of a new form across contexts reflect functional and stylistic factors, which are constant across time and independent of grammar”.

variação produzida por uma única gramática particular (uma única Língua-I), mas sim cada forma variante deve corresponder a diferentes fixações de um parâmetro. Assim, ocorre o que Kroch (1989) chama de “competição de gramáticas”, que é a variação que se vê como sendo fruto da convivência no uso de formas geradas por diferentes gramáticas: “A mudança ocorre via competição de gramáticas entre opções distintas que correspondem a escolhas obrigatórias nas línguas modernas padrão, e a mudança avança nas mesmas taxas em todos os contextos em que a alternância ocorre” (PINTZUK, 2003, p. 524, tradução nossa)⁴.

Com relação ao problema da implementação, Kroch (2001) sugere que a mudança sintática se dá via contato linguístico, como aquisição imperfeita de uma segunda língua por adultos. Particularmente no caso do PB, o padrão que aparece nos textos escritos pode ser considerado como sendo o resultado da gramática internalizada do falante e também um modelo de língua que o falante tem seja por escolarização seja pela exposição à escrita, i.e., um terreno onde se pode ver a competição de gramáticas. No nosso caso em particular, estamos pesquisando como ocorre a implementação da mudança na ordem para SV rígida e VS restrita e para uma língua *prodrop* parcial em cartas pessoais escritas por brasileiros nascidos nos séculos XIX e XX. Por hipótese, pelo padrão estatístico apresentado pelos dados, podemos perceber quadros de gramáticas em competição. Com relação à posição do sujeito, esperamos ver uma gramática do Português Médio (com VS motivada por fatores de estatuto informacional do sujeito, independentemente do tipo de verbo) competindo com a gramática do PB (com VS restrita). E esperamos encontrar um aumento nos índices de sujeito pleno, seguido de uma mudança nos contextos sintáticos do sujeito nulo, revelando uma competição entre a gramática do Português Médio com a do PB.

Para tanto, utilizamos um *corpus* de cartas pessoais escritas por brasileiros nascidos entre os séculos XIX e XX. Decidimos marcar a linha de tempo a partir da data (provável) de nascimento dos nossos missivistas, consoante o modelo gerativo de análise, que considera que a mudança ocorre no período de aquisição da linguagem. Assim, as datas nas linhas de tempo correspondem às datas de nascimento dos missivistas.

As cartas analisadas têm origem em arquivos públicos e também acervos pessoais, o que configura que estamos diante de missivistas que foram figuras ilustres no seu tempo, como, por exemplo, o médico sanitarista Oswaldo Cruz, e pessoas “ilustres desconhecidas”, como o casal Jayme e Maria, cujas cartas foram encontradas no lixo por um aluno da Faculdade de Letras da UFRJ, que as levou para o projeto. A organização das cartas se dá a partir dos fundos documentais, seguindo os critérios do Corpus HistLing

⁴ Do original: “Change takes place via grammatical competition between distinct options that correspond to obligatory choices in modern standard languages, and change progresses at the same rate in all contexts in which the alternation occurs”.

(<https://histling.letras.ufrj.br/index.php/corpus>), que é organizar as cartas por famílias. As famílias estudadas são as seguintes:

- **Avós Ottoni:** 41 cartas escritas entre 1879 e 1889 pelo casal Christiano Benedicto Ottoni (engenheiro, Senador do Império e depois Senador da República) e sua esposa Barbara Balbina de Araújo Maia Ottoni a seus netos Mizaél e Christiano enquanto estes moravam em Paris. O casal é nascido no primeiro quartel do século XIX, 1801-1825.
- **Pedreira Ferraz Magalhães:** correspondência entre os pais e filhos da família. O pai, Jerônimo de Castro Abreu Magalhães (engenheiro civil, nascido em 1851), e a mãe, Zélia Pedreira Abreu Magalhães (esposa de Jerônimo, nascida em 1857), se correspondem com os filhos, que eram internos de conventos e mosteiros. Há três gerações de missivistas nessa família, nascidos entre 1826 e 1900.
- **Oswaldo Cruz:** correspondência entre Oswaldo Cruz, médico sanitarista brasileiro, sua esposa Emília e sua filha. Os missivistas nasceram entre 1851 e 1900.
- **Afonso Penna Jr.:** correspondência entre Affonso Penna Jr., filho de Affonso Augusto Moreira Penna (ex-presidente da República), e seus parentes. Os missivistas nasceram entre 1826 e 1900.
- **Casal Jayme-Maria:** cartas escritas entre 1936 e 1937 por um casal de namorados residentes no Rio de Janeiro, Jayme e Maria. O que se sabe deste casal são as informações retiradas das próprias cartas: Jayme morava em Ramos, subúrbio carioca; e Maria morava em Petrópolis, na Serra Fluminense. Estima-se, pelo conteúdo das cartas, que o casal tenha nascido entre 1901 e 1925.
- **Frazão Braga:** cartas escritas na 2ª metade do século XX, entre 1956 e 1994, por R. F. B. e seus familiares: W. (filho), M. (filho), M. R. (filha), E. (nora), M. H. (nora), D. (neto), A. (neta), At. (neto), Wl. (neto) e Ax. (bisneto). Os missivistas desta família nasceram entre 1876 e 1950.
- **Salgado Lacerda:** cartas escritas entre 1977 e 1983, que fazem parte da correspondência da jovem MSL, que fazia intercâmbio no exterior, com seus pais, irmãos e amigo da família. Os missivistas nasceram entre 1926 e 1975.

Desse modo, estamos considerando sete intervalos de tempo de 25 anos cada, por data de nascimento dos missivistas (1801-1825; 1826-1850; 1851-1875; 1876-1900; 1901-1925; 1926-1950 e 1951-1975).

Os dados foram coletados e tratados estatisticamente com o programa GoldVarb X (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005), considerando tanto fatores linguísticos

quanto extralinguísticos. Para fins deste capítulo, discutiremos somente alguns fatores relacionados à mudança na ordem VS e no Parâmetro do Sujeito Nulo. Para a ordem VS, estamos considerando o estatuto informacional do sujeito e a informação de foco; para o estudo do sujeito nulo, consideramos o padrão sentencial em que ocorre o sujeito pronominal. Vamos aos resultados.

4 O QUE MUDA NA POSIÇÃO DO SUJEITO E NO SUJEITO NULO NAS CARTAS PESSOAIS

Como a pesquisa sobre a posição do sujeito se encontra mais adiantada do que a pesquisa sobre o sujeito nulo (um dos motivos é que começamos primeiro pela ordem dos constituintes), os períodos de tempo considerados são diferentes para a mudança na posição do sujeito e para o sujeito nulo: no primeiro caso, temos os dados distribuídos pelos sete períodos de tempo da nossa amostra; no segundo caso, temos ainda cinco períodos de tempo, com um intervalo. Cabe lembrar aqui que estamos considerando como período de tempo a data de nascimento dos missivistas, seguindo a hipótese gerativista de que a mudança ocorre no período de aquisição.

Apresentaremos primeiro os resultados referentes à mudança na posição do sujeito e em seguida os resultados sobre o sujeito nulo. Passemos aos resultados.

4.1 Mudança na posição do sujeito e estatuto informacional

A mudança na posição do sujeito considera a evolução do sujeito pós-verbal em relação ao sujeito pré-verbal, a fim de verificarmos como se dá a mudança de uma ordem VS “mais livre” a uma ordem VS restrita. Estamos considerando a posição de sujeito em diversos contextos sintáticos, não só as sentenças matrizes, tais como em orações subordinadas (exemplos 30 e 31), interrogativas e em construções com verbos transitivos e inergativos (exemplos 32 a 34) e construções de inversão locativa, como vemos nos exemplos (35) a (39) a seguir:

(30) “Outro dia quando voltei do Vidigal com teu Pai, encontrei-a n’aquelles trajas de banho, sentada no muro da rua, na ocasião em que **passavam os operarios da fabrica;**” (OC, 1851-1875)

(31) “Dou-te parabens pelo presente das botas que te **fez Senhor Antonio.**” (Ott, 1800-1825)

(32) “Elle achou Amalia muito mal e Nenê tambem; **estão ambas** tomando os remedios por elle receitado, mas assim de longe, acho que pouco lucrarão. **Diz elle**

que a molestia de Nêê já está tão adeantada que para um ataque fatal de uremia só falta um passo e que toda aquela gordura é infiltração etc.” (PFM,1876-1900)

(33) “**Pensa ella** que tu acreditarás no que ella te disser contra mim” (PFM, 1851-1875)

(34) “Já **levantou se** do leito de dores **teu tio e Padrinho** – meu irmão, depois de 3 mezes de muito soffrimento.” (PFM, 1876-1900)

(35) “Ante hontem aqui **estive o Reverendíssimo Padre Yabar**; disse-me que nosso Fernando foi fazer os estudos entre os Jesuitas mais fervorosos.” (PFM, ,1876-1900)

(36) “em tuas mãos **está o meu coração**, o meu amor e a minha vida” (JM, 1901-1925)

(37) “Nesta **vai uma santinha** para voce uzar com tigo todos os dias” (JM, 1901-1925)

(38) “Terça agora **começam as aulas** de 2º semestre” (SL, 1951-1975)

(39) “Aqui no Brasil **esta tudo** como antes,” (SL, 1951-1975)

De um total de 6008 dados, 5497 (91%) foram de SV e 511 (9%) de VS. Num primeiro estudo (CAVALCANTE, 2018), observamos a evolução do sujeito pós-verbal e fizemos rodadas separadas por período de nascimento para saber quais fatores favoreciam a ordem VS em cada período de tempo e qual a evolução desses fatores. O Quadro 1, a seguir, traz a evolução dos fatores condicionadores que favorecem a ordem VS por ordem decrescente de seleção do programa, do mais relevante para o menos relevante, dentre os fatores selecionados.

Quadro 1: Fatores selecionados como favorecedores de VS por data de nascimento

1801-1825	1826-1850	1851-1875	1876-1900	1901-1925	1926-1950	1951-1975
Local Carta	Traço Sem.	Sentença	Sentença	Forma Suj.	Verbo	Verbo
(despedida)	(inanimado)	(sub./int.)	(int. form.)	(demonst.)	(inacusativo)	(inacusativo)
Est. Inform. (f. inform.)	Pos. do Verbo (V2)	Pos. do Verbo (V2)	Verbo (inacusativo)	Verbo (inacusativo)	Sentença (int. form.)	Sentença (int. form.)
Pos. do Verbo (V2)	Verbo (inacusativo)	Verbo (inacusativo)	Pos. do Verbo (V2)	Sentença (int. form.)	Est. Inform. (f. contrast.)	Pos. do Verbo (V2)
Sentença (sub.)	Sentença (sub.)	Est. Inform. (f. inform.)	Traço Sem. (“Deus”)	Pos. do Ver- bo (V2)	Pos. do Ver- bo (V2)	Traço Sem. (inanimado)
Verbo (inacusativo)			Local Carta (despedida)	Local Carta (despedida)	Forma Suj. (demonst.)	

Fonte: Cavalcante, 2018, p. 118.

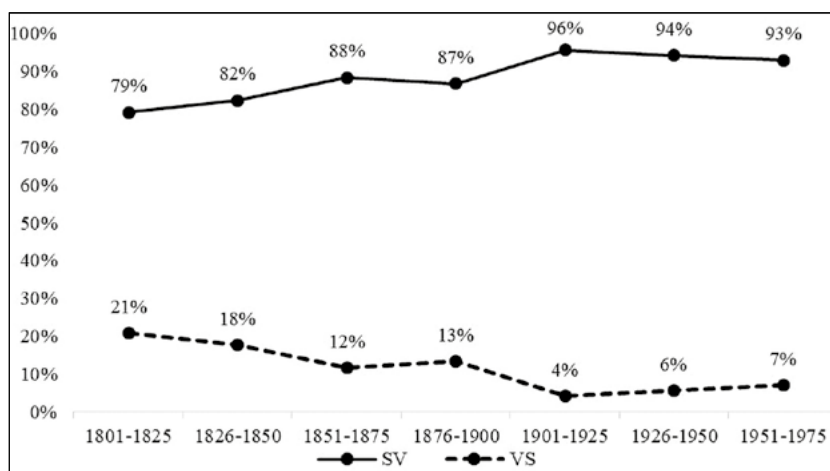
Podemos ver que no primeiro período de nascimento o fator mais relevante é o local da carta (despedida) com maior índice de VS, talvez pelas construções formulaicas (“te abraça sua dindinha”) e, em último lugar de relevância, estão os verbos inacusativos. À medida que passa o tempo, os fatores mais relevantes vão mudando na ordem de seleção: o segundo fator mais relevante no favorecimento da ordem VS é o estatuto informacional do sujeito (foco informacional), que oscila entre a 4ª e a 3ª posição até não aparecer mais como relevante no último período. É interessante notar também que o estatuto informacional passa de foco informacional para foco contrastivo como o mais relevante para a VS.

Com relação ao tipo de oração, temos as subordinadas selecionadas na quarta posição no período 1 e começa a haver uma mudança: passa à primeira posição no período 3 agora não só as subordinadas mas também as interrogativas, e depois somente interrogativas formulaicas (“Como vai a Marieta?”), até figurar como o segundo fator relevante nos últimos períodos.

Finalmente, o tipo de verbo (inacusativo) vai ganhando relevância até chegar ao fator mais relevante no último período.

Podemos dizer que esses resultados confirmam as análises sobre a ordem VS restrita no PB, mas deixam perguntas a serem respondidas, principalmente com relação ao estatuto informacional do sujeito e à focalização. Desse modo, Machado (2020) fez um estudo considerando o estatuto informacional do sujeito para saber quais fatores, além da questão da inacusatividade, podem ainda favorecer o sujeito pós-verbal. No Gráfico 1, a seguir, vemos a evolução da ordem VS em relação à SV ao longo do tempo: o percentual de VS sai de 21% e chega a 7% nas cartas pessoais:

Gráfico 1: Evolução de SV e VS ao longo do tempo em cartas pessoais brasileiras por data de nascimento

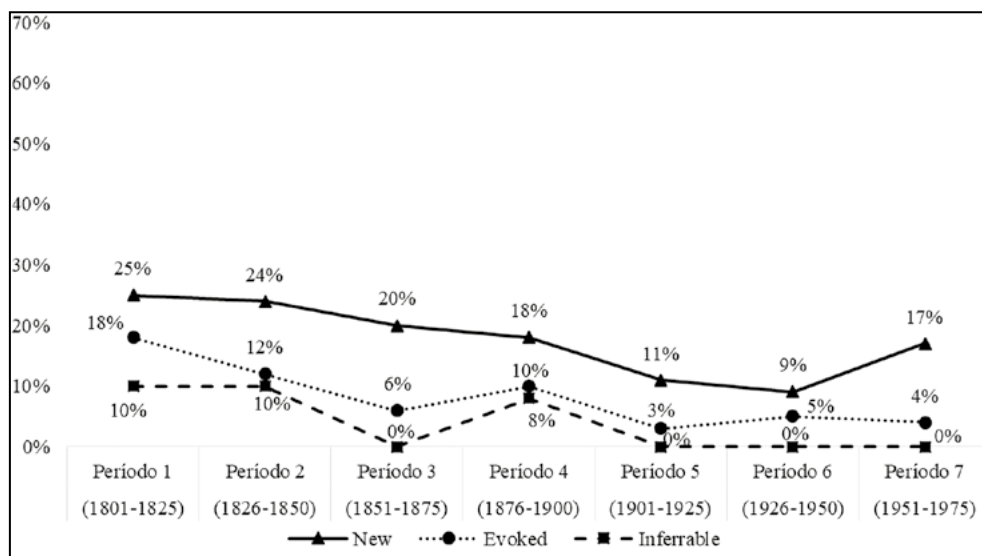


Fonte: Adaptado de Machado, 2020, p. 57.

Mesmo observando que SV sempre foi a ordem preferida, podemos ver uma diminuição nos índices de VS, que saem de 21% e chegam a 7%. Os resultados do Gráfico 1 permitem levantar a questão sobre o que ainda está causando ordem VS nas cartas dos missivistas nascidos entre 1951 e 1975. Desse modo, Machado (2020) observou a distribuição de VS em relação ao estatuto informacional do sujeito, considerando a proposta de Prince (1981): informação nova, evocada e inferível.

O Gráfico 2, a seguir, traz o percentual de VS ao longo do tempo em relação ao estatuto informacional do sujeito, sem considerar os dados de construções inacusativas. Podemos ver que, mesmo num contexto de gramática de ordem VS restrita, a estrutura informacional do sujeito ainda é um fator significativo para a ordem VS no PB: o índice de VS diminui ao longo do tempo em todos os contextos de estatuto informacional; entretanto os maiores índices de VS ocorrem justamente nos contextos de informação nova, seguido pelos contextos de evocado e inferível. Podemos dizer que mesmo numa gramática de VS restrita às construções inacusativas, ainda há influência do estatuto informacional para os sujeitos pós-verbais.

Gráfico 2: Evolução de VS ao longo do tempo segundo o estatuto informacional do sujeito

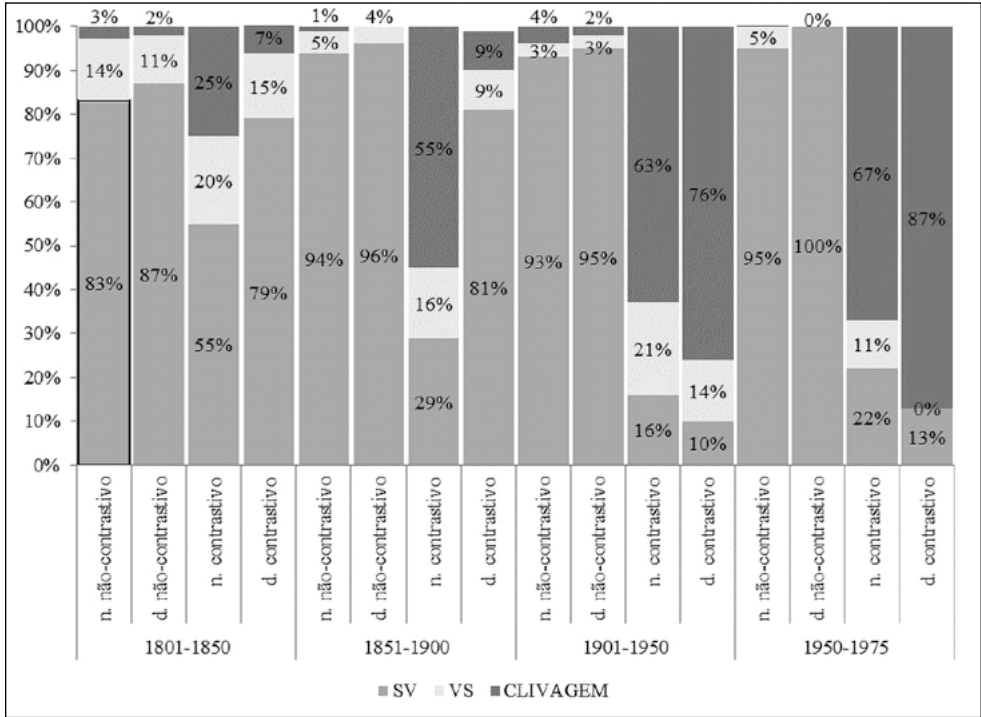


Fonte: Adaptado de Machado, 2020, p. 58.

Vejamos agora como se dá a evolução da marcação de foco. Tomamos por hipótese que, se há uma mudança na gramática que faz com que a ordem VS seja restrita às construções inacusativas, as estratégias de focalização também mudarão. Assim sendo, Cruz (2020) observou a posição do sujeito nas construções de focalização, considerando

não só a ordem SV e VS mas também as construções com sujeitos clivados. A autora diferenciou as construções com estatuto informacional novo e dado cruzando com as informações de foco informacional ou contrastivo. A evolução da posição do sujeito e das construções de focalização ao longo do tempo pode ser vista no Gráfico 3, a seguir:

Gráfico 3: Posição do sujeito (SV, VS, CLIVAGEM) por estatuto informacional ao longo do tempo



Fonte: Adaptado de Cruz, 2020, p. 77.

Podemos ver com os índices do Gráfico 3 que aparentemente não há uma diferença entre novo e dado quando cruzamos com a informação de foco informacional ou contrastivo; a diferença relevante que aparece é entre foco informacional ou contrastivo. Vejamos que nas cartas dos missivistas nascidos entre 1801 e 1850, os índices de VS para foco não contrastivo, novo ou dado, são muito próximos (novo não contrastivo 14% x dado não contrastivo 11%) e as construções clivadas ficam em torno de 3% e 2%. Se considerarmos as construções de foco contrastivo, tanto os índices de VS (20%) quanto os índices de clivagem (23%) são mais altos nos sujeitos com estatuto informacional de informação nova, comparados com informação dada. Ao longo do tempo, entretanto, podemos ver uma mudança relacionada a uma especialização para marcar foco: a clivagem passa a ser a estratégia preferida para marcar foco contrastivo, independentemente se estamos

diante de um sujeito com informação nova ou dada. Essa diferença é bem marcada nas cartas dos missivistas que nasceram no século XX.

Os resultados das três pesquisas aqui apresentadas (CAVALCANTE, 2018; MACHADO, 2020; CRUZ, 2020) apontam para mudanças significativas que podem ser capturadas na amostra de cartas: não só ocorre uma diminuição dos índices de VS ao longo dos anos em direção a uma gramática para VS restrita às construções inacusativas mas também, quando retiramos os dados de construções inacusativas, o estatuto informacional de informação nova ainda é um fator importante para gerar sentenças em VS. Além disso, quando consideramos as construções focalizadas, vemos uma especialização nas construções para marcar foco: a clivagem para marcar foco contrastivo e a ordem VS (pelo menos nas cartas escritas por brasileiros nascidos na primeira metade do século XX) para foco informacional.

Vejamos agora os resultados para o preenchimento do sujeito pronominal.

4.2 Encaixamento da mudança nos sujeitos nulos

Com o objetivo de testar a hipótese de que a ordem VS restrita está relacionada à remarcação do Parâmetro do Sujeito Nulo, resolvemos analisar o comportamento do sujeito nulo no mesmo *corpus*. Estamos considerando somente os sujeitos pronominais (nulos e plenos) de terceira pessoa (singular e plural), por conta da referência do sujeito: é nos sujeitos de terceira pessoa que a referência muda em relação às línguas de sujeito nulo consistente; é a referência da terceira pessoa do singular que passa a ser arbitrária na língua de sujeito nulo parcial; é nos contextos sintáticos do antecedente que vamos ver a mudança nos índices de sujeito nulo.

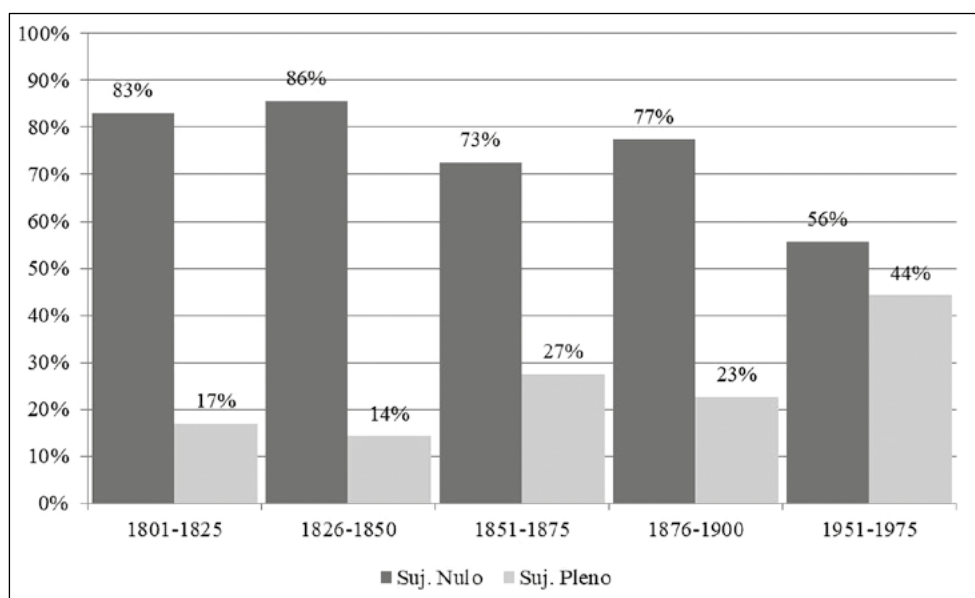
Vejamos a distribuição dos dados de sujeito nulo e pleno ao longo do tempo nas cartas brasileiras na Tabela 1 e no Gráfico 4, a seguir:

Tabela 1: Distribuição de sujeitos nulos e plenos ao longo do tempo por data de nascimento do missivista

	1801-1825	1826-1850	1851-1875	1876-1900	1951-1975	
Suj. Nulo	83	60	66	727	383	
	83%	86%	73%	77%	56%	
Suj. Pleno	17	10	25	213	304	
	17%	14%	27%	23%	44%	
Total	100	70	91	940	687	1888

Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 4: Percentual de sujeitos nulos e plenos ao longo do tempo por data de nascimento do missivista



Fonte: Elaboração própria.

Podemos ver com os dados da Tabela 1 e com o Gráfico 4 uma diminuição nos índices de sujeito nulo que saem de 83% nas cartas dos missivistas nascidos entre 1801 e 1825 e chegam a 56% nos missivistas nascidos entre 1951 e 1975. Esses índices, mesmo que iniciais, já indicam que estamos diante de uma mudança que está encaixada na escrita.

Tendo em vista que a diferença entre o PB e as línguas de sujeito nulo consistente, especialmente PE, se dá não só nos índices de sujeito nulo, que são mais baixos no PB, mas também nos contextos em que o sujeito nulo pode aparecer (conforme mostramos na seção 1), decidimos controlar alguns fatores condicionadores do sujeito nulo e fazer uma rodada no GoldVarb X com todos os dados para saber os fatores relevantes para o sujeito nulo. Devido ao número escasso de dados nos três primeiros períodos de tempo considerados, ainda não pudemos fazer rodadas separadas por data de nascimento. Entretanto fizemos uma rodada com todos os dados para saber os fatores que seriam selecionados como relevantes para o sujeito nulo.

Controlamos o padrão sentencial em que ocorre o sujeito nulo/pleno em relação ao seu antecedente, a saber: (i) o antecedente está na oração precedente, tem a mesma função e “controla” a referência do sujeito da subordinada (40); (ii) o antecedente está na subordinada adverbial precedente com a mesma função e “identifica” o sujeito da principal posposta (41); (iii) o antecedente está no período adjacente com a mesma função

(42); (iv) o antecedente está distante ou é um tópico discursivo (43); (v) o antecedente tem uma função que não a de sujeito (44); e (vi) o referente é a oração anterior (45):

(40) Hoje **Mom** falou que **[0]** vai me ensinar a jogar tennis. (1951-1975)

(41) Quando é negocio **um compromisso que se faz** – **[0]** é cousa diferente e **[0]** segue as leis ou preceitos commerceaes. (1876-1900)

(42) A **[Mimi]** está boa e **[0]** prosegue nos seus estudos de canto e piano. (1876-1900)

(43) Pobre **[Isa]**! Como **[0]** vae sofrer! (1926-1950)

(44) Cheguei agora mesmo do banho de mar e vim escrever esta para **[seu avô]** quando **[0]** for para o Senado levar. (1801-1825)

(45) Mais tarde, se der para você me mandar algum dinheiro, **[vou a S. Francisco]** e **[0]** fica em 198 dólares. (1951-1975)

Por hipótese, os padrões 4, 5 e 6 serão os padrões que menos favorecem o sujeito nulo, tendo em vista que o antecedente ou está em outro período ou tem função diferente do sujeito pronominal. Por hipótese, também, acreditamos que os índices de sujeito nulo vão diminuir em todos os padrões sintáticos e vamos ver nas cartas a implementação do sujeito pleno em todos os padrões sintáticos. Por enquanto, vejamos como se comportam os padrões estruturais que favorecem o sujeito nulo com a Tabela 2, a seguir:

Tabela 2: Peso do fator “Tipo estrutural da sentença” no sujeito nulo nas cartas brasileiras

Padrões	Oco./Total	%	P.R.
Padrão 1: Antecedente na oração precedente / mesma função “controla” a referência do sujeito da subordinada	66/75	88%	0,850
Padrão 2: Antecedente na subordinada adverbial precedente / mesma função “identifica” o sujeito da principal posposta	29/32	91%	0,846
Padrão 3: Antecedente no período adjacente / mesma função	638/889	72%	0,589
Padrão 4: Antecedente distante / tópico discursivo	39/56	70%	0,545
Padrão 5: Antecedente com função que não de sujeito	374/622	60%	0,361
Padrão 6: Referente é a oração anterior	90/99	91%	0,169

Fonte: Elaboração própria.

Podemos ver que os padrões 1, 2 e 3 se apresentaram como os mais relevantes para a presença do sujeito nulo, com pesos relativos de 0,850, 0,846 e 0,589, respectivamente; ao passo que os padrões 4, 5 e 6 foram os menos relevantes, com pesos relativos de 0,545, 0,361 e 0,169, respectivamente, o que significa que os padrões sentenciais estão próximos da descrição teórica sobre a marcação do Parâmetro do Sujeito Nulo no PB: os contextos de maior encaixamento sintático ou de controle de referência favorecem o sujeito nulo; ao passo que os contextos em que a interpretação do sujeito nulo é “menos controlada” ou tem antecedentes discursivos não favorecem o sujeito nulo. Mesmo sendo resultados preliminares, acreditamos que com o aumento do número de dados possamos ter um quadro maior de como se dá o encaixamento da mudança na escrita e se é possível captar a mudança paramétrica.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo apresentamos os resultados das pesquisas que têm sido desenvolvidas no âmbito do Projeto Posição do Sujeito e Estrutura Informacional da Sentença, com base num *corpus* de cartas pessoais escritas por brasileiros nascidos entre os séculos XIX e XX. Estudamos a evolução da ordem VS com relação ao estatuto informacional do sujeito e a sua informação de foco e também a expressão do sujeito pronominal (nulo x pleno).

Por hipótese, seguindo as análises dentro do quadro teórico gerativista, acreditamos que haja uma correlação entre a diminuição dos índices de sujeito nulo ao longo do tempo com um quadro de ordem VS restrita a construções inacusativas. Além disso, pausamos nossas análises no quadro teórico gerativista que trata a mudança linguística como ocorrendo num quadro de competição de gramáticas: a variação encontrada nos textos não é gerada por uma única gramática, mas pela competição de gramáticas distintas.

Os resultados mostram uma diminuição ao longo do tempo nos índices de ordem VS, que se dá da seguinte forma: diminuição nos índices de VS em geral, sendo mais frequente nas construções inacusativas; maiores índices de VS quando o sujeito tem estatuto informacional de informação nova; especialização da clivagem para foco contrastivo e VS para foco informacional.

Com relação ao sujeito pronominal, mesmo com dados preliminares, vemos um quadro de diminuição nos índices de sujeito nulo ao longo do tempo. Além disso, vemos que os padrões sentenciais que mais favorecem o sujeito nulo são justamente aqueles que apresentam um maior encaixamento sintático (o referente está numa oração matriz e controla a referência do sujeito nulo).

Esses resultados permitem afirmar que podemos ver um quadro de competição de gramáticas em missivas escritas por brasileiros nascidos nos séculos XIX e XX: de um quadro em que a VS pode ocorrer em diferentes contextos sintáticos ela passa a

ser restrita a contextos de construções inacusativas e para marcar foco informacional e informação nova. Sobre o sujeito pleno, devido ao número de dados estudados, ainda é cedo para afirmarmos sobre padrões que possam indicar mudança paramétrica, mas podemos afirmar que ocorre um encaixamento da mudança na escrita dos missivistas.

REFERÊNCIAS

- BERLINCK, R. A construção V SN no português do Brasil: uma visão diacrônica do fenômeno da ordem. In: TARALLO, F. (org.). *Fotografias sociolingüísticas*. Campinas: Pontes, 1989. p. 95-112.
- CAVALCANTE, S. R. O. Mudança na posição do sujeito em cartas pessoais brasileiras: a ordem VS e o estatuto informacional do sujeito. *Diadorim*, Rio de Janeiro, v. 20, p. 101-121, 2018.
- CAVALCANTE, S. R. O.; CRUZ, A. B. C. M.; MACHADO, A. L. N. D. Ordem VS restrita e estatuto informacional do sujeito na história do português brasileiro. In: MARINS, J. E.; ORSINI, M. T.; CAVALCANTE, S. R. O. (org.). *Contribuições à descrição e ao ensino do português brasileiro: da fonética ao discurso, com parada obrigatória na sintaxe – uma homenagem a Maria Eugênia Lammoglia Duarte*. v. 1. Rio de Janeiro: Pimenta Cultural, 2021. p. 289-329.
- COELHO, I. L. *A ordem V DP em construções monoargumentais: uma restrição sintático-semântica*. 2000. 245f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.
- CRUZ, A. B. C. M. *Os efeitos da restrição à ordem VS no PB: estratégias gramaticais de focalização*. 2020. 117f. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.
- DUARTE, M. E. L. A perda da ordem V(VERBO) S(SUJEITO) em interrogativas QU- no português do Brasil. *DELTA*, São Paulo, v. 8, n. especial, p. 37-52, 1992.
- DUARTE, M. E. L. *A perda do princípio 'evite pronome' no português brasileiro*. 1995. 140f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.
- DUARTE, M. E. L. The loss of the avoid pronoun principle in Brazilian Portuguese. In: KATO, M.; NEGRÃO, E. (ed.). *Brazilian Portuguese and the null subject parameter*. Frankfurt: Vervuert-Iberoamericana, 2000. p. 17-36.
- FERREIRA, M. B. *Argumentos nulos em português brasileiro*. 2000. 113f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.
- FIGUEIREDO SILVA, M. C. *A posição sujeito no português brasileiro*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- GALVES, C. A gramática do português brasileiro. *Línguas e Instrumentos Lingüísticos*, n. 1, p. 79-98, 1998.
- GALVES, C. *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.
- GALVES, C.; KROCH, A. Main syntactic changes from a Principles-and-Parameters view. In: WETZELS, W. L.; COSTA, J.; MENUZZI, S. (ed.). *The handbook of Portuguese linguistics*. New York: John Wiley & Sons, 2016. p. 487-503.
- KATO, M. A. The partial pro-drop nature and the restricted VS order in Brazilian Portuguese. In: KATO, M. A.; NEGRÃO, E. (org.). *Brazilian Portuguese and the null subject parameter*. Frankfurt/Madrid: Vervuert-Iberoamericana, 2000. p. 223-258.
- KATO, M.; TARALLO, F. Anything YOU can do in Brazilian Portuguese. In: JAEGGLI, O.; SILVA-CORVALÁN, C. *Studies in Romance linguistics*. Dordrecht: Foris, 1986. p. 343-358.

- KISS, K. Identificational focus versus information focus. *Language*, v. 74, n. 2, p. 245-273, 1998.
- KROCH, A. Reflexes of grammar in patterns of language change. *Language Variation and Change*, v. 1, n. 3, p. 199-244, 1989.
- KROCH, A. Syntactic change. In: BALTIN, M.; COLLINS, C. (ed.). *The handbook of contemporary syntactic theory*. Oxford: Blackwell Publishing, 2001. p. 699-729.
- LIGHTFOOT, D. *The development of language*. Oxford: Blackwell, 1999.
- LIGHTFOOT, D. Grammatical approaches to syntactic change. In: JOSEPH, B.; JANDA, R. (ed.). *The handbook of historical linguistics*. Oxford: Blackwell Publishing, 2003. p. 495-508.
- MACHADO, A. L. N. D. *A diacronia da ordem VS no PB: estatuto informacional e outros fatores condicionadores*. 2020. 104f. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.
- MODESTO, M. Null subjects without “rich” agreement. In: KATO, M. A.; NEGRÃO, E. V. (eds). *Brazilian Portuguese and the null subject parameter*. Frankfurt: Vervuet-Iberoamericana, 2000. p. 147-174.
- NEGRÃO, E. V.; MÜLLER, A. L. As mudanças no sistema pronominal do português brasileiro: substituição ou especialização de formas? *DELTA*, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 125-152, 1996.
- NICOLAU DE PAULA, M. As interrogativas-Q em peças portuguesas: uma análise da ordem VS/SV em comparação com peças brasileiras. *Episteme Transversalis*, v. 2, p. 40-50, 2018.
- PILATI, E. Sobre a ordem verbo-sujeito no português brasileiro: 30 anos em mirada crítica. *Revista Linguística*, Rio de Janeiro, v. 12, p. 183-205, 2017.
- PINTZUK, S. Variationist approaches to syntactic change. In: JOSEPH, B.; JANDA, R. (ed.). *The handbook of historical linguistics*. Oxford: Blackwell Publishing, 2003. p. 509-528.
- PRINCE, E. Toward a taxonomy of given-new information. In: COLE, P. (ed.). *Radical pragmatics*. New York: Academic Press, 1981. p. 223-255.
- SANKOFF, D.; TAGLIAMONTE, S. A.; SMITH, E. *GoldVarb X: a variable rule application for Macintosh and Windows*. University of Toronto: Department of Linguistics, 2005.
- TARALLO, F. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d’aquém e d’além-mar ao final do século XIX. In: ROBERTS, I.; KATO, M. A. (org.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Homenagem a Fernando Tarallo. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p. 69-105.
- TARALLO, F.; KATO, M. A. Harmonia transsistêmica: variação intra- e inter-linguística. *Preedição*, Campinas, v. 5, p. 315-353, 1989.
- WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].
- ZUBIZARRETA, M. L. *Prosody, focus and word order*. Cambridge: MIT Press, 1998.

GRAMÁTICA E PRODUÇÃO DE TEXTO NO ENSINO BÁSICO: ESTRATÉGIAS DE SUBORDINAÇÃO ORACIONAL EM PRÁTICAS DE ESCRITA

Juanito Ornelas de Avelar (UNICAMP)

Rômulo Tiago da Silva (SECTEL-Parobé/RS, SEDUC-RS)

1 INTRODUÇÃO

Em texto intitulado *Gramática, variação e normas*, Dinah Callou chama atenção para a necessidade de o ensino da norma gramatical ser alinhado à expectativa de que o estudante trabalhe com os mais diversos tipos de textos orais e escritos, visando depreender os mecanismos produtores de sentido que entram em jogo no processo de construção textual.

É fundamental em sala de aula fazer o aluno ter contato com a língua falada e escrita e fazê-lo produzir textos os mais variados, levando-o sempre à compreensão do sentido global do texto e dos mecanismos produtores desse sentido. Os parâmetros curriculares chamam a atenção para o fato de o ensino de língua dever ser baseado no texto e que a língua não é só uma estrutura abstrata, mas um fenômeno sócio-histórico, não é apenas código, mas também fonte de ensino. [...] O reconhecimento das diferenças entre as normas da fala e da escrita, das diferenças entre os vários textos, literário, jornalístico, científico etc., irá contribuir para tornar o falante mais capaz de se situar no mundo. (CALLOU, 2007, p. 29)

Dinah Callou destaca, nesse excerto, que uma das contribuições do estudo da norma deve ser a de tornar “o falante mais capaz de se situar no mundo”. Se pensado à luz da Base Nacional Curricular Comum (BNCC), esse “se situar no mundo” pode ser entendido

como o resultado da confluência de diferentes elementos (língua, gêneros, textos, norma-padrão, semioses) no processo de construção do conhecimento, nos seguintes termos:

Os conhecimentos sobre os gêneros, sobre os textos, sobre a língua, sobre a norma-padrão, sobre as diferentes linguagens (semioses) devem ser mobilizados em favor do desenvolvimento das capacidades de leitura, produção e tratamento das linguagens, que, por sua vez, devem estar a serviço da ampliação das possibilidades de participação em práticas de diferentes esferas/campos de atividades humanas. (BRASIL, 2018, p. 67)

Promover essa confluência tem sido um dos maiores desafios dos professores de português no ensino básico. Especificamente quanto à abordagem gramatical, que perpassa pelo menos dois dos elementos elencados (língua e norma-padrão), ainda há escassez de trabalhos acadêmicos, materiais e recursos didático-pedagógicos que possibilitem explorar a adequada relação entre gramática e os chamados *gêneros do discurso*. Mencionamos aqui os *gêneros do discurso* em decorrência da centralidade que adquiriram nos documentos curriculares oficiais: assumir o texto como objeto definidor de conteúdos, habilidades e objetivos implica, para a BNCC, considerar o “seu pertencimento a um **gênero discursivo que circula em diferentes esferas/campos de atividade/comunicação/uso da linguagem**” (BRASIL, 2018, p. 67, grifo nosso).

Uma rápida olhada em coleções didáticas de Língua Portuguesa lançadas na última década evidencia um progressivo investimento em conteúdos centrados nos gêneros. Essas coleções preservam os tópicos tradicionais da análise gramatical (incluindo os de cunho normativo), que vão aparecendo entremeados com a exposição de gêneros diversos. É comum que frases presentes em textos representativos de um determinado gênero sejam utilizadas para exemplificar um tópico gramatical, sem, contudo, que se estabeleça uma relação clara entre esse tópico e as marcas constitutivas do gênero (ou de um ou mais textos pertencentes a esse gênero). A isso talvez se deva, em grande medida, a impressão de “bagunça” ou “mistureba” que muitos docentes do nível básico costumam apontar quando indagados sobre o que pensam da organização dos livros didáticos: as coleções “misturam” gramática com gêneros discursivos, sem que se construa uma relação teórico-conceitual evidente e/ou produtiva entre os dois domínios de conhecimento.

Uma dificuldade adicional na tentativa de abordar aspectos gramaticais sem perder de vista a centralidade do texto está na ideia de que a escola precisa valorizar o conhecimento gramatical naturalmente internalizado pelos alunos (POSSENTI, 1996; KATO, 2013; OLIVEIRA; QUAREZEMIN, 2016; AVELAR, 2017; PILATI, 2017; entre outros). Esse conhecimento pode ser caracterizado, *grosso modo*, como um conjunto de propriedades morfológicas e sintáticas aprendidas no processo natural de aquisição da linguagem. Trata-se de um conhecimento que independe do acesso à escola e compõe o saber natural que toda criança desenvolve sobre a sua língua materna (por exemplo, os falantes nativos

de português adquirem naturalmente a regra segundo a qual os itens adposicionais dessa língua, como *em*, *de* e *para*, são sempre prepositivos e, por isso, devem ser colocados antes, e não depois, do núcleo do sintagma nominal). Em contraposição, o processo de aquisição da escrita não se dá de modo natural e pode, muitas vezes, envolver regras que são estranhas à gramática naturalmente internalizada pelos falantes. É o caso, por exemplo, das regras presentes na gramática normativa para a colocação enclítica, mesoclítica ou proclítica do pronome átono, que se distanciam do padrão tipicamente proclítico do português brasileiro vernáculo.

A esse respeito, Kato (2013) argumenta que o aprendizado da escrita padrão para os falantes naturais de português brasileiro equivale à aquisição de uma língua estrangeira.

O problema principal no ensino do português é a distância entre a língua falada, vernacular, pré-letramento [...] e a língua escrita institucionalizada, a que a escola visa como meta de aprendizagem. Em todas as línguas se observam diferenças entre a fala e a escrita, mas no Português do Brasil (PB) existe um fosso de tal ordem que, para a criança aprender a ler e a escrever, ela enfrenta a tarefa de aprendizagem de uma língua estrangeira.

[...] No nível de pesquisa e material escolar, seria preciso que a escola entendesse a distância entre a **gramática nuclear**, resultado da aquisição espontânea da criança, e as normas seguidas pela escrita, muitas das quais não fazem mais parte da gramática oral de grande parte da população brasileira. O conhecimento linguístico do adulto [...] pode diferir grandemente entre os brasileiros, não apenas em função de diferenças dialetais, mas sobretudo graças aos graus diferentes de letramento. (KATO, 2013, p. 149-150)

Diante dessas considerações, devemos nos perguntar como articular o trabalho com o texto, um artefato indispensável ao processo de letramento, e com as práticas de análise linguística, que não podem perder de vista o saber natural dos falantes sobre a sua língua. Dentre os investimentos pedagógicos necessários ao sucesso dessa articulação, está a verificação de que os alunos aprendem no percurso do seu processo de letramento, à medida que entram em contato com os diferentes gêneros discursivos e tipos textuais à sua disposição. A partir dessa verificação, é possível estabelecer metas e estratégias de ensino-aprendizagem que levem em conta tanto o conhecimento gramatical naturalmente internalizado quanto os saberes linguísticos construídos pelos alunos no seu histórico de letramento.

Este capítulo apresenta os resultados de um estudo desenvolvido a partir de materiais produzidos por estudantes do nono ano do ensino básico em práticas de escrita destinadas à produção de textos representativos de gêneros da esfera jornalística. O objetivo do estudo foi observar as estratégias de subordinação oracional de que os estudantes se

valem na produção dos seus textos, visando identificar quais são as mais comuns e em que medida elas se conformam aos tipos oracionais previstos em gramáticas tradicionais e livros didáticos na abordagem dos chamados *períodos compostos*. Pretendemos, com isso, observar um importante elemento linguístico que entra em jogo para “tornar o falante mais capaz de se situar no mundo” (CALLOU, 2007, p. 29): o seu conhecimento a respeito dos mecanismos de articulação oracional e a utilização desse conhecimento em práticas de escrita. O estudo foi norteado pelas seguintes questões: (i) Quais são as estratégias de articulação oracional empregadas por estudantes do último ano do ensino fundamental em sua produção escrita?; (ii) Em que medida essas estratégias abrangem os tipos de oração subordinada propostos pela NGB (e assumidos em manuais de gramática e livros didáticos)?; (iii) Que relação pode ser estabelecida entre as estratégias escolhidas pelos estudantes e a sua intenção comunicativa em práticas voltadas à produção de textos pertencentes a gêneros específicos?; (iv) Como o mapeamento das estratégias de articulação oracional utilizadas pelos alunos podem contribuir para atender às expectativas da BNCC no que diz respeito à abordagem de períodos compostos e tópicos afins nas últimas séries do ensino fundamental?

O capítulo se divide da seguinte forma: para além desta seção introdutória, discutimos, na seção 2, as habilidades elencadas pela BNCC que pressupõem o trabalho com períodos compostos no ensino de língua portuguesa bem como abordamos a nomenclatura tradicionalmente proposta para as orações subordinadas; na seção 3, relatamos o desenvolvimento de uma oficina dedicada a práticas de escrita, no âmbito da qual foram produzidos os materiais utilizados para analisar as estratégias de subordinação; nas seções 4 e 5, expomos os tipos oracionais mais comumente empregados pelos estudantes e tecemos considerações a respeito de como a seleção desses tipos pode ser um reflexo de propósitos comunicativos envolvidos nas atividades de produção textual; na seção 6, apresentamos as conclusões do trabalho.

2 PERÍODOS COMPOSTOS E SUBORDINAÇÃO ORACIONAL NA BNCC

Na BNCC, os tópicos que tratam direta ou indiretamente da articulação oracional são explicitados nos programas para os 7º, 8º e 9º anos. O documento relaciona a abordagem desses tópicos com práticas de produção e recepção textual, tendo em vista a expectativa de que “estudos de natureza teórica e metalinguística [...] não devem nesse nível de ensino ser tomados como um fim em si mesmo”, mas “estar envolvidos em **práticas de reflexão que permitam aos estudantes ampliarem suas capacidades de uso da língua/linguagens (em leitura e produção) em práticas situadas de linguagem**” (BRASIL, 2018, p. 71, grifo nosso).

Identificamos, na BNCC, sete habilidades (em meio às mais de 180 para as últimas quatro séries do ensino fundamental) relacionadas à articulação de orações. Os

descritores dessas habilidades listam elementos que são facilmente reconhecidos entre tópicos gramaticais presentes nos livros didáticos: conjunção, período composto, coordenação e subordinação, oração adjetiva restritiva e explicativa, pronome relativo. Reproduzimos a seguir as sete habilidades em questão (os quatro primeiros caracteres alfabéticos e numéricos no código que antecede o descritor indicam o ano ao qual cada uma se aplica – EF07, EF08 e EF09 se referem aos 7º, 8º e 9º anos do Ensino Fundamental, respectivamente).

(EF07LP11) Identificar, em textos lidos ou de produção própria, períodos compostos nos quais duas orações são conectadas por vírgula, ou por conjunções que expressem soma de sentido (conjunção “e”) ou oposição de sentidos (conjunções “mas”, “porém”).

(EF08LP11) Identificar, em textos lidos ou de produção própria, agrupamento de orações em períodos, diferenciando coordenação de subordinação.

(EF08LP12) Identificar, em textos lidos, orações subordinadas com conjunções de uso frequente, incorporando-as às suas próprias produções.

(EF08LP13) Inferir efeitos de sentido decorrentes do uso de recursos de coesão sequencial: conjunções e articuladores textuais.

(EF08LP15) Estabelecer relações entre partes do texto, identificando o antecedente de um pronome relativo ou o referente comum de uma cadeia de substituições lexicais.

(EF09LP08) Identificar, em textos lidos e em produções próprias, a relação que conjunções (e locuções conjuntivas) coordenativas e subordinativas estabelecem entre as orações que conectam.

(EF09LP09) Identificar efeitos de sentido do uso de orações adjetivas restritivas e explicativas em um período composto. (BRASIL, 2018, p. 172-191)

Em quatro das sete habilidades, o objeto a ser explorado como campo de observação e análise são “textos lidos ou de produção própria”, o que reforça a expectativa de que os estudos teóricos devem, no contexto escolar, promover a ampliação das capacidades de uso dos recursos linguísticos em práticas de leitura e produção. Mesmo quando não é mencionado, infere-se que o texto é relevante como instância de análise, a partir de trechos como “inferir/identificar efeitos de sentido”, o que pressupõe algum tipo de trabalho voltado à recepção textual. Chama atenção a importância atribuída aos textos de “produção própria”, nos quais os estudantes devem reconhecer e empregar diferentes recursos ligados à constituição do período composto. Essa condição requer do docente uma apurada observação sobre as estratégias de articulação oracional a que os seus alunos recorrem em práticas de escrita, seja para ajudá-los a reconhecer e analisar essas estratégias, seja para aperfeiçoar os seus usos e ampliar o repertório de recursos para além dos que já são empregados pelos estudantes em suas produções.

Algumas questões podem ser levantadas a partir dessa lista de habilidades. Uma delas, por exemplo, é por que razão as orações substantivas e adverbiais não são mencionadas, mas apenas as adjetivas. Da mesma forma, não é claro por que os antecedentes de pronomes relativos são a única estratégia gramatical listada para “estabelecer relações entre partes do texto”, uma vez que outras estratégias gramaticais também são relevantes para promover essas relações, como o emprego de preposições e conjunções coordenativas e subordinativas, por exemplo. Não há aqui espaço para avançar na discussão dessas questões, mas vale registrar que não são claras as razões que teriam levado, na elaboração da BNCC, à escolha de certos tópicos de análise gramatical necessários ao estudo dos períodos compostos, enquanto outros relevantes ao mesmo assunto não são citados.

Outro ponto a ser destacado é que os conteúdos teóricos e metalinguísticos relacionados à articulação oracional nas sete habilidades se conformam, em linhas gerais, à visão tradicional adotada pelos livros didáticos para abordar o período composto. O tratamento oferecido pela maioria das gramáticas tradicionais (seguido pelos livros didáticos) tem finalidades estritamente taxonômicas, o que também parece ser, em algum grau, o propósito da habilidade EF08LP11 – *Identificar, em textos lidos ou de produção própria, agrupamento de orações em períodos, diferenciando coordenação de subordinação*. A esse respeito, a abordagem tradicional, ao classificar os diferentes tipos de oração, recorre a critérios de ordem sintática (presença ou ausência de conjunção para introduzir a oração, dependência ou independência sintática entre orações, função sintática que a oração desempenha dentro de outra oração), morfológica (a realização do verbo na forma desenvolvida ou reduzida), semântica (valor das conjunções introdutoras de orações coordenadas e subordinadas adverbiais) e discursiva (por exemplo, a oposição entre *restrição* e *explicação* para caracterizar as orações adjetivas). O resultado da aplicação desses critérios é, em conformidade com a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), uma lista com 23 tipos oracionais, abrangendo diferentes orações coordenadas (sindéticas e assindéticas) e subordinadas (substantivas, adjetivas e adverbiais, nas versões desenvolvida e reduzida) – ver os quadros 1, 2 e 3 adiante. Para identificar agrupamentos de orações em períodos, fazendo a adequada distinção entre coordenação e subordinação, tal como previsto na habilidade EF08LP11, o aluno precisará recorrer a necessariamente três desses critérios (o sintático, o morfológico e o semântico), o que requer alguma reflexão de ordem teórico-metalinguística para a sua adequada aplicação.

Na literatura relativa ao ensino de gramática, têm sido propostas algumas alternativas ao modelo tradicional de análise sintática (KENEDY, 2010; FERRAREZI JR., 2012; PERINI, 2019; entre vários outros). No que diz respeito ao período composto, costuma-se destacar a necessidade de simplificar a categorização dos tipos oracionais para que o aluno se concentre mais em reconhecer propriedades associadas às diferentes estratégias de articulação oracional e menos em saber nomear, com precisão terminológica, as diferentes orações. Duarte (2007) compara a abordagem tradicional com a proposta

em Mateus et al. (2003), que exploram a oposição entre argumento (complemento) e não-argumento (adjunto) bem como a natureza do predador ao qual as orações se subordinam. Os quadros a seguir foram apresentados em Duarte (2007) para ilustrar os contrastes entre a nomenclatura tradicional e a sugerida por Mateus et al. (2003).

Quadro 1: A subordinação completiva

Gramática Tradicional		Mateus et al.
Nomenclatura Gramatical Brasileira	Rocha Lima	
Substantivas a) subjetiva b) predicativa c) objetiva direta d) objetiva indireta e) completiva nominal f) apositiva	Substantivas a) subjetiva b) predicativa c) objetiva direta d) completiva relativa e) completiva nominal f) apositiva	Subordinação completiva a) de verbo b) de adjetivo c) de nome (substantivo)

Fonte: Duarte, 2007, p. 210.

Quadro 2: A subordinação relativa

Gramática Tradicional
Adjetivas a) restritiva b) explicativa Mateus et al. Adjetivas a) restritiva b) apositiva

Quadro 3: A subordinação adverbial

Gramática Tradicional	Mateus et al.
Adverbiais a) causais b) condicionais c) concessivas d) finais e) temporais f) conformativas g) comparativas h) consecutivas i) proporcionais	Subordinação adverbial a) causais b) condicionais c) concessivas d) finais e) temporais Construções de graduação e comparação a) conformativas b) comparativas c) consecutivas d) proporcionais

Fonte: Duarte, 2007, p. 215; 219.

A simplificação no domínio das orações subordinadas substantivas, que Mateus et al. (2003) definem como subordinação completiva (dado o caráter argumental e, portanto, completivo dessas orações), é evidente. A nomenclatura com seis subtipos da Gramática Tradicional é reduzida para uma com apenas três, que levará em conta tão somente a natureza do predador (verbal, adjetival ou nominal) responsável pela seleção da oração. Notemos ainda que a oração substantiva apositiva é, em Mateus et al. (2003),

incluída no grupo da subordinação relativa, passando a ter o mesmo estatuto atribuído às adjetivas explicativas na abordagem tradicional.

Quanto às subordinadas adverbiais, são divididas em dois tipos na proposta de Mateus et al. (2003): as propriamente adverbiais e as construções de graduação e comparação. As orações desse segundo grupo se diferenciam das do primeiro por sua falta de mobilidade dentro do período. Duarte (2007, p. 218) destaca que são “estruturas com uma integração sintática muito mais estreita, uma integração que se caracteriza, em geral, pela presença de termos “correlatos” na principal e na subordinada (*tanto... que; quanto mais... tanto mais; mais... do que*)”.

Duarte (2007, p. 222) ainda discorre sobre o que é necessário para despertar o interesse dos alunos pelo estudo da organização do período. Segundo a autora, “é preciso que o professor parta de textos próximos do mundo que os cerca, desde os textos literários (incluindo as letras de músicas), passando pelos textos escolares [...] até os textos jornalísticos”. E continua:

Só por meio do texto (falado e escrito) será possível verificar a frequência com que esta ou aquela estrutura aparece, quais as conjunções que caíram em desuso, quais as novas conjunções e formas de articulação que se implementam no sistema [...]. Enfim, o aluno deve ser ainda levado a examinar a estrutura dos períodos no seu próprio texto, aprendendo a reconhecer os processos de que ele lança mão todas as vezes (em) que fala e escreve. E, sobretudo, o professor e o aluno devem ir além da nomenclatura, das classificações, que acabam por levar a um aprisionamento que impede uma visão mais nítida da maneira pela qual os termos se organizam em orações [...]. (DUARTE, 2007, p. 222)

Para que os objetivos elencados por Duarte (2007) sejam alcançados, é imprescindível investir em frentes de pesquisa para descrever e analisar as estratégias de articulação oracional a que os estudantes recorrem em atividades de produção textual. Investigações nessa linha podem fornecer subsídios valiosos aos professores de português no ensino básico, lhes permitindo implementar práticas para além da nomenclatura, das classificações, que possibilitem aos alunos reconhecer, caracterizar, utilizar e ampliar o repertório dos tipos oracionais que a língua coloca à sua disposição. Voltaremos a abordar essa questão na seção 5, quando nos ocuparemos das estratégias de subordinação oracional em textos produzidos por estudantes.

3 OFICINA DE PRODUÇÃO TEXTUAL

Nesta seção, descrevemos as atividades didáticas desenvolvidas em uma oficina de produção textual junto a uma escola pública no município de Parobé, Rio Grande do Sul.

Parte dos materiais produzidos durante essas atividades compõe o *corpus* que serviu para análise das estratégias de subordinação oracional empregadas pelos estudantes em práticas de escrita. Também abordaremos criticamente algumas questões relativas à leitura e à produção de textos no espaço escolar, considerando os objetivos apresentados na BNCC para esses dois eixos programáticos do ensino de Língua Portuguesa.

3.1 O lugar da escrita na sala de aula em tempos de BNCC

Antes de mencionar algumas habilidades de leitura e escrita sugeridas pela BNCC, vamos nos deter em algumas questões desafiadoras para a produção textual em sala de aula, tendo em vista que um dos autores deste capítulo é professor de português nas redes públicas municipal e estadual desde 2010. No que se refere ao ensino de língua portuguesa, a percepção do coautor, em sua vivência como docente, é de que parte considerável dos estudantes não se engaja em práticas de escrita porque dificilmente faz uso, no dia a dia e/ou na vida profissional (no caso dos adolescentes e jovens que já trabalham formalmente), dos tipos textuais comumente cobrados pela escola. Em outras palavras, as atividades de produção escrita são distantes e estranhas à realidade dos educandos, que vivenciam práticas de linguagem bastante diversas das da cultura escrita priorizada no contexto escolar. O resultado natural desse processo é a desmotivação e o enfado, por parte dos alunos, diante de atividades voltadas à produção de texto, pois os desafios impostos para o domínio satisfatório dessa prática os conduzem à ideia de que são incompetentes, limitados, incapazes de ter sucesso nesse quesito.

Soma-se a isso a falta de prioridade à escrita de textos no espaço escolar. A esse respeito, autores como Ferrarezi Jr. e Carvalho (2015) chamam atenção para o tratamento que se costuma oferecer ao ensino de produção textual, algo que caracterizam como **“assistemático, esparso e tratado como uma espécie de conteúdo sem prioridade**, um segundo plano em relação aos conteúdos programáticos teóricos, especialmente, em relação às coisas chamadas ‘gramaticais’” [grifo nosso] (FERRAREZI JR.; CARVALHO, 2015, p. 15). Uma das razões que explicam a baixa prioridade à produção textual passa por uma situação vivenciada pela maioria dos professores do ensino básico: por falta de tempo para preparar aulas voltadas a práticas efetivas de escrita e por lacunas na sua formação acadêmica (geralmente centrada em questões teórico-gramaticais), os docentes acabam por mostrar dificuldades para promover o percurso necessário ao ensino sistemático de produção textual. Antunes (2019) trata a questão nos seguintes termos:

[...] o exercício da escrita, da escrita de textos, ainda não é uma prioridade nas escolas. Falta programação, falta tempo para isso. Quase sempre, o programa de gramática ocupa esse tempo. Faltam condições de trabalho para os professores, com salas superlotadas e desconfortáveis, sem clima de concentração e de trabalho assíduo. Faltam professores, eles mesmos, com essas competências de

escrita desenvolvidas ou em desenvolvimento, capazes de ensinar o “caminho”, pelo qual eles já passaram e passam todos os dias. (ANTUNES, 2019, p. 19)

Face a esses obstáculos, a BNCC destaca que cabe à escola promover o acesso dos alunos à cultura letrada desde os anos iniciais, aperfeiçoando habilidades e técnicas de escrita nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio. O documento estabelece, como já mencionado na introdução deste capítulo, o texto como o objeto central na disciplina de língua portuguesa. Essa centralidade se torna ainda mais desafiadora aos docentes frente à ênfase dada às novas tecnologias digitais de comunicação e informação, algo que não se verificava, pelo menos de forma tão explícita, em documentos anteriores de orientação curricular.

As práticas de linguagem contemporâneas não só envolvem novos gêneros e textos cada vez mais multissemióticos e multimidiáticos, como também novas formas de produzir, de configurar, de disponibilizar, de replicar e de interagir. As novas ferramentas de edição de textos, áudios, fotos, vídeos tornam acessíveis a qualquer um a produção e disponibilização de textos multissemióticos nas redes sociais e outros ambientes da Web. Não só é possível acessar conteúdos variados em diferentes mídias, como também produzir e publicar fotos, vídeos diversos, podcasts, infográficos, enciclopédias colaborativas, revistas e livros digitais etc. (BRASIL, 2018, p. 68)

Em suma, é essencial que a escola básica acompanhe as mudanças desencadeadas pelo avanço proporcionado pelas novas tecnologias digitais. Esse acompanhamento deve se desenvolver, como ressalta o documento, sem perder de vista a leitura e a produção escrita de gêneros da cultura impressa, que são primordiais para a inserção do aluno em diversos campos de atuação da vida cotidiana e pública.

Não se trata de deixar de privilegiar o escrito/impresso nem de deixar de considerar gêneros e práticas consagrados pela escola, tais como **notícia, reportagem, entrevista, artigo de opinião, charge, tirinha, crônica, conto, verbete de enciclopédia, artigo de divulgação científica** etc., próprios do letramento da letra e do impresso, mas de contemplar também os novos letramentos, essencialmente digitais. (BRASIL, 2018, p. 69, grifo nosso)

Foi diante desse cenário marcado pela baixa prioridade às práticas de escrita que elaboramos as dinâmicas de produção textual relatadas na próxima seção. As atividades foram desenvolvidas em uma oficina voltada à recepção e produção de textos pertencentes a gêneros da esfera jornalístico-midiática, explorando como mote o enredo de uma famosa telenovela dos anos 1990. O material produzido pelos alunos durante essa oficina é a fonte que utilizamos para o estudo da subordinação oracional, cujos resultados serão apresentados nas seções 4 e 5.

3.2 A oficina: o gênero *telenovela* como ponto de partida para práticas de escrita

A escolha da telenovela como ponto de partida para o desenvolvimento de uma oficina dedicada à produção de textos da esfera jornalístico-midiática (notícia, reportagem, perfil, *spoiler*, anúncio, entre outros) se explica pela familiaridade dos alunos com esse gênero popular. Mesmo que nem todos os estudantes sejam assíduos espectadores de telenovelas, o seu formato é amplamente conhecido da população em geral, o que facilita sua introdução como objeto de análise e debate em sala de aula. A oficina foi realizada na EMEF Getúlio Dornelles Vargas, em Parobé, município gaúcho situado a 80 km de Porto Alegre. As atividades foram desenvolvidas numa turma de nono ano, entre os dias 26 e 30 de julho de 2021, totalizando 20 horas, com a participação presencial de 20 estudantes, todos na faixa dos 14-15 anos de idade. Um dos autores deste artigo, que leciona na escola como professor de Língua Portuguesa dos últimos anos do ensino fundamental, foi o responsável local pela organização das atividades.

A telenovela selecionada foi *A próxima vítima*, exibida pela TV Globo entre 13 de março e 03 de novembro de 1995, no horário das 20h30, totalizando 203 capítulos. Com a autoria de Silvio de Abreu e direção de Jorge Fernando, *A próxima vítima* foi um dos maiores sucessos de público e crítica da tevê brasileira na década de 1990. Além de tramas paralelas que envolviam questões largamente abordadas em telenovelas dos dias atuais (como prostituição, homossexualidade, drogas, triângulos amorosos, violência doméstica, menores abandonados), a trama principal era marcada pelo constante suspense envolvido na morte misteriosa de várias personagens, desencadeando três perguntas entre os espectadores: *quem matou*, *por que matou* e, principalmente, *quem será a próxima vítima*?

Toda a trama em torno das mortes foi apresentada resumidamente aos alunos durante a oficina, por meio da exibição de trechos originais da novela. As cenas escolhidas mostravam tanto os assassinatos em série (sem revelar quem era o assassino) como outros pontos marcantes da trama nos quais alguns dos personagens principais estavam envolvidos. Para manter a atmosfera de suspense entre os alunos, a revelação só foi feita no último dia das atividades.

As práticas de escrita se deram durante o desenvolvimento da oficina, com a turma sendo envolvida em dinâmicas de produção textual para abordar diferentes elementos do enredo. Os alunos foram solicitados a produzir notícias para relatar eventos específicos da história (como se fossem acontecimentos reais noticiados na mídia impressa), reportagens sobre a série de assassinatos e o *modus operandi* do assassino, anúncios comerciais para divulgar a telenovela, perfil para descrever e apresentar uma das personagens principais ao grande público, *spoilers* sobre os próximos capítulos etc. Antes das atividades de produção, os gêneros trabalhados foram exemplificados com textos publicados em jornais de grande circulação, visando familiarizar os estudantes com as principais características dos gêneros em questão.

A metodologia de trabalho que compôs a oficina seguiu, de forma adaptada para o contexto de sala de aula e pelo tempo destinado às práticas, os três elementos básicos das telenovelas tratados em Campedelli (1986), a saber: o corte do capítulo num momento importante, a narração de várias peripécias ao mesmo tempo e a arte de se fazer esperar. Como foram 20 horas dedicadas a tarefas de escuta, leitura e, especialmente, produção, o professor selecionou, para além da trama principal (o suspense em torno dos assassinatos), uma das tramas paralelas (família e traições), ambientada na mansão de um dos principais núcleos familiares da novela – os Ferreto. Em sala, nenhum capítulo foi assistido inteiro, mas os cortes em momentos importantes foram feitos em cenas previamente selecionadas, que, junto com a narrativa própria do professor, reconstruíam os fios das duas tramas (a paralela e a principal). Esses cortes eram feitos em pontos estrategicamente selecionados, de modo a reforçar o suspense e manter a turma interessada no desenrolar da história.

Ao todo, foram trabalhadas nove cenas para mostrar os assassinatos, que ocorriam de forma inesperada ao longo da trama, sendo geralmente uma vítima a cada mês. O público era pego de surpresa e as indagações – *Quem matou? Quem será a próxima vítima?* – ressurgiam novamente e movimentavam as opiniões. As mortes aconteciam de formas distintas: envenenamento, atropelamento, queda de cavalo, sabotagem em elevador, asfixia, tiro, entre outras. Além dessas nove cenas, os alunos foram apresentados às maldades de uma das vilãs da história, Isabela Ferreto, interpretada pela atriz Cláudia Ohana.

Reproduzimos a seguir a transcrição da versão manuscrita de três textos produzidos pelos alunos durante a oficina. O primeiro é a notícia da morte de uma das personagens, fato relatado pelos alunos como se fosse real; o segundo é o perfil de uma das personagens (Isabela), elaborado para levá-la ao conhecimento do grande público, como se este ainda não a conhecesse e estivesse à espera da estreia da novela; o terceiro é um exemplo de *spoiler*, que serve para dar detalhes sobre o que vai acontecer nos próximos capítulos. Trata-se de três gêneros bastante comuns em jornais impressos e *sites* de notícias, sendo dois deles – o perfil de personagens e o *spoiler* – bastante conhecidos dos alunos que assistem a novelas e séries e buscam informações sobre esses formatos no noticiário de lazer e cultura.

Andreia Barcelos é encontrada morta

A atriz Andreia Barcellos foi encontrada morta em seu carro esta manhã. Ela estava desaparecida a um mês. “Estava quase irreconhecível, porém, com ajuda dos nossos peritos criminais e médicos descobrimos que isso não foi um acidente, e sim um assassinato”. Disse o delegado.

Segundo vizinhos Andreia estava se organizando para uma viagem de férias, e pegou carona com uma mulher desconhecida.

Andreia Barcellos deixa uma marca no mundo das novelas.

Perfil de Isabela Ferreto

Isabela Ferreto, uma mulher de 32 anos, nascida em São Paulo, veio de uma família muito rica, cujo os pais são Carmela e Adalberto. Sua tia Filomena Ferreto, por não poder ter filhos considerava Isabela sua filha, e sempre a mimou muito desde pequena. Por ser uma mulher muito mimada ela sempre fez o que quis e nunca sofreu com as consequências de seus atos. Em sua vida já teve noivados, casamentos, traições, mentiras, sedução e assassinatos.

Andreia é assassinada por Isabela

Você verá nessa semana!!

Isabela é responsável pelo ocorrido na barragem com Andreia. Após Andreia recuperar suas fotos comprometedoras, perde o medo e faz ameaças a Isabela sobre sua gravidez falsa. E Isabela vai em busca de vingança. Na noite que Andreia estava saindo para viajar para Catanduva, Isabela entra no carro de Andreia e saca e arma de sua bolsa e fala “toca esse carro para a represa”. Já na represa Andreia questiona Isabela falando que ela vai se presa, Isabela usa a situação de estar rolando varios crimes para por a culpa no criminoso. Andreia tenta tirar a arma de Isabela, nisso ela efetua um disparo contra Andreia. Isabela guarda a arma e desce do carro assustada e empurra o carro com Andreia dentro para a represa.

Na próxima seção, apresentamos o resultado da análise das estratégias de subordinação oracional exploradas pelos alunos nos gêneros exemplificados. Escolhemos esses três gêneros em particular, entre outros que foram produzidos durante a oficina, porque mostraram, em comparação com os demais, uma variedade maior de tipos oracionais, além de uma boa quantidade de períodos compostos. A análise que vamos apresentar procura relacionar a escolha de certas estratégias de subordinação a possíveis propósitos discursivo-textuais que entraram em jogo na elaboração de cada texto.

4 ESTRATÉGIAS DE SUBORDINAÇÃO ORACIONAL

Para a coleta dos dados que serviram de base ao estudo das estratégias de subordinação, analisamos 29 textos produzidos pelos alunos durante a oficina (nove de notícia, 10 de perfil e 10 de *spoiler*), que, em seu conjunto, totalizaram 3632 palavras. Os textos foram escritos a mão e construídos individualmente ou em dupla. Nenhuma das produções entregues pelos alunos ficou de fora da análise. Todas as versões consideradas foram anteriores às sugestões de alteração, por meio de atividades de reescrita, feitas posteriormente pelo professor.

No conjunto dos materiais, foram identificadas 220 ocorrências de orações subordinadas. A Tabela 1, a seguir, apresenta os tipos oracionais coletados, listados na ordem de frequência (do mais para o menos frequente), com o total de ocorrências e o percentual correspondente. Optamos por fazer a distinção entre *desenvolvidas* (ou seja, com o verbo na forma do indicativo ou do subjuntivo) e *reduzidas* (com o verbo em uma das suas formas nominais – *infinitivo*, *gerúndio* ou *particípio*) na especificação de cada tipo por se tratar de um aspecto relevante para determinar como se dá a articulação da oração ao termo a que se subordina (por meio de conjunções ou locuções conjuntivas, no caso das subordinadas desenvolvidas, ou por meio de preposições ou locuções prepositivas, no caso das subordinadas reduzidas, que também podem se articular à oração matriz sem qualquer item conectivo). As orações reduzidas (em sua maioria, infinitivas) foram mais frequentes que as desenvolvidas, mas não se distribuem na mesma proporção entre as substantivas, adjetivas e adverbiais: a frequência das reduzidas chega a 77% entre as adverbiais e 57% entre as substantivas, mas não passa de 8% entre as adjetivas (cf. Tabela 2).

Tabela 1: Frequência dos tipos oracionais encontrados na amostra

TIPOS ORACIONAIS	TOTAL DE OCORRÊNCIAS	FREQUÊNCIA
substantiva objetiva direta desenvolvida	39	17%
substantiva objetiva direta reduzida	30	14%
adverbial final reduzida	29	13%
adverbial temporal reduzida	26	12%
adjetiva restritiva desenvolvida	20	9%
adjetiva explicativa desenvolvida	15	7%
adverbial temporal desenvolvida	15	7%
substantiva predicativa reduzida	9	4%
substantiva completiva nominal reduzida	9	4%
substantiva objetiva indireta reduzida	8	3,5%
adverbial modal reduzida	5	2,5%
adverbial causal reduzida	4	2%
adjetiva restritiva reduzida	3	1,5%
adverbial causal desenvolvida	3	1,5%
substantiva subjetiva desenvolvida	2	1%
substantiva completetiva nominal desenvolvida	1	0,5%
substantiva predicativa desenvolvida	1	0,5%
adverbial condicional desenvolvida	1	0,5%
Total	220	100%

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 2: Síntese das orações encontradas na amostra

	Desenvolvida	Reduzida	Total
Substantiva	43 / 43%	56 / 57%	99
Adjetiva	35 / 92%	3 / 8%	38
Adverbial	19 / 23%	64 / 77%	83
Total	97 / 44%	123 / 56%	220

Fonte: Elaboração própria.

Como veremos na próxima seção, os tipos oracionais não se distribuem da mesma forma entre os gêneros trabalhados, o que sugere haver uma especialização de certos padrões oracionais a intenções comunicativas na produção dos textos pertencentes a cada gênero. Chama atenção, em particular, a ausência de boa parte dos tipos de oração subordinada adverbial previstos nos livros didáticos. Cerca de 80% das subordinadas adverbiais se restringiram às finais (29 casos) e temporais (41 casos), havendo ainda ocorrências de modais (cinco casos), causais (quatro casos) e condicional (um caso). Notemos que os tipos ausentes são aqueles que Mateus et al. (2003) incluem na lista das construções de graduação e comparação (comparativas, conformativas, consecutivas e proporcionais – ver seção 3), além das concessivas, que as autoras incluem entre as adverbiais propriamente ditas.

Exemplificamos a seguir os tipos oracionais apresentados na Tabela 1, extraídos dos textos produzidos pelos alunos.

(1) Orações substantivas

- | | |
|------------------------------------|--|
| a. subjetiva desenvolvida | “Aconteceu que o noivo descobriu a traição da noiva com o tio dela” |
| b. objetiva direta desenvolvida | “ela fingiu que estava grávida” |
| c. objetiva direta reduzida | “ela queria colocar a culpa no mesmo responsável pelos outros crimes” |
| d. objetiva indireta reduzida | “Segundo convidados que pediram para não ter a sua identidade revelada [...]” |
| e. completiva nominal desenvolvida | “Diego recebeu informações que Isabela e Marcelo estavam se encontrando as escondidas” |
| f. completiva nominal reduzida | “Isabela com medo de Andreia contar tudo resolve mata-la” |
| g. predicativa desenvolvida | “O mais impressionante é que o cadáver não morreu de afogamento” |

- h. predicativa reduzida **“Mimada desde cedo por sua tia Filomena, Isabela Ferreto foi criada como uma boneca de porcelana”**

(2) Orações adjetivas

- a. restritiva desenvolvida **“Isso deixou todos **que estavam no casamento** surpresos”**
- b. restritiva reduzida **“Escutamos vários gritos **vindo do segundo andar**”**
- c. explicativa desenvolvida **“[ele] era casado com sua tia Francesca **que morreu a pouco tempo**”**

(3) Orações adverbiais

- a. temporal desenvolvida **“Depois que Andréia conseguiu recuperar as suas fotos não tinha mais medo de Isabela”**
- b. temporal reduzida **“Ao ser expulsa da casa da família Ferreto, forjou uma gravidez para voltar a residir na casa da família.”**
- c. causal desenvolvida **“A tia Filomena mimava muito a Isabela **por que ela não podia ter filhos**”**
- d. causal reduzida **“Sua tia Filomena Ferreto, **por não poder ter filhos** considerava Isabela sua filha”**
- e. condicional desenvolvida **“se demorar não tem problema”**
- f. final reduzida **“Para ela voltar para a mansão, ela fingiu que estava grávida”**
- g. modal reduzida **“[...] os dois apareceram na escada **com Diego gritando muito e a espancando**”**

Um outro modo de analisar as informações compiladas na Tabela 1 passa por organizar os diferentes tipos oracionais de acordo com o seu caráter argumental ou não-argumental, seja em relação a um predicador verbal, seja em relação a um predicador nominal (substantivo ou adjetivo), similarmente ao que propõem Mateus et al. (2003). Dessa perspectiva, os tipos elencados podem ser distribuídos em quatro categorias: I – orações que ocorrem como argumento de verbo; II – orações que ocorrem como argumento de nome; III – orações não-argumentais adnominais (ou seja, internas ao sintagma nominal); IV – orações não-argumentais adverbiais (ou seja, modificam o verbo ou a oração a que se ligam como um todo). Decidimos ainda incluir um quinto grupo, o das

orações predicativas, que abarca as substantivas predicativas da Gramática Tradicional, por razões que ficarão claras mais adiante.

- | | |
|--|---|
| I – orações que ocorrem como argumento de verbo: | - substantiva subjetiva
- substantiva objetiva direta
- substantiva objetiva indireta |
| II – orações que ocorrem como argumento de nome: | - substantiva completiva nominal |
| III – orações não-argumentais adnominais: | - adjetiva restritiva
- adjetiva explicativa |
| IV – orações não-argumentais adverbiais: | - adverbial final
- adverbial temporal
- adverbial modal
- adverbial causal
- adverbial condicional |
| V – orações predicativas: | - substantiva predicativa |

Considerando essa distribuição alternativa, os totais de ocorrência e taxas de frequência de cada um dos cinco tipos são apresentados na Tabela 3, a seguir. As orações que funcionam como argumentos verbais, em conjunto com as não-argumentais adverbiais, respondem por mais de 70% dos casos. Em outras palavras, orações que não são ligadas a nomes (substantivos e adjetivos) compõem a absoluta maioria das estratégias subordinativas de articulação oracional produzidas pelos alunos, pelo menos na produção de textos representativos dos gêneros em questão. Esses números nos sugerem que, como ponto de partida para motivar o aluno a refletir sobre os padrões oracionais empregados em seu texto, é interessante explorar inicialmente argumentos oracionais subordinados ao verbo bem como algumas orações não-argumentais adverbiais. As informações dispostas na Tabela 1 indicam que as objetivas diretas (tanto as desenvolvidas quanto as reduzidas) e as adverbiais finais e temporais reduzidas são, no conjunto, as mais frequentes, e poderão se mostrar didaticamente mais rentáveis para levar os alunos ao reconhecimento inicial de estratégias de subordinação antes de lidarem com outros tipos oracionais que não são comuns em suas produções.

Tabela 3: Frequência das orações encontradas na amostra

Orações		Frequência
Argumentais	selecionadas por verbo	79 / 36%
	selecionadas por nome	10 / 4,5%
Não-argumentais	adverbiais	83 / 38%
	adnominais	38 / 17%
Predicativas		10 / 4,5%
Total		220 / 100%

Fonte: Elaboração própria.

Outro ponto a ser destacado é a distribuição das orações desenvolvidas e reduzidas entre os cinco tipos, que reflete os números já apresentados na Tabela 2. A Tabela 4, a seguir, apresenta os números relevantes entre orações argumentais, não-argumentais e predicativas, mostrando haver um equilíbrio entre desenvolvidas e reduzidas apenas entre as orações que são argumentos de verbo. Nas não-argumentais adverbiais, as reduzidas chegam a 77% dos casos, enquanto nas não-argumentais adnominais, as desenvolvidas são a maioria, alcançando 92% das ocorrências. Entre os argumentos oracionais de nome e as predicativas, as reduzidas também se mostraram mais frequentes que as desenvolvidas, chegando a 90% dos casos. Os três tipos de oração (argumental, não-argumental e predicativas) são exemplificados em de (4) a (8), a seguir, com as desenvolvidas em (a) e as reduzidas em (b).

Tabela 4: Orações argumentais, não-argumentais e predicativas

Orações		Desenvolvidas	Reduzidas
Argumentais	selecionadas por verbo	41 – 52%	38 – 48%
	selecionadas por nome	1 – 10%	9 – 90%
Não-argumentais	adverbial	19 – 23%	64 – 77%
	adnominal	35 – 92%	3 – 8%
Predicativas		1 – 10%	9 – 90%
Total		97 – 44%	123 – 56%

Fonte: Elaboração própria.

(4) Orações argumentais selecionadas por verbo

a. “Andréia descobre **que a gravidez é falsa**”

b. “Isabela [...] a obriga **a dirigir até a represa**”

(5) Orações argumentais selecionadas por nome

- a. “A polícia recebeu uma denúncia **de que um carro havia caído na Represa**”
- b. “Isabela fica com medo **de ser expulsa de casa novamente.**”

(6) Orações não-argumentais adverbiais

- a. “**Quando vimos** Isabela estava rolando escada abaixo.”
- b. “**Após puxarem o veículo**, a polícia afirma que havia uma pessoa dentro”

(7) Orações não-argumentais adnominais

- a. “Você não sabe o prazer **que vai me dar** em me livrar de você”
- b. “Uma mulher **envolvida em crimes e traições**, esperta em enganar outras pessoas”

(8) Orações predicativas

- a. “O mais impressionante é **que o cadáver não morreu de afogamento**”
- b. “Isabela nasceu e cresceu em SP **criada por sua mãe Carmela Ferreto**”

Os números relativos às frequências de desenvolvidas e reduzidas indicam que o modo como os livros didáticos costumam apresentar os períodos compostos podem conduzir a abordagens contraproducentes em sala de aula, em particular se o objetivo for levar o aluno a reconhecer as estratégias de articulação oracional em sua própria produção. Em geral, os livros didáticos dão destaque às orações desenvolvidas, com as reduzidas sendo apresentadas como casos à parte e não tão “normais”, como supostamente seriam as desenvolvidas. Pelo menos na introdução ao estudo das adverbiais, pode ser mais interessante priorizar, num primeiro momento, as orações reduzidas, a depender de os alunos demonstrarem, em suas produções textuais, mais familiaridade com esse tipo de oração do que com as desenvolvidas.

Outro ponto a ser destacado diz respeito aos itens conectivos empregados, listados no Quadro 4. Do total das orações subordinadas coletadas, 157 foram introduzidas por algum tipo de conectivo (conjunção ou locução conjuntiva subordinativa, preposição ou locução prepositiva). As versões relativa e integrante do item *que* e as preposições *para* e *após* abrangem quase 70% das ocorrências de conectivos.

Quadro 4: Conectivos empregados na amostra

Conectivos empregados para introduzir orações desenvolvidas	Conectivos empregados para introduzir orações reduzidas
que – relativo (30) que – integrante (26) quando (8) até que (3) por que / porque (3) depois que (2) o que (2) onde (2) se (2) cujo (1) enquanto (1) por causa que (1) quem (1)	para (36) após (15) ao (6) por (5) de (4) a (2) depois de (2) em (2) antes de (1) com (1) como (1)

Fonte: Elaboração própria.

De um modo geral, a maioria dos conectivos apresentados nas gramáticas tradicionais e livros didáticos para exemplificar as conjunções e locuções conjuntivas subordinativas (para além dos itens prepositivos) não é explorada pelos alunos. Diante desse fato, uma primeira tarefa do docente pode ser a de levar os estudantes a reconhecer e analisar o uso dos conectivos que mais frequentemente empregam nos próprios textos para, a partir daí, motivá-los a explorar diferentes possibilidades de articulação oracional, a partir da leitura e análise de textos que apresentem uma maior diversidade desses itens. Outra prática interessante passa por atividades para que os alunos reescrevam frases de sua própria autoria, utilizando itens conectivos diversos dos que costumam empregar (por exemplo, *para que* em vez de *para*, *depois de/que* em vez de *após*, *tão logo e assim que* em vez de *quando* etc.).

Muitas dessas substituições requerem o emprego do verbo na forma desenvolvida em vez da reduzida, com o uso necessário, em alguns casos, da flexão subjuntiva. A esse respeito, uma observação: os alunos praticamente não recorreram a tipos oracionais subordinados que exigem o emprego do subjuntivo. Entre os dados levantados, houve apenas duas ocorrências de orações subordinadas com formas subjuntivas: uma objetiva direta, exemplificada em (9a), e uma adverbial temporal, exemplificada em (9b). Orações que, pela norma padrão, deveriam ser realizadas com verbos no subjuntivo são corriqueiramente produzidas pelos alunos com verbos no indicativo, como em (10), onde vemos *era* em vez de *fosse*.

- (9) a. “Para evitar **que ela contace** ela matou andreia e jogou o corpo na represa”
b. “Isabela mente para ele que vai ficar no shopping **enquanto ele estiver fora**”

(10) “Pensei **que você era uma mulher descente**”

Esses fatos sugerem que um investimento interessante no trabalho com períodos compostos, em conjunto com a ampliação do repertório de itens conectivos, está na recepção de textos que mostrem tipos oracionais com formas subjuntivas, visando o reconhecimento e a familiarização dessas formas, que parecem vir se tornando comuns na fala espontânea. Alguns dos tipos oracionais subordinados aos quais os alunos não recorreram em suas produções (por exemplo, as orações adverbiais concessivas, as adverbiais finais desenvolvidas e as substantivas completivas de verbos volitivos, como *querer* e *desejar*) requerem o emprego do subjuntivo e podem ser introduzidos pelo professor em sala de aula por meio de textos em que o emprego de tais orações esteja associado a certos efeitos de sentido (concessão, finalidade, possibilidade, desejo etc.), incentivando o estudante a explorá-las em suas produções.

Cabe ainda uma nota sobre um tipo oracional destacado nos livros didáticos, mas que se mostrou raro na produção dos alunos: as chamadas *substantivas subjetivas*. Essas orações costumam, nas gramáticas, aparecer em primeiro lugar na lista das subordinadas, talvez por serem associadas à função de sujeito, para a qual os materiais didáticos dedicam uma boa parte no estudo do período simples. Em geral, as substantivas subjetivas são caracterizadas como termos que funcionam como sujeitos de predicados verbais (em frases do tipo *Surpreendeu a todos **que você não nos tenha procurado***) ou nominais (***Alimentar-se bem** é importante para a saúde*). Nos textos produzidos pelos alunos, foram detectadas apenas duas orações que podem ser classificadas como substantivas subjetivas, reproduzidas em (11), a seguir.

(11) a. “Aconteceu **que o noivo descobriu a traição da noiva com o tio dela**”

- b. “Depois de conseguir isso foi descoberto **que sua gravidez era falsa** pois Isabela, assim como suas tias não podia ter filhos”

Nos dois casos, a oração é um argumento interno – a primeira, de um verbo inacusativo; a segunda, de um verbo na voz passiva. Esse aspecto dificulta a sua percepção, por parte dos alunos, como termos oracionais que desempenham a função de sujeito, já que sujeitos são tipicamente argumentos externos e, nessa condição, tendem a ser realizados em posição pré-verbal. Em um estudo sobre a ocorrência de orações subjetivas na fala culta carioca, Avelar (1999) detectou que, no conjunto dos dados coletados (452 orações

subjéticas), 89% dessas orações ocorrem em posição pós-verbal e parecem comportar-se mais como um complemento verbal ou nominal do que propriamente como sujeitos. A baixa frequência das orações ditas *substantivas subjetivas* na produção dos alunos (o que possivelmente reflete a baixa ocorrência dessas orações na fala espontânea) bem como a evidente dificuldade para associar as suas propriedades sintáticas à função de sujeito tornam contraproducente iniciar o estudo das orações subordinadas por esse tipo oracional. Ao contrário do que fazem os livros didáticos, as orações subjetivas deveriam ser abordadas apenas em um estágio mais avançado no trabalho com o período composto, por meio tanto da recepção de textos em que o emprego dessas orações promova efeitos de sentido relevantes na construção do texto quanto de atividades que levem os alunos a reproduzir tais efeitos em suas práticas de escrita.

Para encerrar esta seção, destacamos alguns fatos que podem interessar a um trabalho de cunho mais normativo, relativamente à subordinação oracional, tanto em termos gramaticais quanto estilísticos. Mapear os casos nos quais os alunos revelem algum tipo de dificuldade para empregar, em seus textos, marcas gramaticais esperadas na norma padrão pode ser uma estratégia necessária para que o docente desenvolva atividades mais produtivas, sem cair em uma postura generalizadamente prescritivista, na abordagem de certos tipos oracionais.

- (i) *Emprego de itens conectivos na introdução de orações adjetivas e adverbiais causais.* Na única ocorrência de *cujo* entre as orações adjetivas coletadas, o pronome relativo foi seguido do artigo definido (12), algo largamente observado na escrita de estudantes, inclusive no ensino superior. Houve também casos em que o pronome relativo *que* não foi antecedido da preposição que seria requerida no padrão normativo, associada à interpretação do termo antecedente no interior da oração adjetiva (13). Na introdução de adverbiais causais, observamos o emprego de *por que* em vez de *porque* (14) bem como a ocorrência de *por causa que*, locução conjuntiva bastante comum na fala espontânea (15).

(12) “Isabela Ferreto, uma mulher de 32 anos, nascida em São Paulo, veio de uma família muito rica, **cujos os pais são Carmela e Adalberto**”

(13) “Na noite **que Andreia estava saindo para viajar para Catanduva**”

(14) “A tia Filomena mimava muita a Isabela **por que ela não podia ter filhos.**”

(15) “Ela matou a traidora lá **por causa que a região estava ocorrendo muitas mortes**”

- (ii) *Ausência de vírgula em contextos frásicos nos quais é requerida na escrita padrão.* Foram comuns os casos de orações adverbiais em início de frase sem o uso de vírgula após a oração (cf. (16) a seguir e (18b) adiante) bem como de orações adjetivas explicativas sem o emprego de vírgula para separá-las do termo nominal a que se referem (17).

(16) “**Após entrar no shopping e trocar de roupa** Isabela segue ao encontro de Andréa”

(17) “A percepção **que durou por alguns minutos** termina na curva da rua José Bonifácio no bairro Bom Pastor.”

- (iii) *Mecanismos de correferenciação.* A repetição de termos, em particular de nomes próprios, em orações subordinadas adjacentes no interior de um mesmo período, em vez do emprego de pronomes ou outras expressões referenciais, também foi bastante comum no material produzido pelos alunos (cf. (18)).

(18) a. “Após Andréia ameaçar que vai contar à família Ferreto que a gravidez de **Isabela** é falsa, **Isabela** fica com medo de ser expulsa de casa”

b. “Para evitar que **Andrea** conte para sua tia Isabela leva **Andrea** até a represa Guarapiranga para matar a **Andrea**”

A essas observações poderiam se juntar várias outras a respeito de diferentes marcas sintáticas, tendo em vista a necessidade de levar o aluno a produzir textos escritos que atendam à norma escrita padrão. Não há aqui espaço para avançar na exposição dessas marcas, mas ressaltamos que a abordagem dos diferentes tipos oracionais não deve ter um propósito estritamente normativo. Tal propósito deve ser parte do trabalho com as diferentes estratégias de articulação oracional, não a sua exclusiva finalidade. Acreditamos que o maior ou menor sucesso dos alunos no uso dessas estratégias depende da sua habilidade em reconhecer os tipos oracionais com os quais são mais familiarizados, o que demanda um trabalho constante com práticas de recepção textual, aliadas a atividades de análise linguística, para que o repertório de estratégias seja continuamente ampliado e utilizado, de modo consistente, em suas produções.

5 SUBORDINAÇÃO ORACIONAL E GÊNEROS DISCURSIVOS

Conforme destacado na seção anterior, as objetivas diretas (desenvolvidas e reduzidas) e as adverbiais finais e temporais reduzidas foram os tipos oracionais mais comuns no conjunto dos materiais produzidos pelos alunos. Quando analisamos a produção de

cada gênero separadamente, vemos algumas diferenças na distribuição dos tipos mais frequentes, o que nos indica ser interessante explorar, em sala de aula, o trabalho com um gênero particular para avançar no estudo de estratégias específicas de articulação oracional.

A Tabela 5, a seguir, apresenta a distribuição dos diferentes tipos oracionais no conjunto das produções, em conformidade com a Tabela 1, bem como nos textos representativos de cada gênero solicitado – *notícia*, *perfil* e *spoiler*. Para cada tipo oracional, indicamos o total de ocorrências, a posição no *ranking* de classificação dessas ocorrências e a frequência. Na coluna relativa a cada gênero, marcamos em cinza os tipos oracionais que alcançaram mais de 10%. Esse mesmo quadro pode ser traduzido, de forma simplificada, nos termos da distinção entre orações argumentais, não-argumentais e predicativas, conforme a Tabela 6.

Tabela 5: Tipos oracionais por gênero textual

TIPOS ORACIONAIS	GERAL	NOTÍCIA	PERFIL	SPOILER
substantiva objetiva direta desenvolvida	39 – 1º (17%)	8 – 1º (18%)	9 – 1º (14%)	23 – 1º (21%)
substantiva objetiva direta reduzida	30 – 2º (14%)	7 – 2º (16%)	7 – 3º (11%)	16 – 3º (14,5%)
adverbial final reduzida	29 – 3º (13%)	-	9 – 1º (14%)	20 – 2º (18%)
adverbial temporal reduzida	26 – 4º (12%)	4 – 3º (9%)	6 – 4º (9%)	16 – 3º (14,5%)
adjetiva restritiva desenvolvida	20 – 5º (9%)	8 – 1º (18%)	5 – 5º (7,5%)	7 – 4º (6,5%)
adjetiva explicativa desenvolvida	15 – 6º (7%)	3 – 4º (7%)	5 – 5º (7,5%)	7 – 4º (6,5%)
adv. temporal desenvolvida	15 – 6º (7%)	4 – 3º (9%)	6 – 4º (9%)	5 – 5º (4,5%)
subst. predicativa reduzida	9 – 7º (4%)	-	8 – 2º (12%)	1 – 7º (1%)
substantiva complet. nominal reduzida	9 – 7º (4%)	1 – 6º (2%)	3 – 6º (4,5%)	5 – 5º (4,5%)
substantiva objetiva indireta reduzida	8 – 8º (4%)	2 – 5º (4,5%)	1 – 8º (1,5%)	5 – 5º (4,5%)
adverbial modal reduzida	5 – 9º (2,5%)	1 – 6º (2%)	1 – 8º (1,5%)	3 – 6º (3%)
adverbial causal reduzida	4 – 10º (2%)	1 – 6º (2%)	3 – 6º (4,5%)	-
adjetiva restritiva reduzida	3 – 11º (1,5%)	2 – 5º (4,5)	1 – 8º (1,5%)	-
adverbial causal desenvolvida	3 – 11º (1,5%)	-	2 – 7º (3%)	1 – 7º (1%)

TIPOS ORACIONAIS	GERAL	NOTÍCIA	PERFIL	SPOILER
substantiva subjetiva desenvolvida	2 – 12º (1%)	1 – 6º (2%)	1 – 8º (1,5%)	-
substantiva complet. nominal desenvolvida	1 – 13º (0,5%)	1 – 6º (2%)	-	-
substantiva predicativa desenvolvida	1 – 13º (0,5%)	1 – 6º (2%)	-	-
adverbial condicional desenvolvida	1 – 13º (0,5%)	-	-	1 – 7º (1%)
Total	220	44	-	-

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 6: Orações argumentais, não-argumentais e predicativas por gênero textual

Orações		GERAL	NOTÍCIA	PERFIL	SPOILER
Argumentais	selecionadas por verbo	79 / 36%	18 / 41%	18 / 27%	44 / 40%
	selecionadas por nome	10 / 4,5%	2 / 4,5%	3 / 4,5%	5 / 5%
Não-argumentais	adverbiais	83 / 38%	10 / 23%	27 / 40%	46 / 42%
	adnominais	38 / 17%	13 / 29,5%	11 / 16,5%	14 / 13%
Predicativas		10 / 4,5%	1 / 2%	8 / 12%	-
Total		220 / 100%	44 / 100%	67 / 100%	109 / 100%

Fonte: Elaboração própria.

As objetivas diretas figuram no *ranking* das mais frequentes para os três gêneros, o que mostra ser plausível iniciar a sua abordagem em atividades de análise linguística antes mesmo de os alunos começarem qualquer tipo de trabalho voltado à produção desses gêneros (e, muito provavelmente, de outros gêneros da esfera jornalística). A Tabela 6 mostra, entretanto, que as orações argumentais selecionadas por verbo (entre as quais se incluem as objetivas diretas) foram bem mais frequentes na notícia (41%) e no *spoiler* (40%) do que no perfil (23%). Isto provavelmente se deve ao fato de a apresentação de eventos – que costumam compor o conteúdo de orações argumentais – ser um recurso bem menos necessário à elaboração do perfil do que à de notícias e *spoilers*: enquanto a notícia e o *spoiler* priorizam a descrição do que aconteceu e do que vai acontecer, respectivamente (algo que pode vir expresso no conteúdo de orações argumentais ligadas a certos tipos de verbo – cf. (19)), o perfil prioriza a apresentação das características de uma dada pessoa (no caso, a personagem Isabela). Isso explica por que, no perfil, as

orações predicativas reduzidas figuraram entre as mais frequentes, ao contrário do que se observa nos outros gêneros: essas orações foram usadas para apresentar atributos (predicados) de Isabela, como vemos em (20), algo para o qual as orações argumentais selecionadas por verbo não se mostram tão apropriadas.

- (20) a. “Após puxarem o veículo, a polícia *afirma* **que havia uma pessoa dentro.**”
b. “[...] com a ajuda dos nossos peritos criminais e médicos *descobrimos* **que isso não foi um acidente, e sim um assassinato.**”
c. “Já na represa Andreia questiona Isabela *falando* **que ela vai ser presa**”
d. “[...] ela olha para os lados para *garantir* **que ninguém viu o crime.**”
- (21) a. “Isabela Ferreto, uma mulher de 32 anos, **nascida em São Paulo**, veio de uma família muito rica”
b. “**Mimada pela tia**, Isabela Ferreto nasceu e cresceu em São Paulo”
c. “Isabela nasceu e cresceu em São Paulo **criada por sua mãe Carmela Ferreto e seu pai Adalberto Vasconsellos**”

Esses dados sugerem que, especificamente no trabalho com o perfil, pode ser rentável, em termos didáticos, investir no estudo de padrões frásicos que sirvam à apresentação de atributos diversos da pessoa descrita. Um desses padrões é exatamente o das orações que estamos aqui classificando como predicativas participiais, que, por sua natureza, se prestam facilmente à apresentação de características físicas e psicológicas. A abordagem não precisa ficar restrita ao período composto, podendo abranger constituintes predicativos em períodos simples, que igualmente servem à mesma função.

No que diz respeito às orações não-argumentais adverbiais, são bem mais frequentes no perfil (40%) e no *spoiler* (42%) do que na notícia (23%). Essa distribuição talvez se deva à total ausência das adverbiais finais na notícia, embora esse tipo oracional esteja entre os quatro mais frequentes no cômputo geral, conforme indicado na Tabela 5. A explicação para essa ausência está no fato de que, na elaboração da notícia, os alunos se detiveram em apresentar *o que*, *quando* e *onde* aconteceu o evento noticiado bem como quem estava envolvido em tal evento, sem, contudo, explicitar a finalidade dos seus agentes. No perfil e no *spoiler*, ao contrário, os alunos se ocuparam das ações de Isabela e se viram na necessidade de introduzir informações para explicar a finalidade dessas ações, o que os levou a recorrer às orações adverbiais finais, como as exemplificadas em (22).

- (22) a. “Após Isabela forjar uma gravidez **para voltar para a casa da tia Filomena**, Andreia descobre que a gravidez é falsa.”
- b. “**Para dispistar** ela empurra o carro para a represa.”
- c. “Ao ser expulsa da casa da família Ferreto, forjou uma gravidez **para voltar a residir na casa da família**”

Já as orações adverbiais temporais (cf. (23)), cuja versão com o verbo na forma reduzida figura entre os quatro tipos mais frequentes no cômputo geral, se mostrou mais frequente no *spoiler* do que nos outros dois gêneros trabalhados. Não se vê, entretanto, uma grande disparidade entre os percentuais de frequência: 9% na notícia e no perfil e 14% no *spoiler*. Uma possível explicação para essa ligeira alta na frequência desse tipo oracional no *spoiler* se deve ao fato de que, para atender às funções desse gênero, os alunos precisaram apresentar fatos em diferentes eixos temporais (por exemplo, expor fatos passados para explicar fatos futuros e situar temporalmente as ações futuras dos personagens, previstas para os capítulos seguintes).

- (23) a. “**Após Isabela se despedir do marido**, a mesma vai ate a casa de Andreia”
- b. “**Ao chegar lá** elas discutiram e ocorreu uma luta corporal”
- c. “**Quando vimos** Isabela estava rolando escada abaixo”

Considerando esses dados, o *spoiler* parece, entre os três gêneros, ser o mais propício ao trabalho com as orações adverbiais, em particular as finais e as temporais, tendo em vista que, ao tentar antecipar o que vai ocorrer na trama, os alunos precisam descrever circunstâncias que requerem a sua situação no eixo temporal bem como a explicitação do porquê (a finalidade) das ações das personagens. Conforme destacado na seção anterior, é interessante que esse trabalho seja acompanhado da exposição de diferentes itens conectivos para além da restrita lista de conjunções e preposições usadas pelos alunos ao introduzir os dois tipos de orações adverbiais. É importante que eles se familiarizem, em particular, com formas que levem à construção de orações adverbiais desenvolvidas, por meio das quais poderão ter mais flexibilidade para explorar diferentes efeitos de sentido atrelados ao emprego de conjunções e locuções conjuntivas (como *para que* e *a fim de que*, nas finais, e *tão logo*, *assim que*, *antes/depois que*, nas temporais).

Cabe ainda uma palavra sobre as chamadas orações adjetivas restritivas e explicativas. Isoladamente, esses dois tipos oracionais não figuraram entre os quatro mais frequentes no cômputo geral; na notícia, entretanto, a adjetiva restritiva desenvolvida foi a mais frequente, ao lado da objetiva direta desenvolvida, conforme indicado na Tabela 5. Além disso, se tratadas em conjunto, as restritivas e as explicativas passam a figurar

entre as mais frequentes tanto no cômputo geral quanto na notícia e no perfil. A nosso ver, entretanto, essa junção não é bem-vinda, pois os dois tipos têm funções sintático-discursivas distintas: as restritivas se aproximam do comportamento tipicamente associado aos adjuntos adnominais, que servem para restringir e/ou especificar o referente do núcleo do sintagma nominal, enquanto as explicativas se aproximam dos termos em função predicativa, servindo à apresentação de uma informação adicional sobre o núcleo do sintagma, sem, contudo, restringir e/ou especificar o seu referente.

Na notícia, a frequência de orações não-argumentais adnominais chega a quase 30%, praticamente duas vezes mais do que nos outros dois gêneros. Essa alta de orações adjetivas na notícia se deve às do tipo restritivo, cujo percentual (18%) chega, nesse gênero em particular, ao dobro do que alcança no cômputo geral (9%). A função dessas orações na construção da notícia foi caracterizar os participantes do acontecimento relatado no texto por meio de informações sobre o que estavam fazendo e/ou sobre como se comportaram diante do ocorrido.

- (24) a. “Segundo convidados **que pediram para não ter a sua identidade revelada**, [...]”
b. “Um dos convidados **que entrevistamos informou** [...]”
c. “Isso deixou todos **que estavam no casamento** surpresos.”
d. “Segundo testemunhas **que estavam presentes no local afirmaram** [...]”

Práticas que envolvam a produção de notícias podem, dessa forma, ser uma oportunidade interessante para introduzir o trabalho com as orações adjetivas, considerando tanto atividades de recepção textual que favoreçam o reconhecimento do papel desempenhado por essas orações na construção do sentido do texto quanto dinâmicas de produção nas quais os alunos explorem as adjetivas como um recurso para especificar os referentes de um nome substantivo (comumente chamado de *antecedente da oração*). Essa também pode ser a oportunidade para que os estudantes sejam apresentados a diferentes pronomes relativos, que, no conjunto dos textos produzidos, foram bem pouco explorados. Uma vez que compreendam para que serve uma oração adjetiva introduzida pelo item *que*, eles podem ser instigados a identificar e empregar outras orações que desempenham o mesmo papel, mas são introduzidas por outros pronomes relativos (*quem, onde, o/a qual, cujo/cuja* etc.), acompanhados ou não de preposição.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos materiais produzidos pelos alunos revelou que, pelo menos nos três gêneros considerados (notícia, perfil e *spoiler*), nem todos os tipos oracionais previstos em gramáticas tradicionais e livros didáticos aparecem em suas produções. As substantivas objetivas diretas (desenvolvidas e reduzidas) e as adverbiais temporais e finais reduzidas foram os tipos mais frequentes, abrangendo mais da metade das orações subordinadas no conjunto geral. A análise por gêneros, entretanto, mostrou que alguns tipos oracionais atenderam a propósitos comunicativos específicos. Esse foi o caso das adjetivas restritivas na notícia (introduzir informações sobre os participantes do acontecimento relatado), das predicativas participiais no perfil (elencar características da pessoa apresentada) e das adverbiais temporais e finais no *spoiler* (situar ações no eixo temporal e explicitar a finalidade dos seus agentes ao executar tais ações). As objetivas diretas foram favorecidas pelos três gêneros (embora tenham sido menos frequentes no perfil) e talvez se prestem a uma abordagem que perpassasse todos os gêneros da esfera jornalística, já que são normalmente utilizadas para apresentar um evento/situação/estado de coisas na complementação de diferentes tipos de verbo.

Diante desses resultados, é importante indagar sobre os tipos oracionais que foram pouco usados ou sequer apareceram na produção dos alunos. A esse respeito, chama atenção a absoluta ausência das adverbiais concessivas e do conjunto de adverbiais que Mateus et al. (2003) denominam *construções de graduação e comparação* (ver Quadro 3 na seção 2). Uma hipótese a ser considerada é que os tipos ausentes ou pouco frequentes não atendem aos propósitos comunicativos que determinaram as escolhas dos alunos em suas produções. Para confirmá-la, é necessário explorar outros gêneros discursivos em que a presença dessas orações possa atender a propósitos específicos (por exemplo, textos de divulgação científica talvez favoreçam a ocorrência das construções de graduação e comparação, dada a necessidade de estabelecer contrastes e equivalências na exposição de análises sobre um determinado objeto). Uma outra hipótese passa por considerar a falta de familiaridade dos estudantes com os tipos oracionais ausentes ou de baixa frequência, condição que se reflete na escolha limitada das estratégias de subordinação oracional (por exemplo, seleção bastante restrita de itens conectivos; preferência por orações reduzidas em vez de desenvolvidas, que podem requerer a flexão subjuntiva, cada vez menos empregada na fala espontânea; emprego de subjetivas pospostas ao verbo, em vez de antepostas, já que esta segunda possibilidade é incomum na oralidade – ver seção 4).

É possível que as duas hipóteses aventadas estejam corretas, com maior ou menor validade de uma ou outra sendo dependente da especificidade do tipo oracional. A ampliação da pesquisa relatada neste capítulo, por meio da realização de novas oficinas

e outras dinâmicas de produção textual voltadas ao trabalho com gêneros discursivos diversos, poderá contribuir para responder a essas questões.

Se, como pretendido pela BNCC, a produção textual dos alunos deve ser um lugar natural para o estudo e observação de aspectos linguísticos, é fundamental investir em frentes de pesquisa que permitam aferir como o conhecimento gramatical dos estudantes a respeito da sua língua se reflete nos textos que produzem. Podemos, aqui, pensar tanto no conhecimento gramatical naturalmente internalizado quanto naquele obtido via letramento, por meio do qual se dá a construção contínua de diferentes saberes e atitudes sobre a língua. Sem pesquisas dessa natureza, que podem ser desenvolvidas por meio de parcerias efetivas entre a escola e a universidade, o ensino de língua portuguesa continuará prisioneiro do estéril normativismo, impossibilitado de contribuir para “tornar o falante mais capaz de se situar no mundo”, nas palavras de Dinah Callou.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, I. Práticas pedagógicas para o desenvolvimento da competência escrita. In: COELHO, F. A.; PALOMANES, R. (org.). *Ensino de produção textual*. São Paulo: Contexto, 2019. p. 9-21.
- AVELAR, J. As orações subjetivas na fala culta carioca: anteposição e posposição. *Estudos Linguísticos* (GEL – Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo), Bauru, n. XVIII, p. 373-378, 1999.
- AVELAR, J. *Saberes gramaticais*. Formas, normas e sentidos no espaço escolar. São Paulo: Parábola, 2017.
- BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: Ministério da Educação, 2018.
- CALLOU, D. Gramática, variação e normas. In: VIEIRA, S. R.; BRANDÃO, S. F. (org.). *Ensino de gramática*. Descrição e uso. São Paulo: Contexto, 2007. p. 13-29.
- CAMPEDELLI, S. Y. *A telenovela*. São Paulo: Ática, 1986.
- DUARTE, M. E. Coordenação e subordinação. In: VIEIRA, S. R.; BRANDÃO, S. F. (org.). *Ensino de gramática*. Descrição e uso. São Paulo: Contexto, 2007. p. 205-223.
- FERRAREZI JR., C. *Sintaxe para a educação básica*. São Paulo: Contexto, 2012.
- FERRAREZI JR., C.; CARVALHO, R. S. *Produzir textos na educação básica: o que saber, como fazer*. São Paulo: Parábola, 2015.
- KATO, M. A. A gramática nuclear e a língua-I do brasileiro. In: MARTINS, M. A. (org.). *Gramática e ensino*. Natal: EDUFRRN, 2013. p. 149-164.
- KENEDY, E. Rudimentos para uma nova sintaxe da NGB. *Revista E-escrita*, v. 1, n. 1, p. 1-10, 2010.
- MATEUS, M. H. M. et al. *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho, 2003.
- OLIVEIRA, R. P.; QUAREZEMIN, S. *Gramáticas na escola*. Petrópolis: Vozes, 2016.
- PERINI, M. A. *Sintaxe*. São Paulo: Parábola, 2019.
- PILATI, E. *Linguística, gramática e aprendizagem ativa*. Campinas: Pontes, 2017.
- POSSENTI, S. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Campinas: Mercado de Letras, 1996.

DO RURAL AO URBANO: AS DIFERENTES FACES DO PORTUGUÊS DO BRASIL

Silvia Figueiredo Brandão (UFRJ/CNPq)

Silvia Rodrigues Vieira (UFRJ/CNPq)

1 INTRODUÇÃO

O interesse pela caracterização do Português do Brasil (doravante PB) e de sua significativa diversidade começa a se esboçar em inícios do século XX à luz da Dialetoлогия, o ramo de estudos da linguagem precipuamente interessado em registrar e analisar a variação linguística. Dentre os trabalhos pioneiros que se incluem nessa perspectiva, encontram-se algumas obras em que se focalizavam, ainda de forma incipiente e intuitiva, aspectos lexicais, morfossintáticos e fonético-fonológicos da fala de algumas áreas do país. Servem de exemplo *O dialeto caipira*, de Amadeu Amaral (1976 [1920]), cujo objetivo era dar conta de “um aspecto da dialeção portuguesa em São Paulo” (p. 14) e *O linguajar carioca em 1922*, de Antenor Nascentes (1953 [1923]), que, na sua segunda edição (1953), “completamente refundida”, apresentaria uma nova proposta de divisão do território brasileiro em seis subfalares reunidos em dois grupos (norte e sul) e um território incaracterístico, sugestão que, segundo ele, não poderia ser considerada definitiva, “mas, sim, um tanto próxima da verdade” (p. 24), e que, não obstante, até hoje, serve de referência aos que se dedicam a estudos de variação.

Os anos 1950, em especial, foram decisivos para o debate de questões metodológicas que propiciassem o conhecimento do PB, entre as quais as que diziam respeito ao projeto de um atlas linguístico nacional: Nascentes apresenta as *Bases* para a sua elaboração (1958; 1961), Serafim da Silva Neto publica, em 1951, o *Guia para estudos dialetológicos* e, em 1957, juntamente com Celso Cunha, propõe a consecução do Atlas Linguístico-Etnográfico do Brasil, por regiões. Nessa mesma década, ocorreram importantes eventos científicos com a presença de renomados linguistas e filólogos brasileiros e estrangeiros, em que se divulgaram estudos sobre o PB. Também nos anos 1950, mais precisamente em 1955, Nelson Rossi chegava à Bahia com a intenção de criar, na UFBA,

um laboratório de fonética, divulgar os princípios da Geografia Linguística – o método por excelência da Dialetologia – e dar início a pesquisas de campo de cunho dialetológico, o que ocorreu, pela primeira vez, em novembro de 1957.

Todo esse preâmbulo, cujo teor é, certamente, por muitos conhecido, teve por objetivo apresentar uma visão panorâmica de uma das faces do universo acadêmico brasileiro em que Dinah Callou – que recebe, nesta publicação, uma justa homenagem – começou a sua relevante contribuição ao conhecimento do PB, inicialmente, como principal colaboradora do *Atlas prévio dos falares baianos* (APFB), idealizado por Nelson Rossi, e, mais tarde, como coordenadora dos projetos *Norma Urbana Culta* (NURC-RJ) e *Para a História do Português Brasileiro* (PHPB-RJ).

Partindo de 1963, ano da publicação do APFB e do primeiro artigo em periódico que Dinah Callou escreveu, em parceria com Carlota Ferreira¹, são 59 anos de contínua atuação em duas áreas intercomplementares, a da Dialetologia e a da Sociolinguística, quer no campo da fonética-fonologia, quer no da morfossintaxe e sintaxe, sempre comprometida em interligar a variação observada a questões sócio-históricas, contribuindo, ainda, para o debate sobre as origens do PB.

Como os trabalhos das autoras deste texto também transitam pelas áreas dialetológica e sociolinguística, elegem-se, aqui, questões relacionadas ao *continuum* rural-urbano que vão ao encontro das contribuições da homenageada, tendo presente a observação de Rossi (1984, p. 106) de que “os lugares, as áreas, não existem nas ciências humanas como espaços físicos em si, mas como espaços sociais”. Para tanto, este texto subdivide-se em quatro outras seções. Na seção 2, busca-se caracterizar a dicotomia rural *versus* urbano em termos tradicionais e considerar a noção de rurbanidade, tendo em vista o movimento de migração para os centros urbanos que se observou no Brasil a partir sobretudo da década de 1970. Nesse contexto, apresenta-se o tratamento sociolinguístico do chamado *continuum* rural-urbano. Na seção 3, apresentam-se resultados de estudos linguísticos, sobretudo no âmbito da concordância, com base na fala fluminense, que evidenciam a complexidade sociolinguístico-cultural que caracteriza o PB no que se refere ao *continuum* rural-urbano, com base em pesquisas realizadas pelas autoras e/ou por seus orientandos e com apoio, ainda, nas de outros colegas que também se dedicaram ao tema. Na seção 4, faz-se um breve debate sobre a questão e a seção 5 traz as considerações finais.

¹ Trata-se de três inquéritos para o APFB, em artigo publicado em *Arquivos da Universidade da Bahia*, v. 7, n. 1, p. 140-155. Fonte: Currículo Lattes.

2 OS CONCEITOS DE RURALIDADE E URBANIDADE E A ABORDAGEM SOCIOLINGUÍSTICA

Em estudos de especialistas de diversas áreas (geografia, sociologia, economia, arquitetura) que tratam dos conceitos de ruralidade e urbanidade, é comum haver remissão a texto dos sociólogos Sorokin, Zimmerman e Galpin (1981 [1930]) como aquele que propiciou estabelecer as diferenças, de um ponto de vista tradicional, entre comunidades rurais e urbanas, com base em variáveis “típicas não só desta ou daquela cidade e de seu aglomerado rural próximo em particular, mas da cidade e do campo em geral, quando e onde quer que ocorram” (SOROKIN; ZIMMERMAN; GALPIN, 1981 [1930], p. 199).

Os nove critérios de diferenciação (as variáveis) entre ruralidade e urbanidade diziam respeito a diferenças (i) ocupacionais; (ii) ambientais; (iii) no tamanho das comunidades; (iv) na densidade populacional; (v) na homogeneidade e na heterogeneidade das populações; (vi) na diferenciação, estratificação e complexidade social; (vii) na mobilidade social; (viii) na direção da migração; e (ix) no sistema de integração social.

Não obstante as marcantes diferenças entre cidade e campo por eles retratadas, a partir dos referidos critérios, a observação da complexidade dos territórios descritos, a um só tempo geográficos e sociais, já fazia emergir o reconhecimento de uma espécie de porção intermediária entre os polos prototipicamente rurais ou urbanos. Parsons (1949, p. 435²) define comunidades rurbanas como os espaços sociogeográficos rurais onde os estilos e o padrão de vida mudaram tanto que se assemelham aos das localidades urbanas. Como se observa no endereço eletrônico que consta da nota 2, “a rurbanização pode ser devida à expansão urbana ou à migração rural”, o que “é possível por meio de interações urbano-rurais, incluindo acúmulo de capital/remessas e exposição a ideias e estilos de vida ocidentais/modernos que eventualmente constroem novas mentalidades”. Portanto, nas sociedades modernas, confirma-se e concretiza-se, de forma evidente, o postulado de que as noções de ruralidade e urbanidade constituem polos de um *continuum* em que a rurbanidade tem de ser considerada, noção igualmente complexa, pois não só diz respeito a áreas territorialmente contíguas às das cidades mas também a áreas nelas inseridas, como ocorre no Rio de Janeiro, por exemplo.

Como já havia assinalado Celso Cunha, no Brasil, “no decurso de quatro séculos, um imenso país rural” (CUNHA, 1972, p. 58), verificou-se um movimento de migração para os grandes centros urbanos em busca de oportunidades de trabalho, de início discreto (décadas de 1930 a 1950), mas que se intensificou nas décadas de 1970-80, sobretudo na região Sudeste, em que se encontram Rio de Janeiro e São Paulo.

² Cf. Parsons, T. (1954 [1949]).

Como demonstra a Tabela 1, o processo foi abrupto em algumas regiões, como a Centro-Oeste e a Sul (entre as décadas de 1970 e 1980), e gradual nas regiões Norte e Nordeste, em que se encontram os menores índices de urbanização.

Tabela 1: Evolução das taxas de urbanização globais e por regiões brasileiras

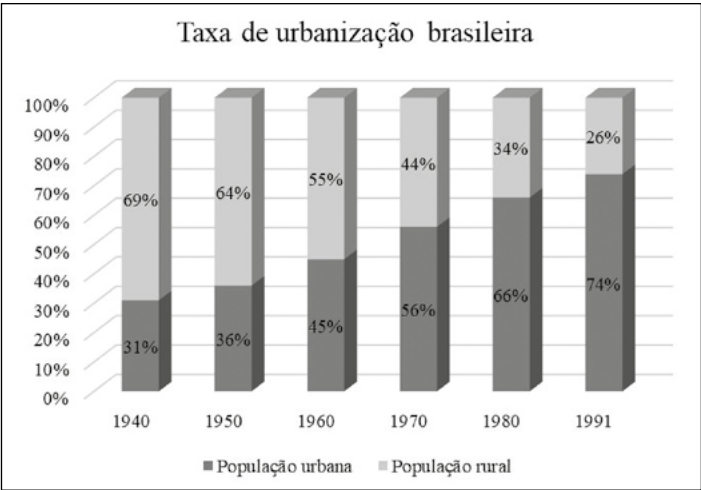
Região	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2007	2010
Brasil	31,24	36,16	44,67	55,92	67,59	75,59	81,23	83,48	84,36
Norte	27,75	31,49	37,38	45,13	51,65	59,05	69,83	76,43	73,53
Nordeste	23,42	26,4	33,89	41,81	50,46	60,65	69,04	71,76	73,13
Sudeste	39,42	47,55	57,36	72,68	82,81	88,02	90,52	92,03	92,95
Sul	27,73	29,5	37,1	44,27	62,41	74,12	80,94	82,9	84,93
Centro Oeste	21,52	24,38	34,22	48,04	67,79	81,28	86,73	86,81	88,8

Fonte: IBGE.

A Figura 1, a seguir, permite melhor visualizar a distribuição populacional no Brasil pelas áreas consideradas urbanas e rurais. Como consta de uma publicação do IBGE (2015),

É nesse período, isto é, entre os anos sessenta e a década seguinte do século passado que ocorre a histórica virada, sem retorno, de um Brasil rural para um país predominantemente urbano, virada essa que não se limita aos parâmetros populacionais/legais, mas de profunda alteração nos padrões culturais em direção a um complexo mundo urbano-industrial. (IBGE, 2015, p. 9)

Figura 1: Taxa de urbanização no Brasil: 1940-2010



Fonte: IBGE.

Notícia divulgada pela Agência Brasil, em 2016, informa que, segundo o Programa da Organização das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat), “o Brasil está localizado no continente mais urbanizado do mundo, a América Latina”, configurando-se atualmente “como o país mais urbanizado da região”; prevê, ainda, que, “em 2030, esse índice chegue a 91,1% e, [...] em 2050, toda a América Latina seja 86% urbana³.

De acordo com o IBGE (2017), esforços têm sido feitos no sentido de melhor caracterizar as áreas territoriais brasileiras dada a sua grande complexidade; quanto às categorias relacionadas ao campo da ruralidade/urbanidade, o órgão informa que

[...] o *Manual da base territorial* do IBGE lista oito situações possíveis de classificação de setores censitários. [...] As áreas urbanas são divididas em área urbana, área não urbanizada de cidade ou vila e área urbana isolada. [...] as áreas rurais são classificadas como aglomerado rural de extensão urbana, povoado, núcleo, lugarejo e área rural. A área não urbanizada de cidade ou vila é aquela que, embora legalmente urbana, apresenta ocupação eminentemente rural, enquanto a área rural de extensão urbana se constitui numa ocupação com características urbanas que está situada fora do perímetro urbano municipal. Trata-se de uma classificação fundamentalmente operacional, e está sujeita a atualizações periódicas em seus critérios. Esta classificação é a que está sendo usada atualmente, como foi dito, é fundamentalmente operacional. Por isso, pode estar sujeita a atualizações futuras, que deem conta da realidade de maneira mais adequada. (IBGE, 2017, p. 39)

Tal quadro, tal complexidade, evidentemente, se espelha na configuração das chamadas variedades linguísticas, como se buscará demonstrar adiante. Como observa Brandão (1996),

Embora traços ecológicos presidam à contraposição dos espaços, nem sempre de forma nítida – tanto que são suscetíveis de escalonamento –, são os fatores de ordem sócio-cultural que realmente os caracterizam. Se o conceito de *ruralidade* era definido também pelo maior isolamento e estabilidade social das comunidades, tendo como antípoda o de *cidade* em que os modelos antropológicos se entrecruzam e superpõem, hoje, os distanciamentos atenuaram-se por força da ampliação progressiva da influência dos meios de comunicação. As cidades fagocitam as áreas rurais, atraem seus habitantes com perspectivas de melhores condições de vida, incentivando migrações internas que esvaziam esses espaços, eliminando, conseqüentemente, peculiaridades culturais, que, em parcelas, se transferem para a *urbis*. Os modelos urbanos, também à distância,

³ Informação disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-10/mais-de-90-da-populacao-brasileira-vivera-em-cidades-em-2030>. Acesso em: 25 mai. 2022.

infiltram-se nos meios rurais. Esse processo, desencadeado e intermediado pela fala, nela deixa suas marcas. (BRANDÃO, 1996, s/p)

A complexidade dos parâmetros definidores de ruralidade/urbanidade sempre foi de especial interesse do campo dos estudos dialetológicos e sociolinguísticos. Isto porque se trata de tema que, de forma exemplar, demonstra a interseção entre as esferas diatópica e diastrática, conforme o postulado de Rossi (1984), aqui retomado, de que *os espaços físicos se configuram como espaços sociais*.

No âmbito específico dos estudos variacionistas brasileiros, a concepção escalar das categorias que compõem as chamadas variedades linguísticas alcança forte acolhida. A esse respeito, Bortoni-Ricardo (2004, p. 51-70) propõe que, para uma melhor compreensão da multidimensionalidade dos fenômenos variáveis no Brasil, devem ser concebidos três *continua*: o de urbanização (variedades rurais isoladas ↔ área rurbana ↔ variedades urbanas padronizadas); o de oralidade-letramento (eventos de oralidade ↔ eventos de letramento) e o de monitoração estilística (menos monitoração ↔ mais monitoração)⁴. Tais *continua*, naturalmente, apresentam zonas em interseção ou espaços de superposição. A título de ilustração, estudos brasileiros (SCHERRE; NARO, 2006; LUCCHESI, 2015; BRANDÃO; VIEIRA, 2018; CORRÊA, 2019; dentre outros) – que controlam com frequência a variável nível de escolaridade – têm demonstrado, em relação aos dois primeiros *continua*, que, em áreas urbanas, costumam estar concentrados indivíduos mais escolarizados, enquanto em áreas rurais o acesso à educação formal e a bens culturais é restrito. Desse modo, o acesso a eventos de letramento seria muito maior em áreas urbanas do que em áreas rurais.

Lucchesi (2015), que defende a ideia de que, por injunções de natureza histórica e sócio-econômica, a sociedade brasileira é sociolinguisticamente polarizada, aplica o modelo de Bortoni-Ricardo (2004) e, considerando a interseção entre os três *continua*, afirma:

[...] têm-se, no ponto extremo da norma popular, as comunidades rurais mais isoladas do interior do país, cujos falantes, imersos na oralidade, exibiriam um espectro de variação estilística bastante reduzido, já que é escasso também o seu contato com as demais variedades do português. No outro extremo da norma culta, estariam os falantes dos grandes centros urbanos, com alto grau de escolaridade, cujo extenso repertório linguístico amplia bastante o espectro de sua variação estilística. Entre um extremo e outro, vislumbra-se um *continuum* de níveis intermediários. À medida que se passa do polo extremo da norma popular para o ápice da norma culta, cresce progressivamente o grau de urbanização e letramen-

⁴ Em obra mais recente, a autora propõe outra configuração dos *continua*: “de urbanização, de formalidade e de acesso à internet e uso de suas ferramentas” (BORTONI-RICARDO, 2021, p. 38). Embora não seja o foco do presente texto, o acesso à internet constitui, de fato, importante fator adicional para a problematização e a reconfiguração do espaço diatópico como definidor de comunidades de fala.

to, bem como o espectro da variação estilística. Entre um extremo e outro, vislumbra-se um *continuum* de níveis intermediários. (LUCCHESI, 2015, p. 153)

Em seguida, procura discriminar possíveis “cenários sociolinguísticos”, considerando a escala rural > rurbario > urbano, conforme o Quadro 1.

Quadro 1: Cenários sociolinguísticos brasileiros segundo Lucchesi (2015) com base nos *continua* de urbanização e letramento de Bortoni-Ricardo (2004)

rural	• membros analfabetos ou semianalfabetos de comunidades rurais mais isoladas
	• membros analfabetos ou semianalfabetos de comunidades rurais menos isoladas
rurbario	• habitantes de baixa ou pouca escolaridade das pequenas cidades do interior (distinguindo-se imigrantes do campo e nativos da cidade)
	• habitantes de baixa ou pouca escolaridade emigrantes do campo para a periferia das grandes cidades
urbano	• habitantes de baixa ou pouca escolaridade da periferia das grandes cidades
	• habitantes de baixa ou pouca escolaridade dos bairros populares mais centrais e tradicionais das grandes cidades
	• trabalhadores e operários qualificados das grandes cidades e centros industriais
	• comerciantes e trabalhadores técnicos e administrativos das pequenas e médias cidades do interior do país
	• comerciantes e trabalhadores técnicos e administrativos dos grandes centros urbanos
	• altos funcionários do executivo e do judiciário, profissionais liberais e intelectuais das pequenas e médias cidades do interior do país
	• altos funcionários do executivo e do judiciário, profissionais liberais e intelectuais dos grandes centros urbanos

Fonte: Lucchesi, 2015, p. 153.

Esse conjunto de cenários sociolinguísticos faz perceber nitidamente a configuração do espaço físico como social: a região em que habitam os indivíduos (interior *versus* grande cidade) é apenas um dos aspectos empregados pelo autor; associam-se a ele a direção do movimento migratório, o acesso à escolarização, o tipo de atividade profissional (e hoje fortemente o acesso não só aos meios de comunicação de massa em geral mas, sobretudo, à internet e suas redes sociais). Assim, quando se associa um modo de falar, uma variante, ao polo urbano ou ao polo rural, por exemplo, sempre há um tanto de generalização amparada por índices quantitativos que revelam tendências, em meio às quais figuram falares rurbarios, seja no campo, seja nas grandes cidades.

A esse respeito, Bortoni-Ricardo (2004, p. 53) lembra que, no *continuum* de urbanização, as fronteiras são fluidas, podendo determinadas variantes estar presentes, com maior ou menor frequência, ao longo de todo ele, sendo por esse motivo por ela denominadas de traços *graduais*, enquanto outras variantes, os traços *descontínuos*, mais característicos de áreas rurais, vão, em geral, desaparecendo na direção do polo urbano. Nesse sentido, por exemplo, o cancelamento de R em coda externa em formas verbais (falar > falá) constituiria um traço gradual, enquanto o rotacismo (plantei > prantei, altura > artura) seria mais característico de áreas rurais/rurbanas e, portanto, mais sujeito a uma avaliação negativa.

Como já se observou na proposta de Lucchesi (2015, cf. Quadro 1), no PB, os *continua* de urbanização e letramento estão intimamente vinculados, sendo os elementos fundamentais para determinar a implementação dos diferentes padrões de indicação de pluralidade, tanto que Brandão (2013b) propôs um *continuum* mais específico ao letramento, por ela denominado de *continuum* de nível de instrução, posteriormente reproduzido em Brandão e Vieira (2012, p. 1047).

Quadro 2: *Continuum* de nível de instrução segundo Brandão (2013b)

Continuum de nível de instrução (+ ou – letramento)			
----->			
Não escolarizados/ 1 a 4 anos	Fundamental 5 a 8 anos	Médio 9 a 11 anos	Superior Mais de 11 anos

Fonte: Brandão, 2013b, p. 7.

Para Brandão (2013b), o nível de instrução teria de ser associado ao *continuum* de urbanização, não só porque em áreas caracteristicamente rurais predominam indivíduos não escolarizados ou com nível fundamental de instrução completo ou incompleto mas também por ser representativo das distâncias sociais que se operam em áreas rurbanas e urbanas, com consequências não só na performance oral, como se verá nas duas próximas subseções, quanto na escrita.

3 CONTINUUM RURAL-URBANO E RESULTADOS SOCIOLINGÜÍSTICOS

Diversos estudos sociolinguísticos, seja com variáveis fonético-fonológicas, seja com variáveis morfossintáticas, têm permitido constatar a relevância da abordagem das variedades do PB na perspectiva escalar dos *continua* de variação, e mais especificamente do *continuum* rural-urbano. Ocorre que, ao mesmo tempo, os resultados obtidos também demonstram que não só os critérios definidores de cada polo (rural ou urbano) do *continuum* admitem novas configurações com o passar do tempo (como ilustra o acesso à internet, que parece gradativamente colaborar para desfazer as fronteiras entre os espaços físicos) mas

também as próprias tendências sociolinguísticas (que se associam aos movimentos migratórios, aos índices de escolarização, dentre outros fatores) tomam novas particularidades.

Mesmo no âmbito de variáveis fonético-fonológicas de caráter gradual, como o /S/ em coda silábica – em que a variante inovadora palatalizada, que tipifica a fala do Rio de Janeiro e a de Florianópolis e está presente, com maior ou menor frequência, em todas as regiões do país –, podem-se observar diferenciações quanto ao *continuum* que aqui se discute. É o caso, por exemplo, do estudo de Rodrigues (2001), que constatou que a difusão da referida variante na fala de pescadores, analfabetos ou parcamente escolarizados, segundo entrevistas realizadas na década 1980 no Norte e no Noroeste do Estado do Rio de Janeiro, estava mais avançada em subáreas com traço [- rural], quer interioranas, quer litorâneas, em função dos diferentes perfis sócio-econômico-culturais das localidades pesquisadas e do maior ou menor contato de seus habitantes com indivíduos advindos de outras regiões. Nas localidades [+ rurais], mais isoladas, a variante alveolar, tomada como conservadora, foi registrada com os maiores índices de frequência. Assim, já estava patente em um estudo de comunidade rural com dados da segunda metade do século XX uma configuração de comunidade tipicamente rurbana em meio a uma tendência de comunidade eminentemente rural.

De outro lado, a mesma complexidade pode ser verificada em uma grande metrópole como a cidade do Rio de Janeiro. Assim, o tema da (não-)concordância de número mostra-se bastante produtivo para o debate sobre o *continuum* de urbanização. Nas palavras de Scherre (1994, p. 37), a concordância pode ser caracterizada “como um caso de variação linguística inerente, tendo em vista que ocorre em contextos linguísticos e sociais semelhantes e apresenta tendências sistemáticas de variação altamente previsíveis”. De fato, o confronto dos resultados de diversas pesquisas realizadas sobre variedades do PB, quer urbanas, quer rurais (e mesmo sobre variedades africanas), confirmam as palavras de Scherre (1994). No que toca a condicionamentos estruturais – independentemente dos rótulos com que tenham sido designados ou da forma como são controlados –, variáveis nos níveis sonoro (saliência fônica), sintático (saliência posicional) e semântico (saliência do traço + animado), além de fatores relacionados ao processamento (como a distância e o paralelismo estrutural), favorecem ou não a marcação de número. Ocorre que, como ressaltam Brandão e Vieira (2012),

[...] há indícios de que é a atuação de determinados fatores externos que acelera ou detém a implementação das restrições linguísticas. Nas realidades brasileira e são-tomense, ao que tudo indica, o valor social que se atribui à não concordância seria compatível com um estereótipo (nos termos de Labov, 1972) ou, na melhor das hipóteses, com um marcador. Por essa razão, o fenômeno variável funciona como nítido identificador do perfil social do usuário da língua [...]. No PB, [...] o uso ou não da concordância canônica é uma opção que está claramente no nível de consciência dos indivíduos,

de modo que é interpretado e funciona como forte traço caracterizador de classes sociais. (BRANDÃO; VIEIRA, 2012, p. 1061)

Assim sendo, observar, mais detalhadamente, como o fenômeno da concordância se distribui em variados estudos (no âmbito da marcação de número no SN, em 3.1, e entre sujeito e verbo de terceira pessoa do plural, em 3.2), baseados em amostras de fala provenientes de diferentes espaços do *continuum* rural-urbano, mas com indivíduos com graus de escolaridade variados, permitirá ampliar o debate acerca das configurações de variedades do português do Brasil no espaço físico e também social.

3.1 A marcação de plural no SN

Na Tabela 2, reúnem-se resultados de pesquisas sobre a marcação de plural em constituintes do SN realizadas em diferentes áreas do Estado do Rio de Janeiro, sendo as duas primeiras investigações desenvolvidas com amostras rurais – Almeida (1997), com entrevistas da segunda metade do século XX, e Lima (2022), com dados contemporâneos de cidades mais rurais do estado – e as três últimas, com amostras mais urbanas – Scherre (1988), com comunidades de diferentes bairros e zonas da capital do RJ; Rosa (2019), com bairros da capital do Rio de Janeiro; e Brandão (2013a), com a zona sul da cidade do Rio de Janeiro, além do Município de Nova Iguaçu, cidade da região metropolitana do Rio de Janeiro.

Tabela 2: Índices gerais de marcação do plural em constituintes do SN com base em seis análises sociolinguísticas de tipo atomístico no âmbito do Estado do Rio de Janeiro

Variedade	Autor/ <i>Corpus</i>	Localidades	Índices gerais de marcação de plural	Níveis de escolaridade controlados
NÃO URBANA	Almeida, 1997 APERJ	Norte e Noroeste do Estado do RJ	44%	Não escolarizado/1 a 4 anos
	Lima, 2022 Próprio	Cachoeiras de Macacu ⁵ Guapimirim	74,1%	Fundamental/Médio
URBANA	Scherre, 1988 Censo	Cidade do RJ	72%	Fundamental/Médio
	Rosa, 2019 Próprio	Zona Oeste da cidade do RJ	85,6%	Fundamental/Médio/ Superior
	Brandão, 2013a Concordância	Nova Iguaçu	91,1%	Fundamental/Médio/ Superior
		Copacabana	92,4%	

Fonte: Elaboração própria.

⁵ Cachoeiras de Macacu foi incorporada à Região Metropolitana do Rio de Janeiro em 2013.

Em todas as análises mencionadas na Tabela 2, o nível de escolaridade foi controlado, mesmo na que se realizou nas regiões Norte e Noroeste, em que se opôs o segmento não escolarizado ao pouco escolarizado, observando-se que entre os não alfabetizados, de qualquer faixa etária, as taxas de não realização da marca de plural suplantam as de marcação: 52% na faixa etária mais jovem, 58% na faixa média e 60% entre os mais velhos, gradação que se vincula também à faixa etária, uma vez que o menor e o maior número de analfabetos se encontravam, respectivamente, entre os indivíduos de menos de 35 anos e de 56 anos ou mais.

Passando de um polo a outro – das áreas rurais para as mais ou menos urbanas –, com base em análises em que a variável nível de instrução foi selecionada (em geral, em primeiro ou segundo lugar), é possível observar um *continuum* compatível com a hipótese de que urbanização e nível de instrução são variáveis interdependentes para a compreensão dos resultados, independentemente da época de recolha dos *corpora*, o que pode se dever também ao fato de nela estarem embutidas outras variáveis, como maior ou menor acesso a bens culturais, nível econômico, chances de mobilidade social, entre outras. Na Tabela 3, fica clara essa interdependência.

Tabela 3: Índices de marcação do plural em constituintes do SN com base em quatro análises sociolinguísticas de tipo atomístico no âmbito da Região Metropolitana do Rio de Janeiro

Autor/ Corpus	Localidade	Fundamental 5 a 9 anos	Médio 10 a 12 anos	Superior Mais de 12 anos
Lima, 2022 Próprio	Cachoeiras de Macacu Guapimirim	69,1%	88,7%	-
Rosa, 2019 Próprio	Zona Oeste da Cidade do RJ	66,8%	88,5%	97,2%
Brandão, 2013a Concordância	Nova Iguaçu	91,4%	80,9%	97,2%
	Copacabana	80,5	93,7	98,8%

Fonte: Elaboração própria.

À exceção de Nova Iguaçu, em que indivíduos de nível fundamental realizaram mais a concordância padrão do que os de nível médio, o que se observa é um gradativo incremento da aplicação das marcas de plural conforme o aumento de anos de escolarização.

Todos esses índices dizem respeito a análises atomísticas, que, em parte, mascaram a produtividade da (não)concordância de plural. Rosa (2019), além da análise atomística, cujos índices gerais constam das tabelas 2 e 3, realizou uma análise não atomística, segundo a qual o índice geral de marcação de plural caiu de 85,6% para 76,2%. Embora

com menores índices percentuais (fundamental: 44,4%, média: 82,3%, superior: 94,8%), a variável escolaridade, mais uma vez, mostrou-se a mais saliente (ROSA, 2019, p. 111).

Para finalizar esta seção, cabe dizer que o único estudo sobre concordância nominal com base no *corpus* NURC de que se tem notícia foi realizado por Campos et al. (1993), levando em conta as cinco cidades (Rio de Janeiro, Porto Alegre, São Paulo, Salvador e Recife). A amostra do Rio de Janeiro, com base na fala de quatro informantes (dois homens e duas mulheres), contou com 735 dados, com 721 ocorrências de marcação de plural (98%), assim distribuídas conforme o tipo de inquérito: Elocuções formais-EF: 266/267: (99,6%)⁶; Diálogo entre dois informantes-D2: 208/215 (97%); Diálogo entre informante e documentador-DID: 247/253 (98%) (CAMPOS et al., 1993, p. 132). Os quatro informantes apresentaram casos de não concordância, que variaram de um a seis dados. Como se verifica, a concordância nominal, que, na fala culta, tem caráter semicategórico (cf. LABOV, 2003), obedece a uma gradação, embora de forma sutil, a partir da situação comunicativa ser mais ou menos monitorada: EF → DID → D2, tendo havido, também, no *corpus* relativo às cinco cidades, índices diferenciados de concordância entre homens (99%, P.R. 0,84) e mulheres (95%, P.R. 0,16).

3.2 A marcação de plural no SV

Vieira e Bazenga (2013, p. 33), com base em estudos realizados sobre a fala do Rio de Janeiro, apresentam a tabela que aqui se reproduz, traduzida para o português, a que se acrescentaram os dados da pesquisa de Corrêa (2019).

⁶ O percentual indicado no texto (100%) foi aqui alterado para 99,6%.

Tabela 4: Índices de marcação de número em diferentes estudos sobre concordância de terceira pessoa de plural no âmbito da Região Metropolitana do Rio de Janeiro

Variedades		Amostra/Estudo	Nível de escolaridade	Marcação de plural
BRASIL	URBANA	Amostra Mobral, 1970 (NARO, 1981)	Todos os dados não escolarizados	48%
		PEUL, 1980 (SCHERRE; NARO, 2006)	Todos os dados 1-4 anos 5-8 anos 9-11 anos	73% 63% 78% 81%
		NURC/RJ 1970/80 (GRACIOSA, 1991)	Superior	94%
		PEUL, 2000 (SCHERRE; NARO, 2006)	Todos os dados 1-4 anos 5-8 anos 9-11 anos	84% 75% 85% 93%
		Copacabana, 2010 (VIEIRA; BAZENGA, 2013)	Todos os dados 5-8 anos 9-11 anos 12-15 anos	88,1% 72,9% 89,0% 97,8%
		Nova Iguaçu, 2010 (VIEIRA; BAZENGA, 2013)	Todos os dados 5-8 anos 9-11 anos 12-15 anos	78,2% 72,9% 67,1% 89,9%
		Rio de Janeiro, 2019 (CORRÊA, 2019)	Todos os dados 5-8 anos 9-11 anos	75% 67% 85%
	NÃO URBANA	Cachoeiras de Macacu/ Guapimirim (CORRÊA, 2019)	Todos os dados 5-8 anos 9-11 anos	71% 58% 82%
		<i>Corpus</i> APERJ, 1980 (VIEIRA, 1995)	Todos os dados (0-4 anos)	38%

Fonte: Vieira e Bazenga (2013, p. 33) com o acréscimo de resultados de Corrêa (2019, p. 110).

Comparando os dados expostos na Tabela 4, podem-se depreender diferentes padrões quanto à aplicação da marca de número em P6:

- nos anos 1970-1980, os índices giravam em torno de 38% e 48% entre os indivíduos não escolarizados, quer da área urbana, quer de áreas não rurbanas ou rurais;
- nas mesmas décadas, na cidade do Rio de Janeiro, com base na amostra NURC, entre falantes cultos, o índice era de 94%;

- dos anos 1980 aos 2000, na chamada fala popular do Rio de Janeiro, representada na amostra PEUL, há um maior índice geral de aplicação da marca (73% → 84%), embora da mesma forma escalar no que se refere à atuação da escolaridade;
- nas pesquisas mais recentes de Vieira e Bazenga (2013), em que se levam em conta três níveis de escolaridade, a escala se mantém, ressaltando-se que, como ocorreu em relação ao SN, os falantes de nível médio de Nova Iguaçu aplicam menos a marca do que os de nível fundamental;
- na pesquisa de Corrêa (2019), em que se consideram apenas dados de falantes de níveis fundamental e médio, o índice geral na área urbana fica em 75%, pouco diferindo do que se obteve na área não propriamente urbana (71%).

Em suma, verifica-se, por meio dos índices de realização de marca de plural em verbos de 3ª pessoa, que atuam no condicionamento da concordância padrão não só o espaço geográfico mas, sobretudo, o nível de escolaridade.

4 A QUESTÃO EM DEBATE: A COMPLEXIDADE DO *CONTINUUM* RURAL-URBANO

Não resta dúvida, pelo que se descreveu nas seções 2 e 3, que é difícil estabelecer critérios, tanto do ponto de vista sociogeográfico quanto sociolinguístico, para traçar diferenças cabais entre áreas urbanas, rurbanas e rurais, como atestam documentos do próprio IBGE, não só pelo tamanho de nosso país mas, sobretudo, por uma série de injunções históricas vinculadas à forma e à época de ocupação do território, às contribuições dos grupos étnicos nela envolvidos, aos movimentos migratórios, ao maior ou menor contato com indivíduos de diferentes estratos sociais, ao acesso a serviços básicos e à desigualdade social, motivos hoje ainda incrementados pelo acesso à comunicação a distância através de meios digitais.

Se, de um lado, é possível opor o rural ao urbano em suas extremidades, de outro, esse conjunto de fatores torna o espaço urbano uma síntese de suas interinfluências e da referida desigualdade, promovendo o contato interdialetoal e congregando diferentes comunidades de fala. Nesse sentido, a variável *nível de escolaridade*, pelo valor simbólico e múltiplo nela embutido, acaba por servir como o mais forte parâmetro experimentado para a delimitação desses espaços do ponto de vista geográfico e social. Ocorre que é exatamente nos estudos com comunidades rurais que se tem acesso a amostras com os mais baixos níveis de escolarização e é nos estudos com comunidades urbanas que se tem acesso a amostras com os mais altos níveis de escolarização. Desse modo, as diferenças entre urbano e rural, sobretudo nos dias de hoje, tendem a se neutralizar ou ao menos se aproximar, quando considerados os mesmos níveis de escolarização.

Essa constatação faz refletir sobre o perfil variado das comunidades de fala usualmente representadas nos estudos sociolinguísticos brasileiros, que, a rigor, não permitem, como evidencia o presente texto, comparação segura nem determinadas generalizações para o perfil rural/urbano, tendo em vista o limite de representação das comunidades de fala consideradas em cada caso.

A esse respeito, vale a pena aludir ao trabalho de Monteiro (2020), que versa sobre a concordância verbal de primeira pessoa do plural – fenômeno cuja distribuição de dados costuma opor a tendência urbana à marcação verbal de número, como em *nós cantávamos*, e a tendência rural à não marcação, como em *nós cantava*. A autora propõe um debate acerca da concepção de urbanidade, visto que a maioria dos estudos variaçãoistas não contempla, por exemplo, favelas em suas amostras. Com base em dados contemporâneos, coletados em algumas entrevistas realizadas em 2019 na favela carioca Vila Cruzeiro, Monteiro (2020) verifica em 11,9% das ocorrências a não marcação de número em verbos de primeira pessoa do plural.

A esse respeito, declara a pesquisadora:

Assim, é imprescindível destacar que a Favela Vila Cruzeiro tem características de uma urbanidade particular e pode caracterizar-se por um isolamento social, cultural e geográfico. Deste modo, deve-se estudá-la sócio-historicamente e refletir sobre como se tratam as favelas do Rio de Janeiro nos estudos sociolinguísticos, visto que, do mesmo modo que não se propõe tratar o rural e o urbano de modo tão estanques, também se deve pensar sobre um *continuum* de urbanidade no qual se podem posicionar as favelas, ou seja, um *continuum* das áreas dentro da favela e das áreas que estão fora – comumente e coloquialmente chamadas, no Rio de Janeiro, de asfalto ou de morro. (MONTEIRO, 2020, p. 45)

De fato, não é apenas a distância espacial, como lembra Trudgill (1987), que pode determinar a difusão de traços linguísticos:

Distância, então, é claramente um fator importante na disseminação das formas linguísticas, embora, em muitos casos, a distância social possa ser tão importante quanto a distância geográfica [...]: duas cidades podem ser socialmente “mais próximas” uma da outra do que o são de trechos intermediários da área rural. (TRUDGILL, 1987, p. 172, tradução nossa)⁷

De todo modo, os estudos indicam que, no PB atual, a indicação de plural, que sinaliza, sobretudo na variedade popular, um processo pretérito de simplificação morfológica, permite formular a hipótese de coexistência de dois padrões de concordância,

⁷ Do original: “Distance, then is clearly an important factor in the spread of linguistic forms, although in many cases social distance may be as important as geographical distance [...]: two towns may be socially ‘closer’ to each other than they are to the intervening stretches of the countryside”.

seja no campo, seja na cidade grande: um, semicategórico e de prestígio, outro, variável e natural (BRANDÃO; VIEIRA, 2018), padrões que se observam (cf. VIEIRA; BRANDÃO, 2014; VIEIRA; BRANDÃO, 2017; BRANDÃO; VIEIRA, 2018) também em variedades africanas do português, com histórico de forte contato multilinguístico, e não se observam no português europeu, com índices (semi)categoricos de concordância em geral.

O emprego ou não da regra de concordância padrão, como se pode observar, constitui regra variável fundamental para a compreensão do perfil sócio-histórico de formação das chamadas normas culta e popular brasileiras – configurando, segundo Lucchesi (2015), o já referido quadro de polarização sociolinguística. A proeminência sociolinguística dessa alternância revela-se, assim, ao que tudo indica, no nível de consciência dos indivíduos, sendo um forte traço caracterizador de diferenças de classes sociais, mais do que, ao que parece, de espaços físicos brasileiros atuais, propriamente.

A esse respeito, Corrêa (2019), em sua tese, desenvolveu, além do estudo sobre produção (já citado na Tabela 4), investigação da percepção e avaliação da concordância de terceira pessoa do plural, abarcando comunidades do Estado do Rio de Janeiro por ela caracterizadas como urbanas e rurais, chegando, entre outras, às seguintes conclusões:

[...] mesmo na zona urbana em que há acesso facilitado à rede de bens, serviços, educação, tecnologia e comunicação, há espaço ainda que reduzido para variação, de modo que os valores de prestígio das variantes, embora sejam os mesmos que os da zona rural, não detêm a atenção da população ou não é priorizado como ocorre nesta, por ser algo mais natural; na zona rural, ao que parece – embora exista uma amplitude maior de variação (menor na zona urbana devido à força de nivelamento que a norma padrão exerce), de modo que ainda se produziria bastante a variante não-padrão (sobretudo por pessoas menos escolarizadas e, possivelmente mais nitidamente, por analfabetos das regiões ainda mais isoladas a que esta pesquisa não teve acesso) – haveria uma espécie de tendência a reduzir essa produtividade em função da busca inconsciente pela maior aplicabilidade da regra de concordância verbal, impactada pela mais aguçada percepção sociolinguística positiva da variante de prestígio que se busca alcançar, em um processo de identificação com o perfil cada vez menos rural ou mais urbano.

[...] as tendências historicamente comprovadas de uso menor da concordância padrão no campo (e na norma popular a partir dela constituída) ao contrário do maior uso na cidade (e na norma culta a partir dela constituída) passam por um processo de mudança, com possível propensão a aproximar as variedades no *continuum* de urbanização. Nesse processo de uniformização de variedades, a avaliação linguística parece atuar no sentido de impulsionar os representantes das variedades populares (e não os das variedades cultas) a se aproximarem, por mais forte apreciação positiva das variantes da “cidade”, tomada como modelo linguístico. Assim, não

haveria mais a suposta avaliação positiva da variante não padrão pelo homem do campo, mas, ao contrário, o desejo de aproximação da norma urbana de prestígio. (CORRÊA, 2019, p. 170-172)

Embora não tenha sido o propósito deste texto associar, além da produtividade da marcação ou não de plural, em diferentes comunidades de fala rurais, rurbanas e urbanas, a avaliação dessas variantes, como fez Corrêa (2019), essa empreitada permitirá, sem dúvida, maior compreensão da rede de comunidades de fala que, de fato, compõem o chamado português do Brasil em suas diferentes faces.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: VOLTANDO AO INÍCIO

A exemplo da homenageada nesta publicação, as autoras do texto também iniciaram suas pesquisas observando comunidades rurais, migrando para as urbanas (d'aquém e d'além mar), voltando às origens, sempre conscientes das dificuldades inerentes à caracterização sociolinguística de um país tão diverso quanto o Brasil.

Por isso, finalizam este texto, repleto de indicações de tarefas complexas a enfrentar, com palavras de Callou (1998), num texto em que, mais de 30 anos depois, voltou a observar a fala da localidade de Mato Grosso-BA, focalizada em sua dissertação de mestrado, defendida em 1964.

Embora não se tenha procedido ainda a uma análise variacionista rigorosa, parece já ser possível apontar uma mudança linguística na comunidade como consequência, talvez, da mudança sócio-cultural, corroborando a hipótese de Labov (1994), segundo a qual, havendo mudanças demográficas drásticas, é provável que as mudanças linguísticas pouco tenham a ver com a lógica da mudança da língua, sendo, desse modo, externa.

Sobre as questões arroladas, podemos, por enquanto, apenas afirmar que a variação na concordância e a dupla negação continuam atuantes no dialeto, como, em geral, no português brasileiro – não-padrão e padrão. (CALLOU, 1998, p. 271)

Aferir em detalhes a complexidade do *continuum* rural-urbano demonstrada ao longo deste texto – no que se refere às dinâmicas geográficas e socioculturais que o definem – ainda escapa ao próprio controle sociolinguístico das variáveis e das amostras já investigadas em estudos país afora, confirmando o que sugere Callou (1998): trata-se da natureza efetivamente externa da mudança da língua. Ao que tudo indica, a porção rurbana, com várias feições e locais nesse cenário, passa a estar tão disseminada em cada um dos polos – dentro da complexidade do perfil das cidades contemporâneas – que o referido *continuum* mais parece se configurar como uma espécie de *espiral* de produtiva e exuberante variabilidade linguística. Fato é que, seja no campo, seja nas grandes cidades,

sobrevivem os extremos dos polos, acusando e não deixando esquecer a desigualdade estrutural de formação da nação brasileira e das diferentes faces do português do Brasil.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, E. M. *A variação da concordância nominal num dialeto rural*. 1997. 145f. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.
- AMARAL, A. *O dialeto caipira*. 3. ed. São Paulo: Hucitec / Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976 [1920].
- BORTONI-RICARDO, S. M. *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola, 2004.
- BORTONI-RICARDO, S. M. *Português brasileiro: a língua que falamos*. São Paulo: Contexto, 2021.
- BRANDÃO, S. F. Rede de localidades para a elaboração de um atlas linguístico nacional: considerações iniciais. Comunicação apresentada ao Seminário Caminhos e Perspectivas para a Geolinguística no Brasil, Salvador, Universidade Federal da Bahia, novembro de 1996. Inédito.
- BRANDÃO, S. F. Patterns of plural agreement within the noun phrase. *Journal of Portuguese Linguistics*, v. 12, n. 2, p. 51-100, 2013a.
- BRANDÃO, S. F. Réalité sociolinguistique brésilienne et géolinguistique pluridimensionnelle. In: CARRILHO, E.; MAGRO, C.; ÁLVAREZ, X. (org.). *Current approaches to limits and areas in dialectology*. Cambridge: Cambridge Scholars, 2013b. p. 3-26.
- BRANDÃO, S. F.; VIEIRA, S. R. Concordância nominal e verbal: contribuições para o debate sobre o estatuto da variação em três variedades urbanas do português. *Alfa: Revista de Linguística*, v. 56, n. 3, p. 1035-1064, 2012.
- BRANDÃO, S. F.; VIEIRA, S. R. The agreement *continuum* in urban samples of African, Brazilian and European varieties of Portuguese. In: LÓPEZ, L. Á.; GONÇALVES, P.; AVELAR, J. O. (ed.). *The Portuguese language continuum in Africa and Brazil*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2018. p. 267-289.
- CALLOU, D. Um estudo em tempo real em dialeto rural brasileiro: questões morfossintáticas. In: GROË, S.; ZIMMERMANN, K. (ed.). *"Substandard" e mudança no português do Brasil*. Frankfurt am Main: TFM, 1998. p. 255-271.
- CAMPOS, O. G. L. A. S. et al. Flexão nominal: indicação de pluralidade no sintagma nominal. In: ILARI, R. (org.). *Gramática do português falado*. v. 2: Níveis de análise linguística. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. p. 111-134.
- CORRÊA, C. M. M. L. *Concordância verbal de terceira pessoa do plural em comunidades rurais e urbanas do estado do Rio de Janeiro: avaliação e produção*. 2019. 183f. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.
- CUNHA, C.; SILVA NETO, S. Atlas linguístico etnográfico do Brasil. Separata das *Actas* do III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, Lisboa, 1957. p. 405- 412.
- CUNHA, Celso. *Língua portuguesa e realidade brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1972.
- GRACIOSA, D. *Concordância verbal na fala culta carioca*. 1991. 100f. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação*. Rio de Janeiro: 2017.

- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Projeto Regiões Rurais*: relatório técnico. Rio de Janeiro, 2015.
- LABOV, W. Some sociolinguistic principles. In: PAULSTON, C.; TUCKER, R. *Sociolinguistic: the essential readings*. New York: Blackwell, 2003. p. 234-250.
- LIMA, L. C. “*As pessoa lá do outro lado não concorda com as frase que eu escrevo*”: a concordância nominal em área rural do Rio de Janeiro. 2022. 44f. Monografia (Graduação em Letras: Português – Literaturas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.
- LUCCHESI, D. *Língua e sociedade partidas*: a polarização sociolinguística do Brasil. São Paulo: Contexto, 2015.
- MONTEIRO, L. S. “*Eles fala umas fanfarronagem que nós não entende*”: a concordância verbal de primeira pessoa do plural em favela do Rio de Janeiro. 2020. 60fl. Monografia (Graduação em Letras: Português-Espanhol) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.
- NARO, A. J. The social and structural dimensions of a syntactic change. *Language*, n. 57, v. 1, p. 63-98, 1981.
- NASCENTES, A. *O linguajar carioca em 1922*. Rio de Janeiro: Sussekind de Mendonça & Comp., 1923.
- NASCENTES, A. *O linguajar carioca*. 2. ed. Rio de Janeiro: Simões, 1953 [1923].
- NASCENTES, A. *Bases para a elaboração de um Atlas Linguístico do Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério de Educação/Casa de Rui Barbosa, v. I, 1958; v. II, 1961.
- PARSONS, T. *Essays in sociological theory*. Revised edition. New York: Collier-Macmillan Limited; London: The Free Press, 1954 [1949]. Disponível em: <http://www.arthapedia.in/index.php?title=Rurban#ref1>. Acesso em: 20 mai. 2022.
- RODRIGUES, S. A. O -S pós-vocálico na fala da Região Norte-Noroeste do Estado do Rio de Janeiro. 2001. 100f. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.
- ROSA, F. F. S. *A influência da monitoração estilística na concordância nominal de número interna ao SN*. 2019. 131f. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.
- ROSSI, N. et al. *Atlas prévio dos falares baianos*. Rio de Janeiro: MEC/INL, 1963.
- ROSSI, N. *Atlas prévio dos falares baianos*: introdução, questionário comentado, elenco das respostas transcritas. Rio de Janeiro: MEC/INL, 1965.
- ROSSI, N. Variação diatópica e sociolinguística. In: CONGRESSO NACIONAL DE SÓCIO E ETNOLINGUÍSTICA, 2., 1980, Niterói. *Anais [...]*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1984. p. 101-115.
- SCHERRE, M. M. P. *Reanálise da concordância nominal em português*. 1988. 2v. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1988.
- SCHERRE, M. M. P. Aspectos da concordância de número no português do Brasil. *Revista Internacional de Língua portuguesa*, v. 12, Lisboa, p. 37-49, 1994.
- SCHERRE, M. M. P.; NARO, A. J. Mudança sem mudança: a concordância de número no português brasileiro. *Scripta*, n. 9, v. 18, p. 107-129, 2006.
- SILVA NETO, S. *Guia para estudos dialectológicos*. 2. ed. melhorada e ampliada. Belém: Conselho Nacional de Pesquisas/Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1957 [1951].

SOROKIN, P. A.; ZIMMERMAN, C. C.; GALPIN, C. J. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: MARTINS, J. S. *Introdução crítica à sociologia rural*. Tradução de Ana Maria Busch Everson. São Paulo: Hucitec, 1981 [1930]. p. 198-224.

TRUDGILL, P. *Sociolinguistics: an introduction to language and society*. Harmondsworth: Penguin Books, 1987.

VIEIRA, S. R. *Concordância verbal: variação em dialetos populares do Norte fluminense*. 1995. 162f. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

VIEIRA, S. R.; BAZENGA, A. Patterns of third person verbal agreement. *Journal of Portuguese Linguistics*, v. 12, n. 2, p. 7-50, 2013.

VIEIRA, S. R.; BRANDÃO, S. F. Tipologia de regras linguísticas e estatuto das variedades/línguas: a concordância em português. *Linguística*, v. 30, n. 2, p. 81-112, 2014.

VIEIRA, S. R.; BRANDÃO, S. F. Agreement in Portuguese: contributions from a research project. In: BARBOSA, P.; PAIVA, M. C.; RODRIGUES, C. (ed.). *Studies on variation in Portuguese*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2017. p. 257-278.

REVISITANDO O EFEITO DA REPETIÇÃO NA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA

Maria da Conceição de Paiva (UFRJ/CNPq)

Maria Marta Pereira Scherre (UFES/UnB/CNPq)

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Um princípio central da Sociolinguística Variacionista é o da independência entre ocorrências em sequência de uma mesma variante da variável linguística (a variável dependente ou variável resposta), o que não resultaria em atribuição de significância estatística à mensuração da influência de uma variante precedente sobre uma variante subsequente. No entanto diversos trabalhos já trouxeram evidências bastante sólidas de dependência estatisticamente significativa entre variantes semelhantes em sequência, analisada como um grupo de fatores ou variável independente ou variável preditora ou até fator. Essa variável independente postulada para dar conta do efeito das variantes em sequência recebe na literatura diferentes rótulos, entre as quais elencamos dez: traço propulsor ou gatilho (EMMERICH, 1977; 1984); restrição de sequência (SANKOFF; LABERGE, 1978); marcas imediatamente precedentes (POPLACK, 1980; SCHERRE, 1988); agrupamento de formas gramaticais particulares (SCHIFFRIN, 1981); concordância superficial (LEFEVBRE, 1981; LIRA, 1982); repetição (OMENA, 1978; TANNEN, 1989); estrutura superficial paralela, processamento paralelo ou paralelismo (SCHERRE; NARO, 1991; 1992; WEINER; LABOV, 1983); persistência (TAMMINGA, 2014); *priming* (BOCK; GRIFFIN, 2000; BOYLAND; ANDERSON, 1998; CAMERON, 1994; CLARK, 2014; 2018; GRIES, 2005; PICKERING; BRANIGAN, 1998; SZMRECSANYI, 2005; 2006; TORRES CACOULOS; TRAVIS, 2016; TRAVIS, 2005); ou *recency* (DIESEL, 2019). Para efeitos de simplificação, neste texto optamos muitas vezes pelo termo mais atual, *priming* (ou persistência ou *recency*), que recobre um processo em que a segunda ocorrência de uma variante é influenciada pela primeira, resultando numa sucessão de formas paralelas ou cadeia. No caso mais específico de repetição de variantes sintáticas, fala-se em *priming* estrutural ou sintático. O processo de *priming* despertou a atenção

não só da Sociolinguística como também da Psicologia e dos Modelos Cognitivistas da gramática, visto que a repetição é um comportamento de larga escala, atuante em diferentes domínios da vida humana. Além disso, opera tanto no processamento como na aquisição e produção da linguagem. Scherre (1988) e Scherre e Naro (1991), por exemplo, propõem que paralelismo constitui um princípio mais geral, candidato a um universal da linguagem.

Estudos psicolinguísticos e experimentais, mais voltados para a aquisição e processamento da linguagem, impulsionaram o interesse pela repetição particularmente de uma mesma estrutura sintática, ou seja, pelo *priming* estrutural, entendido como um processo cognitivo em que a primeira ocorrência de uma variante linguística (a forma *prime*) aciona uma ocorrência subsequente idêntica ou similar (a forma *target*). Nos estudos sociolinguísticos, o efeito *priming* é constatado tanto na produção como na percepção de fenômenos variáveis nos níveis fonológico, lexical, morfológico, sintático e discursivo.

O objetivo central deste capítulo é o de retomar algumas questões envolvidas no processo de repetição de variantes linguísticas. São discutidas mais particularmente a extensão e independência do seu efeito na produção e a forma como sua inclusão no estudo da variação linguística contribui para uma compreensão mais acurada dos usos linguísticos dos falantes e da organização dos padrões sociolinguísticos. Destacamos, principalmente, o fato de que repetição constitui uma consequência da natureza temporal da linguagem humana e envolve combinação da frequência de variantes em diferentes contextos linguísticos e sociolinguísticos, além de fatores ligados ao processamento da variação.

Este texto está organizado da seguinte forma: na seção 2, retomamos de maneira sucinta a diversidade de trabalhos que atestam o efeito do *priming* em diferentes fenômenos linguísticos, enfatizando a generalidade desse efeito. Em Scherre (1998), pode ser encontrada ampla exemplificação de diferentes pesquisas com dados do português brasileiro, de *priming* no plano discursivo, oracional, sintagmático e da palavra. Com o objetivo de ilustrar a amplitude e importância dessa variável preditora, vamos apresentar efeitos no plano discursivo da pesquisa de Andrade (2015) sobre usos de formas pronominais de segunda pessoa na fala brasiliense. Na seção 3, focalizamos alguns aspectos centrais envolvidos no processo de repetição, em especial a sua interação com diferentes variáveis linguísticas e sociais. O foco da seção 4 é a natureza do *priming*, com a discussão das diferentes interpretações da tendência à repetição, enfatizando os mecanismos cognitivos subjacentes a esse processo. Na seção 5, seguem as considerações finais.

2 UM FATO: REPETIÇÃO (*PRIMING* OU PERSISTÊNCIA) DE VARIANTES LINGÜÍSTICAS

Como já destacado acima, a tendência à repetição da mesma variante linguística em sequência já foi observada em fenômenos variáveis de diferentes níveis linguísticos. Um dos primeiros trabalhos sobre essa tendência na perspectiva variacionista é o de Sankoff e Laberge (1978), no estudo das alternâncias entre as formas pronominais *on* e *tu/vous*, *on/ils* e *nous/on* no francês falado em Montreal. Contradizendo o princípio de que a ocorrência de uma dada variante subsequente é independente da variante similar precedente, Sankoff e Laberge (1978, p. 122 e 126, tradução nossa) concluem que “é fortemente restrita a alternância de variáveis em sequência” e que “a restrição de sequenciamento é inequivocamente presente”¹, ou seja, os autores constataam que a manutenção ou preservação de uma variante culmina num paralelismo estrutural superficial. Tendência semelhante é encontrada por Poplack (1980) para a concordância de número entre os elementos do sintagma nominal no espanhol de Porto Rico. Segundo a autora (p. 63, tradução nossa), “a presença de marca de plural antes de um dado favorece a retenção de marca nesse dado, enquanto a ausência de uma marca precedente favorece o cancelamento”². Diversas evidências adicionais mostram a natureza translinguística dessa tendência na variação de marcas de pluralidade como os trabalhos, por exemplo, de Scherre (1988; 1991; 2001) e de Scherre e Naro (1991; 1992; 1993) na concordância entre os elementos do SN (*as coisas* vs. *as coisa*), na concordância entre verbo e sujeito (*as coisas tão* vs. *as coisa tá*) e na concordância de predicativos e participios passivos (*as coisas tão caras* vs. *as coisa tá cara*) (cf. também SCHERRE, 1998). De forma regular, no plano do discurso, da oração e no interior do sintagma, a presença de marca de plural no contexto precedente favorece a presença de marca de plural subsequente e a ausência da marca de plural no contexto anterior favorece a ausência de marca de plural subsequente, em construções nominais, verbais e predicativas de natureza semelhante do português brasileiro. No nível do discurso, em especial, o paralelismo se destaca como uma das variáveis cujo efeito suplanta o de outras variáveis linguísticas e sociais (cf. SCHERRE; NARO, 1992).

A tendência à manutenção da mesma variante utilizada no discurso precedente se faz visível não apenas numa grande diversidade de fenômenos morfossintáticos ou sintáticos como também fonético/fonológicos. Omena (1978) analisou a variação entre objeto direto nulo e objeto direto expreso por um pronome lexical *ele(s)*, *ela(s)*. Os resultados tanto para os quatro falantes individualmente quanto para o conjunto dos falantes indicaram que o cancelamento do objeto direto precedente favorece o cancelamento do

¹ Do original: “variables in sequency are highly constrained not to switch” e “the sequencing constraint is unequivocally present”.

² Do original: “presence of a plural marker before the token favors marker retention on that token, whereas absence of a preceding marker favors deletion”.

objeto direto seguinte e, complementarmente, a presença de um nome e/ou um pronome precedente favorece a ocorrência de pronome lexical expresso. A autora (p. 100) conclui que “nossos falantes tendem mais a usar o pronome objeto, quando antes já aparece uma sequência de nomes e/ou pronomes. Parece influenciar aí o mecanismo enfático da repetição”. Essa tendência é confirmada por Malvar (1992). A persistência/repetição de variantes sintáticas (*priming* estrutural) é constatada também no uso das passivas sem agente no inglês, segundo o estudo de Weiner e Labov (1983). Os autores concluem que a ocorrência dessa estrutura em um determinado ponto do discurso precedente torna mais provável a ocorrência de uma outra passiva em contextos subsequentes.

Estudos de vários outros fenômenos sintáticos variáveis em diferentes línguas contribuíram com evidências adicionais para a força de um efeito de repetição no uso linguístico. No português brasileiro, destaca-se também a variação modo-temporal nas construções condicionais (GRYNER, 1990), a alternância entre estruturas queístas e de-queístas (MOLLICA, 1989; 1991), a redução variável da preposição *para* (*para/prá/pa*) (FELGUEIRAS, 1993), a variação entre indicativo e subjuntivo nos atos de fala imperativos (SCHERRE et al., 1998)³, a variação entre *nós* e *a gente* para referência à primeira pessoa do plural (OMENA, 1996; 2003).

Evidências de paralelismo/repetição em outras línguas são fornecidas por Gries (2003, 2005, 2011), sobre a alternância entre as construções dativas ditransitivas (*Peter gave Mary a book*) e preposicionais (*Peter gave a book to Mary*) do inglês; por Szmrecsanyi (2006), sobre a alternância entre as estruturas comparativas genitivas e de complementação no inglês; e por Travis (2005) e Travis e Torres Cacoullós (2012), sobre a realização variável do sujeito de primeira pessoa no espanhol. Merece destaque, ainda, a importância da repetição em situações bilíngues ou plurilíngues, como constatado por Emmerich (1984), na análise do português falado por grupos indígenas do Alto Xingu, e por Torres Cacoullós e Travis (2016), em situações de alternância de código (*code-switching*) entre espanhol e inglês.

O efeito significativo de *priming* é constatado igualmente em fenômenos de variação e mudança sonora. Na análise de (ING), realizado como uma nasal velar [ŋ] (*working*) ou uma nasal alveolar [n] (*workin*) num *corpus* do inglês falado na *Philadelphia* e de crianças falantes do inglês vernacular afro-americano (*African American Vernacular English* – AAVE), Tamminga (2014) atesta significativa tendência de repetição da variante já utilizada anteriormente na probabilidade de ocorrência da variante que a segue. Clark (2018), focalizando a anteriorização de TH (substituição da fricativa dental surda [θ] pela fricativa labiodental surda [f]) no inglês falado nas regiões leste e norte da Escócia, evidencia a persistência da variante anteriorizada [f] no caso de ocorrências sucessivas.

³ O estudo de Scherre et al. (1998) representa a pesquisa seminal sobre a variação do imperativo em dados de uso do português brasileiro. Há inúmeros outros trabalhos sobre esse tema. Um levantamento de quais deles analisaram o efeito *priming* é tarefa futura.

Como já dissemos, para ilustrar a robustez do fenômeno *priming*, vamos nos valer da pesquisa de Andrade (2015) sobre formas pronominais de segunda pessoa – *tu*, *você*, *cê* – com amostras de falantes nativos de Brasília, coletadas em 2008, 2009, 2012, 2014 e 2015, cujos resultados foram obtidos por uma revisita aos dados (Tabela 1)⁴.

Tabela 1: Efeitos do paralelismo nos usos de formas pronominais de segunda pessoa *tu*, *cê* e *você* em dados da fala de Brasília da pesquisa de Andrade (2015)

Variantes	<i>tu</i> vs. <i>cê</i> e <i>você</i>	<i>cê</i> vs. <i>tu</i> e <i>você</i>	<i>você</i> vs. <i>tu</i> e <i>cê</i>
Fatores	Frequências e peso relativo	Frequências e peso relativo	Frequências e peso relativo
Isolado	254/762=33,3% 0,576	176/762=23,1% 0,508	332/762=43,6% 0,494
Primeiro da série	73/251=29,1% 0,543	59/251=23,5% 0,510	119/251=47,4% 0,517
Precedido de <i>tu</i>	74/88=84,1% 0,878	7/88=8,0% 0,220	7/88=8,0% 0,782
Precedido de <i>cê</i>	4/78=5,1% 0,114	55/78=70,5% 0,892	19/78=24,4% 0,244
Precedido de <i>você</i>	6/172=3,5% 0,156	25/172=14,5% 0,374	141/172=82,0% 0,782
Total	411/1351=30,4%	322/1351=23,8%	618/1351=45,7%
Seleção estatística	Segunda de sete <i>p</i> valor 0,000	Primeira de seis <i>p</i> valor 0,000	Primeira de seis <i>p</i> valor 0,000

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da reanálise de dados da pesquisa de Andrade (2015).

Três exemplos de construções em sequência, extraídos do texto de Andrade (2015, p. 100), podem ser vistos a seguir, com, respectivamente, *tu* precedido de *tu*, *cê* precedido de *cê* e *você* precedido de *você*:

1. Moço, *tu* terminou com ela sabendo que *tu* vai voltar, por isso *tu* tá de boa aí.
2. Luana, coloca só um, coloca só um, *cê* vai ver, *cê* vai se transformar em modelo.
3. [...] aí *você* começou a dormir, né, Tayná? Aí *você* viu? Eu acordei.

⁴ Com a devida permissão de Carolina Queiroz Andrade, nossa amiga Carolzinha, refizemos três análises binárias para gerar os resultados apresentados na Tabela 1, por meio do Goldvarb X (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005). Agradecemos a generosidade e a confiança de Carolzinha pelo envio do arquivo de dados de sua pesquisa.

Em consonância com o que se pode esperar de um efeito *priming*, os resultados da Tabela 1 mostram que a forma pronominal subsequente (*target*) é fortemente influenciada pela forma pronominal precedente (*prime*). Em outras palavras, *tu* desencadeia *tu* (84,1% e 0,878 com uma média de 30,4%), *cê* desencadeia *cê* (70,5% e 0,892 com uma média de 23,8%) e *você* desencadeia *você* (82,1% e 0,782 com uma média de 45,7%), com frequências relativas ou percentuais maiores do que a média e pesos relativos altos. Consistentemente, os efeitos associados aos pronomes isolados ou primeiros de uma série apresentam efeitos percentuais próximos à média e pesos relativos intermediários, em torno de 0,500, e formas precedentes diferentes das formas subsequentes inibem a repetição da mesma forma, com frequências relativas abaixo da média e pesos relativos baixos.

São inúmeras as evidências de um efeito significativo de *priming* na variação linguística. Uma questão central, porém, diz respeito à interação desse fator com outras variáveis independentes, como discutido na seção seguinte.

3 PRIMING: AUSÊNCIA DE INTERAÇÃO COM OUTRAS VARIÁVEIS INDEPENDENTES?

Uma questão central se coloca com relação ao efeito de *priming*, ou seja, a persistência de uma mesma variante numa sequência diz respeito à possível interação desse fator com outras variáveis. Como destacado por Sankoff e Laberge (1978, p. 119, tradução nossa), “tem sido ainda aceita a prática de tratar sucessivas ocorrências de uma variável, mesmo no mesmo enunciado, como um experimento binomial independente”⁵. Logo a seguir, os autores ponderam que, mesmo trabalhando com o pressuposto de independência estatística entre as variantes em sequência, refutada em sua análise, “relação de coocorrência não deve afetar seriamente os resultados de procedimentos estatísticos para estimar os efeitos de outras restrições linguísticas e sociolinguísticas”⁶, ou seja, não seria esperado haver interação entre *priming* e outras variáveis independentes. Segundo Gries (2005), há evidências de que *priming* é uma variável independente indiscutível, principalmente se considerarmos a simetria entre os resultados de análise da produção e os resultados de pesquisa experimental. No entanto Pickering e Branigan (1998), por outro lado, questionam se *priming* pode efetivamente ser atestado em *corpora*, pela impossibilidade de controlar outros fatores que podem conduzir à repetição/persistência de variantes linguísticas. O fato é que estudos de variação em *corpora* de fala ou de escrita fornecem indicações de uma complexa inter-relação de *priming* não apenas com fatores linguísticos mas também com fatores sociais e fatores de processamento/planejamento que podem operar sobre os padrões de uso da língua.

⁵ Do original: “it has since become accepted to treat successive occurrences of a variable, even in the same utterance, as independent binomial trials”.

⁶ Do original: “independent co-occurrence relationship should not seriously affect the results of statistical procedures for estimating the effects of other linguistic and sociolinguistic constraint”.

A inter-relação de *priming* com fatores linguísticos encontra evidências robustas principalmente na constatação do efeito de classe gramatical ou de classes semânticas específicas de verbos, por um lado, e de itens lexicais específicos, por outro, na maior ou menor probabilidade de repetição/persistência de uma variante em ocorrências sucessivas tanto em estudos experimentais, mais voltados para a percepção (cf. PICKERING; BRANIGAN, 1998), como em estudos da variação sociolinguística (cf. CAMERON, 1994, entre outros).

A interação entre categoria gramatical e *priming* é largamente discutida por Tamminga (2014), na análise da variação entre a realização velar ou alveolar de /ING/ em itens nominais e verbais. Os resultados de uma análise multivariada mostram que a realização de [ING] em gerúndios, progressivos e quantificadores é mais afetada pela persistência, no sentido de que /ing/ favorece o uso de /ing/ e /in/ favorece uma outra instância de /in/, do que por outras categorias que também admitem a variação.

A relevância do item lexical se destaca no estudo de *priming* em diferentes fenômenos variáveis. Numa análise de *priming* sintático envolvendo a variação entre as construções dativas e as construções transitivas verbo-partícula contínua V PART SN (*John picked up the book*) e descontínua V SN PART (*John picked the book up*), Gries (2005) constata que o efeito de *priming* é diferenciado não apenas em função de classes semânticas de verbos como também de formas verbais específicas. Assim, embora a construção ditransitiva seja mais susceptível de ser repetida do que a construção dativa preposicional, o processo de persistência aumenta significativamente no caso de identidade do verbo. De forma semelhante, o efeito *priming* é reforçado no caso das construções verbo-partícula contínua ou descontínua se o mesmo item verbal ocorre na construção *prime* e na construção *target*. Nos termos de Gries (2005, p. 385, tradução nossa), “os resultados para ambas as construções indicaram que o grau em que os verbos individuais são sensíveis ao *priming* difere fortemente entre os verbos”⁷.

Ainda no nível sintático, o estudo de Travis e Torres Cacoullos (2012) sobre a realização do sujeito pronominal de primeira pessoa no espanhol colombiano é claramente ilustrativo da interferência do fator semântico e lexical na persistência da variante nula ou preenchida (*yo*) na função de sujeito (cf. também TRAVIS, 2005). As autoras depreendem uma forte tendência de que sujeito expreso conduza à realização de sujeito expreso e de que sujeito não expreso conduza a sujeito não expreso. Uma das variáveis mais relevantes para a variação na realização explícita do sujeito *yo* é a classe semântica do verbo, com nítido destaque dos verbos cognitivos como o maior favorecedor do sujeito expreso. As autoras destacam, no entanto, a particularidade de *yo creo*, que corresponde à grande maioria das instâncias de sujeito foneticamente realizado na amostra analisada. Destaca-se, sobretudo, a recorrência de *yo creo* na transição entre turnos de fala, assim

⁷ Do original: “the results for both constructions have indicated that the degree to which individual verbs are sensitive to *priming* differs strongly across verbs”.

como a maioria dos verbos cognitivos identificados na amostra. Segundo as autoras, a grande recorrência de *yo creo* na fronteira entre turnos de fala leva a crer na ação de um efeito interacional sobre uma certa automatização de *yo creo* nas variedades de espanhol consideradas. Com base nas evidências brevemente retomadas aqui, as autoras concluem que *yo creo* constitui uma expressão pré-fabricada, ligada a um esquema mais geral (*yo*) + verbo cognitivo, que possui padrões de variação específicos.

A importância do item lexical como uma variável incrementadora do efeito *priming* fica evidente também na variação e mudança sonora, como mostra o estudo de Clark (2018) na análise da mudança na realização de /t/ intervocálico no inglês falado na Nova Zelândia: a oclusiva canônica [t] pode ser realizada pelas variantes surdas [s] e [ʈ], representadas pela autora como [T] ou sonoras [d] e [ɖ], agrupadas como D. De acordo com os resultados da análise, há clara tendência dos falantes a realizarem /t/ medial como D, quando precedido de uma instância de realização de /t/ como D, ou seja [D] *prime* favorece [D] *target*. No entanto aumenta a probabilidade de /t/ ser realizado como D se há identidade lexical entre as formas sucessivas. No caso de formas lexicais distintas, o efeito de *priming* é mais reduzido.

A maior ou menor extensão de *priming* sonoro em função do item lexical é constatada também por Tamminga (2014) na variação de [ING] como velar ou alveolar (*singing*, *nothing*) e também no apagamento das oclusivas alveolares /t/ e /d/ nos grupos consonantais monomorfêmicos (*west/old*) e morfêmicos (*kicked/grazed*) em inglês. Embora na variação de [ING] o efeito mais robusto seja atribuído à variável categoria gramatical, o efeito de *priming* é incrementado por identidade lexical. Na supressão de /t/ e /d/ nos grupos consonantais, o efeito lexical é mais localizado sobre os itens monomorfêmicos, só funcionando com itens lexicais precedentes idênticos. No caso das oclusivas nas formas de passado, o efeito *priming* é amplo, ou seja, opera com itens lexicais precedentes iguais ou diferentes.

A interação entre repetição e item lexical permite levantar uma questão relevante: *priming* é um efeito estrutural ou lexical? Na opinião de Tamminga (2014), embora identidade lexical possa incrementar a persistência de variantes linguísticas no discurso espontâneo, *persistência* é um fator estrutural independente, na medida em que, nos termos da autora (p. 58, tradução nossa), “efeitos *priming* ocorrem apenas nos casos em que a representação gramatical é compartilhada e não ocorre no caso de similaridades superficiais que resultam de representações gramaticais distintas”⁸.

Como já destacado no início desta seção, *priming* envolve também aspectos ligados à cognição humana. Em princípio, *priming* pode ser entendido como uma tendência a repetir uma forma recentemente usada e, portanto, mais disponível na memória de

⁸ Do original: “priming effects arise only when the grammatical representation is shared and fail to arise given surface similarities arising from distinct grammatical representations”.

curto prazo. O maior ou menor efeito de *recency* pode e tem sido discutido em diversos estudos a partir do controle da distância temporal ou da intervenção de material entre o *prime* e a forma *target*. Pode-se esperar que menor distância resulte em maior repetição, favorecendo a persistência da mesma variante linguística. Clark (2018), por exemplo, mostra que a probabilidade de uma mesma variante de medial /t/ ocorrer em duas ocorrências sucessivas diminui significativamente quando separadas por intervalos de tempo maiores.

No entanto o efeito do intervalo entre *prime* e *target* não é inteiramente regular, mesmo entre fenômenos variáveis do mesmo nível linguístico. Retomando alguns dos fenômenos já comentados acima, no caso da variação entre as variantes velar e alveolar de [ING] nas formas verbais de gerúndio do inglês, há um decréscimo significativo de repetição/persistência da mesma variante em correlação com o aumento da distância entre as formas *prime* e *target*. O mesmo ocorre com o apagamento das oclusivas [t] e [d] nas formas de pretérito do inglês. A supressão desses segmentos em palavras monomorfêmicas, porém, parece ser imune ao efeito da distância, como constatado por Tamminga (2014). Segundo a autora, uma explicação possível para essas diferentes tendências é a de que *priming* opera de forma diferente em variações de níveis distintos: variações fonológicas só admitiriam *priming* em intervalos menores, enquanto variações no nível morfológico e sintático são susceptíveis de *priming* mesmo em contextos de maior distância.

Efeito mais duradouro (*long-lasting*) de *priming* pode ser constatado na repetição de estruturas sintáticas, como é o caso das passivas sem agente analisadas por Weiner e Labov (1983). Os autores constataam que o uso de uma estrutura passiva em pontos particulares de entrevistas sociolinguísticas aumenta expressivamente quando há ocorrência de uma passiva em até cinco orações antecedentes. Um efeito semelhante é identificado por Gries (2005), no estudo da alternância entre as construções dativas ditransitivas e preposicionais e das construções verbo-partícula contínuas e descontínuas no inglês falado. Os autores constataam que a repetição de uma mesma construção dativa ou de uma mesma construção verbo-partícula não chega a se reduzir de forma significativa com o aumento do intervalo temporal, podendo ser considerada *long-lasting*. Um exemplo bem ilustrativo é o estudo de Boyland e Anderson (1998), que mostram a possibilidade de *priming* de sentenças passivas em relação às ativas ou de persistência de uma determinada construção dativa mesmo num intervalo de 20 minutos entre duas ocorrências sucessivas. O efeito de *priming* mesmo em intervalos maiores entre *prime* e *target* é facilitado após múltiplas ocorrências de uma mesma variante. Merece ser destacada a convergência entre esses resultados para a produção linguística e a tendência constatada em estudos experimentais. Bock e Griffin (2000), por exemplo, admitem *priming* sintático em intervalos maiores, como um resultado de esforço intencional de memória.

O fator distância considera ocorrências sucessivas na fala do mesmo indivíduo. Um outro aspecto a considerar, no entanto, é que a relação entre os interlocutores numa situação comunicativa pode influenciar o processo de repetição, criando sequências de formas idênticas. Tal tendência já fora destacada por Emmerich (1977, 1984), no estudo de variação na variedade de português falada como segunda língua por grupos indígenas do Parque do Xingu. A autora atesta uma forte propensão do falante a retomar na sua resposta a mesma forma verbal utilizada na pergunta que lhe foi endereçada, o que a autora denominou de efeito gatilho ou traço propulsor. Gries (2005) e Clark (2018) destacam efeito semelhante no uso, respectivamente, de variantes sintáticas e fonéticas. Bock e Griffin (2000), através de estudo experimental, atestam que perguntas favorecem a produção de respostas com a mesma estrutura e os mesmos itens lexicais, indicando um processo de manutenção da pergunta na memória do interlocutor. Tamminga (2014), por sua vez, interpreta tal tendência como um procedimento interacional de acomodação do falante à fala do seu interlocutor.

Uma questão crucial e controversa a considerar é a possível interação entre *priming* e variação estilística, ou, talvez melhor, sócio-estilística. Essa questão remonta aos primeiros estudos que identificam o efeito da persistência e tem encontrado diferentes respostas, a depender não só do fenômeno focalizado como também do quadro teórico adotado pelos autores. Assim, Sankoff e Laberge (1978) se perguntam se a ocorrência da mesma variante em sequência é independente ou se constitui um reflexo da homogeneidade estilística que pode ocorrer em trechos de uma conversação. Os autores (p. 126, tradução nossa) ponderam que “o contexto de sequenciamento é muito mais restritivo do que apenas a simples proximidade entre variáveis. De fato, as taxas de troca para pares sem restrição não são claramente diferentes da proporção geral das variantes, indicando pouco ou nenhum efeito de homogeneidade”⁹.

Clark (2018) admite que, pelo menos em parte, variações atribuídas a mudanças de estilo constituem potencialmente o resultado de repetições mecânicas. Gries (2005) considera, porém, que não é possível explicar o efeito de *priming* através das múltiplas mudanças de registro ou formalidade do discurso que caracteriza o uso da língua pelos falantes. Para Bock e Griffin (2000), embora a repetição da mesma variante linguística possa ser colocada a serviço de propósitos sócio-comunicativos/interacionais, *priming* é um processo não intencional e não se restringe a estilos específicos.

Tamminga (2014, p. 130), por sua vez, polemiza a questão e pondera que

Qualquer tentativa de separar estilo e *priming* merece observações substanciais. Tomados em conjunto, eu argumento, todavia, que as evidências apontam para a comprovação da análise dos efeitos

⁹ Do original: “the sequencing context is much more restrictive than just simple proximity between variables. Indeed, the switching rates for unconstrained pairs are not clearly different from the overall proportion of the variants, indicating little or no effect of stylistic homogeneity”.

da persistência baseada no *priming*. Como há evidências substanciais para a existência independente de mudança de estilo e estilo, é provável que ambos desempenhem seu papel na fala em algum grau. No quadro maior, então, a tarefa é elucidar a diferença entre esses dois mecanismos que favorecem a repetição, para discriminar quantitativamente entre seus efeitos, e elaborar um modelo de produção de variação que torne claras a contribuição e a interação dos dois. (TAMMINGA, 2014, p. 130, tradução nossa)¹⁰

Ainda de acordo com a autora, o aumento ou diminuição de variantes linguísticas pode ser uma resposta às exigências de maior ou menor casualidade do discurso, imposta pelo contexto, tópico ou interlocutor. Assim, por exemplo, “se o falante estiver em uma situação relativamente formal que favorece /ing/, a variante /in/ tem o mesmo efeito forte de persistência do que se o falante estiver numa situação de fala casual que favorece /in/?”¹¹ (TAMMINGA, 2014, p. 99, tradução nossa).

A possível interação entre *priming* e estilo não justifica, no entanto, considerar o efeito de *priming* como um epifenômeno da variação estilística. Estilo é uma variável multidimensional, que envolve a adequação de variantes linguísticas em diferentes contextos sociolinguísticos. Como a repetição de variantes linguísticas é modulada pelos julgamentos do falante acerca da adequação das formas em diferentes situações de uso da língua, em muitos pontos, *priming* e estilo podem convergir.

Como se pode esperar, a interação entre *priming* e aspectos sócio-estilísticos encontra evidências adicionais em resultados relativos a variáveis como canal/meio (língua escrita ou falada) e gênero discursivo. Estudos voltados para a produção mostram que, embora em graus distintos, *priming* ocorre tanto na fala como na escrita. De forma geral, o efeito de persistência é mais frequente em dados de fala do que de escrita (cf. GRIES, 2003; SZMRECSANYI, 2006), convergindo com os resultados atestados por estudos psicolinguísticos (cf. BRANIGAN; PICKERING; CLELAND, 2000). Além disso, a relativização do efeito *priming* em função do canal pode variar de acordo com o tipo de fenômeno, como atestado por Gries (2005) no estudo das construções dativas e das alternantes da construção verbo partícula no inglês. A alternância entre a construção ditransitiva e a construção preposicional está sujeita a um efeito *priming* semelhante na fala e na escrita. As construções verbo-partícula, por sua vez, se distribuem de forma diferenciada: a construção verbo-partícula contínua (V partícula SN) predomina na escrita, enquanto a

¹⁰ Do original: “Each facet of an attempt to disentangle style and priming carries substantial caveat. Taken together, though, I argue that the evidence points towards the substantiation of a mostly priming-based analysis of persistence effects. Because there is substantial evidence for the independent existence of both style-shifting and priming, both are likely to be in play to some degree during speech. In the bigger picture, then, the task is to elucidate the difference between these two repetition-favoring mechanisms, to discriminate quantitatively between their effects, and to elaborate a model of the production of variation which makes concrete the contribution and interaction of the two”.

¹¹ Do original: “if the speaker is in a relatively formal situation that favors /ing/, does /in/ have a strong persistence effect than if the same speaker were in a causal situation that favors /in/?”.

construção descontínua (V SN partícula) é mais frequente na fala. Há indicações, porém, de que a extensão do processo de repetição na fala e na escrita pode se relativizar de acordo com diferentes graus de formalidade da situação discursiva ou particularidades de tipo de texto.

Interações significativas entre *priming* e grau de formalidade do discurso são observadas, entre outros, por Szmrecsanyi (2006) e Travis (2005) na análise de vários tipos de alternância morfossintática no inglês (formas sintéticas e analíticas de comparativo, variação entre *be going* vs. *will* na expressão de futuro, construções verbo-partícula e alternância entre as formas de complementação V-gerúndio e V infinitivo). Szmrecsanyi (2006) identifica maior frequência de *priming* nos dados representativos de registros menos formais do que nos registros mais formais. Para a autora, tal diferença pode ser atribuída ao fato de que tanto a escrita como registros mais formais de fala são suscetíveis de maior planejamento e edição.

Numa análise comparativa da presença ou ausência do pronome sujeito de primeira pessoa do singular no espanhol em narrativas produzidas por falantes do Novo México e entrevistas sociolinguísticas realizadas com falantes da Colômbia, Travis (2005) atesta relevantes diferenças no efeito de *priming*. No espanhol colombiano, tanto o apagamento como a realização do sujeito de primeira pessoa estão sujeitos à repetição. No espanhol do Novo México, por outro lado, apenas os sujeitos não expressos tendem a ser repetidos de forma significativa. Numa primeira interpretação, tais diferenças poderiam ser atribuídas a diferenças regionais. No entanto a autora argumenta a favor de um efeito de gênero discursivo, relacionado a aspectos ligados à continuidade ou mudança do sujeito. Fatores que favorecem o apagamento do sujeito em contextos de correferencialidade, ou seja, de alta continuidade são mais característicos de narrativas, o que favorece o *priming* de sujeitos não expressos na amostra do Novo México. Por outro lado, a natureza mais interacional da amostra do espanhol colombiano é favorável à maior ocorrência de mudanças de sujeito, favorecendo tanto o *priming* de sujeitos expressos como de sujeitos não expressos. Portanto a diferença nas tendências observadas para cada uma das amostras pode ser atribuída ao gênero do discurso.

Um aspecto importante e menos explorado nos estudos de *priming* diz respeito à sua interação com variáveis sociais. Merece destaque aqui o trabalho de Scherre e Naro (1992) sobre o que os autores denominam efeito serial sobre a concordância de número no português brasileiro. Tratando separadamente os dados de ocorrências iniciais ou isoladas e de ocorrências em sequência, os autores identificam um efeito significativo do nível de escolaridade do falante no caso das ocorrências isoladas, o que não se reproduz na análise das ocorrências em sequência, evidenciando uma interação entre o mecanismo de *priming* e uma variável independente de natureza social.

Na análise da realização da oclusiva dental /t/ intervocálica como uma consoante surda ([t] ou [s]) ou sonora ([d] ou [ʔ]) no inglês falado na Nova Zelândia, Clark (2018) depreende uma correlação significativa entre *priming* fonológico e a variável gênero. A análise deixa clara uma diferença no comportamento de homens e mulheres quanto ao tipo de *priming* realizado: há maior probabilidade de que mulheres realizem sequências da variante [s], enquanto os homens apresentam maior chance de sequências com o *tap*. Segundo a autora (p. 739, tradução nossa), “essa interação entre sexo e repetição pode indicar uma questão interessante acerca da relação entre a cognição humana e o mundo social”¹². Essa questão, que envolve a natureza cognitiva do processo de *priming*, é discutida mais detalhadamente na seção seguinte.

4 QUAL A NATUREZA DA REPETIÇÃO? OU COMO INTERPRETAR A REPETIÇÃO?

A significativa tendência à repetição/persistência de variantes linguísticas foi interpretada por alguns autores como um efeito mecânico e não funcional (WEINER; LABOV, 1983; SCHIFFRIN, 1981) ou, ainda, na perspectiva de Poplack (1980) e Bock e Griffin (2000), desprovida de intencionalidade e pragmaticamente não marcada. No entanto estudos realizados já desde o início dos anos oitenta destacam a natureza psicolinguística da repetição (cf. MACEDO, 1980; MOLLICA, 1989; 1991; GRYNER, 1990). Scherre (1988; 1998), por exemplo, considera que a forte tendência de repetição de formas (a exemplo de marcas explícitas de plural precedentes favorecerem marcas explícitas de plural subsequentes e marcas zero de plural também favorecerem marcas zero de plural subsequentes) envolve a atuação de um “princípio mental associativo” (SCHERRE, 1988, p. 301), “uma tendência geral que rege uma das formas da mente humana operar, qual seja a de aproximar formas pelas suas semelhanças” (SCHERRE, 1988, p. 386).

Há indicações de que uma compreensão mais acurada e geral da tendência de formas gramaticais ocorrerem juntas requer, antes de mais nada, distinguir entre os mecanismos cognitivos envolvidos no processo de repetição e as funções que a repetição pode desempenhar no discurso. Como bem argumenta Tannen (1989), a repetição pode ser colocada a serviço de diferentes funções discursivas e conversacionais, tais como ênfase e coesão textual (cf. também MARCUSCHI, 1992). Além disso, auxilia na interpretação de lacunas (*gaps*) e enunciados elípticos e na formação e interpretação de perguntas e respostas, o que não significa, no entanto, que a repetição/persistência seja acionada por essas funções.

O avanço das ciências cognitivas contribuiu com novas evidências e forneceu a base para uma compreensão do processo de repetição como uma decorrência de diferentes sistemas de estocagem de informações na memória. Em princípio, *priming* pode ser mais

¹² Do original: “this interaction between sex and repetition may point to an interesting finding about the relationship between human cognition and the social world”.

bem explicado como um resultado de *recency*, um mecanismo ligado à memória de curto prazo e outros processos cognitivos, como a capacidade de estabelecer analogias. Como proposto por Diessel (2019, p. 33, tradução nossa), “elementos que foram recentemente ativados aumentam a chance de que os mesmos elementos ou elementos relacionados sejam reutilizados no desenrolar da situação”¹³.

Nessa perspectiva, *priming* é, portanto, o resultado da ativação de um espaço local da memória, ou, nos termos de Tamminga (2014, p. 20), “an narrow temporal window”, que, uma vez ativada, pode se espalhar (*spreading activation*)¹⁴. Na perspectiva de Bock e Griffin (2000) e de Branigan, Pickering e Cleland (2000), o efeito de *priming* é curto porque a ativação desse espaço se enfraquece ao longo do tempo. Esse mecanismo de ativação temporária de uma informação opera não apenas na produção como também no processamento e na aquisição da linguagem e pode explicar uma parte considerável dos fenômenos de variação e mudança. Uma evidência favorável à interpretação de *priming* em termos de *recency* é a influência significativa do lapso de tempo que separa as formas *prime* e *target* na repetição de uma variante linguística, como já destacado na seção anterior. Uma grande parte das cadeias de repetição implica maior proximidade temporal entre as ocorrências, o que facilita a ação do mecanismo de *spreading activation*.

No entanto outros fatores podem coatuar com *recency*, entre eles a frequência das formas linguísticas. Um pressuposto central numa perspectiva cognitiva do sistema linguístico é o de que cada instância de uma forma linguística reforça sua representação, tornando-a mais disponível, ou seja, mais acessível na memória de curto prazo (cf., por exemplo, BYBEE, 2010). Assim, num modelo de exemplares, por exemplo, não apenas *recency* como também a frequência de uma forma linguística colaboram para sua ativação e, portanto, sua persistência no uso. Retomando os termos de Clark (2018, p. 731, tradução nossa), “os efeitos de repetição motivados pelo *priming* são tipicamente ‘dependentes da dose’ [...]; isto é, quanto mais frequentemente um ouvinte percebe uma dada estrutura linguística, maior é a probabilidade de produzir essa estrutura”¹⁵.

Um outro aspecto a considerar é que fatores cognitivos operam simultaneamente com fatores sociais. Há evidências convincentes de que o valor social de que são investidas as formas linguísticas numa comunidade modula a utilização de recursos cognitivos, de forma que somos mais atentos à fala de alguns falantes do que de outros (cf., por exemplo, CAMPBELL-KIBLER, 2011). Como mostrado na seção anterior, Clark (2018) constata clara diferença entre homens e mulheres quanto ao tipo de *priming* realizado:

¹³ Do original: “elements that have been recently activated increase the likelihood that the same or related elements will be (re)used in the unfolding situation”.

¹⁴ No nível lexical, *spreading activation* é bem atestada na tendência de que o uso de uma determinada palavra ative itens semântica ou foneticamente similares (cf., por exemplo, DIESSEL, 2019).

¹⁵ Do original: “repetition effects motivated by priming are typically ‘dose dependent’ [...]; that is, the more often a hearer perceives a given linguistic structure, the higher the likelihood of producing that structure”.

persistência da variante [s] na fala das mulheres e repetição do *tap* na fala dos homens. A autora atribui essa diferença, que não pode ser explicada unicamente em termos de recentidade, ao fato de que a variante [s], em curso de implementação na comunidade, possui maior valor social. Como as mulheres são as líderes da mudança de /t/ medial como /s/, essa variante está mais sujeita à repetição.

Tamminga (2014; 2016) destaca, no entanto, uma inter-relação mais complexa entre fatores linguísticos, fatores cognitivos e fatores sociointeracionais que influenciam a forma de processamento/planejamento e se refletem na repetição/persistência de uma variante linguística. A ação conjunta desses diferentes domínios pode, em muitos casos, relativizar o efeito da memória de curto prazo. Para a autora, persistência ou *priming* envolve “adaptação de expectativa” (*expectation adaptation*), entendida como o fato de que uma experiência prévia cria uma expectativa quanto à que pode segui-la. Essa experiência prévia inclui a avaliação sócio-estilística das variantes de uma variável linguística. Além disso, expectativas são contextualmente determinadas, o que faz intervir, ainda, aspectos como o tópico do discurso. Dessa forma, podemos dizer que *priming* é o resultado de uma combinação da frequência de variantes linguísticas em diferentes situações comunicativas, ou seja, a sua adequação em diferentes contextos sociolinguísticos.

A perspectiva brevemente retomada acima permite explicar, inclusive, uma certa assimetria no efeito de *priming*, que pode ser mais forte apenas sobre uma ou outra das variantes de um fenômeno variável. Na análise da concordância de número no português brasileiro, Scherre (2001), retomando Scherre (1988), destaca que o efeito de paralelismo fica mais evidente em sequências de zero plural a partir da primeira posição, resultando em S00 (*as porta aberta*) ou N00 (*dois risco verde*). Em sequências de marca explícita a partir da primeira posição, é possível a ocorrência de SSS (*as boas ações*) ou NS0 (*dez senhoras lá sentada*), mas as sequências SOS (*as coisa muito uniformes*) são bem menos prováveis. Situação similar é atestada por Gries (2005) para as construções dativas do inglês: a construção dativa ditransitiva se submete a um efeito de repetição significativamente mais forte do que a sua alternante preposicional.

Um aspecto a considerar, no entanto, é a possibilidade de persistência de variantes linguísticas mesmo em intervalos de tempo maiores, ou na presença de material interveniente entre ocorrências de uma variante em sequência, como já ressaltado na seção anterior. Considerando mais especificamente o *priming* sintático ou estrutural, Bock e Griffin (2000) avançam uma outra explicação. Para os autores, o fato de que *priming* não necessariamente decresce em contextos de maior distância temporal permite supor que a repetição de estruturas linguísticas é decorrência do que denominam conhecimento implícito ou procedural, um processo que envolve a experiência linguística do falante. Na interpretação dos autores (p. 189, tradução nossa), “*priming* estrutural é um vestígio

dinâmico do processo de aprendizagem do desempenho linguístico”¹⁶. Os autores reconhecem, no entanto, que uma interpretação mais acurada desse processo requer maior compreensão do funcionamento da memória e uma teoria mais ampla da linguagem.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste capítulo, evidenciamos a importância do processo de *priming* na variação linguística. Embora o interesse por esse processo não seja recente, a análise do fenômeno de repetição nas línguas naturais tem encontrado maior repercussão na Sociolinguística Variacionista e se revelado uma via produtiva e promissora para a compreensão da produção de variantes linguísticas. Como destacamos, independentemente da denominação que se dê ao fenômeno da repetição na linguagem, sua atuação no uso linguístico, e em diferentes línguas, é um fato inquestionável. Além disso, sua ação em processos variáveis de diferentes níveis linguísticos em diferentes línguas confirma a posição de Scherre e Naro (1991) de que persistência não é um efeito episódico; ao contrário, possui larga magnitude e pode ser considerado um universal.

Ressaltamos, no entanto, que o reconhecimento da repetição como um fator determinante da variação linguística suscita diversas questões, entre elas a interação da repetição com outras variáveis linguísticas, como o item lexical, e, ainda, com as variáveis sociais e a variável estilo. Acumulam-se evidências empíricas de que uma maior compreensão do efeito *priming* sobre a variação linguística requer considerar não apenas os aspectos cognitivos envolvidos nesse processo como também sua inter-relação com características sociais dos falantes e as particularidades das múltiplas situações sócio-comunicativas por eles vivenciadas.

A amplitude e a relevância do efeito *priming* colocam questões pertinentes quanto aos processos cognitivos envolvidos na produção linguística e, mais particularmente, na persistência de variantes linguísticas. Se considerarmos que *priming* está associado à dinâmica temporal da linguagem, em que medida a repetição decorre das diferentes formas como os falantes estocam informações e dos limites impostos pela memória? Como destacamos, uma explicação de *priming* unicamente em termos de *recency* encontra contra-evidências na possibilidade de repetição/persistência de uma variante linguística mesmo após intervalos de tempo maiores (*long-lasting priming*). Além disso, há indicações de que variações morfossintáticas e variações fonético-fonológicas podem estar sujeitas a diferentes formas de operação da memória.

Como se pode concluir do panorama apresentado, os estudos de *priming* em *corpora* de fala e de escrita têm contribuído de forma inquestionável não só para a maior compreensão da variação e mudança linguística como também para levantar ou sustentar

¹⁶ Do original: “structural priming is a dynamic vestige of the process of learning to perform language”.

hipóteses acerca da interseção entre fatores linguísticos, sociais e cognitivos na arquitetura da gramática. Nessa direção, são bem-vindas e necessárias pesquisas futuras que ampliem o rol de análises do efeito *priming* em diferentes fenômenos variáveis, o que permitirá aprofundar nosso conhecimento sobre a influência da repetição na forma como são construídas as representações abstratas do falante.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, C. Q. *A fala brasiliense: origem e expansão do uso do pronome tu*. 2015. 157f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.
- BOCK, K.; GRIFFIN, Z. M. The persistence of structural priming: transient activation or implicit learning. *Journal of Experimental Psychology: General*, v. 129, n. 2, p. 177-192, 2000.
- BOYLAND, J. T.; ANDERSON, J. R. Evidence that syntactic priming is long-lasting. In: GERNBACHER, M. A.; DERRY, S. J. (ed.). ANNUAL CONFERENCE OF THE COGNITIVE SCIENCE SOCIETY, 20., 1998, New York. *Proceedings [...]*. New York: Routledge, 1998. p. 1205.
- BRANIGAN, H. P.; PICKERING, M. J.; CLELAND, A. A. Syntactic co-ordination in dialogue. *Cognition*, n. 75, p. 13-25, 2000.
- BYBEE, J. *Language, usage and cognition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- CAMERON, R. Switch reference, verb class, and priming in a variable syntax. In: BEALS, K. et al. (ed.). *Papers from the 30th Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society*. The parasession on variation in linguistic theory, v. 30, n. 2, p. 27-45, 1994.
- CAMPBELL-KIBLER, K. The sociolinguistic variant as a carrier of social meaning. *Language Variation and Change*, v. 22, n. 3, p. 423-441, 2011.
- CLARK, L. Phonological repetition effects in natural conversation: evidence from TH-fronting in Fife. In: LAWSON, R. (ed.). *Sociolinguistics in Scotland*. London: Palgrave Macmillan, 2014. p. 153-176.
- CLARK, L. Priming as a motivating factor in sociophonetic variation and change. *Topics in Cognitive Science*, n. 10, p. 729-744, 2018.
- DIESSEL, H. *The grammar network: how linguistic structure is shaped by language use*. New York: Cambridge University Press, 2019.
- EMMERICH, C. Um traço propulsor numa língua de contato. In: ENCONTRO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA, 2., 1977, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: PUC, 1977. p. 393-399.
- EMMERICH, C. *A língua de contato no Alto Xingu – origem, forma e função*. 1984. 158f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1984.
- FELGUEIRAS, C. M. *Análise da variação no uso da preposição 'para'*. 1993. 128f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.
- GRIES, S. T. New perspectives on old alternations. In: CIHLAR J. E. et al. (ed.). *Papers from the 39th Regional Meeting of the Chicago Linguistics Society*, v. 2. Chicago: Chicago Linguistic Society, 2003. p. 275-292.
- GRIES, S. T. Syntactic priming: a corpus-based approach. *Journal of Psycholinguistic Research*, v. 34, n. 4, p. 365-399, 2005.
- GRIES, S. T. Studying syntactic priming in corpora: implications of different levels of granularity. In: SCHÖNEFELD, D. (ed.). *Converging evidence*. Methodological and theoretical issues for linguistic research. Amsterdam: John Benjamins, 2011. p. 143-164.

- GRYNER, H. *Variação de tempo-modo e conexão nas orações condicionais em português*. 1990. 550f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1990.
- LEFEBVRE, C. Variation in plural marking: the case of Cuzco Quechua. In: SANKOFF, D.; CEDERGREN, H. (ed.). *Variation omnibus*. Canada: Linguistic Research Inc., 1981. p. 73-84.
- LIRA, S. A. Nominal, pronominal and zero subject in Brazilian Portuguese. 1982. 224f. Thesis (PhD Dissertation) – University of Pennsylvania, Philadelphia, 1982.
- MACEDO, A. V. T. *O uso do futuro do subjuntivo em português*: regularização de uma forma verbal. 1980. 201f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1980.
- MALVAR, E. S. *A realização do objeto direto de terceira pessoa em cadeia anafórica*. 1992. 153f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 1992.
- MARCUSCHI, L. A. *A repetição na língua falada* – formas e funções. 1992. 200f. Tese (Professor Titular) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1992.
- MOLLICA, M. C. *Queísmo e dequeísmo no português do Brasil*. 1989. 305f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1989.
- MOLLICA, M. C. Processing and morpho-semantic effects in complementation in Brazilian Portuguese. *Language Variation and Change*, Cambridge, v. 3, n. 3, p. 265-274, 1991.
- OMENA, N. P. *Pronome pessoal de terceira pessoa*: suas formas variantes em função acusativa. 1978. 138f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1978.
- OMENA, N. P. A referência à primeira pessoa do discurso no plural. In: SILVA, G. M. O.; SCHERRE, M. M. P. (org.). *Padrões sociolinguísticos* – análises de fenômenos variáveis do português falado no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p. 183-215.
- OMENA, N. P. A referência à primeira pessoa do plural: variação ou mudança. In: PAIVA, M. C.; DUARTE, M. E. L. (org.). *Mudança linguística em tempo real*. Rio de Janeiro: Contra Capa/Faperj, 2003. p. 63-80.
- PICKERING, M. J.; BRANIGAN, H. P. The representation of verbs: evidence from syntactic priming in language production. *Journal of Memory and Language*, n. 39, v. 4, p. 633-651, 1998.
- POPLACK, S. The notion of the plural in Puerto Rico Spanish: competing constraints on /s/ deletion. In: LABOV, W. (ed.). *Locating language in time and space*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1980. p. 55-67.
- SANKOFF, D.; LABERGE, S. Statistical dependence among successive occurrences of a variation in discourse. In: SANKOFF, D. (ed.). *Linguistic variation: models and methods*. New York: Academic Press, 1978. p. 119-26.
- SANKOFF, D.; TAGLIAMONTE, S. A.; SMITH, E. *GoldVarb X* – a variable rule application for Macintosh and Windows. Toronto: Department of Linguistics; Ottawa: Department of Mathematics, 2005.
- SCHERRE, M. M. P. *Reanálise da concordância nominal em português*. 1988. 555f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1988.
- SCHERRE, M. M. P. A concordância de número nos predicativos e nos participios passivos. *Organon* – A variação no português do Brasil, Porto Alegre, n. 18, p. 52-70, 1991.
- SCHERRE, M. M. P. Paralelismo linguístico. *Revista de Estudos Linguísticos*, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 29-59, 1998.
- SCHERRE, M. M. P. Phrase-level parallelism effect on noun phrase number agreement. *Language Variation and change*, v. 13, n. 1, p. 91-107, 2001.

- SCHERRE, M. M. P.; NARO, A. J. Marking in discourse: birds of a feather. *Linguistic Variation and change*, v. 3, n. 1, p. 23-32, 1991.
- SCHERRE, M. M. P.; NARO, A. J. The serial effect on internal and external variables. *Language Variation and Change*, v. 4, n. 1, p. 2-13, 1992.
- SCHERRE, M. M. P.; NARO, A. J. Duas dimensões do paralelismo verbal no português popular do Brasil. *DELTA*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 1-14, 1993.
- SCHERRE, M. M. P. et al. Phonic parallelism: evidence from the imperative in Brazilian Portuguese. In: PARADIS, C. et al. (org.). *Papers in sociolinguistics – NWAWE-26 à l'Université Laval*. Québec: Nota Bene, 1998. p. 63-72.
- SCHIFFRIN, D. Tense variation in narrative. *Language*, v. 1, n. 53, p. 5-62, 1981.
- SZMRECSANYI, B. Language users as creatures of habit: a corpus-based analysis of persistence in spoken English. *Corpus Linguistics and Linguistic Theory*, n. 1, p. 113-149, 2005.
- SZMRECSANYI, B. *Morphosyntactic persistence in spoken English: a corpus study at the intersection of variationist sociolinguistics, psycholinguistics, and discourse analysis*. The Hague: Walter de Gruyter, 2006.
- TAMMINGA, M. J. *Persistence in the production of linguistic variation*. 2014. 177f. Thesis (PhD Dissertation) – University of Pennsylvania, Philadelphia, 2014.
- TAMMINGA, M. J. Persistence in phonological and morphological variation. *Language Variation and Change*, Cambridge, v. 28, n. 3, p. 335-356, 2016.
- TANNEN, D. *Talking voices: repetition, dialogue, and imagery in conversational discourse*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- TORRES CACOULOS, R.; TRAVIS, C. Two languages, one effect: structural priming in spontaneous code-switching. *Bilingualism, Language and Cognition*, special issue 4: Cross-language Effects in Bilingual Production and Comprehension, p. 733-753, 2016.
- TRAVIS, C. E. The yo-yo effect: priming in subject expression in Colombian Spanish. In: GESS, R.; RUBIN E. J. (ed.). *Theoretical and experimental approaches to Romance linguistics: selected papers from the 34th Linguistic Symposium on Romance Languages*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2005. p. 329 -349.
- TRAVIS, C.; TORRES CACOULOS, R. What do subject pronouns do in discourse? Cognitive, mechanical and constructional factors in variation. *Cognitive Linguistics*, v. 4, p. 711-748, 2012.
- WEINER, E. J.; LABOV, W. Constraints on the agentless passive. *Journal of Linguistics*, v. 19, p. 29-58, 1983.

PERCURSOS DIALETOLÓGICOS E SOCIOLINGUÍSTICOS DA PROFESSORA E PESQUISADORA DINAH CALLOU

Josane Moreira de Oliveira (UEFS/UFBA)

Clézio Roberto Gonçalves (UFOP/CNPq)

INTRODUÇÃO

Dinah Maria Isensee Callou é graduada em Letras Anglo-Germânicas pela Universidade Federal da Bahia (1959), mestre em Língua Portuguesa pela Universidade de Brasília (1964) e doutora em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1980), com pós-doutorado em Linguística pela Universidade da Califórnia/Santa Bárbara (1994-1995). É pesquisadora do CNPq (bolsa de produtividade em pesquisa) e professora titular (1992) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde atua desde 1966. Exerceu atividades na Universidade Federal da Bahia (UFBA, 1960-1962) e na Universidade de Brasília (UnB, 1963-1965). Tem experiência na área de Fonética/Fonologia e Sintaxe, com ênfase em Sociolinguística e Linguística Histórica, com produção nos seguintes temas: Variação e mudança, Português do Brasil, Fala culta carioca, Sócio-história da língua portuguesa. Aposentada em 2008, continua atuando no Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da UFRJ, tendo recebido o título de Professor Emérito da UFRJ em 2 de setembro de 2010.

O convite feito à professora e pesquisadora Dinah Callou para dividir conosco suas experiências e seus ensinamentos na área de Dialetologia e Sociolinguística se deve, primeiramente, à relevante contribuição na formação de inúmeros professores e pesquisadores no decorrer de seus anos nas salas de aula e nos laboratórios de pesquisa dos Cursos de Letras da UFRJ (graduação e pós-graduação). Todo esse comprometimento e esse profissionalismo se concretizam nos seguintes números: 28 (vinte e oito) dissertações de mestrado orientadas, 27 (vinte e sete) teses de doutorado orientadas, três

supervisões de pós-doutorado e, embora sem registro no Lattes, cerca de uma centena de orientações de iniciação científica. O convite, além de ser uma proposta de registro da memória dos caminhos trilhados pela professora e pesquisadora, é também uma homenagem e um reconhecimento de todo esse caminho percorrido, afinal, como já bem disseram Serra e Duarte (2018),

Homenagear uma pessoa é dizer o quanto somos gratos pelo que ela é, pelo que ela faz, ou por tudo isso. Homenageamos Dinah porque, para todos nós, ela sempre teve uma importância particular e todos tivemos a oportunidade de revelar isso da melhor forma: com estudos que retratam as diversas faces do português. (SERRA; DUARTE, 2018, p. 11)

Dinah Callou sempre teve uma produção expressiva e arrojada, contribuindo para a divulgação e a expansão dos estudos dialetológicos e sociolinguísticos, como se pode confirmar em seus 12 (doze) livros publicados, a saber: *História social do português brasileiro* (com Tânia Lobo, 2020, Editora Contexto); *A norma brasileira em construção: cartas a Rui Barbosa* [1866-1899] (com Afrânio Barbosa, 2011, Editora Fundação Casa de Rui Barbosa); *Como falam os brasileiros?* (com Yonne Leite, 2002, Editora Jorge Zahar); *Para a história do português brasileiro: notícias de corpora e outros estudos* (com Maria Eugênia Lammoglia Duarte, 2002, Editora In-Fólio); *Iniciação à fonética e à fonologia* (com Yonne Leite, 2000, Editora Jorge Zahar); *A variação no português do Brasil: o uso do artigo definido diante de antropônimos* (2000, Serviço de Publicações Faculdade de Letras/UFRJ); *A linguagem falada culta na cidade do Rio de Janeiro: materiais para seu estudo – diálogos entre dois informantes* (com Célia Lopes, 1994, Faculdade de Letras/UFRJ); *A linguagem falada culta na cidade do Rio de Janeiro: materiais para seu estudo – diálogos entre informante e documentador* (com Célia Lopes, 1993, Faculdade de Letras/UFRJ); *A linguagem falada culta na cidade do Rio de Janeiro: elocuições formais* (1991, FUJB/UFRJ); *Variação e distribuição da vibrante na fala culta do Rio de Janeiro* (1987, UFRJ/PROED); *O falar de Mato Grosso: aspectos da morfossintaxe e do léxico* (1964, UnB); *Atlas prévio dos falares baianos* (com Nelson Rossi e Carlota Ferreira, 1963, MEC/INL); além dos 65 (sessenta e cinco) artigos publicados em periódicos, cujos temas se vinculam aos estudos da língua portuguesa falada no Brasil, dos 73 (setenta e três) capítulos de livros publicados e dos 73 (setenta e dois) artigos publicados em anais, registrando sua produção bibliográfica com outros cientistas da linguagem.

JOSANE OLIVEIRA/CLÉZIO GONÇALVES: PROFESSORA DINAH, A SENHORA SE DEFINE COMO DIALETÓLOGA OU COMO SOCIOLINGUISTA? POR QUÊ?

Dinah Callou: Rótulos são sempre complicados! Sou uma fusão das duas áreas, *lato sensu*, uma ‘geo-sociolinguista’, já que o foco da minha pesquisa esteve sempre voltado

para a variação linguística, ainda que por caminhos diversos. Na verdade, os campos da Dialetoлогия e da Sociolinguística se entrelaçam e correspondem a duas perspectivas de observação e análise da língua que não se opõem, mas sim se complementam. Meu início foi na pesquisa dialetológica, ainda como estudante de Letras da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e culminou com a colaboração no primeiro atlas linguístico brasileiro, o *Atlas prévio dos falares baianos* (APFB). Já na Universidade de Brasília (UnB), ainda participei do projeto de um atlas de Goiás, que, infelizmente, não chegou a seu término por injunções políticas. E minha dissertação de Mestrado (ISENSEE, 1964) foi uma monografia dialetal de um dos pontos de inquérito do APFB (ROSSI; ISENSEE; FERREIRA, 1963). Só na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) iniciei a pesquisa sociolinguística propriamente dita, que teve início com a preparação de minha tese de Doutorado sobre os róticos (CALLOU, 1980).

JOSANE OLIVEIRA/CLÉZIO GONÇALVES: PODERIA DEFINIR RAPIDAMENTE A ÁREA DA SOCIOLINGUÍSTICA?

Dinah Callou: Como o próprio nome já diz, a área de Sociolinguística tem como meta o estudo da inter-relação entre o linguístico e o social, embora, como afirma o próprio Labov (1972), representante máximo da área, o termo seja redundante, uma vez que não há atividade linguística que não seja social.

JOSANE OLIVEIRA/CLÉZIO GONÇALVES: E QUAL A RELAÇÃO ENTRE A SOCIOLINGUÍSTICA E A DIALETOLOGIA?

Dinah Callou: Essa relação se estabelece no interesse comum pelo estudo sobre a diversidade linguística, que tem início no âmbito da Dialetoлогия e atinge seu ápice com a Sociolinguística, mais especificamente com a chamada sociolinguística variacionista laboviana e os sofisticados métodos e programas computacionais de análise estatística.

JOSANE OLIVEIRA/CLÉZIO GONÇALVES: E O QUE SIGNIFICA EXATAMENTE GEOLINGUÍSTICA?

Dinah Callou: Se o termo Sociolinguística tem por objetivo a inter-relação entre o social e o linguístico, a Geografia linguística, hoje Geolinguística, é um método que permite visualizar fatos linguísticos em um determinado espaço geográfico, em geral através de mapas. Em suma, o foco está no estudo da variação espacial.

JOSANE OLIVEIRA/CLÉZIO GONÇALVES: COMO A SENHORA AVALIA OS CAMINHOS TRILHADOS PELA SOCIOLINGUÍSTICA E PELA DIALETOLOGIA NO BRASIL?

Dinah Callou: Para fazer justiça, foi a Dialetoлогия que abriu o caminho, pois foi a primeira que chamou a atenção para a variação linguística, ainda que, algumas vezes, de forma assistemática e generalista. De todo modo, a Geografia Linguística possibilita, de preferência, traçar um quadro da diferenciação vocabular e fonética, preferencialmente, através de cartas que registram a variação interna dos diversos falares e dialetos, como atestam os atlas linguísticos regionais, iniciados no Brasil, na década de 1960, entre eles o *Atlas prévio dos falares baianos* (ROSSI: ISENSEE; FERREIRA, 1963), o *Atlas lingüístico de Sergipe* (FERREIRA et al., 1987), o *Esboço de um atlas lingüístico de Minas Gerais* (RIBEIRO et al., 1977), o *Atlas lingüístico da Paraíba* (ARAGÃO; BEZERRA DE MENEZES, 1984), o *Atlas lingüístico do Paraná* (AGUILERA, 1994), o *Atlas lingüístico de Sergipe II* (CARDOSO, 2002), para chegar, finalmente, ao *Atlas lingüístico do Brasil* (CARDOSO et al., 2014). A elaboração deste atlas vinha sendo cogitada (CUNHA; SILVA NETO, 1960) há mais de cinquenta anos, tarefa dificultada, contudo, pela extensão territorial do país, pela assimetria da densidade demográfica e pela falta de recursos humanos e financeiros. Outro ponto a ser ressaltado diz respeito ao fato de a diversidade linguística ter sido, durante muito tempo, enfocada apenas com base nas variedades populares, para depois atingir as variedades ‘padrão’, a chamada ‘norma culta’, ao reconhecerem os linguistas que essa diversidade não é privativa dos níveis populares, mas de todos os níveis em que exista diferenciação. Um atlas calcado apenas no falar de iletrados não poderia, por si só, dar conta de todas as dimensões em que existe variação. As normas cultas regionais deveriam ser focalizadas como fatos dialetais e as modalidades populares deveriam ser estudadas precisamente à luz dessas normas locais. A necessidade de uma nova metodologia para os países do novo mundo é apontada no texto do linguista José Pedro Rona (1965). Podemos dizer que a aproximação entre Dialetoлогия e Sociolinguística seguiu um caminho natural e se tornou mais efetiva quando os atlas linguísticos passaram a ser pluridimensionais. Além disso, a publicação do livro clássico de Labov (1966) sobre a linguagem de Nova York e o texto de Weinreich, Labov e Herzog (1968) sobre a teoria da variação e da mudança abriram novas perspectivas de análise. Labov era visto como dialetólogo, tendo recebido críticas por parte de formalistas que faziam restrição ao uso de dados não-intuitivos na descrição de uma língua, valendo lembrar que em 1965 fora publicado o *Aspects...*, de Noam Chomsky.

A formulação da Sociolinguística pressupõe que a variação é inerente ao sistema (“*formas alternantes com o mesmo valor de verdade*”) e que a noção de heterogeneidade não é incompatível com a noção de sistema (diassistema), questão já levantada por Weinreich (1954), ao rebater, de certa forma, críticas do estruturalismo à Dialetoлогия. A questão já estava presente, portanto, lá atrás.

A Sociolinguística despontou, no contexto dos estudos linguísticos brasileiros, como uma área desafiadora, dada a necessidade de compreender a realidade linguística de um

país em que diferentes dimensões sociais se conjugam para a configuração de um quadro sociolinguístico complexo.

JOSANE OLIVEIRA/CLÉZIO GONÇALVES: SABEMOS QUE O PROJETO ATLAS LINGÜÍSTICO DO BRASIL (ALiB), JUNTO AO QUAL A SENHORA DESENVOLVE PESQUISA, TEM UM CARÁTER GEOSOCIOLINGÜÍSTICO. PODE NOS FALAR UM POUCO SOBRE ESSA MARCA DE IDENTIDADE DO PROJETO ALiB?

Dinah Callou: Como dito anteriormente, ao se tornarem pluridimensionais, os atlas linguísticos passam a levar em conta, sistematicamente, além da variável espacial, variáveis sociais, ao entrevistar homens e mulheres, com maior ou menor nível de escolaridade e de faixas etárias distintas. Sempre é bom lembrar aos mais jovens que, nesse aspecto, o famoso atlas ítalo-suíço (*Sprach- und Sachatlas Italiens und der Südschweiz*), de Jaberg e Jud (1928-1940), foi pioneiro ao trabalhar com algumas dessas variáveis nas capitais. Voltando ao ALiB, outro ponto inovador reside na possibilidade de a visualização dos resultados também estar disponível através dos percentuais de ocorrência de um determinado fenômeno.

JOSANE OLIVEIRA/CLÉZIO GONÇALVES: PARA A SENHORA, QUAIS AS FASES DE UMA PESQUISA LINGÜÍSTICA EMPÍRICA?

Dinah Callou: De uma maneira geral, os procedimentos e etapas para a realização da pesquisa linguística empírica continuam basicamente os mesmos: (i) definir o objeto de análise e conhecer a bibliografia sobre o tema; (ii) estabelecer um roteiro de estudo, eventualmente um questionário, com base em hipóteses prévias; (iii) definir a época e/ou o(s) local(ais) da pesquisa (a rede de pontos); (iv) preparar a equipe que irá desenvolver o projeto (fazer entrevistas, aplicar o questionário, se for o caso); (v) levantar, reunir e transcrever o material coletado; (vi) apresentar os resultados obtidos, sob diversas formas (textos, gráficos, tabelas, mapas – uma carta linguística, por exemplo). No passado, não havia as sofisticadas inovações que hoje estão ao nosso alcance – e posso falar da minha própria experiência. No início da entrevista, relembrei minhas atividades de pesquisa no campo da Dialetoлогия, no final da década de 1950, com Nelson Rossi, na UFBA. Continuei na UnB e, a partir do final da década de 1960, enveredei pela Sociolinguística, já na UFRJ. Nossa preparação para as atividades no campo da Dialetoлогия e a preparação de um primeiro atlas linguístico, o APFB, se deu por etapas.

A primeira teve início, ainda como estudante do último ano do curso de Letras, com a preparação de um trabalho a ser apresentado no IV Colóquio Internacional Luso-Brasileiro, ocorrido em Salvador-BA: “Aspectos do léxico regional da Bahia” (ROSSI et al., 1959). O trabalho, de natureza lexical, o mais comum à época, partiu da análise de dados já levantados e selecionados em inquéritos-teste.

A segunda consistiu do treinamento necessário à formação como inquiridor com a realização de inquéritos dialetais em três localidades próximas a Salvador, trabalho de conclusão do curso e ponto de partida para definir a seleção de perguntas do Extrato de Questionário a ser utilizado no APFB.

A terceira correspondeu à escolha das localidades, partindo de estudo criterioso da proposta de Antenor Nascentes para a Bahia, em *Bases para a elaboração do atlas linguístico do Brasil* (1958), seguida da leitura de obras de historiadores, viajantes e geógrafos, para a definição dos pontos a inquirir. E, num aspecto, nossa preparação nunca foi igualada: o referente à transcrição fonética de dados, obrigatoriamente direta, àquela altura, pois não contávamos ainda com os gravadores necessários para fazer os registros magnetofônicos dos inquéritos *in loco*. Foi fundamental, assim, um treinamento intensivo de transcrição fonética (primeiro de uma língua desconhecida para nós, aprendizes (iorubá e russo, no caso), elocuições do português europeu e, por último, da variedade brasileira, a fim de que estivéssemos aptos a transcrever diretamente os dados.

O levantamento de *corpora* para o conhecimento da realidade linguística brasileira foi se ampliando, pouco a pouco, com o surgimento, a partir do final da década de 1970, de projetos coletivos de pesquisa sociolinguística, como o Projeto de Estudo da Norma Linguística Urbana Culta (NURC), o Projeto de Estudo dos Usos da Língua (PEUL), o Projeto Gramática do Português Falado, o Projeto Variação Linguística na Região Sul do Brasil (VARISUL), o Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB), o Projeto Concordância, o Projeto Para a História do Português Brasileiro (PHPB) e muitos outros, que, no decorrer dos anos, contribuíram decisivamente para a expansão da área nos cenários nacional e internacional.

JOSANE OLIVEIRA/CLÉZIO GONÇALVES: A SENHORA PODERIA FALAR UM POUCO DA IMPORTÂNCIA E, TAMBÉM, DA DIFICULDADE DE SE TRABALHAR EM GRUPO NAS ATIVIDADES ACADÊMICAS, SOBRETUDO DE PESQUISA?

Dinah Callou: O trabalho em equipe é fundamental, não resta dúvida! Tive o privilégio de pertencer a um grupo que sempre trabalhou em equipe, sob a coordenação do Professor Nelson Rossi, introdutor da pesquisa linguística de campo no país e que revolucionou o trabalho acadêmico na UFBA ao aí chegar em 1955. Comprovamos desde cedo que, pelo menos nessa área de estudo, o trabalho em equipe é muito importante e “só se aprende a fazer fazendo”. E com o maior rigor! Pelas minhas atividades acadêmicas e de pesquisa, é fácil deduzir que segui esse caminho, tenho essa característica e, a partir daí, tenho procurado colaborar para a formação de profissionais qualificados. Discutir uma questão em conjunto, admitir posições diferentes e conciliar perspectivas teóricas diversas é um aprendizado constante, mas, ao mesmo tempo, um caminho árduo! Até algum tempo, o que tradicionalmente havia era o trabalho individual, soli[t]ário, e não

o trabalho de equipe, soli[d]ário, difícil, mas gratificante – este, no meu modo de ver e na minha experiência, o único que pode contribuir de forma mais efetiva para traçar o panorama da língua portuguesa no Brasil. Muitas cabeças pensam melhor que uma e ninguém é detentor de um saber total. Sou de uma geração em que era mais importante ter uma visão global do nosso objeto de estudo do que dominar uma especialidade, de uma geração que atuava, ao mesmo tempo, em pesquisas dialetológicas e na história da língua e edição de textos. A Sociolinguística histórica, tão valorizada atualmente, só comprova a importância de tal formação. Desde sempre aprendemos a lição de que *quanto mais se sabe, mais há o que aprender* e é o fazer e refazer que nos mantém vivos, ativos, lúcidos.

JOSANE OLIVEIRA/CLÉZIO GONÇALVES: PARA A SENHORA QUE CONTRIBUIÇÕES A SOCIOLINGUÍSTICA E A DIALETOLOGIA PODEM DAR AO ENSINO?

Dinah Callou: Pesquisa e ensino são indissociáveis, se o professor não pretende ser um mero repetidor! Nesse sentido, além de contribuir para a descrição e explicação de fenômenos linguísticos, a Sociolinguística, assim como a Dialetologia, fornece subsídios para a área do ensino, sem negar a importância do conhecimento das teorias linguísticas que irão capturar padrões/regularidades e oferecer potencial explicativo para os fatos da língua. Com pesquisas baseadas na produção real dos indivíduos, a área da educação se enriquece e, com a utilização dos resultados das pesquisas sociolinguísticas na solução de problemas de letramento, surgem práticas mais efetivas de trabalho sobre a heterogeneidade linguística. As palavras do Professor Celso Cunha, em discurso pronunciado em 1952 sobre o ensino do português (In: PEREIRA, 2004, p. 415) – “Não proponho a anarquia lingüística, sugiro apenas que se ensine a língua como é e não como alguns supõem que seja” –, nos remetem ao texto do Professor José Pedro Rona (1965), em que afirmava ser inevitável que, para introduzir o ensino, em qualquer nível, de uma variante culta regional, era necessário que se tivesse, de antemão, sua descrição. Como chamei a atenção acima (questão 5), durante muito tempo, a diversidade linguística no Brasil vinha sendo estudada tomando por base os níveis populares, mas não podia limitar-se a esses níveis e sim abarcar todos os níveis em que existisse diferenciação. Em outras palavras, como já assinalara José Pedro Rona (1958, p. 8), “devem ser estudadas também as normas cultas regionais como fatos dialetais, e as modalidades populares devem ser estudadas precisamente à luz dessas normas locais”. É assim que se pode estabelecer uma relação entre o ensino – tarefa normativa – e a investigação dialetológica – tarefa descritiva, em seu sentido lato – a fim de oferecer um quadro concreto da variação linguística e tornar viável um ensino mais efetivo. Mais que tudo, deve-se usar o bom senso!

JOSANE OLIVEIRA/CLÉZIO GONÇALVES: COMO REFERÊNCIA QUE É, QUE CONSELHOS TEM A DAR AOS QUE QUEREM SE INICIAR NESSAS ÁREAS DE ESTUDO E PESQUISA: SOCIOLINGÜÍSTICA E DIALETOLOGIA?

Dinah Callou: Faria apenas algumas sugestões, melhor que “dar conselhos”. Antes de mais nada, a experiência mostra que é necessário (i) conhecer a fundo, na medida do possível, o tema ou a área em que se irá desenvolver um trabalho, sobretudo o que já foi feito por outros autores, ao longo do tempo, a fim de não cometer o erro primário de atribuir a um autor com quem tem mais contato a hipótese ou solução de uma questão já muito debatida, ou, até mesmo, achar que está “inventando a roda”; (ii) refletir sobre a dicotomia ‘descrição *versus* teoria’. Se, para alguns, a teoria importa mais que o fato linguístico em si; por outro, como em qualquer outra ciência, não se pode prescindir de uma boa descrição! Embora apresentar descrições fosse uma crítica usual de referência aos trabalhos dialetológicos (“descrição não é ciência”), é a partir delas que podemos chegar a generalizações, interpretações, levantar hipóteses e ver como tudo se encaixa dentro de determinada perspectiva teórico-metodológica.

JOSANE OLIVEIRA/CLÉZIO GONÇALVES: QUAL A CONTRIBUIÇÃO, HISTORICAMENTE FALANDO, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO PARA OS ESTUDOS SOCIOLINGÜÍSTICOS NO BRASIL?

Dinah Callou: Não se pode negar o papel da UFRJ para o amadurecimento dos estudos sociolinguísticos, principalmente no âmbito do Projeto NURC, desenvolvido paralelamente na UFBA, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), na Universidade de São Paulo (USP) e na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), assim como o papel da UFBA para os estudos dialetológicos em geral. O desenvolvimento do Projeto NURC, que teve início no final da década de 1960 e início da de 1970, surgiu a partir da nova orientação dos estudos dialetológicos para os países do chamado Novo Mundo e da concepção de uma Dialetologia urbana e/ou Sociolinguística, sob a inspiração do Proyecto de Estudio Coordinado de la Norma Lingüística Culta de las Principales Ciudades de Iberoamérica y de la Península Ibérica, em virtude de serem evidentes e relevantes os pontos comuns à problemática do espanhol nas Américas e do português no Brasil. Por outro lado, o Projeto PEUL, iniciado na UFRJ, sob a coordenação do Professor Anthony Naro – introdutor, divulgador e orientador da Sociolinguística variacionista entre nós – teve um papel fundamental para o desenvolvimento de trabalhos de cunho variacionista, com utilização de programas computacionais de análise linguística, difundidos pelo país afora. E não se pode esquecer o papel das associações científicas, como a Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN) e a Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Linguística (ANPOLL), com a criação dos grupos de trabalho e

pesquisa (GTs), fundamentais para que a Sociolinguística se fizesse presente nos cenários nacional e internacional.

JOSANE OLIVEIRA/CLÉZIO GONÇALVES: QUE PALAVRA FINAL DESTACARIA PARA AS NOVAS GERAÇÕES DE PESQUISA EM SOCIOLINGÜÍSTICA E DIALETOLOGIA?

Dinah Callou: Sigam em frente! E alertas! Costumo lembrar sempre às novas gerações que devem respeitar a diversidade linguística, como qualquer outra, e que a variação existente hoje no português do Brasil é fruto da dinâmica populacional e da natureza do contato de diversos grupos étnicos e sociais. Mais que tudo, não desconheçam e/ou neguem a contribuição dos que nos precederam. A busca do conhecimento não deve nem pode parar e cada avanço da ciência abre novos horizontes: “Não há assuntos esgotados, há homens esgotados diante de assuntos” (RAMÓN Y CAJAL, 1979 [1920], p. 14). Recentemente, em ‘Conversas Da Hora/2021’¹, o Professor Dermeval da Hora perguntou ao linguista Luiz Carlos Schwindt, ora entrevistado, se ele concordava com a afirmação de Nascentes (1953 [1922]) sobre a separação de duas grandes áreas linguísticas no Brasil a partir da realização das vogais pretônicas: abertas no Norte e fechadas no Sul. Schwindt teceu breves comentários, mas destaquei a pergunta, não pela resposta em si do entrevistado, contra ou a favor, com ressalvas, mas sim pelo fato, digno de nota, de passados quase 100 anos estarmos ainda discutindo essa proposta! Quantos de nós não gostariam que suas afirmações, propostas, hipóteses fossem ainda tema de discussão 100 anos depois? Na verdade, nossas intuições e nossas hipóteses são construídas a partir de um conhecimento prévio daquilo que chegou até nós, não importa se analisado sob outra ótica e sem grandes sofisticações metodológicas e teóricas.

REFERÊNCIAS

- AGUILERA, V. A. *Atlas lingüístico do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado, 1994.
- ARAGÃO, M. S. S.; BEZERRA DE MENEZES, C. P. *Atlas lingüístico da Paraíba*. Brasília: UFPB/CNPq, Coordenação Editorial, 1984. 2v.
- CALLOU, D. *Variação e distribuição da vibrante na fala urbana culta do Rio de Janeiro*. 1980. 200f. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1980.
- CARDOSO, S. A. M. S. *Atlas lingüístico de Sergipe II*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002. 2v.
- CARDOSO S. et al. *Atlas lingüístico do Brasil*, v. 1 – Introdução, v. 2 – Cartas linguísticas 1. Londrina: EDUEL, 2014.
- CHOMSKY, N. *Aspects of the theory of syntax*. Cambridge: MIT Press, 1965.

¹ Conversas da Hora: Nas Janelas da Gramática: encontro entre a fonologia e a morfologia. É uma conversa, um bate-papo mesmo, do Prof. Dr. Dermeval da Hora (UFPB/UFPa) com o Prof. Dr. Luiz Schwindt (UFRS). Link: https://www.youtube.com/watch?v=SnCn_W9BHtU.

- CUNHA, C. O ensino de português. In: PEREIRA, C. (org.). *Sob a pele das palavras*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.
- CUNHA, C. F.; SILVA NETO, S. Atlas linguístico-etnográfico do Brasil. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS, 3., Lisboa, 1957. *Actas* [...]. Lisboa: [s.n.], 1960. v. 2. p.405-412.
- FERREIRA, C. et al. *Atlas lingüístico de Sergipe*. Salvador: UFBA – Instituto de Letras / Fundação Estadual de Cultura de Sergipe, 1987.
- ISENSEE, D. M. M. *O falar de Mato Grosso (Bahia)*. Fonêmica. Aspectos da morfossintaxe e do léxico. 1964. 143f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Universidade de Brasília, Brasília, 1964.
- JABERG, K.; JUD, J. *Sprach- und Sachatlas Italiens und der Südschweiz*. Zofingen: Ringier, 1928-1940.
- LABOV, W. *The social stratification of language in New York City*. Cambridge: Cambridge University Press, 1966.
- LABOV, W. *Sociolinguistics patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.
- NASCENTES, A. *O linguajar carioca*. 2. ed. Rio de Janeiro: Simões, 1953 [1922].
- NASCENTES, A. *Bases para a elaboração do atlas lingüístico do Brasil*. Rio de Janeiro: MEC / Casa de Rui Barbosa, v. 1, 1958; v. 2, 1961.
- RAMÓN Y CAJAL, S. Preocupações do principiante. In: RAMÓN Y CAJAL, S. *Regras e conselhos sobre a investigação científica*. São Paulo: USP, 1979 [1920].
- RIBEIRO, José et al. *Esboço de um atlas lingüístico de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa / Universidade Federal de Juiz de Fora, 1977.
- RONA, J. P. Relación entre la investigación dialectológica y la enseñanza de la lengua materna. In: EL SIMPÓSIO DE CARTAGENA, 1, Bogotá, 1965. *Actas...* Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 1965, p. 333-343.
- RONA, J. P. *Aspectos metodológicos de la dialectología hispanoamericana*. Montevideo: Facultad de Humanidades y Ciencias de la Universidad de la República / Instituto de Filología, Publicaciones del Departamento de Lingüística, 1958.
- ROSSI, N.; ISENSEE, D.; FERREIRA, C. *Atlas prévio dos falares baianos*. Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Cultura / Instituto Nacional do Livro, 1963.
- ROSSI, N. et al. Aspectos do léxico regional da Bahia. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS, 4., 1959, Salvador. Salvador: UFBA, 1959 [inédito].
- SERRA, C.; DUARTE, M. E. L. Apresentação: palavras iniciais das organizadoras do volume. *Diadorim*, Rio de Janeiro, v. 20, n. especial, p. 11, 2018.
- WEINREICH, U. Is a structural dialectology possible? *WORD*, n. 10, v. 2-3, p. 388-400, 1954.
- WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. Empirical foundations for a theory of language change. In: LEHMANN, W.; MALKIEL, Y. (ed.). *Directions for historical linguistics*. Austin: University of Texas Press, 1968. p. 97-195.

SOBRE AS ORGANIZADORAS

Josane Moreira de Oliveira é doutora em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com estágio na École Normale Supérieure – Lettres et Sciences Humaines (Lyon – França). Fez pós-doutorado em Língua e Cultura na Universidade Federal da Bahia. É professora da Universidade Estadual de Feira de Santana. Atua em pesquisas de descrição e análise linguísticas, vinculadas às áreas de Sociolinguística, Dialetoлогия e Funcionalismo. Integra a equipe do projeto “Atlas Linguístico do Brasil” (Projeto ALiB) e coordena os projetos “A realização de /t, d/ diante de [i] no Nordeste” e “A realização do imperativo verbal no Nordeste”, ambos tendo como *corpus* dados do Projeto ALiB.

Jacyra Andrade Mota é doutora em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. É professora aposentada da Universidade Federal da Bahia, onde atua como colaboradora voluntária, e pesquisadora 1B do CNPq. Atua em pesquisas de descrição e análise linguísticas, vinculadas às áreas de Dialetoлогия/Geolinguística e Sociolinguística. É presidente do Comitê Nacional do projeto “Atlas Linguístico do Brasil” (Projeto ALiB). Coordena os projetos “Vogais médias pretônicas no português do Brasil (dados do Projeto ALiB)” e “Crenças e atitudes linguísticas em comunidades brasileiras”.

Regiane Coelho Pereira Reis é doutora em Estudos de Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina. É professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Atua em pesquisas de descrição e análise linguísticas, vinculadas às áreas de Dialetoлогия/Geolinguística e Sociolinguística. É membro do Comitê Nacional do projeto “Atlas Linguístico do Brasil” (Projeto ALiB) e coordena o projeto “Glossário dialetal da fronteira Brasil/Paraguai: descrição e comentários do português em contato com o espanhol e o guarani”.

SOBRE OS DEMAIS AUTORES

Albert Olivier Blaise Rilliard é doutor em Ciências Cognitivas pelo Institut National Polytechnique de Grenoble (França). É pesquisador CNRS do Laboratoire Interdisciplinaire des Sciences du Numérique (França). Atua principalmente nos seguintes temas: prosódia, síntese da fala e psicolinguística. Coordena o projeto “Variações acústica da fala no âmbito diatópico, afetivo e intercultural”.

Anna Beatriz Cavalcante de Melo da Cruz é doutoranda em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tem interesse em sintaxe diacrônica, mudança linguística na perspectiva formal e focalização.

Anna Lyssa do Nascimento Donato Machado é doutoranda em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em teoria e análise linguística.

Ataliba Teixeira de Castilho é *doutor em Linguística pela Universidade de São Paulo*. Foi professor da Universidade Estadual Paulista, da Universidade Estadual de Campinas e da Universidade de São Paulo, da qual é Professor Emérito. Foi professor visitante da Universidade do Texas (Austin). Atualmente é professor colaborador voluntário na Universidade Estadual de Campinas. Atua na área de Linguística do Português, com ênfase em descrição da língua falada, sintaxe funcionalista do português brasileiro, história do português brasileiro e análise multissistêmica do português brasileiro.

Carlos Alberto Faraco é doutor em Linguística pela University of Salford. Fez pós-doutorado em Linguística na University of California. É professor aposentado da Universidade Federal do Paraná. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Linguística Aplicada, atuando principalmente nos seguintes temas: Bakhtin, discurso, dialogismo, ensino de português e linguística, história do pensamento linguístico. Está vinculado ao grupo de pesquisa HGEL – Historiografia, Gramática e Ensino de Línguas (UFPB/CNPq).

Carlota da Silveira Ferreira é mestre em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia. Foi professora da Universidade Federal da Bahia. Pioneira na Dialetoologia Brasileira, é coautora do *Atlas prévio dos falares baianos* e autora do *Atlas lingüístico* de Sergipe. Colaborou no projeto “Atlas Linguístico do Brasil” (Projeto ALiB). Desenvolveu pesquisas nas áreas da Dialetoologia, da Sociolinguística e do Ensino de Língua Portuguesa.

Carolina Ribeiro Serra é doutora em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com estágio na Universidade de Lisboa. É professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de Língua Portuguesa e Linguística, com ênfase em Fonética e Fonologia, atuando principalmente nos seguintes temas: variação e mudança sonora, interface fonética-fonologia-sintaxe, fonética acústica, fonologia autossegmental e fonologia prosódica.

Célia Regina dos Santos Lopes é doutora em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Fez pós-doutorado em Linguística na Universität Tübingen (Alemanha) e na Universidade de Lisboa. É professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro e pesquisadora 1C do CNPq. Tem experiência na área de Linguística Histórica e Sociolinguística, atuando principalmente nos seguintes temas: história do português, gramaticalização, sistema pronominal do português, pronomes pessoais e mudança linguística. Participa do projeto “Para a História do Português Brasileiro”.

Cláudia de Souza Cunha é doutora em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Fez pós-doutorado em Língua e Cultura na Universidade Federal da Bahia. É professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Fonética e Fonologia, atuando principalmente nos seguintes temas: dialetoologia, sociolinguística, atlas linguístico, fonética acústica, prosódia e entoação regional. Participa do projeto “Atlas Linguístico do Brasil” (Projeto ALiB), coordenando os estudos prosódicos.

Clézio Roberto Gonçalves é doutor em Linguística pela Universidade de São Paulo, com estágio na Universidade do Porto. Fez pós-doutorado em Língua e Cultura na Universidade Federal da Bahia. É professor da Universidade Federal de Ouro Preto e pesquisador 2 do CNPq. Integra os grupos de pesquisa Dialetoologia e Geolinguística (USP), Dialetoologia e Sociogeolinguística (UFOP), Estudos sobre Linguagens, Culturas e Identidades (UFOP) e História da Língua e Formação Urbana (UEM). Coordena o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (UFOP).

Crístian Quintanilha Ferreira é graduando em Letras – Português e Literaturas (Licenciatura) na Universidade Federal do Rio de Janeiro. É bolsista de Iniciação Científica (PIBIC – CNPq), atuando na área de Sintaxe Diacrônica da Língua Portuguesa.

Dante Lucchesi é doutor em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Fez pós-doutorado em Linguística na Universidade Federal do Rio de Janeiro. É professor aposentado da Universidade Federal Fluminense, onde atua como colaborador voluntário, e pesquisador 1B do CNPq. Atua nas áreas de Sociolinguística, História da Linguística, Contato entre Línguas e História da Língua Portuguesa. Coordena os projetos “Vertentes do Português do Estado da Bahia” e “Estudo da Norma Culta Escrita”.

Dermeval da Hora Oliveira é doutor em Linguística Aplicada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Fez pós-doutorado em Linguística na Vrije Universiteit (Holanda). É professor aposentado da Universidade Federal da Paraíba, onde atua como colaborador voluntário, e pesquisador 1B do CNPq. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Língua Portuguesa, atuando principalmente nos seguintes temas: fonologia e sociolinguística variacionista. Coordena o projeto “Variação Linguística no Estado da Paraíba”.

Heloísa Maria Moreira Lima de Almeida Salles é doutora em Linguística pela University of Wales (Bangor, UWB, Grã-Bretanha). Fez pós-doutorado em Linguística na Leiden University (Holanda) e na Universidade de São Paulo. É professora da Universidade de Brasília, atuando na área de Linguística, na abordagem da Teoria Gerativa, investigando, principalmente, os seguintes temas: sintaxe de complementação e sintaxe de preposições, com ênfase em línguas românicas, germânicas, língua brasileira de sinais, aquisição de português L2 e educação linguística.

João Antônio de Moraes é doutor em Phonétique Instrumentale et Fonctionnelle pela Université de Paris III (Sorbonne-Nouvelle, França). Fez pós-doutorado em Linguística na Université Paris Diderot (Paris 7, França) e na University of California at Berkeley (Estados Unidos). É professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e pesquisador 1D do CNPq. Desenvolve pesquisas na área de Linguística do Português, com ênfase em Fonética Acústica, especialmente nas subáreas: entoação, prosódia, nasalidade e fonologia experimental.

Juanito Ornelas de Avelar é doutor em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas. Fez pós-doutorado em Linguística na Universidade de São Paulo e na

Stockholms Universitet (Suécia). É professor da Universidade Estadual de Campinas. Desenvolve estudos formais e histórico-diacrônicos no campo da sintaxe, voltados à análise de construções existenciais, constituintes locativos e posição de sujeito bem como ao papel do aporte linguístico africano na emergência de traços gramaticais inovadores no português brasileiro. Também tem se dedicado a estudos sobre práticas de leitura, escrita e análise gramatical em contexto escolar, a partir de diferentes possibilidades de interface entre a sintaxe e outros níveis de análise linguística.

Leda Bisol é doutora em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com estágio na University of Edimburgo (Escócia). Fez pós-doutorado em Linguística na Stanford University (Califórnia, Estados Unidos). É professora aposentada da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde atua como colaboradora voluntária, e pesquisadora 1A do CNPq. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Fonologia, área em que desenvolve suas pesquisas.

Manuella Carnaval é doutora em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com estágio na Tilburg Universiteit (Holanda). Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Fonética Acústica, especificamente em Prosódia Multimodal do Português do Brasil. Integra os grupos de pesquisa Prosódia Auditiva e Prosódia Visual (UFRJ) e Prosódia, Variação e Ensino (UFPB), com o desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão.

Márcia Cristina de Brito Rumeu é doutora em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Fez pós-doutorado em Letras Vernáculas na Universidade Federal do Rio de Janeiro. É professora da Universidade Federal de Minas Gerais. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Sociolinguística Histórica, Linguística Histórica, Filologia e Crítica Textual. Integra as equipes do Rio de Janeiro e de Minas Gerais do projeto “Para a História do Português Brasileiro”. Integra também como pesquisadora o Acervo dos Escritores Mineiros e o Laboratório de Estudos em Variação e Mudança Linguística (ambos da UFMG).

Maria da Conceição de Paiva é doutora em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Fez pós-doutorado em Linguística na Université de Paris VIII (França). É professora aposentada da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde atua como colaboradora voluntária, e pesquisadora 2 do CNPq. Atua nas áreas de Sociolinguística e Funcionalismo, com ênfase em Variação e Mudança Linguística, abordando temas como mudança fonológica, gramaticalização e variação na ordenação de constituintes. Realiza estudo da mudança em tempo real de longa duração e dedica-se à análise das mudanças no quadro de conectores causais do português, adotando a perspectiva da Gramática de

Construções Baseada no Uso. Coordena o grupo de pesquisa Programa de Estudos sobre os Usos da Língua.

Maria Eugênia Lammoglia Duarte é doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas. Fez pós-doutorado em Linguística na Universidade Estadual de Campinas. É professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro e pesquisadora 1B do CNPq. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Sociolinguística e Teoria e Análise Linguística, atuando principalmente em estudos de variação e mudança sintática envolvendo o sistema pronominal das gramáticas do português em suas modalidades falada e escrita. Participa dos projetos “Programa de Estudos sobre os Usos da Língua”, “Norma Urbana Culta – RJ”, “Para a História do Português Brasileiro” e “România Nova”.

Maria Marta Pereira Scherre é doutora em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi professora da Universidade de Brasília e professora visitante da Universidade Federal do Espírito Santo, na qual é colaboradora voluntária. É pesquisadora 1-B do CNPq. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Sociolinguística e Dialetoлогия, atuando nos seguintes temas: variação linguística, mudança linguística, português brasileiro, concordância verbal de primeira e de terceira pessoas, concordância nominal de número, imperativo gramatical, pronomes de segunda pessoa e preconceito linguístico.

Mary Aizawa Kato é doutora em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Fez pós-doutorado na Universidade de Harvard, na Universidade da Califórnia em Los Angeles, na Universidade do Sul da Califórnia, na Universidade de Maryland e na Universidade de Nova York. É professora aposentada da Universidade Estadual de Campinas, onde atua como colaboradora voluntária, e é pesquisadora SR do CNPq. Tem experiência na área de Linguística, atuando principalmente nos seguintes temas: português brasileiro e português europeu, sintaxe, aquisição e mudança linguística.

Rômulo Tiago da Silva é especialista em Ensino de Língua Portuguesa na Educação Básica - EF II e EM pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. É professor efetivo de anos finais do Ensino Fundamental da Prefeitura Municipal de Parobé-RS e professor efetivo de Ensino Médio da Rede Estadual Pública do Rio Grande do Sul. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Língua Portuguesa.

Sandra Maria Oliveira Marques é doutora em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Língua

Portuguesa. Atua principalmente nos seguintes temas: contato dialetal, fonologia, variação e mudança.

Sarah Bastos Motta é licenciada em Letras – Português e Literaturas de Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. É professora colaboradora externa do projeto de extensão Oficina LETRAcadêmica na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de Letras, atuando principalmente nos seguintes temas: sujeito nulo, sujeito pronominal pleno e sintaxe.

Silvia Regina de Oliveira Cavalcante é doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas. É professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Desenvolve pesquisa em estudos de sintaxe diacrônica, com ênfase numa abordagem formal para os estudos da mudança, principalmente na detecção de gramáticas em competição. Coordena o projeto “Posição do Sujeito e Estrutura Informacional da Sentença”. Integra a equipe do projeto “História do Português – HistLing” e do projeto “Para a História do Português Brasileiro”.

Silvia Figueiredo Brandão é doutora em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Fez pós-doutorado em Linguística na Universidade de Lisboa. É professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro e pesquisadora 2 do CNPq. Desenvolve e orienta pesquisas no âmbito da Sociolinguística Variacionista e da Dialetoлогия, em especial nos campos da Fonética-Fonologia e da Morfossintaxe.

Silvia Rodrigues Vieira é doutora em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. É professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro e pesquisadora 2 do CNPq. Atua principalmente nas áreas da Sociolinguística, sobretudo no que se refere à descrição de variedades do português e do ensino de gramática. Coordena os projetos de pesquisa “Pró-norma plural: do continuum fala-escrita para a norma-padrão”, “Ensino de gramática em três eixos: diagnose e experiências pedagógicas” e “Contínuos de/em variedades do Português: análises contrastivas”.

Valéria Neto de Oliveira Monaretto é doutora em Linguística pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Fez pós-doutorado na Universidade Federal do Rio de Janeiro. É professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Fonologia, Sociolinguística e Linguística Histórica. Coordena o projeto “Variação Linguística na Região Sul do Brasil” e é líder do grupo de pesquisa Memória Linguística e Social e do Rio Grande do Sul do Século XIX, ligado ao projeto nacional “Para a História do Português Brasileiro”.

Secretaria da Editora UFMS
Av. Costa e Silva, s/no | Bairro Universitário
Campo Grande - MS, 79070-900
Fone: (67) 3345-7203
e-mail: sedit.agecom@ufms.br

A HOMENAGEADA



Dinah Maria Isensee Callou

É professora emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com atuação no Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, e pesquisadora 1A do CNPq. Mestre em Língua Portuguesa pela Universidade de Brasília (UnB), doutora em Letras Vernáculas pela UFRJ e com pós-doutorado em Linguística pela Universidade da Califórnia/Santa Bárbara.

Desenvolve trabalhos na área de Fonética/Fonologia e Sintaxe, com ênfase em Sociolinguística e Linguística Histórica, com produção nos temas: variação e mudança, com ênfase em Fonética-Fonologia, português brasileiro, fala culta carioca, sócio-história.



CONGRESSO INTERNACIONAL DE
DIALETOLOGIA E SOCIOLINGÜÍSTICA

A Sociolinguística, como se deduz da definição, ramo da linguística que se preocupa com a língua como fenômeno social e cultural, nasceu, de certa forma, portanto, dentro da Dialetoлогия. São assim, Dialetoлогия e Sociolinguística, duas perspectivas de observação e análise da língua que não se opõem, mas sim se encontram e se complementam. (p. 35)

[...] juntou-se o regional ao social, o rural ao urbano e aprendeu-se a conviver com a diversidade, não só linguística, mas também teórico-metodológica. (p. 37)

[...] é possível combinar perspectivas distintas de análise e também [...] é necessário considerar uma gama de fatores linguísticos e extralinguísticos na busca de explicações para a variação e mudança [...]. (p. 45)

(CALLOU, D. Quando dialetoлогия e sociolinguística se encontram. *Estudos Linguísticos e Literários*, Salvador, v. 41, p. 29-48, 2010.)

ISBN 978-65-89995-05-0



9 786589 995050